



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Do Comum à Inovação Social Transformativa: Uma Análise Sociopolítica do Nexus Alimento-Energia em Iniciativas de Base Comum na Europa

Felipe Berlinski de Brito e Cunha

Ciência Política

Orientadora:

Doutora Ana Margarida Fernandes Esteves, Investigadora Integrada, CEI-Iscte - Centro de Estudos Internacionais
Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL)

Dezembro, 2024



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Iscte -
Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL)

**Do Comum à Inovação Social Transformativa: Uma Análise
Sociopolítica do Nexus Alimento-Energia em Iniciativas de Base
Comum na Europa**

Felipe Berlinski de Brito e Cunha

Doutoramento em Ciência Política

Júri:

Doutora Guya Accornero, Professora Auxiliar com Agregação do Iscte – Instituto
Universitário de Lisboa

Doutora Flor Rita Dinis de Araújo Avelino, Professora Catedrática da
Universidade de Utrecht

Doutora Ana Luísa Santos de Almeida Silva, Professora Auxiliar Convidada do
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Doutor João Morais Mourato, Investigador Auxiliar do ICS – Universidade de
Lisboa

Doutora Ana Margarida Fernandes Esteves, Investigadora Integrada do Iscte –
Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2024

Eu (me) dedico à minha família: que me apoia, me dá suporte e sobretudo me dá amor, sempre

*“A volta que o mundo deu,
a volta que o mundo dá
e a volta que o mundo ainda vai dar...”*

AGRADECIMENTOS

Finalizar essa etapa da vida é fruto de muito esforço e dedicação pessoal, mas seria impossível chegar tão longe se não fosse por outras pessoas que permitiram eu estar aqui, agora, escrevendo as últimas linhas desse longo trabalho.

Pra começar do início de tudo,... “[o] céu se abre de manhã, Me abrigo em colo, em chão, Todo homem precisa de uma mãe” (Zeca Veloso)...., agradeço a minha mãe. Não só pelo útero e pela luz, mas pelo amor e o cuidado incondicional sempre. Por estar sempre presente, por escutar (muito), por apoiar em tudo. Obrigado sempre, por tudo! É tanto, que nem caberia aqui.

Na continuação do início de tudo, agradeço ao meu pai, que sempre foi suporte, sempre me apoiou, sempre foi referência de força, perseverança e de boas risadas. Mas, sobretudo, do momento presente, de estar em presença, os meus presentes: Nico, Bento e Matias. Que sem eles, de fato, nada seria. Porque quando tá ruim, tá difícil, quando dá vontade de cair, a presença deles não permite. E ter que se levantar por eles, é automaticamente se levantar por mim também. Porque eles são sinal de que a vida tem que ser vivida a cada dia, que vale muito a pena brincar, e que viver junto com eles é a certeza garantida que todo dia você vai dar ao menos um sorriso e um riso.

E, absolutamente, o maior agradecimento de todos esses 4 anos, por segurar junto a coisa toda, minha parceira de vida, meu amor, a incrível supermulher Tati Zanghi, que além de paciência, me dá a certeza diária de que sou amado. obrigado... Desculpe pelos últimos finais de semana todos absorvidos pela tese. rs Mas, to aqui sempre. Obrigado por me aguentar. Te amo. Sem ela, sem dúvida eu não poderia estar. Sem a coragem de bancar a ideia de sair do Brasil com três crianças e enfrentar um oceano de desafios com alegria e criatividade, nunca seríamos. Não conheço nenhum outro ser humano que seja mais resiliente que ela. Obrigado.

Agradeço a minha irmã, que me ensina que sempre podemos conquistar o que queremos, por mais que por caminhos diferentes.... e que nossa relação é igual molinha - que estica e volta mas tá sempre juntinha. E que mesmo que esteja longe fisicamente, está sempre presente. No carinho, no apoio, na força, na resistência, na leveza e por me fazer acreditar até o último minuto que vai dar. rs

Agradeço ao meu outro “irmão”, Francisco Bidone, pelas trocas, pelas ideias, pelos incentivos, pelo conhecimento compartilhado e pelo carinho de sempre em fazer junto e apoiar quando era preciso. Obrigado Chicão!

Um agradecimento especial à minha orientadora Ana Margarida Esteves. Que além de admirar profissionalmente, agradeço pela sabedoria de alinhar muitíssimo conhecimento com um enorme coração. Agradeço muito mesmo por toda a disponibilidade e atenção, sempre! Por me ensinar que a supervisão pode ser bastante técnica e reflexiva, mas também humana e compreensiva. Obrigado por tudo! Por acreditar em mim, por ter muita paciência com a minha situação e por estar sempre motivando e apoiando.

Agradeço também aos colegas André Girardi, Amandine, Felipe Quintão, Roman, Luciane e Tom do projeto Euroregen, pelas várias trocas de conhecimento e pela realização da SSE&Commons.

Agradeço a todas aquelas e aqueles das Iniciativas de Bem Comum, acadêmicos e membros das redes que me concederam entrevistas tão generosas, me receberam em suas casas e abriram seus projetos para eu conhecer um pouco mais. Obrigado pela coragem do ativismo de vocês e por realmente estarem fazendo algo para melhorar o mundo.

Agradeço ao Repensar Educação - as grandes amigas que Portugal me deu, Rafa, Antje e Ana, por estarem juntos nessa jornada de mente, coração e mãos abertos por uma aprendizagem transformativa nas universidades. Obrigado pelo suporte e parceria sempre nesses últimos anos.

Obrigado aos professores do ISTCE que apoiaram esse caminho com conhecimento, aprendizado e partilha. Principalmente ao Professor André Freire pelo legado gigante que deixa para todos nós!

Agradeço ao meu Mestre Itapuã Beiramar, que de uma forma ou de outra está sempre comigo a me ensinar. Axé!

Agradeço a todas e a todos de coração.

Fontes de financiamento



Este trabalho foi realizado com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal, mediante Bolsa de Investigação para Doutoramento concedida SFRH/BD/2020.06206

RESUMO

Esta tese explora a dimensão sociopolítica das redes de Iniciativas de Base Comum (IBCs) de alimentos e energia, avaliando as condições que promovem ou restringem a inovação social transformativa ao incorporarem um movimento sociopolítico mais dinâmico e complexo. Focando nas Comunidades Energéticas (CEs) e Redes Alternativas de Alimentos (RAAs) na Bélgica e na Emilia-Romagna, este estudo investiga como o Nexus Alimento-Energia (Nexus AE) pode fornecer um quadro analítico inter-relacional às IBCs e fomentar uma alternativa às dinâmicas institucionais da transição verde da UE atualmente ancorada no “Consenso da Descarbonização”. A metodologia incluiu revisão de literatura, análise documental e trabalho de campo com 38 entrevistas e observação participante, além de uma abordagem exploratória e comparativa. A investigação concentrou-se nos mecanismos de governança, interações institucionais, estratégias políticas das IBCs e na construção de redes de poder coletivo. Os resultados destacam o potencial das redes de IBCs para impulsionar inovações sociais transformativas tanto no nível local quanto europeu, por meio de práticas e políticas prefigurativas. Contudo, desafios persistem, incluindo disparidades entre objetivos e linguagem das IBCs e formuladores de políticas, baixa permeabilidade da participação política para as redes de IBCs, distorções na transposição das diretivas europeias pelos Estados-Membros, foco excessivo em mudanças regulatórias ao invés de estruturais de governança, e baixo reconhecimento do Nexus AE na formulação de políticas públicas e estratégias das IBCs. Essas barreiras apontam para a necessidade de maior integração e reconhecimento das IBCs nas políticas públicas como agentes de mudança sistêmica.

Palavras-chaves: Iniciativas de Base Comum; Bem comum; Nexus; Comunidade Energética; Soberania Alimentar e Inovação Social.

ABSTRACT

This thesis aims to explore the sociopolitical dimension of translocal networks of Common-Based Initiatives (CBIs) in the food and energy sectors, evaluating the conditions that enable or constrain transformative social innovation by incorporating a more dynamic and complex framework. Focusing on Energy Communities (ECs) and Alternative Food Networks (AFNs) in Belgium and Emilia-Romagna, Italy, this study investigates how the Food-Energy Nexus (FE Nexus) can provide an inter-relational analytical framework for CBIs and promote an alternative to the institutional dynamics of the EU's green transition agenda, current anchored in the "Decarbonization Consensus". The methodology included a literature review, document analysis, fieldwork involving 38 interviews and participant observation, and an exploratory and comparative approach. The study centered on governance mechanisms, institutional interactions, political strategies of CBIs, and the construction of collective power networks. The findings highlight the potential of CBI networks to drive transformative social innovations at both local and European levels through prefigurative practices and policies. However, challenges persist, including disparities between the objectives and language of CBIs and policymakers, limited political participation for CBI networks, distortions in the transposition of European directives by Member States, a persistent focus on regulatory changes rather than structural governance shifts, and limited recognition of the FE Nexus in both public policy formulation and CBI strategies. These barriers underscore the need for greater integration and recognition of CBIs in public policies as agents of systemic change.

Keywords: Common-Based Initiatives; Commons; Nexus; Energy Community; Food Sovereignty; Social Innovation.

Índice

Introdução.....	23
I. A interdependência entre os sistemas de alimento e energia	25
II. As redes translocais de iniciativas de base comum: espaços para inovação social e transformação política	28
III. Sobre os capítulos	30
Capítulo 1 - Metodologia.....	35
1.1 - Sobre a minha posicionalidade.....	37
1.2 - Pilares fundamentais da revisão da literatura.....	38
1.3 - Trabalho de campo.....	40
Capítulo 2 - Da policrise civilizatória à transição: Consenso da Descarbonização ou inovação social?	43
2.1 Esfera Pública, democracias deliberativas e participação cidadã	45
2.2 Breve história dos “Novos Movimentos Sociais”	49
2.3. Foco na descarbonização e as controvérsias da transição verde	52
2.4 O modelo de transição da UE e a inovação social	55
2.5 A Teoria da Inovação Social Transformativa (IST).....	61
2.6 As redes translocais	66
Capítulo 3. Para além do binômio Público-Privado: o (re)surgimento dos comuns	71
3.1 O desafio dos comuns num ambiente urbano	74
3.2 Os sistemas de alimentos comuns como alternativa de futuro?.....	75
3.2.1 O sistema alimentar como um agente de transformação social	77
3.2.2 O “novo movimento” alternativo dos sistemas de alimentos	78
3.2.3 ‘A Abordagem Tricêntrica’ para governança dos sistemas de alimentos comuns ..	80
3.3 Transição energética justa e sustentável: um caminho em direção a “energia comum”	82
3.3.1 Comunidades Energéticas como iniciativas de base comum.....	84
Capítulo 4. A perspectiva sociopolítica do Nexus Alimentos e Energia	89
4.1 O Nexus AE na prática	93
4.2 A relação do Nexus AE com a eficiência energética	95
4.3 O nexus na UE: governança, políticas e institucionalidade	96
4.4 A abordagem integrada do Nexus Alimento-Energia e as Iniciativas de Base Comum.....	99
Capítulo 5. As políticas de transição verde da UE: obstáculos ou oportunidades para as Iniciativas de Base Comum energéticas e alimentares?	103
5.1 Agenda política alimentar “mais verde” da UE e os sistemas alimentares comuns ..	104
5.2 As Comunidades Energéticas e a agenda de transição energética da UE.....	111
5.2.1 Competências compartilhadas entre a UE e os Estados-Membros na política energética.....	120
5.2.2 O contínuo protagonismo das empresas de combustíveis fósseis	124
Capítulo 6. As Iniciativas de Base Comum em Emilia Romagna e Bélgica.....	125
6.1 Emilia Romagna, patto di collaborazione e a história das cooperativas	127

6.1.1 Sobre as iniciativas em Bolonha	131
6.1.1.1 Arvaia.....	131
6.1.1.2 Campi Aperti	134
6.1.1.3 Camilla foodcoop	137
6.1.1.3 GECCO - Green Energy Community e GRETA Project - Green Energy Transition Actions	139
6.1.1.4 Rede translocal GRETA	143
6.1.1.5 ÈNOSTRA.....	146
6.2 O aumento expressivo das IBCs na Bélgica e o caso emblemático das CEs.....	148
6.2.1 O Cinturão Agroalimentar de Liège - CATL.....	154
6.2.2 ECOPOWER	159
6.2.3 REScoop.....	
Capítulo 7. Reflexões e resultados	169
7.1 A inter-relação entre a agenda de transição das instituições da UE, as particularidades dos Estados Membros e a realidade das IBCs	172
7.2 O ponto-cego das IBCs	176
7.3 A simbiose de redes	180
7.4 Integração entre IBCs de alimentos e energia	182
7.5 Condições facilitadoras e limitadoras para Inovação Social Transformativa	184
7.6 O Nexus sociopolítico em IBCs como uma Inovação Social Transformativa no contexto da transição.....	194
Conclusão.....	198
Referências Bibliográficas	211

Índice de Quadros e Figuras

Índice de quadros:

Quadro 5.1: Diferenças entre REC e CEC.....	114
Quadro 6.1: iniciativas de energia lideradas por cidadãos.....	151
Quadro 7.1: Inovação social Transformativa agrupamento (a).....	185
Quadro 7.2: Inovação social Transformativa agrupamento (b).....	187
Quadro 7.3: Inovação social Transformativa agrupamento (c).....	189
Quadro 7.4: Inovação social Transformativa agrupamento (d).....	191
Quadro 7.5: Inovação social Transformativa agrupamento NEXUS.....	193

Índice de Figuras:

Figura 1.1: Iniciativas de Agricultura Suportada pela Comunidade.....	35
Figura 2.1: Inovação Social Transformativa.....	62
Figura 3.1: Abordagem Governança Tricêntrica.....	81
Figura 5.1: Energias Renováveis e o ponto de inflexão positivo.....	112
Figura 5.2: Transposition Tracker.....	122
Figura 7.1: Exemplo de lobistas na UE.....	181

Glossário de siglas e abreviações

AE - Alimentos e Energia
AAE - Água, Alimentação e Energia
AESS - Agência de Energia e Desenvolvimento Sustentável
BAU - Business as Usual
CAAB - Centro Agroalimentar de Bolonha
CATL - Cinturão Alimen-Terra de Liège (Centure Alimen-Terre de Liège)
CE - Comunidade Energética
CEAE - Clean Energy for all Europeans
CEC - Comunidade de Energia Cidadã
CER - Comunidades de Energias Renováveis
CSA - Agricultura Suportada pela Comunidade (Consumer Supported Agriculture)
EED - Diretiva de Eficiência Energética
ENEA - Agenzia Nazionale per le Nuove Tecnologie, l' energia e lo sviluppo economico sostenibile
EPBD Diretiva de Desempenho Energético dos Edifícios
FAO - Food and Agriculture Organization
FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAGA - Fundo Europeu Agrícola de Garantia
F2F - Farm to Fork Strategy
GECO - Green Energy Community
GEE - Gases de Efeito Estufa
GRETA - Green Energy Transition Action
IBC - Iniciativa de Base Comum
IEA - International Energy Agency
IEMD - Diretiva do Mercado Interno de Eletricidade
IPCC - Intergovernmental Panel for Climate Change
IS - Inovação Social
IST - Inovação Social Transformativa
PAC - Política Agrícola Comum
PAUM - Política Alimentar Urbana e Metropolitana de Bolonha
PVE - Pacto Verde Europeu
PME - Pequenas e Médias Empresa
RAA - Redes Alternativas de Alimentos
REC - Comunidade de Energia Renovável
RED - Diretivas de Energias Renováveis
RRF - Recovery and Resiliency Facility
SFS - Sistemas Alimentares Sustentáveis
TFUE - Tratado sobre o Funcionamento da UE

Introdução

O primeiro quartil do século XXI se caracterizou pelo agravamento de uma extensa “policrise civilizatória” (Bringel e Svampa, 2023), ou seja, a interconexão de diversas crises - como desigualdade social, mudanças climáticas, pandemias e descrédito das instituições democráticas - que se sobrepõem e se reforçam mutuamente. Nas últimas décadas, a maioria dos países ocidentais sofreu sequências de crises multidimensionais e combinadas (de Angelis, 2017), que demonstraram a fragilidade do atual modelo dominante de desenvolvimento em prover as necessidades sociais democráticas e a prosperidade às pessoas sem comprometer a resiliência dos ecossistemas naturais e sociais (Jackson 2009, Raworth 2012). Sujeitos, cada vez mais, a essa aceleração dos efeitos da “policrise civilizatória”, torna-se fundamental repensar os sistemas atuais de organização ecológica, cultural, econômica, social e política.

Este contexto, por fim, faz referência a uma longa crise de “*fazer-sentido*” (Weber, 2013, Wals, 2010): a percepção dos indivíduos de que os sistemas político-econômico-institucionais e culturais que governam a sociedade contemporânea não são mais coerentes com a realidade vivida, não respondem às necessidades humanas fundamentais (Max Neef, 1986) ou não promovem uma qualidade geral de vida no planeta. E.F. Schumacher (1973) já reconhecia em seu livro ontológico “*Small is beautiful*” a necessidade de “adequação da escala” de produção, consumo e dos relacionamentos que aproximam os humanos uns dos outros e do mundo natural do qual fazem parte. Desde então, os alertas de Schumacher sobre o impacto do “gigantismo” das megalópoles, dos complexos agroindustriais multinacionais, e da concentração de poder e dos meios de produção na elite ainda persistem.

A transição para uma sociedade sustentável “pós-carbono” exige mais do que a descarbonização, requerendo também mudanças na configuração da governança das cadeias de suprimentos (Bringel e Svampa, 2023). Dado esse cenário, as redes de Iniciativas de Base Comum (IBCs) tornaram-se alternativas significativas para avançar em direção a um poder mais distribuído, acessível e descentralizado (de Angelis, 2017; Hardt & Negri, 2009, Harvey, 2011, Federici, 2011). IBCs são definidas aqui como grupo de pessoas que elaboram mecanismos de auto-organização, auto-provisionamento e cocriação de novas formas de gerenciar recursos compartilhados em direção a uma redistribuição mútua de riqueza e valores (de Angelis, 2017), e nas quais aspectos importantes da iniciativa estão relacionados com os “*comuns*”, por exemplo, a coprodução ativa e autogovernança (Bauwens & Onzia, 2017).

A dimensão política desse contexto abrange múltiplos campos de possíveis transformações coexistentes que circundam entre o institucional formal e não-formal, assim como também, na luta por mudanças nas formas sociais, econômicas e ecológicas de conhecer e viver (Avelino et al, 2024). Apresenta-se ao longo desta tese, a relação que esses atores não-formais (como os movimentos sociais de base, ou *grassroots*) interagem e influenciam outros mais-formais (como as instituições governamentais oficiais) e vice-versa. Com base em uma análise exploratória e comparativa a partir de estudos de caso, esta pesquisa aprofundou aspectos sociopolíticos transversais às IBCs, como: modelos de governança de democracia direta e abordagens de empoderamento participativo; criação de mecanismos de transição justa e inclusiva; interação com políticas públicas; relacionamento institucional e estratégias para mobilização política compartilhada.

O objetivo aqui é explorar esta dimensão sociopolítica das redes de IBCs focadas nos setores de produção, distribuição e consumo de alimentos e energia, as condições que elas enfrentam ao tentar transformar o contexto sociomaterial em que se inserem (Haxeltine, 2017) e a interdependência entre esses sistemas, entendida como o *Nexus Alimento e Energia* (*Nexus AE*). Para tanto, a investigação foi centrada em Comunidades Energéticas (CEs) e Redes Alternativas de Alimentos (RAAs) - como os agentes mais representativos dessas IBCs - em duas regiões distintas da Europa como estudo de caso exploratórios: a região de Emilia Romana, na Itália, e três Regiões Metropolitanas da Bélgica (Antuérpia, Leuven e Liège).

Através de uma triangulação entre as análises empíricas e os contextos locais dos estudos de caso com uma perspectiva crítica às políticas europeias para descarbonização da economia, esta tese apresenta uma reflexão profunda sobre as condições que favorecem ou restringem a capacidade das CEs e RAAs em contribuir para uma Inovação Social Transformativa (Haxeltine et al., 2017). Isso implica entender, por meio deste quadro analítico proposto, a que ponto esses dois formatos de IBCs contribuem com mudanças significativas que alterem, desafiem ou transformem a estrutura sociopolítica e o domínio das instituições existentes nos contextos, para além de suas melhorias nos impactos ambientais da cadeia de alimentos e de energia. Essa análise sistêmica inclui uma revisão da agenda da economia verde da União Europeia, abrangendo principalmente o pacote de políticas do Pacto Verde, baseado no chamado “consenso da descarbonização” (Bringel e Svampa, 2023) e suas implicações para essas redes de IBCs e como elas têm contribuído (e podem vir a contribuir) por meio de suas estratégias políticas e institucionais, tanto em escala local quanto europeia.

A partir dessa primeira camada de análise surge um quadro referencial, construído a partir de três eixos principais:

- 1) *Uma abordagem sociopolítica e de base comum inseridas no quadro de análise do Nexus AE:*

Como veremos nos próximos capítulos, o *nexus* é um quadro de análise para se compreender a interdependência entre um ou mais elementos. Geralmente, o *Nexus AE* é mais encontrado e utilizado em análises mais quantitativas, técnicas e implicadas em projetos de maior escala. Ao utilizar uma perspectiva qualitativa com ênfase nos comuns e nos aspectos sociopolíticos como base da análise, traz-se uma nova abordagem para o quadro de análise do *nexus*.

2) *A incorporação do nexus como referencial de análise das IBCs de sistemas de alimentos e energia:*

Um dos primeiros resultados do trabalho de campo foi perceber que apesar das IBCs de alimentos e as IBCs de energia já estarem em pleno desenvolvimento nas suas regiões há alguns anos, a visão integrada e sistêmica do *nexus* muitas vezes não é sequer percebida.

3) *Uma integração destas perspectivas para explorar as implicações sociopolíticas nas IBCs:*

Ou seja, conseqüentemente, a integração desses dois eixos formam a base para se avaliar os impactos sociopolíticos das CEs e das RAAs individualmente e potencialmente conectadas.

Ao examinar esses três ângulos, esta tese visa, em última análise, contribuir para o debate em andamento, explorando as condições sociopolíticas que permitem e restringem a inovação social, nas quais as redes de iniciativas baseadas em alimentos e energia *comuns* estão enraizadas.

I. A interdependência entre os sistemas de alimento e energia

Embora vitais para o corpo humano, os sistemas de provisão de alimentos têm sido massivamente dominados como *commodities* (Vivero Pol, 2016). Energia não é necessariamente um elemento fisiológico vital como a comida, mas há uma compreensão crescente dos serviços de energia como uma necessidade social fundamental (Brand-Correa, Martín-Ortega e Steinberger, 2018) relacionada ao acesso à eletricidade dentro da produção econômica, educativa e residencial, o conforto térmico essencial para as pessoas, a infraestrutura de telecomunicações, saneamento e transporte, assim como acesso à informação e mobilidade de acordo com as necessidades fundamentais de Max-Neef (1986). No entanto, embora todas estas necessidades fundamentais devessem ser relacionadas como *comuns* a todos, tornaram-se *commodities*, e é por isso que há um movimento crescente para reivindicá-las como bens comuns: tanto “alimento como comum”¹ quanto a “energia

¹ Sistemas alimentares que são organizados e geridos coletivamente como um bem comum (*commons*), em oposição aos modelos baseados na mercantilização ou privatização de recursos.

comum”². É por esta razão que esta investigação foca nos sistemas de energia, alimento e no possível nexo entre eles.

De acordo com a *Our World in Data* (Ritchie, Rosado e Roser, s.d.), 26% das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) no mundo provém da cadeia de alimentos; 78% da eutrofização de corpos hídricos e oceanos é causado pelos complexos agroindustriais; e, na Europa, a refrigeração no setor de varejo e supermercados, que utiliza gases fluorados com elevado potencial de aquecimento global, aumentou mais de quatro vezes desde 1990 (Nações Unidas Brasil, 2021). Os sistemas agroalimentares são responsáveis por um terço das emissões totais de GEE de origem antropogênica na Europa (Crippa et al., 2021; Tubiello et al., 2021). Essas emissões são consideradas em toda a cadeia de produção dos alimentos: dentro dos limites das fazendas, por atividades de produção agrícola e pecuária; pela mudança no uso da terra, como desmatamento para abrir espaço para a agricultura; e nos processos de pré e pós-produção, como manufatura de alimentos, varejo, consumo doméstico e descarte de alimentos (Tubiello et al., 2022). Além disso, o setor tem um dos principais impactos sociais (laborais e direitos humanos, principalmente no Globo Sul) e de saúde (como os alimentos processados e o uso intensivo de agroquímicos e antibióticos). Já o setor energético é o maior emissor de GEE, responsável por mais de 70% das emissões do planeta (IPCC, 2022; IEA, 2021) e é a maior fonte de emissões de GEE da Europa, com mais de 75% total (Widuto, 2023). Sobretudo, o aumento da pobreza energética na Europa e a crise energética colocam em alerta esses dois setores.

Tanto o alimento quanto a energia estão naturalmente entrelaçados com o desenvolvimento sustentável e têm uma interdependência econômica entre si que cria o chamado efeito *nexus*, i.e. quando um elemento afeta o outro (Xia & Yan, 2022) em suas inter-relações mútuas e dinâmicas (Venghaus & Hake, 2018). Tal abordagem permite ver a resiliência social como um traço sistêmico que depende da capacidade das instituições públicas (e não-públicas) de promover coordenação e colaboração intersetorial para garantir a confiabilidade dos sistemas de energia e alimentos entre outras infraestruturas críticas (Haavik, 2020).

Embora o conceito de "nexo" se refira a um quadro analítico fundamentalmente baseado na interdependência entre dois ou mais elementos (Venghaus e Hake 2018; Xia e

Esses sistemas enfatizam a sustentabilidade, a equidade e a governança comunitária na produção, distribuição e consumo de alimentos (Vivero Pol, 2017).

² Definição de Energia Comum por Bauwens, Wade and Burke (2024, p.2): conjuntos de relações sociais e regras de governança desenvolvidos por comunidades de produtores de energia, usuários e "prosumidores" para, de forma coletiva e democrática, co-criar e co-gerir recursos (bio)físicos relacionados à extração de materiais (por exemplo, minerais para tecnologias energéticas ou biomassa), produção, distribuição, uso e armazenamento de energia, bem como o manejo de resíduos ou o descomissionamento de infraestruturas, com o objetivo de melhorar o acesso à energia, a eficiência e a sustentabilidade

Yan 2022), abordagens que incorporam os níveis social, político e de base popular raramente são encontradas na extensa literatura sobre o tema "*nexus* AE" (Tornaghi e Dehaene, 2019; van Gevelt 2020; Tye et al 2022). Ao mesmo tempo, como foi observado durante a investigação, esta abordagem é frequentemente ignorada tanto pelas instituições políticas como pelas IBCs de alimentos e energia, obscurecendo uma vasta gama de possibilidades de integração políticas e operacionais.

Até agora, a revisão da literatura mostrou que a ciência do *nexo alimentos-energia* (AE) aumentou na análise técnica, geralmente em projetos de maior escala e perspectiva industrial, mas há uma significativa falta de literatura sobre os níveis comunitário, local, político e urbano (Tye et al., 2022). Assim, esta tese também convida a uma discussão mais aprofundada com maior atenção ao lado político de como abordar as lentes do *Nexus AE* a partir de uma perspectiva baseada nos *comuns*.

Geralmente é mais usual encontrar na literatura o *nexus* Alimento-Energia-Água. Embora seja de grande valor incluir o elemento água nesses estudos, consideramos-o aqui de forma secundária. A decisão de limitar o escopo desta tese aos elementos de alimentos e energia no contexto do *Nexus AE*, baseia-se em uma combinação de critérios metodológicos, analíticos e contextuais. Embora o *nexus* Alimento-Energia-Água seja amplamente reconhecido na literatura (Brouwer et al., 2018; Chang et al., 2020; Venghaus & Hake, 2018) como uma tríade interdependente de sistemas essenciais, a inclusão da água como foco primário traria desafios significativos que não se alinham ao objetivo desta investigação.

Primeiramente, o *nexus* é apenas um enquadramento de análise para estudar a interdependência entre dois ou mais elementos (Venghaus e Hake 2018; Xia e Yan 2022). Não existe na literatura uma formatação oficial que delimita o *nexus* ao uso desses três elementos juntos. Muito pelo contrário, existe uma série de outros *nexus*, com outros elementos incluídos. Fica a critério do investigador e do escopo mais adequado ao contexto de análise.

Segundo, incluir a água exigiria expandir o quadro analítico para abarcar dinâmicas ecológicas, políticas e infra-estruturais de gestão de recursos hídricos, políticas de uso sustentável da água e infraestrutura para abastecimento e saneamento que possuem um arcabouço teórico e prático, o que poderia diluir o foco e a profundidade da análise central. Além disso, os recursos metodológicos disponíveis para esta tese, assim como a viabilidade de reunir dados de alta qualidade, seriam prejudicados ao incorporar um terceiro elemento tão abrangente.

Outro fator importante é que a água, embora seja fundamental em qualquer sistema integrado, não emergiu como foco principal das IBCs analisadas nas regiões de estudo. Não foram identificadas IBCs com um propósito sociopolítico claro relacionado à água, enquanto os alimentos e a energia apresentaram-se como elementos críticos das cadeias de valor nas

comunidades investigadas. A ausência de atores ou redes estruturadas focadas em água nas regiões estudadas reduziria a possibilidade de uma análise concreta e empiricamente fundamentada.

Por fim, a escolha de concentrar-se apenas em alimentos e energia reflete uma priorização estratégica. Esses dois elementos são particularmente muito relevantes para as dimensões sociais, ambientais e econômicas da Europa. Como veremos mais adiante, dados demonstram que energia é o principal emissor de GEEs da Europa, sendo o principal foco das políticas de transição da UE, assim como a cadeia de alimentos é responsável por um terço das emissões e uma série de impactos ambientais e sociais. Ao longo dos próximos capítulos serão apresentadas inúmeras razões da importância de priorizar esses dois elementos.

Reconhece-se que, em um mundo interdependente, há uma série de outros fatores relevantes - incluindo água, saúde, solo e mudanças climáticas (European Commission, 2012; Olawuyi, 2020; Adamos et al., 2023) - que poderiam ser incluídos. No entanto, para manter a coerência e a viabilidade do escopo, decidiu-se não sobrecarregar o quadro analítico com complexidades adicionais.

Dessa forma, a água será considerada como um componente secundário, com seu papel reconhecido, mas não analisado de forma aprofundada. Este delineamento permite uma abordagem mais focada e estruturada sobre os alimentos e a energia, sem descartar a possibilidade de incluir elementos adicionais em pesquisas futuras, ampliando a compreensão das interdependências no nexus AE e outras combinações sistêmicas.

II. As redes translocais de iniciativas de base comum: espaços para inovação social e transformação política

Esta tese investiga e analisa a capacidade e as condições (restritivas ou facilitadoras) promovidas por pacotes de políticas europeias e locais para enfrentar os desafios das IBCs de alimentos e energia. A investigação é combinada pela compreensão da inter-relação em diferentes escalas que permite a influência recíproca entre redes translocais, IBCs e instituições políticas de alimentos e energia em nível europeu e local. Redes translocais são caracterizadas por terem fundamentalmente uma componente local e outra além-do-local simultaneamente (Avelino et al., 2019; Greiner & Sakdapolrak, 2013), podendo ser regional, nacional ou até internacional. Podem apresentar múltiplos níveis de governança e vem ganhando importância ao aumentar os benefícios individuais nas ações coletivas e ao permitir ecossistemas mais interconectados, mesmo que fisicamente distantes.

Ao comparar essas duas realidades diferentes, esta tese visa entender diferentes processos pelos quais iniciativas de base (*grassroots*) foram forjadas para desafiar (e mudar)

o ambiente institucional e permitir que suas próprias condições façam sentido não apenas sobre o que estão consumindo em termos de alimentos e energia, mas sobretudo como se está produzindo esses bens. Dessa forma, as IBCs transferem o seu papel de mero consumidores inconformados e passam a incorporar-se aos meios de produção, tornando-se “prosumidores” (Becker et al., 2017; Wittmayer et al., 2021). Isso faz com que não só consumam o que produzem, mas consequentemente se tornem agentes de mudança do “metabolismo social” local (Bringel e Svampa, 2023) formando materialidade aos valores comunitários e permitindo estruturas organizacionais e de governança alternativas.

Além disso, essas redes emergem no cenário político, se posicionando a partir de estratégias coletivas de base, defendendo sua sobrevivência e seus interesses ontológicos e operacionais, ao mesmo tempo que incorporam no seu cotidiano práticas de políticas prefigurativas (Monticeli, 2018). A partir da obra de Lara Monticelli, entende-se “políticas prefigurativas” como práticas e formas de organização que incorporam, no presente, os valores e estruturas sociais desejados para o futuro. Essas práticas buscam criar, restaurar ou defender espaços coletivos onde é possível experimentar não apenas alternativas de produção e consumo, mas, de forma mais abrangente, “formas alternativas de vida”.

A necessidade urgente das IBCs de redesenhar seu papel e posicionamento dentro da esfera pública (Habermas, 2008), a fim de conquistar uma maior autonomia, está intrinsecamente ligada à sua capacidade de influenciar a formulação de condições favoráveis no “espaço público”. Para isso, é fundamental que elas adotem processos contínuos de construção de poder contra hegemônico em rede (“network-making power”, Castells, 2011), estabelecendo uma comunicação eficaz entre seus membros e promovendo a interconexão entre redes a níveis local, regional e global (ou translocal). Além disso, sua participação coletiva e coordenada deve se estender não apenas à esfera pública, onde se forma e circula a opinião pública, mas também às instituições políticas formais, como as instituições políticas do Estado - responsáveis pela tomada de decisões e elaboração de políticas de Governo.

Os mecanismos de governança que as IBCs têm desenvolvido, caracterizados por serem mais democráticos, participativos, autônomos, auto-organizados e inclusivos, não apenas fortalecem sua ação em rede, mas também sustentam seus esforços em se tornarem agentes ativos na reapropriação do espaço público. Esses esforços visam influenciar debates cruciais para as comunidades em áreas essenciais como energia e alimento, resgatando, assim, o papel da esfera pública como um espaço de deliberação racional, capaz de impactar significativamente o processo de tomada de decisões políticas.

Nas últimas décadas, as IBCs de sistemas de alimentos e de energia têm demonstrado uma capacidade significativa para desafiar e influenciar processos sociais inovadores, criando ambientes de governança alternativos com novos mecanismos de mudança através da organização, enquadramento, conhecimento e ação (Avelino et al., 2019; Pel et al., 2020). Ao

proporem meios para capacitar os indivíduos através de organizações mais horizontais e descentralizadas, as IBCs forjaram diferentes estratégias políticas a diferentes níveis. No entanto, as suas experiências também estão enraizadas em contradições inerentes, enquadradas por restrições sociais e políticas tanto a nível local como regional, bem como pelas inconsistências das principais políticas de transição da UE em direcção aos objectivos de desenvolvimento sustentável.

A IS tem ganhado cada vez mais reconhecimento nos discursos de investigação, movimentos sociais, políticas e empresariais por abordar desafios sociais complexos. Controversa ou não, ao longo do tempo, a IS desenvolveu-se numa “ferramenta” polivalente para “moldar a mudança social” (Pel et al., 2023; Wittmeyer, 2019), servindo como estratégia alternativa para os movimentos sociais que visam o “desenvolvimento humano” (Moulaert, 2013). No entanto, foi também cooptada pela dinâmica neoliberal assumindo um carácter de “resolução incremental de problemas” e tornou-se um termo popular e “exagerado” em muitos discursos contemporâneos (Pel et al., 2023).

Embora, para muitos, as IBCs possam já ser consideradas como uma forma de inovação social, ainda é necessário um enfoque teórico, sistemático e empírico para confirmar tal hipótese. O quadro de análise proposto servirá como guia para novas formas de entender a capacidade das redes translocais em facilitar e aprimorar seu esforço inovador, ao mesmo tempo em que será significativamente importante para tomadores de decisão e formuladores de políticas no direccionamento de investimentos em políticas de desenvolvimento voltadas para a resiliência comunitária, cidades justas, autonomia coletiva e sociedades regenerativas.

III. Sobre os capítulos

Ao longo das próximas seções, esta tese explora as “águas disruptivas” das IBCs de alimento e energia, representadas respectivamente pelas Comunidades Energéticas (CE) e pelas Redes Alternativas de Alimentos (RAA) nos estudos de caso. Ambas as regiões dos estudos de caso em campo (Emilia Romagna, na Itália, e Bélgica) são importantes espaços de IBCs com envolvimento do governo local e experiências em políticas públicas - com maior expectativa de desenvolvimento futuro -, contudo, contrastam em vários aspectos como modelo organizacional, cultura, grau de envolvimento governamental, histórico, resultados, entre outros.

Foram examinadas as capacidades de inovação social através da lente da teoria da Inovação Social Transformativa (Haxeltine et al., 2017). Ao adotar esta abordagem, serão consideradas nas próximas páginas as distintas nuances e paradoxos presentes neste contexto, conduzindo a uma reflexão crítica sobre a agenda europeia de “transição verde” e sua restrição na contribuição por mudanças transformativas nos espaços de governança. Nos

próximos capítulos apresento como estas políticas europeias, embora ambiciosas em suas metas de descarbonização e investimento “verde”, ainda são conservadoras e pouco inclusivas.

A literatura ainda carece de uma análise capaz de unir estes *insights* e desvendar como as diferentes dimensões da ligação entre as iniciativas urbanas baseadas em bens comuns (focadas nos sistemas de alimentos e energia) e as redes de movimentos sociais translocais estão mutuamente implicadas para permitir a inovação social. Esta tese procura colmatar essas lacunas através do desenvolvimento de um novo quadro analítico para investigar tanto as condições como os efeitos dessa inter-relação.

Existe ainda um nível de maior profundidade para a literatura, que busca perceber a capacidade de influência destas redes no apoio às IBCs urbanas para prosperarem em termos de inovação social transformativa, especialmente quando se focam nos sistemas de alimentos e energia. Embora as IBCs nos setores alimentar e energético já possam ser vistas como inovação social em si mesmas, ainda necessitam de uma abordagem teórica, sistemática e empírica para explorar tal hipótese.

Assim sendo, a investigação está estruturada em torno de uma questão central de pesquisa:

- Como as redes translocais baseadas nos comuns promovem a inovação social transformativa?

A partir dessa pergunta de partida, estabeleceu-se uma série de questionamentos complementares. Como é o poder de influência das redes translocais nas instituições políticas locais e europeias; onde estão politicamente envolvidas; qual é a resposta das instituições públicas; como é que essa resposta é efetivamente transposta para as IBCs; como é que a rede consegue enquadrar e mobilizar as reivindicações locais e traduzi-las ao nível governamental; como se desenrola a micropolítica entre as redes translocais de IBCs; como o ecossistema da rede está a impactar todo o processo e, por fim, como é que essa influência gera inovação social.

No final, esta tese reconhece que as redes de IBCs têm, de facto, o potencial para impulsionar inovações sociais transformadoras e o empoderamento popular. Estas redes apresentam já uma série de mecanismos, estruturas e práticas que demonstram o surgimento de tais inovações. No entanto, enfrentam desafios significativos, incluindo a necessidade de equilibrar a integração com a dinâmica dominante, preservando ao mesmo tempo a sua essência inovadora. Embora algumas redes específicas tenham feito progressos na influência da política da UE, ainda lutam por reconhecimento e apoio. A capacidade transformadora das IBCs é frequentemente reduzida por recursos limitados e necessidade de conjuntos de competências específicas. No entanto, ainda é mais crucial uma mudança de paradigma nos quadros políticos institucionais, seguidos de uma adoção de estratégias de envolvimento

inclusivas, o alinhamento de valores e o desenvolvimento de mecanismos de comunicação eficazes.

Por meio desta pesquisa, percebeu-se que, embora existam diferentes níveis de interação, influência e inclusão na participação dentro das redes, essas iniciativas já estão intrinsecamente vinculadas às redes de uma forma ou de outra. Essas iniciativas são processos endógenos fundidos às redes, nasceram e foram criadas a partir e por meio das redes, o que em alguns casos torna difícil diferenciar as iniciativas das redes. Portanto, essas “iniciativas em rede” diferem muito em suas atividades políticas, estratégias e concepções. Isso está significativamente relacionado à natureza social de seus membros e valores culturalmente estabelecidos (internos e externos às IBCs). Elas também diferem em certos “níveis” de bens comuns, que mudam a partir de seus padrões de comportamento e propósito observados. Portanto, será apresentado um gradiente de diferentes comparações entre as organizações pesquisadas com base na experiência de trabalho de campo, as comunicações oficiais das IBCs, coleta de dados secundários e documentos oficiais da UE e das instituições locais.

Percebeu-se também que institucionalmente, nas pesquisas anteriores a ênfase está nas iniciativas locais, conduzidas pela comunidade e na governança participativa. Porém, a exploração de abordagens multi-escalas e outras lógicas institucionais ainda é limitada.

Essa tese vem então propor um quadro analítico diferenciado que integra diferentes campos de conhecimento, com perspectivas pouco exploradas de cada um desses campos e com distintos elementos complementares. Além do mais, essa tese não se limita a propor um desenho analítico do passado e do presente, mas também uma perspectiva de futuras possibilidades para criadores de políticas, pesquisadores, gestores públicos, comunidades, iniciativas e cooperativas.

Em resumo, após a introdução, o primeiro capítulo apresenta a metodologia utilizada para a elaboração da investigação. O capítulo 2 faz uma primeira aproximação da exploração do embasamento teórico, passeando pela origem dos movimentos sociais pelos *comuns*, desde a esfera pública e o poder da rede até uma crítica sobre o modelo de transição da UE focado na descarbonização da economia. Já o capítulo 3, por sua vez, revela o significado de “Energia Comum” e “Alimentos Comuns” com base numa revisão estendida da literatura, como resposta a esse modelo. O capítulo 4 é dedicado ao *Nexus Alimento-Energia (Nexus AE)* e o capítulo 5 apresenta uma análise sobre as políticas de alimentos e de energia na União Europeia e a proximidade dessas políticas com o contexto das IBCs. O capítulo a seguir apresenta o debate e as discussões sobre as condições de cada contexto dos estudos de caso, e o capítulo 7 finaliza com os resultados da investigação antes das ‘conclusões’.

Capítulo 1 - Metodologia

Apesar de mudanças decorrentes dos resultados e achados ao longo da investigação, o conjunto metodológico final resultou de uma integração entre diferentes métodos: (1) revisão alargada da literatura para criar uma compreensão mais ampla e profunda da relação entre iniciativas de base comum³ de alimentos e energia, redes translocais e o nexa entre sistemas de produção e consumo alimentar e energético; (2) análise de documentos e políticas oficiais locais e da UE sobre alimentação e energia e comunicações institucionais das redes IBCs; e (3) estudo comparativo e análise exploratória sobre os estudos de caso em campo baseados em observação participativa e entrevistas em profundidade com os principais intervenientes. Essa triangulação permitiu construir um quadro analítico reflexivo para a compreensão das condições para a inovação social transformativa nas IBC alimentares e energéticas e o *Nexus AE* a partir de uma epistemologia relacional. Nesta perspectiva, as IBCs são concebidas como práticas sociais situadas, construídas nas interações entre comunidades locais, ecossistemas, estruturas político-institucionais e as redes translocais como espaços relacionais nos quais circulam saberes, valores e estratégias que reconfiguram as possibilidades de inovação social transformativa.

Embora a observação em campo não tenha assumido a forma de uma etnografia de longa duração, optou-se por recorrer a uma observação participativa de carácter exploratório, realizada ao longo de algumas semanas em mercados e espaços de redes alimentares alternativas. Essa inserção, ainda que limitada em tempo, permitiu uma interação bem próxima, reflexiva e informal com participantes, combinando o olhar de cidadão/consumidor e o de investigador. Tal abordagem possibilitou aceder a percepções, práticas e narrativas que dificilmente emergiriam em entrevistas formais ou em documentos institucionais, acrescentando uma dimensão relacional e localizada.

A análise exploratória a partir dos estudos de caso teve como objetivo investigar, de forma detalhada e aberta, fenómenos complexos dentro de contextos reais. Este tipo de análise permitiu compreender padrões, identificar relações e levantar hipóteses a partir das

³ Nota do autor: introduzo aqui na metodologia uma importante explicação sobre a tradução. “Commons” não é uma tradução fácil para o Português e tão pouco existe uma tradução consensual para tanto. Diversos autores e tradutores divergem sobre o termo. Alguns utilizam a tradução “bem comum”, o que ao meu ver estaria mais adequado a “common good” - e que não necessariamente reflete o que o *commons* significa. Bianchi (2018) retrata como o termo “bem comum” é cooptado por políticas reformistas para despolitização, por exemplo. Outros utilizam “Comuns”, alguns “Comum”, outros “Espaços Comuns”, etc. Sendo assim, preferi adotar uma tradução a partir das versões traduzidas de obras de autores significativos aqui para essa tese, como Silvia Federici (2023), Michael Hardt e Antonio Negri (2016) e David Harvey (2014), que tão pouco definem com clareza uma única tradução. Assumi a tradução então para comum ou comuns (dependendo da conjugação da frase).

observações realizadas nos casos específicos. No contexto das IBCs e redes translocais, a análise exploratória pôde revelar alguns achados sobre:

1. *Dinâmicas internas das IBCs*: compreender como as redes de IBCs se organizam internamente, incluindo seus mecanismos de governança, formas de participação democrática e processos de tomada de decisão.
2. *Condições políticas e institucionais*: examinar as políticas locais e regionais que afetam o desenvolvimento das IBCs e como as interações entre redes translocais e instituições políticas moldam os resultados dessas iniciativas. Os estudos de caso puderam revelar diferenças contextuais nas respostas governamentais, no apoio às IBCs e na incorporação de suas estratégias e mecanismos às políticas públicas.
3. *Relação entre sistemas de produção e consumo de alimentos e energia*: utilizar os estudos de caso para investigar de que forma a interdependência entre os setores de alimentos e energia, através da lente do *nexus*, se manifesta nas práticas das IBCs. A análise exploratória pôde revelar desafios e oportunidades para integração entre esses dois setores, a partir da perspectiva social e política.
4. *Inovação social e resiliência*: explorar como as IBCs promovem a inovação social e desenvolvem suas formas de resiliência.

Através desta abordagem, foi criado um quadro analítico para as IBCs investigadas e propôs-se uma integração com uma perspectiva sociopolítica ao quadro de fundamentos de análise do *Nexus AE*. Finalmente, como será demonstrado no capítulo 7, esses resultados foram cruzados com a Teoria da Inovação Social Transformativa, culminando num estudo das condições que as IBCs podem estabelecer como restritivas ou facilitadoras para inovação social transformativa.

A investigação iniciou-se com uma perspectiva mais ampla sobre IBCs do universo energético e alimentar. À medida que uma compreensão mais abrangente se tornou mais clara, a investigação desdobrou-se e concentrou-se nas redes da Comunidade Energéticas (CE) e as Redes Alternativas de Alimentos (RAA) como representantes que expressam melhor a “energia comum” e os “alimentos comuns” nas suas práticas. A partir deste ponto, a revisão da literatura e as análises documentais/comunicações foram canalizadas para este foco e a escolha dos entrevistados também seguiu este padrão.

A análise baseia-se na triangulação de análise de documentos, revisão estendida da literatura e dados recolhidos durante o trabalho de campo, que decorreu entre 2022 e primeiro semestre de 2023. No total, foram realizadas 23 entrevistas online em profundidade e 15 entrevistas presenciais em campo. Estas entrevistas variaram entre formatos informais, mais

aprofundados e estruturados (dependendo das condições favoráveis) e incluíram membros das iniciativas, participantes, ativistas, académicos, lobistas, produtores, praticantes e outros.

Para os estudos de caso, a análise centrou-se em: Itália (Emilia Romagna) e Bélgica (Lovaina, Liège e Antuérpia). Ambas as regiões são agrupamentos proeminentes de IBCs com experiências de envolvimento dos governos locais e regionais e também na construção de políticas públicas, mas contrastam em vários aspectos, como a profundidade alcançada, a estrutura politico-institucional-organizacional, a influência da cultura local, o contexto histórico, o grau de envolvimento governamental, entre outros.

A Emilia Romagna é amplamente conhecida pelo seu percurso histórico e décadas de pioneirismo na economia baseada nos bens comuns (Brusco, 1982; Zamagni, 2019) que se desdobra no quadro político nacional e local. A Bélgica, por outro lado, desde a década de 2000, está a aumentar verticalmente as IBCs (Pleyers, 2017; Manganelli et al., 2019) e a florescer novos movimentos em todo o país. Ver figura 1.1 para ilustrar a importância da Bélgica e da Itália nas redes alternativas de alimentos.

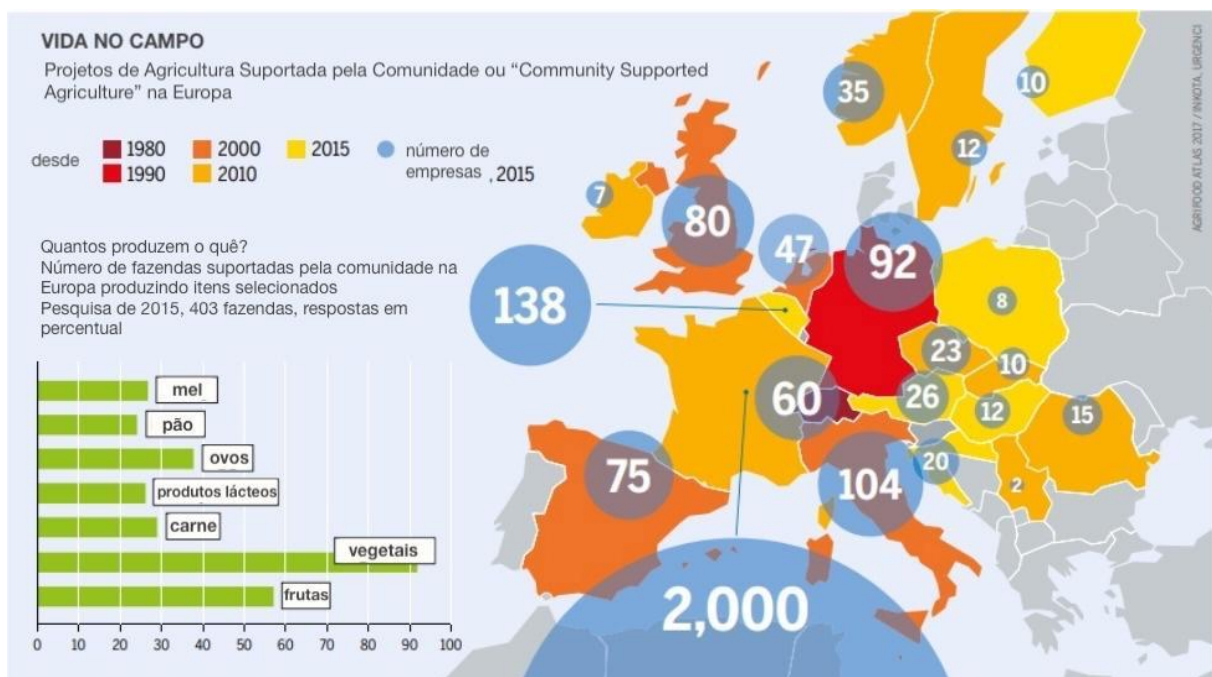


Figura 1.1: Números das iniciativas de Agricultura Suportada pela Comunidade (CSA), demonstrando a importância de Itália e Bélgica na Europa. Traduzido livremente e adaptado de "Agrifood Atlas: Facts and figures about the corporations that control what we eat. alternatives looking for a new way" (in Chemnitz Luig and Schimpf, 2017).

1.1 - Sobre a minha posicionalidade

Parto do princípio que toda investigação acadêmica está inserida dentro de um contexto não só do objeto de pesquisa, mas também do sujeito como pesquisador. Assim como Donna Haraway (1988) introduziu o conceito de “conhecimentos situados”, reconheço como as escolhas da pesquisa, o ato da investigação e a interpretação dos dados qualitativos são influenciados pelas minhas experiências pessoais e profissionais, e os valores que eu venho desenvolvendo a partir, por exemplo, do meu interesse e minha crença em propostas contra hegemônicas e mais colaborativas.

Minha formação em Geografia e o mestrado em Economia para Transição (em uma instituição baseada na aprendizagem transformativa como a Schumacher College), assim como a participação em diversas experiências de espaços/redes e empreendimentos colaborativos, ativismo e pesquisas sobre o tema reforçaram meu interesse sobre o “Comum” e modelos políticos, econômicos e organizacionais alternativos. Essas experiências constituem a minha visão e contribuíram para o desenvolvimento de um olhar crítico sobre a forma como as redes translocais podem promover inovação social transformativa. Além disso, minha origem do Brasil, como país colonizado, moldou minha sensibilidade para questões relacionadas à inclusão, decolonialismo, justiça social, novos modelos de desenvolvimento, entre outras. Isso inclusive reflete na escolha de realizar esta tese na língua Portuguesa como eu aprendi (formalmente) no Brasil.

Inspirada na abordagem dialógica e na reflexividade crítica de Paulo Freire, busquei adotar uma postura colaborativa e reflexiva durante o trabalho de campo, reconhecendo os participantes como co-produtores de conhecimento. Acredito que essa abordagem enriqueceu minha análise, permitindo compreender os desafios e possibilidades das IBCs no seu contexto sociopolítico. Entendo que durante o trabalho de campo, minha posição como pesquisador internacional, de uma instituição acadêmica tradicional, falando em inglês, pode ter afetado as interações com os participantes. Por isso, procurei adotar uma postura reflexiva e sensível. A abordagem metodológica foi moldada pelo reconhecimento da importância da observação participativa e de métodos qualitativos que privilegiam as perspectivas locais. Isso se alinha com minha convicção de que a produção de conhecimento deve ser um processo colaborativo e emancipador, bem como da sensibilidade, como pesquisador, em perceber os atores/objetos/ambiente à minha volta são essenciais para a construção do conhecimento, incluindo tanto a minha interpretação quanto a minha fala e a do entrevistado naquela condição específica do momento (Latour, 2005). Por exemplo, em diversos momentos no trabalho de campo não utilizei gravador para que esse objeto não modificasse a genuinidade da fala, ou ao aproveitar a informalidade de um mercado de rua e uma conversa entre amigos.

Acredito que essa transparência é essencial para garantir que esta investigação contribua de maneira significativa para o campo de estudo.

1.2 Pilares fundamentais da revisão da literatura:

Inicialmente a partir de buscas através das plataformas do Scopus, Web of Life, Academia.Edu; Google Scholar; websites diversos e documentos oficiais foi-se construindo a base dessa teia da revisão da literatura. Os artigos, textos, livros entre outros (quase 90% em língua inglesa) foram selecionados a partir de uma primeira criterização (baseado na relevância com o objeto de pesquisa). A partir daí foi se categorizando os ficheiros em “clusters temáticos” abaixo de outras “clusters” através de áreas de interesse da investigação em si e, então, extraíndo desses textos uma série de informações organizadas de acordo com as categorias de análise variando com o tema do artigo, até mesmo encontrado convergências e divergências entre os autores. Os principais “clusters” dessas categorias são: *Commons*; *Urban Commons*; *Commons-Based Initiatives*; *Energy*; *Food*; *Nexus*; *Food-Energy Nexus*; *Social Innovation*; *Transformative Social Innovation*; *Translocal*; *Translocal Networks*; *Belgium*; *Emilia Romagna*.

A literatura nesses temas tem evoluído consideravelmente nos últimos anos e com uma amplitude significativa de visões contrastantes necessitando constante atualização. Posteriormente, a revisão estendida da literatura foi dividida em seis categorias principais: bens comuns/IBC/comuns urbanos; bens comuns alimentares/Redes Alternativas de Alimento; bens comuns de energia/transição/comunidade energética; Nexus Alimentos-Energia: Emília Romagna; Bélgica; redes translocais/translocalidade. Foi necessário conduzir uma revisão da literatura estendida no tema pela falta de confirmação em campo de IBCs que relacionavam-se diretamente e declaradamente com o “Nexus AE”. Então, a partir de elementos da literatura alinhados com os achados em campo, foi se construindo uma argumentação da hipótese de um *nexus* sociopolítico entre as IBC de alimentos e de energia naquelas regiões e nesse momento.

A pesquisa bibliográfica incluiu artigos de investigação qualitativa sobre estas categorias, independentemente dos posicionamentos contrastantes e complementares dos autores. Foram também considerados artigos centrados no contexto político e nas implicações de tais categorias a nível da UE e local. Uma vez que este estudo se insere no contexto (político) europeu, e para manter o âmbito da revisão da literatura focado e gerível, excluiu-se dos estudos de caso artigos que partilham conhecimentos de contextos geográficos diferentes dessas regiões. Embora fosse importante determinar estas categorias da revisão da literatura, percebeu-se muitas sobreposições e intersecções entre essas categorias e sub-categorias que demonstram, na realidade, uma ligação temática entre estas camadas de análise. Foram ainda consultadas algumas bases de dados condizentes com a pesquisa para inserção de

dados qualitativos e quantitativos secundários pontuais como Eurostat, relatórios da International Energy Agency (IEA), World Energy Outlook, Our World in Data, dados da REScoop, entre outros a serem apresentados durante este documento.

Os seguintes documentos políticos oficiais da UE foram analisados centrando-se na ligação com a CE, IBCs e RAA – juntamente com conceitos correlacionados como: soberania alimentar, iniciativas lideradas por comunidades, descentralização, pobreza energética, justiça energética, democracia energética, energia renovável e outros.

No tema Energia:

- O Pacto Ecológico Europeu - (COM(2019) 640 final, 11.12.2019);
- O Pacote Legislativo Energia Limpa para Todos os Europeus (European Commission, 2019a);
- Reformulação das Diretivas Energias Renováveis (REDII) 2018/2001 e a REDIII - Diretiva (UE) 2023/2413;
- Reformulação da Diretiva (UE) 2019/944 do Mercado Interno da Eletricidade (IEMD) e alteração da Diretiva 2012/27/UE, que altera os Regulamentos (UE) 2019/943 e (UE) 2019/942, bem como as Diretivas (UE) 2018/2001 e (UE) 2019/944 para melhorar a conceção do mercado da eletricidade da União COM(2023) 148 final, e as recentes reformulações: Diretiva (EU) 2024/1711 e a Regulação (EU) 2024/1747;
- Estratégia-quadro para uma União Energética resiliente com uma política em matéria de alterações climáticas virada para o futuro, COM(2015) 080 final;
- Regulamento (UE) 2018/1999 relativo à governação da União da Energia e à ação climática;
- *REPowerEU: Joint European action for more affordable, secure and sustainable energy*;
- Ação Europeia Conjunta para uma energia mais acessível, segura e sustentável, COM(2022) 108 final;
- *RRF: Recovery and Resiliency Facility*, Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro de 2021, que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência;
- Comunicado de imprensa do Conselho da UE, 30/03/2023 acordo provisório sobre a diretiva sobre energias renováveis – parte do pacote “Fit for 55”; Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à eficiência energética e que altera o Regulamento (UE) 2023/955 (reformulação).

No tema Alimentos:

- Regulamento (UE) 2021/2115 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 2 de dezembro de 2021, que estabelece regras de apoio aos planos estratégicos a

elaborar pelos Estados-Membros no âmbito da política agrícola comum (Planos Estratégicos da PAC) e financiados pelo Fundo Europeu de Garantia Agrícola (FEAGA) e pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e que revoga os Regulamentos (UE) n.º 1305/2013 e (UE) n.º 1307/2013;

- Reforma mais recente da PAC (PE/64/2021/REV/1 e PE/65/2021/INIT) com proposta do Plano Estratégico 2023-2027.
- Regulamento (UE) 2021/2116 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 2 de dezembro de 2021, relativo ao financiamento, à gestão e ao acompanhamento da política agrícola comum e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1306/2013;
- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões Uma Estratégia do Prado ao Prato (*Farm to Fork Strategy*) para um sistema alimentar justo, saudável e respeitador do ambiente COM/2020/381 final.

1.3 - Trabalho de campo

O trabalho de campo teve dois formatos distintos: *online* e presencial (com visita de campo). Iniciou-se com entrevistas semiestruturadas online seguidas de um processo de amostragem em bola de neve para explorar narrativas em profundidade. O pontapé inicial foi realizado com quatro partes interessadas principais (dois ativistas/pensadores/acadêmicos especialistas em IBC e dois membros de rede translocal com sede na Bélgica e Emilia Romagna), seguido de uma série de conexões. No total, foram realizadas 23 entrevistas online com membros das IBCs, ativistas, acadêmicos e projetos liderados/financiados pela UE. A visita de campo foi realizada em duas principais regiões urbanas (e periurbanas): cidade-região de Bolonha e quatro cidades-regiões belgas (Bruxelas, Lovaina, Liège e Antuérpia); em que foram realizadas aproximadamente 15 entrevistas. As identidades dos entrevistados serão mantidas em sigilo, garantindo a sua privacidade e confidencialidade. Todos os nomes e informações pessoais foram anonimizados, e qualquer dado que possa permitir a identificação dos participantes foi cuidadosamente omitido ou alterado. As seguintes iniciativas fizeram parte do trabalho de campo:

- Ceinture Aliment-Terre Liègeoise (Liège), Oufit!Coop (Liège), Commons Lab (Anthuerp), REScoop (EU), Ecopower (Leuven)
- Green Energy COMMunity - GECCO (Bolonha), Greta Project (Bolonha/UE), Arvaia (Bolonha), Genuino Clandestino (Bolonha/Itália), Campi Aperti (Bolonha), Camilla.coop (Bolonha)

Estas organizações e seleções de entrevistados apareceram durante o processo de amostragem em bola de neve, mas também aparecem recorrentemente na literatura e são, sem dúvida, representantes fiáveis das IBCs, CE e RAA nas suas regiões.

Apesar de em cada caso ter sua especificidade para melhor aproveitamento da informação, as entrevistas e a observação de campo foram realizadas sempre já contendo um conjunto de lentes prévias:

Em primeiro lugar, os discursos dos entrevistados foram compreendidos considerando:

- (1) “percepções”: como o entrevistado vê a sua organização (ou terceiros - não membros da organização) em relação a estes temas principais: o *nexus* alimento/energia, a governança institucional e a esfera “micropolítica”.
- (2) “Interações”: qualidade das interações dentro e fora da organização (com entidades públicas locais, regionais, nacionais, internacionais, ou não formais). Outras informações avaliadas foram (3) barreiras e desafios e (4) casos de sucesso das IBCs e redes.

A partir desse processo durante as entrevistas foram identificados:

- (a) quais as motivações internas e o propósito original; as relações, comportamentos e perfis dos seus membros (e quem está “fora de cena” e porquê);
- (b) os formatos de governança, os mecanismos de estrutura organizacional, de alternativas sociais-político-econômicas e as prioridades estratégicas;
- (c) como se processa a micropolítica da Rede IBC;
- (d) redes translocais, estratégias políticas e o poder da sua influência nas instituições políticas;
- (e) onde o entrevistado (e a IBC) está politicamente engajado;
- (f) qual a resposta das instituições públicas;
- (g) como essa resposta é efetivamente transposta para o IBC;
- (h) como a rede translocal é capaz de enquadrar e mobilizar as reivindicações locais e traduzi-las para o nível governamental local, nacional e UE;
- (i) qual a influência no processo de tomada de decisão;
- (j) como o ecossistema da rede está a impactar o contexto sociomaterial;
- (k) formas de envolvimento e influência com as instituições políticas a nível nacional e da UE na elaboração de políticas;
- (L) relevância e centralidade da elaboração de políticas da UE nos seus objetivos estratégicos.

Os resultados do trabalho de campo foram enquadrados dentro de um escopo de análise que buscou entender (i) a relação das redes de IBC de alimentos e de energia (separadamente) com o seu contexto sociopolítico e a construção de suas táticas e estratégias como agentes sociais; (ii) como (e se) o nexo alimento-energia existe dentro das redes, como é percebido (ou não) pelas próprias redes (iii) e a sua contribuição e os desafios para se tornar uma alternativa promissora e atual.

O trabalho de campo e os avanços na literatura ampliaram o conhecimento sobre documentos pertinentes à investigação aumentando a capilaridade da pesquisa. No entanto, o nexo energia-alimento que antes tinha se tornado, aparentemente, uma possibilidade de centralizar o foco da pesquisa, agora se tornou um desafio. I.e., não foi possível encontrar projetos e grupo de *commoners*⁴ que deliberadamente auto-declaram este nexo como parte de seu propósito. Esse já é, em si, um resultado emergente da pesquisa de campo que veremos mais à frente. A partir desse ponto, surge uma nova hipótese em que a investigação ultrapassa o que é observado apenas empiricamente. Ou seja, ao incorporar às análises, o cruzamento das informações em campo sobre os estudos de caso com a literatura sobre o *nexus*, foi possível avaliar o potencial da contribuição de um nexo entre essas duas formas de IBCs (alimentos e energia) através de uma abordagem sociopolítica. Uma visão ainda não explorada na literatura, inovadora e útil do ponto de vista de criadores de políticas, decisores, legisladores, membros das redes, IBCs, entre outros atores. Isso demandou um aprofundamento em cada uma das duas realidades (os comuns de alimentos e os comuns de energia) e propor um novo framework que integra essas duas a partir do enquadramento analítico do *nexus*. E por isso a revisão da literatura estendida é parte integrante da metodologia.

Por fim, chegou-se a uma segunda camada de análise cruzando todas as informações coletadas e os achados das fases anteriores com a Teoria da Inovação Social Transformativa (IST). Essa teoria busca compreender como as inovações sociais podem não apenas resolver problemas específicos, mas também desencadear mudanças estruturais na sociedade, foi usada como um referencial central para interpretar os dados das IBCs e sua contribuição para inovação social. Ou seja, com a IST as condições que essas iniciativas criam, sofrem e podem atuar tanto como barreiras quanto como facilitadores para a inovação social transformativa.

Nesse sentido, em resumo, estabeleceu-se na tese um processo metodológico em 4 (quatro) fases:

- 1) Uma análise comparativa entre os sistemas de alimentos e de energia e entre as regiões dos estudos de caso;

⁴ Nota do autor: na dificuldade de encontrar uma tradução melhor mantive em inglês. Esse termo se refere às pessoas que participam ativamente nos comuns

- 2) Os mecanismos e estratégias políticas das IBCs dentro do seu universo sociopolítico da agenda verde europeia;
- 3) O potencial da contribuição de um “*nexus* sociopolítico”; e
- 4) Um estudo das condições que catalisam ou inibem a inovação social transformativa das redes de IBC no seu contexto local e do pacote de políticas verde europeu.

A partir desse cruzamento identificou-se elementos internos e externos que impactam a capacidade das IBCs de efetivar mudanças em níveis mais amplos, especialmente no campo político e institucional. Essas condições incluem fatores como a flexibilidade organizacional, o acesso a redes de apoio, a abertura para inovação prática, o alinhamento com agendas políticas contemporâneas, a capacidade de mobilizar e engajar a comunidade e de influenciar tomadas de decisão e o “fazer-política”.

Capítulo 2 - Da policrise civilizatória à transição: Consenso da Descarbonização ou inovação social?

A motivação inicial desta investigação surge de um desconforto amplamente compartilhado por muitos autores, cientistas e ativistas: o sistema socioecológico (Gomes e Cadenas, 2015) do planeta encontra-se sob risco iminente de colapso (UNU EHS, 2023; Raworth, 2012; IPCC, 2023; Richardson et al., 2023). A evidência categórica, comprovada pela grande maioria da comunidade científica internacional, sobre a pressão exercida pelas atividades humanas nos limites de regeneração dos ecossistemas planetários fundamentou a construção de uma narrativa global de um estado de emergência socioambiental. Essa narrativa tem influenciado e impulsionado diversas ações políticas, tanto institucionais quanto informais, como os grandes acordos globais e o movimento ambientalista, os quais, entretanto, são marcados por inúmeras controvérsias (Avelino et al., 2024).

Neste capítulo, abordo como atualmente estamos testemunhando a passagem de um cenário de múltiplas crises (De Angelis, 2017) para uma “policrise civilizatória”, ou seja, esse conjunto de crises de diferentes aspectos inter-relacionadas que se entrelaçam casualmente multiplicando seus impactos (Bringel e Svampa, 2023). Essa ruptura é resultado do metabolismo social vigente (Fischer-Kowalski e Weisz, 2016) que simultaneamente compromete seu próprio funcionamento (Rockstrom et al., 2009) e, portanto, demanda mudanças estruturais profundas.

O conceito de metabolismo social, originalmente das ciências naturais, analisa os fluxos de matéria, trabalho, energia, consumo e descarte que determinam o funcionamento metabólico de um organismo e suas relações simbióticas (Margulis, 1998). A transposição para as ciências sociais permitiu analisar como as relações humanas com o meio ambiente

são organizadas e como afetam os sistemas sociais, políticos e econômicos (Gonzales de Molina e Toledo, 2014). Nesse sentido, diferentes atores mobilizaram, a partir dessas crises multifacetada e integrada, práticas institucionais para uma transição sociotécnica (Pel et al, 2023), assim como os esforços contra-hegemônicos dos movimentos sociais e de base coexistindo nesse espaço público dinâmico. Resta explorar, durante esse capítulo, se essa reação à polícrise resulta em mais uma reprodução “verde” e exclusivista do capitalismo ou de fato se configura como uma inovação social transformadora.

Provavelmente, a mais emblemática dessas crises ambientais, devido seus severos impactos, é a mudança climática e a sua correlata narrativa da “descarbonização”. Embora essa narrativa não seja necessariamente homogênea (McAlpine, 2023), ela se espalhou amplamente pelo mundo, influenciando até mesmo políticas estratégicas de Estado, como por exemplo, o Pacto Verde Europeu e sua audaciosa meta de “neutralização” até 2050.

A urgência socioecológica associada à mitigação e adaptação climática decorre do próprio desafio de resposta de uma sociedade cuja lógica de funcionamento está tão consolidada que dificulta mudanças significativas. O sistema social hegemônico tornou-se altamente dependente de um modelo que o conduz ao colapso (Foster, 2010), agravado por uma inação político-cultural (Stern, 2006; IPCC, 2022). Existe aqui uma gama de possíveis fatores dessa incapacidade de mudança, como a dificuldade de transformar um sistema já tão complexo, a imprudência decorrente da negligência e a falta de responsabilização. Além disso, a centralização do poder nas elites empresariais e políticas perpetua o *status quo*, na busca pela permanência dos seus interesses próprios e resistindo a transformações estruturais.

Esse senso de urgência, utilizado como justificativa para enfrentar as crises ambientais e sociais, tem resultado em soluções capitalistas, que raramente questionam ou alteram as estruturas subjacentes do sistema político-econômico. Trata-se do que pode ser descrito como um “remendo socioecológico” (do inglês “*socio-ecological fix*” (Chambers, 2021)), uma tentativa de “consertar” problemas socioecológicos dentro da lógica capitalista, frequentemente priorizando ganhos econômicos ou interesses corporativos em detrimento de mudanças estruturais profundas.

No século XXI, consolidou-se um novo acordo capitalista mundial, descrito por Bringel e Svampa (2023) como o “Consenso de Descarbonização”: um modelo de transição para baixas emissões de carbono sob o eixo duplo da eletrificação e digitalização da economia global. Tal modelo endossou um novo pacto social baseado na lógica empresarial e ligado a interfaces digitalmente intensivas, criando novas mercadorias e formas de controle social. Embora se reconheça a importância do combate às mudanças climáticas, a questão de como permitir uma transição transformadora para um sistema sócio-ecológico regenerativo

permanece controversa nos debates políticos e muitas vezes esvaziados politicamente (Avelino et al., 2024).

O conceito de “transição”, por sua vez, define-se por um conjunto de mudanças sistêmicas sociais, econômicas, ambientais e/ou tecnológicas em direção a um estado mais desejado de futuro (Loorbach, Frantzeskaki e Avelino, 2017), onde processos não lineares e de variáveis complexas (Feola, 2015) co-evoluem em múltiplas inovações sociotecnológicas (Pel et al., 2023). Dessa forma, veremos ao longo das próximas páginas uma exploração sobre como os movimentos de base e os movimentos sociais vem contribuindo para uma transição (não “verde”, mas paradigmática) que desafia o metabolismo social, as estruturas políticas e mecanismos democráticos para performar alternativas contra-hegemônicas inovadoras.

2.1 Esfera Pública, democracias deliberativas e participação cidadã

De fato, ao longo da história o sentido de “público” foi sendo alterado desde o seu princípio, assim como a participação cívica no processo político.

Para Habermas (2003), na idade média, “público” era tudo aquilo que não pertencia a propriedade privada e pertencia ao Estado - desde espaços à funções, estruturas e cargos, e depois do século XVIII a união dos termos opinião e público também passou a incluir o privado, uma vez que o público (iluminista) ganha um caráter político de ser “acessível para todos” (a princípio mais inclusivo, ainda que de uma forma burguesa, dominante, sexista e elitista).

As profundas crises que marcam a transição do mercantilismo para o capitalismo industrial, seguidas pela formação dos monopólios, a centralização de poder e o surgimento do mercado financeiro de capitais explanaram os limites do modelo liberal na resolução autônoma de seus desafios e tensões econômicas, sociais e culturais, gerados na modernidade, agravando no entanto as desigualdades sociais. “As intervenções públicas do final do século XIX são uma tradução política dos conflitos de interesse que já não podem ser extintos na esfera privada” (Habermas, 2002, p. 173). Nesse contexto, o Estado passa a intervir de forma mais ativa por meio de regulações econômicas, implementação de políticas sociais e garantia de direitos, respondendo à incapacidade do mercado e de outras instituições privadas de mitigar ou resolver os conflitos gerados por suas próprias contradições, como desigualdades sociais, exploração do trabalho e crises econômicas. No entanto, o surgimento do Estado de Bem-Estar Social amplia a inclusão de interesses de indivíduos particulares na esfera pública, não apenas como demandas de interesse econômicos, mas também por pressões sociais por direitos e proteção, desafiando a estrutura liberal original da “esfera pública burguesa” (Habermas, 2003).

Entretanto, essas intervenções não corrigiram as desigualdades estruturais, mas reforçaram os privilégios de grupos dominantes na esfera pública burguesa, mantendo ou intensificando a exclusão de gênero, classe social e raça e outros “grupos sociais subalternos” (Fraser, 1990). A passagem para o capitalismo industrial teve inerente acréscimo de conflitos sociais históricos e maiores reivindicações por parte das classes “dominadas”. Hoje, a diversidade dos conflitos se alargou imensamente e além da luta de classes, vive-se os conflitos por insatisfações diversas (Castells, 1999). Mesmo que neste momento se presuma que o Estado ainda assume a responsabilidade pelas “questões sociais” e de um público soberano, no fundo perde seu domínio absoluto por esse poder. Leia-se aqui “poder” como a capacidade de mobilizar atores, recursos e/ou instituições para atingir seus resultados (Avelino, 2021). O conceito de soberania popular já era contestado por Walter Lippmann, pouco após o final da Primeira Grande Guerra, época caracterizada pela preocupação da manipulação propagandística da massa; a qual o mesmo autor cunhou como “fabrico do consentimento”: “É uma velha arte que se supunha ter morrido com a democracia. Mas não morreu” (Lippmann, 2008, p. 158).

Castells afirma como, ao entrar no século XXI, a elite política dominante foi exposta pela sociedade em rede, a velocidade da informação e o fenômeno das redes sociais na internet, o que permitiram um espaço híbrido e neutro – sem a direta presença intermediária do Estado e do mercado. Assim vem se construindo uma possibilidade de um novo caminho, que contrapõe aquela visão da formação da opinião pública apresentada em Lippman (2008), Zaller (1992), Manza & Cook (2002) e Gramsci (1971). Através do desenvolvimento da tecnologia da informação, a formação da opinião pública pelos meios de comunicação de massa vem sendo desafiada, embora já se demonstre a alta capacidade de adaptação dessa classe dominante em se apropriar dos novos meios de comunicação (Srniczek, 2016; Zuboff, 2019).

Apesar da tecnologia da informação, como a internet, ter um lado aparentemente encantador (de “liberdade” e “autonomia”) e outro obscuro (como *fakenews*, *filtrebubbles*, algoritmos de preferência, apropriação da informação privada, políticas de privacidade e muitos outros instrumentos de dominação da informação), não podemos negar que há uma transformação do cenário público e democrático, ao menos pelo aumento de debate, interação e possibilidade de diversificar a informação por fora das grandes corporações midiáticas, e a disputa pelo “poder em rede”, do inglês *network-making power* (Castells, 2011).

Embora cada “ser social”, dentro de sua capacidade de individualidade, construa inerentemente seu próprio sistema de significados interpretando as informações comunicadas, esse processamento é afetado diretamente pelo ambiente e, então, influencia as normas de construção de significado (Cunha, 2018) - logo, a produção de relações de poder.

A mudança para uma democracia deliberativa (Gutmann e Thompson, 2016) está ligada a uma transformação da concepção puramente instrumental da democracia numa competição entre elites dominantes pelo controle do Estado. Este, por sua vez, assume o papel de soberano, ao determinar todas as condições públicas e políticas através de uma suposta representatividade definida unicamente pelo voto de indivíduos agregados sem que se permita uma opinião pública para o bem comum.

A partir do último quadrante do século XX, e mais nomeadamente no século XXI, muitas alternativas estão aparecendo em direção a deliberação coletiva, democracia participativa, iniciativas baseadas nos comuns, processos colaborativos e outros (Luchman, 2002). Em maior parte motivados pelos avanços tecnológicos que permitem novos formatos de comunicação, assim como pelo agravamento dos conflitos sociais e crises econômicas, a descrença na legitimidade das lideranças políticas, a ruptura e desconfiança nas instituições democráticas, e o aumento das dores do capitalismo (Castells, 2018).

Dewey (1946) já se opunha a uma diferente conceptualização do público e defendia uma maior participação democrática, através da publicidade, da crítica, da deliberação, do acesso, do escrutínio público e da decisão sobre os assuntos comuns. Assim como para Habermas (2002), com base na “razão comunicativa”, a democracia deliberativa necessita desse processo de justificativa mútua o que por consequência levaria a um melhor esclarecimento apoiando a formação de uma opinião pública mais complexa e legítima. Esse modelo de duas vias, proposto por Habermas, é naturalmente a capacidade de melhor direcionamento das decisões políticas visto que a opinião pública é transformada por esta troca (uma via de comunicações mais sistêmicas do poder público para as pessoas e o caminho inverso).

De acordo com as visões de Dewey (1946), a democracia deliberativa constitui, sobretudo, um ideal de legitimidade, onde não se configura a decisão pela maioria, mas necessariamente por um processo de escuta, discussão, debate, justificativa e persuasão prévios e alargados.

O paradigma democrático deliberativo tem como característica central procedimentos dialógicos nos quais participantes se envolvem em argumentos (mesmo que contrários), propostas, objeções, opiniões e posições guiados por princípios de equidade, imparcialidade, reciprocidade, respeito e racionalidade. Na deliberação coletiva é fundamental a mudança de percepção cultural, cognitiva e comportamental do público para o comum, partindo do princípio básico de mudar o interesse individual para o coletivo. Isso não determina que as pessoas sejam bloqueadas de suas faculdades interpretativas e não menos morais, emocionais e subjetivas.

Uma das críticas mais comuns à deliberação coletiva é o fato de que seus princípios esbarram em barreiras práticas que podem impedir sua viabilidade, por exemplo, o

pressuposto de igualdade para participação. Uma vez que vivemos uma sociedade extremamente desigual em amplo senso (oportunidades, educação formal, contexto socioeconômico, capacidade cognitiva, entre outros) há um risco de vulnerabilizar as pessoas ao debate político e expor os menos favorecidos à manipulação (Vieira e Silva, 2013). Outra questão é que a maior parte das pessoas que vivem no sistema capitalista tem seu tempo direcionado para sobrevivência e, portanto, pouco tempo disponível para o debate aprofundado, se informar de forma mais completa e se educar, causando mais uma possibilidade de alargamento da desigualdade. Além do que a “democracia em tempo real”, onde a população é consultada a todo tempo para as decisões (das quais elas também dependem de se informar), requer tempo e vontade, e também de meios de participar no debate digital, incorrendo mais um risco de exclusão e silenciamento (Vieira e Silva, 2013). Essas e outras contradições do processo mais participativo e deliberativo, que teoricamente integram a base das IBCs, serão vistas nos capítulos seguintes desta tese, identificadas no próprio trabalho de campo e nas redes investigadas.

Outro ponto chave nesse debate é que a institucionalização do ideal deliberativo não requer necessariamente a adesão de mecanismos de democracia direta, mas sim a criação de arranjos híbridos que combinem as vantagens da democracia representativa com os benefícios da democracia participativa. Esses arranjos podem ser ainda mais eficazes através de uma adequação da escala (Schumacher, 1973) dos processos políticos como resolução de problemas tangíveis na comunidade local (Vieira e Silva, 2013), permitindo decisões mais inclusivas e informadas. Ao combinar a eficiência da representação com o engajamento participativo de agentes locais, pode-se potencializar a capacidade da legitimidade democrática. Enquanto a representação oferece capacidade de ação em escalas maiores, a deliberação participativa incentiva a coesão comunitária, o aprendizado coletivo e o aumento da confiança nas instituições (Cohen, 1997; Lafont, 2020). Isso pode ser percebido nas redes translocais de IBCs dos estudos de caso que combinam o conhecimento local com uma representação em outros fóruns, como por exemplo na participação dessas redes na construção de políticas europeias.

E o que tem se percebido é uma variedade grande de formas e caminhos para a deliberação coletiva sem um modelo único, mas aflorando com diferentes nuances e até mesmo incluindo a pluralidade, a desigualdade e a multiplicidade sociocultural. Mas, invariavelmente pressupõe-se repensar as instituições e procedimentos políticos, públicos e democráticos. A teoria deliberativa habermasiana, por exemplo, concebe uma sociedade descentralizada, na qual o sistema político público não ocupa o lugar cimeiro, caracterizada pela pluralidade de valores conflitantes, os quais é preciso articular para obter um acordo em relação ao “bem comum”. Para Castells (2013), a principal fonte da produção social de significado é o processo da comunicação socializada que vai para além da realidade

interpessoal e entra no domínio público. Para este autor, a sociedade em rede, baseada no informacionalismo e na amplitude das tecnologias de informação na era digital, alcançam uma elevada capacidade de difusão da comunicação e portanto de potencialidade de criação de novos significados coletivos. Como o autor sugere, a “autocomunicação em massa” suportada pelas tecnologias das redes sociais e telecomunicação, modificam o ambiente comunicacional e portanto afetam diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder. A mudança para uma sociedade em rede, que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão de velozes e constantes mudanças, permite uma comunicação mais direcionada e de amplo alcance.

Embora vimos que Lippmann e Zaller defendem a necessidade da decisão política ser focado em poucos indivíduos pela suposta incapacidade (cognitiva, educacional, emocional, de disponibilidade, etc) do todo em participar – e que os demais deveriam ser apenas observadores, pudemos perceber nas teorias e empiricamente que a deliberação coletiva vem ganhando força através de diferentes mecanismos e se demonstrando um processo mais legítimo de escuta dialógica e racional para formação de um ambiente mais democrático.

Neste contexto, o surgimento dos movimentos sociais têm uma extensa contribuição para os processos de participação cidadã mais democráticos. Primeiro, porque esses movimentos geralmente levantam pautas de descontentamento da população, incluindo pessoas que estariam antes fora do processo político (formal ou informal). Segundo, porque os movimentos sociais criam novos formatos, mecanismos participativos próprios, e exemplos de práticas deliberativas internas. Terceiro, esses movimentos de base podem atuar como agentes de transformação da esfera pública, promovendo práticas de diálogo e o fortalecimento do engajamento cívico.

2.2 Breve história dos “Novos Movimentos Sociais”

A noção de movimento social, assim como de modernidade, como podemos ver, não é consensual nas ciências sociais. Trabalhos que tratam desta temática apontam a existência de paradigmas divergentes. Alexander (1998) faz alusão a uma polarização de concepções entre o que chama de modelo clássico (europeu) que privilegia as interpretações históricas das revoluções (remetendo às determinações estruturais dos movimentos sociais) e uma interpretação norte-americana, que valoriza a organização e mobilização de recursos por atores sociais. Já Gohn (2000) diferencia quatro grandes paradigmas de movimentos sociais, a saber: o marxista, o norte-americano, o dos novos movimentos sociais e o latino-americano. No entanto, percebe-se que conceituação dos movimentos sociais são bastante contextuais e diferem a partir da abordagem metodológica, e apesar de processos históricos explicáveis estes assumem contornos bastantes sistêmicos e cíclicos, o que Castells (2002) coloca como

sendo socialmente construídos. Há quem diga que os movimentos sociais sofreram outra dissociação histórica que permitiu o surgimento de “Novos Movimentos Sociais” (Melucci, 2001) a partir do último quarto do século XX.

Durante, pelo menos, um quarto do último milênio a humanidade vivenciou ondas subsequentes de movimentos sociais que dramaticamente mudaram a forma de alguns aspectos desse *sistema-mundo* (Cox, 2018). De todos os tipos, tamanhos, formas e geografias, os movimentos sociais desafiaram as ordens e muitas vezes modificaram substancialmente alguns aspectos do poder hegemônico. Geralmente buscaram alcançar mudanças sociais por meio de atrito político, conforme o conjunto de valores e ideologias de uma determinada sociedade e contextos específicos permeados por tensões sociais.

Charles Tilly (1995) argumenta que os movimentos sociais se formaram em um momento específico de nossa história. Eles começaram em meados de 1800, sinalizando uma mudança na maneira como as pessoas participavam da política em lugares como a Grã-Bretanha; e se espalharam por todo o mundo ocidental, bem como em países colonizados. De 1830 até meados de 1960 os movimentos sociais foram em maioria ligados a grupos de operários, sindicatos de trabalhadores e industrialistas, e a partir desse momento o movimento operário diminuiu muito sua força em relação a outros e foi superado por outros movimentos na cena política internacional (Medeiros, 2012) - os movimentos negros nos Estados Unidos, os movimentos feministas, ambos exigindo reconhecimento e igualdade de direitos; o movimento de contracultura; os movimentos pacifistas e ambientalistas; entre outros. Isso corrobora o que Castells (2002) vem a dizer que a luta de classes, base dos movimentos alimentados pelo pensamento marxista, estaria dando lugar a luta identitária. E para Melucci (2001), uma importante mudança no cerne dos movimentos sociais está no fato de que a ação não deveria ser deduzida pela condição social. Segundo ele, seria necessário, ao contrário, mudar completamente o procedimento: isto é, identificar, a nível do sistema, os problemas que estão no centro dos conflitos sociais, os campos sobre os quais se estabelece o conflito para o controle de recursos decisivos. Para diversos autores, entre eles Touraine (1994) e Melucci (2001), a emergência dos chamados “novos” movimentos sociais corresponde a um novo padrão societal (sociedade pós-industrial, sociedade descentralizada, etc).

Das Revoluções Francesa, Americana e Haitiana até os movimentos feministas e ambientalistas do século XXI existe um largo espectro de provocações intencionais no sistema, embora o “sistema moderno” de fato não tenha sofrido sua reforma. Inclusive, àquela simbiose citada anteriormente, esses movimentos sociais são também produtos e produtores da própria modernidade como processo longo - e talvez inacabado - de sociedade (Cox, 2018). A constante luta (que já fora por democracia, depois de classes e provavelmente agora identitária) de grupos que se unem por um propósito comum está intimamente conectada com a modernidade, justamente por geralmente ir em direção contrárias (e em choque) aos eixos

da modernidade que dominam o poder e a construção majoritária dos significados e valores culturais globais.

Castells (2012) afirma como, ao entrar no século XXI, a elite política dominante foi exposta pela sociedade em rede, a velocidade da informação e o fenômeno das redes sociais na internet, o que permitiram um espaço híbrido e autônomo – sem a direta presença intermediária do Estado e do mercado. Esses movimentos podem ser percebidos como movimentos de uma suposta pós-modernidade, ou seja, que já não confronta os mesmo valores e nem das mesmas formas que anteriormente. A pós-modernidade é um conceito amplamente debatido nas últimas décadas por diversos autores, determinado pelas crises sucessivas do modelo capitalista que já não é capaz de gerar as necessidades básicas para a esmagadora maioria das pessoas (além de consequências sociais e ambientais devastadoras) e, também, pelas duras críticas ao modelo newtoniano-cartesiano que dominaram o pensamento cultural e científico por séculos (Jackson, 2009; Raworth, 2012; Capra, 2016; Max Neef, 1986).

Para Castells (2012), a principal fonte da produção social de significado é o processo da comunicação socializada que vai para além da realidade interpessoal e entra no domínio público. Para este autor, a sociedade em rede, baseada no informacionalismo e na amplitude das tecnologias de informação na era digital, alcançam uma elevada capacidade de difusão da comunicação e portanto de potencialidade de criação de novos significados coletivos. Como o autor sugere, a “autocomunicação em massa” suportada pelas tecnologias das redes sociais e telecomunicação, modificam o ambiente comunicacional e portanto afetam diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder, além de serem a base dos novos movimentos sociais. Segundo Castells (2012), A mudança para uma sociedade em rede, que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão de velozes e constantes mudanças, permite uma comunicação mais direcionada e de amplo alcance.

A mudança social na sociedade em rede requer, em primeiro lugar, contestar as redes de poder dominantes e o estabelecimento de organizações (redes) alternativas baseadas em identidades de resistência; em segundo lugar, estas organizações alternativas, utilizando-se de material cultural ao seu alcance, constroem um projeto social capaz de instrumentalizar sujeitos e de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, buscam a transformação de toda a estrutura social (Castells, 2012).

Quanto à formação do movimento, segundo o entendimento de Touraine, o que motiva o surgimento de um movimento social “são os interesses opostos” entre diferentes atores sociais que lutam pelo controle das orientações gerais da sociedade (rumos do desenvolvimento e a organização da cultura). Para Melucci, são “atores opostos que lutam pelos mesmos recursos” e que com o estabelecimento desta disputa, rompem os limites do

sistema existente. Já segundo a concepção de Castells, a formação de movimentos sociais se dá no rompimento de sujeitos locais ou específicos com as redes gerais de dominação e poder, sendo que esse rompimento se dá através da afirmação de identidades primárias (religiosas, étnicas, territoriais, nacionais, etc), que resultam na construção de comunidades de resistência.

A inquietação de indivíduos que se unem para transformar a ordem formam a tônica do *sistema-mundo* desde o renascimento e o iluminismo até os dias de hoje. E se antes os sindicatos, os movimentos de classe e os partidos lideravam o potencial de mudança, os sujeitos potenciais da Era da Informação passaram a ser os movimentos sociais conectados em rede. Foram precisamente esses novos movimentos sociais que pavimentaram o caminho para o surgimento de iniciativas como a economia colaborativa, a economia compartilhada, a economia solidária, entre outras formas estruturantes de ação coletiva e organização de base comum.

Entretanto, embora esses movimentos sociais possam provocar mudanças significativas no sistema dominante, a elevada capacidade de adaptação de seus agentes para preservar a cultura hegemônica ainda prevalece, suprimindo, apropriando ou manifestando-se em novas facetas de uma mesma raiz. Dentre essas novas facetas das dinâmicas do capitalismo global, emerge um consenso, ainda que informal, em torno de um “Consenso da Descarbonização” (Bringel e Svampa, 2023). Ou seja, a partir das negociações internacionais do clima e da incorporação seletiva de conceitos do ambientalismo contemporâneo, as elites políticas e econômicas ressignificam e se apropriam de ideias para moldar e se adequar às lógicas do mercado, como o crescimento verde, tecnologias de “ecoeficiência”, descarbonização, economia verde e a transição energética. Entretanto, uma abordagem mais integradora que inclui uma visão ecossistêmica mais ampla, o reconhecimento dos limites planetários, a dimensão social, justiça climática e descentralização do poder é estrategicamente ignorada, pois significaria colocar em causa os fundamentos do *status quo* econômico e institucional.

2.3. Foco na descarbonização e as controvérsias da transição verde

Sob uma perspectiva histórica, o Consenso de Descarbonização pode ser compreendido como uma extensão das dinâmicas capitalistas globais, alinhando-se a precedentes como a Doutrina Truman de meados do século XX e o Consenso de Washington, ambos marcados por sua orientação estratégica e econômica em contextos de reorganização global. Esses marcos ideológicos refletem a difusão dos objetivos de países desenvolvidos (no núcleo do capitalismo global) para inocular o modelo de desenvolvimento global. Durante o século XX, estes incluíam a urbanização, a industrialização, a tecnificação agrícola, o crescimento

económico acelerado, abertura de mercado, desregulamentação e a promoção dos valores culturais do Ocidente moderno (Escobar, 1995).

Essa abordagem também reflete uma perspectiva utilitarista sobre os recursos globais, gerida através de *inputs* tecnológicos (Dryzek, 1998), e sob uma configuração econômica centro-periferia (Santos, 2011). Esses elementos sustentam o modernismo ecológico, cujas teorias moldam cada vez mais as estratégias de desenvolvimento sustentável adotadas pelos formuladores de políticas para enfrentar as questões ambientais (Dryzek et al., 2020). No entanto, tais estratégias permanecem integradas à orientação de desenvolvimento neoliberal (Di Gregorio et al., 2017), perpetuando uma lógica econômica global moldada pelo capitalismo.

O “projeto” de disseminação do ideário neoliberal essencialmente prioriza o objetivo de um crescimento econômico e financeiro ilimitado, pressionando os limites da capacidade de regeneração da natureza e subjugando as comunidades locais. A partir do “Consenso de Washington”, os governos do globo sul se alinharam ao grande capital multinacional e as instituições financeiras multilaterais globais para o avanço internacional desse modelo. Em resposta, cresceram as redes de movimentos sociais contrários a essa ordem e intensificaram-se os protestos e o nascimento de alternativas em busca de novos caminhos, impulsionados pela indignação com as crises ambientais e sociais crescentes.

A articulação das instituições nesse modelo de desenvolvimento dominante, somada ao aumento dos preços das matérias-primas e à emergência da China como um importante produtor de bens de consumo, deu origem ao chamado “Consenso das Commodities” (Bringel e Svampa, 2023). Nesse contexto, “as economias latino-americanas se reprimarizaram, e a dinâmica de despossessão se acentuou de forma muito violenta, com destruição da biodiversidade e expulsão e deslocamento de populações de seus territórios” (p. 54).

Na cultura contemporânea, a evolução destas narrativas de modernização ecológica ocultaram frequentemente outros conflitos sociais, reprimindo os movimentos populares contra-hegemônicos e negando a contestação política dos movimentos sociais (Leipold, 2021). Em oposição, os críticos desse modelo de desenvolvimento defendem estruturas de governança de baixo para cima, menos centralizadoras, mais horizontais e transições de poder que se afastam deste modernismo ecológico carregado de neoliberalismo (Martinez-Alier, 2009). Ao contrário das visões tecnocráticas da modernização ecológica e dos arranjos meramente reformistas das deficiências institucionais, acadêmicos e ativistas defendem um envolvimento com uma base de conhecimento mais ampla, adotando outras linguagens legítimas, perspectivas ou valores (incomensuráveis) relacionados com preocupações ambientais ligadas à justiça social e às bases (Bidone, 2022).

A ‘transição energética’ e a ‘segurança alimentar’ tornaram-se temas primordiais na nova era da “agenda da economia verde” (Heinberg e Bomford, 2009 ; Newel e Paterson,

2010; Pimental e Pimental, 2008). O fascínio pela redução de carbono (Moreno, 2016; Bringel e Svampa, 2023) elegeu as energias renováveis como o principal modelo atual contra os impactos da devastação das Mudanças Climáticas (Gielen et al, 2019; IEA, 2018). Simultaneamente, a indústria alimentar em grande escala ancorou a sua narrativa no desafio global de alimentar uma população em rápido crescimento (Godfray et al, 2010) , enquanto a ascensão dos alimentos biológicos, impulsionada pela tendência cultural “saúdável e responsável”, ganhou uma força significativa entre a classe média (Heinberg e Bomford ,2009, IFPRI, 2014; Magdoff e Tokar, 2010). No entanto, aumentaram o número de vozes críticas às contradições e incoerências inerentes a estes discursos.

O número de queixas e denúncias contra projetos de energias renováveis, principalmente parques eólicos e grandes centrais fotovoltaicas, tem aumentado à medida que esses projetos tendem a replicar estruturas de poder corporativas e centralizadas sem o consenso das comunidades locais, sob o pretexto do discurso de descarbonização (Legendijk, 2021, Radtke e Scherhauser 2022, Cowell, Bristow e Munday, 2011). A poluição sonora, a expropriação de terras, o desrespeito pelos direitos indígenas e a competição pelo uso da terra para a produção de alimentos são algumas das queixas manifestadas pelas comunidades no contexto de projetos de energia renovável de grande escala (Kocagöz, 2018). Algumas já demonstram a inter-relação entre os sistemas de produção alimentar e de energia, que será explorada nos capítulos seguintes. Além disso, enquanto as comunidades enfrentam estes desafios locais, a cadeia de valor multinacional para a produção de painéis solares, baterias para armazenamento de energia, veículos elétricos e outros materiais relacionados com a ‘transição energética’ (tais como cobre, lítio, prata e outros metais) deixa um rastro significativo de devastação social e ambiental nos países em desenvolvimento (Sovacool, 2019; Avila, 2018; Zapata e Nieuwenhuis, 2021; Pittron, 2021). Em Olawuyi (2020) pode se ver uma indicação de muitos projetos desenvolvimentistas de “acesso à energia” que foram denunciados por complexas violações aos direitos humanos.

Em nome de uma “transição verde”, extensos espaços rurais, chamados de “vazios”, são apropriados para grandes fazendas solares e eólicas, além de se alastrar o impacto social e ambiental na cadeia de valor dessas tecnologias, como por exemplo a extração de cobre e lítio - geralmente em países do globo sul (Berthet et al. 2024). Por exemplo, “como o grafite, o lítio e o cobalto podem experimentar um aumento de quase 500% até 2050 para atender à crescente demanda por tecnologias de energia limpa” (Beeker, 2023).

O discurso da descarbonização da economia se apropriou intensamente do ambientalismo chegando na agenda institucional dos grandes acordos globais e de estratégias governamentais, convertendo o foco da “transição socioecológica” - que deveria incluir uma dimensão ampliada e sistêmica do metabolismo social - em um caminho sociotécnico simplificado. Ao contrário de abarcar transformações radicais nas diferentes

camadas do desenvolvimento da sociedade - alimentação, habitação, cuidado, circulação, aprendizado, saúde, afetos, relações, produção de materiais necessários, etc - esse modelo centraliza seu foco na “transição energética” e digital (Bringel e Svampa 2023). A descarbonização é sem dúvida necessária, porém, o que Bringel e Svampa alertam é que a apropriação desse discurso é a própria reprodução de um mesmo padrão que no fundo sustenta as práticas capitalistas e as estruturas que vem causando os impactos socioecológicos devastadores.

Baseando-se principalmente no Pacto Verde Europeu, uma infinidade de diretivas, normas e regulamentações foi estabelecida sob a égide da narrativa do "crescimento sustentável", como veremos a seguir nos próximos capítulos, levando a diversas contradições que intensificam as críticas ao novo "modelo verde" de sociedade. Essa mudança é apropriadamente refletida no que Bringel e Svampa (2023) descrevem como o "Consenso da Descarbonização" — um novo acordo capitalista global caracterizado por tentativas de alterar o perfil metabólico da sociedade sob rótulos como “verde”, “limpo”, “inteligente” e “inovador”. Mas, de fato, reproduzem uma reviravolta da retórica da “sustentabilidade” em um novo tipo de colonização dos imaginários e dos desejos, uma nova política de desapropriação com outros graves impactos sociais e ambientais, com agravamento da exploração do Sul Global.

Essa nova faceta do colonialismo já vem sendo debatida por diversos autores através de diferentes conceitos como “imperialismo ecológico” (Pedregal, A., and Lukić, 2024), “Colonialismo verde” (Hill, 1996), “Colonialidade Climática” (Sultana, 2022) ou “Divisão da descarbonização” (Sovacool et al., 2020). Da mesma forma, Feola (2020) discorre criticamente sobre essa “cegueira” ao capitalismo verde por parte de muitos pesquisadores sobre transição e sustentabilidade, necessitando uma abordagem mais integradora e holística.

Cabe aqui salientar que a transição para sustentabilidade e a descarbonização são mudanças sociais absolutamente necessárias, mas o que está sendo colocado em questão é que esse conjunto de “soluções” sociotécnicas para mitigar à degradação ambiental, mudanças climáticas ou desigualdades sociais frequentemente resultam em deslocamentos, desigualdades ou novas formas de exploração (Avelino et al., 2024). Esse certo “ajuste” dentro da lógica capitalista de um “conserto socioecológico” (Chambers, 2021) às crises sociais e ambientais além de manter as estruturas do *status quo* reproduzem a desigualdade e a injustiça.

2.4 O modelo de transição da UE e a inovação social

O modelo de transição da UE materializou-se através do pacote de políticas do Pacto Verde Europeu (PVE). Concebido como um plano de transição para a UE, é melhor descrito como uma “estratégia de crescimento que visa transformar a UE numa sociedade justa e próspera,

com uma economia moderna, eficiente em termos de recursos e competitiva” com zero emissões até 2050 (European Commission, 2019a, p. 2). Um dos seus principais pressupostos reside na ideia de dissociação ecológico-económica, “onde o crescimento económico é dissociado da utilização de recursos” (*ibid*, 2019; pp. 1). A dissociação, no entanto, é um tema controverso entre cientistas e académicos (Giampietro, 2018; Kallis et al., 2017; Smil, 2016). Como solução para a resolução de problemas socioecológicos, o quadro de dissociação sublinha uma abordagem tecnocrática, que opera no sentido de ocultar as relações de poder profundamente políticas e os interesses instalados nas propostas para a transição dos sistemas energéticos e alimentares (Weber e Weber, 2020). Em termos gerais, a narrativa do PVE articula a política climática através de um posicionamento neoliberal e orientada para o mercado que também prevê a continuidade das estruturas de poder socioeconómico e político, centrando-se na normativa de “descarbonização da economia”. A manutenção de tais estruturas pode inviabilizar a promoção de mudanças mais profundas na concepção da UE como um sistema socioecológico complexo (Bringel e Svampa, 2023).

Neste contexto, em resposta aos pontos cegos estruturais das “transições verdes”, o pacote de soluções proposto pelo PVE tem sido desafiado por uma variedade de alternativas desenvolvidas através dos movimentos populares que defendem a justiça social e ambiental. Algumas destas alternativas vem rejeitando instrumentos de política ambiental baseados no mercado que dependem de impostos ou direitos de propriedade para fazer face às externalidades (Mastini et al., 2021). Nos próximos capítulos entenderemos como esse enquadramento se aplica à revisão das principais políticas de transição energética e sistema de alimentos na Europa.

Uma grande preocupação para as atuais propostas de transições energéticas reside em questionar quem suporta o fardo das políticas globais de descarbonização? Sem abordar as atuais estruturas políticas, onde os interesses corporativos parecem induzir e controlar os limites das políticas energéticas, reforça-se uma nova fronteira de acumulação capitalista. Rotulado pelos estudiosos críticos como “extrativismo verde”, este modelo refere-se à extração capitalista de recursos naturais e de trabalho para a transição energética verde (Dunlap e Riquito, 2023; Bringel e Svampa, 2023). São utilizados, por exemplo, para justificar o expansionismo territorial para investimentos na energia “verde”; a expropriação dos bens comuns em nome do desenvolvimento verde e de uma “nova mercadoria ecológica”; ou na configuração enviesada da taxonomia para uma transição sustentável. Reduzida aos cálculos das emissões de GEE e às alterações na matriz energética, a transição é insuficiente para abordar as principais causas dos atuais sistemas alimentares e energéticos insustentáveis (Andreucci, 2023). O Consenso de Descarbonização funciona para apoiar os atuais padrões de produção/consumo e não envolve mudanças necessárias nos padrões metabólicos da sociedade. A lógica pós-fóssil promovida pelo Consenso da Descarbonização implica uma

transição insustentável tecnocrática, corporativa, neocolonial e míope (Bringel e Svampa, 2023).

Neste cenário de transição dos sistemas energético e alimentar (entendido aqui como produção, distribuição, consumo e toda a cadeia de valor atribuída), Pel et al. (2023) identifica que não só mudanças tecnológicas foram incorporadas (de forma complementar ou simultânea às políticas europeias), como também se desenvolveram inovações significativas nas rotinas administrativas, nos modelos de negócio, nas estruturas organizacionais, métodos de governança, comportamentos dos consumidores e outras competências especializadas.

No contexto das “transições para sustentabilidade” (Geels e Schot, 2007; Truffere et al., 2022), a inovação social (IS) tem sido frequentemente considerada não apenas como um complemento, mas como uma necessária contrapartida crítica das inovações tecnológicas. No campo da investigação sobre a transição, tem havido um reconhecimento crescente da necessidade de expandir o foco para além dos avanços tecnológicos, de modo a incluir as dimensões sociais da mudança (Avelino et al., 2024). Académicos têm apelado a uma maior atenção aos papéis do empreendedorismo social, da inovação de base e do desenvolvimento de “nichos sociais” como componentes essenciais para facilitar transições justas e sustentáveis.

A partir disso, podemos definir de forma mais ampla a inovação social como modificações intencionais nas relações sociais que introduzem novos métodos de operação, organização, interpretação e compreensão (Avelino et al., 2019). Neste sentido, a IS visa transformar as relações sociais e tem o potencial de desafiar, modificar ou até mesmo suplantar instituições enraizadas (Cajaiba-Santana, 2014; Pel et al., 2020). Segundo Nicholls e Murdoch (2011), estas transformações são essenciais para moldar a trajetória dos sistemas sociotécnicos, ao mesmo tempo que mantêm o potencial de mudança de paradigmas e têm uma forte orientação prática ou política (Wittmayer et al., 2024).

Witkamp et al. (2011) destacaram a importância do empreendedorismo social como uma forma de promoção da inovação que aborda os desafios sociais. Nesse caso, os empreendedores sociais operam frequentemente na interseção entre a economia de mercado e a social, criando modelos híbridos que aproveitam os princípios empresariais para atingir objetivos sociais. O *empreendedorismo social* se originou com atores que vem de uma base empreendedora (de negócios) com uma intenção primária de resolver problemas sociais ou de grupos de pessoas que buscam endereçar questões sociais não satisfeitas pelo Estado ou pelo mercado, por meio do empreendedorismo. Geralmente criam soluções inovadoras que possam ser dimensionadas e replicadas, contribuindo assim para a mudança sistémica.

Por sua vez, o conceito de “nichos sociais” (Dóci et al., 2015) refere-se a espaços protegidos onde as inovações sociais podem desenvolver-se sem as pressões imediatas dos mercados dominantes ou restrições regulamentares. Estes nichos podem servir de

incubadoras para ideias e práticas radicais que têm o potencial de transformar os regimes sociotécnicos existentes. Ao proporcionar um ambiente favorável, os nichos sociais permitem a aprendizagem, a adaptação e o refinamento de inovações que, de outra forma, poderiam ser sufocadas pelos sistemas dominantes.

Da mesma forma, Seyfang, Smith e Longhurst (2010) enfatizam a importância da *inovação de base em iniciativas lideradas pela comunidade* que emergem de baixo para cima. Estas inovações caracterizam-se pelo seu foco no conhecimento local, na participação e na capacitação para desafiar os sistemas estabelecidos, introduzindo práticas e valores sociais alternativos. Neste sentido, podem desempenhar um papel fundamental na experimentação de novas ideias em contextos do mundo real, que podem mais tarde informar políticas mais amplas e uma adoção por outros atores. As iniciativas de base (*grassroots*) incorporam frequentemente políticas prefigurativas (Monticelli, 2018) ao promulgarem práticas sociais, económicas e políticas alternativas no presente, prefigurando assim as futuras transformações sociais desejadas. No trabalho de Monticelli, estas iniciativas não defendem apenas a mudança; praticam-na ativamente, criando exemplos vivos das inovações sociais que desejam ver realizadas numa escala mais ampla.

De acordo com Avelino et al. (2024), a prefiguração refere-se a inovações sociais e tecnológicas, bem como a soluções alternativas ou novas abordagens, que se caracterizam em diferentes processos complementares como a oposição ao *status quo*, demonstrações civis organizadas ou até mesmo a institucionalização de práticas alternativas. Práticas prefigurativas regularmente são relacionadas como inovação social por vislumbrar novas ideologias, prototipar e pôr em prática formas distintas de existência no mundo. Dessa forma, o conceito de pluriverso (Kaul et al., 2022) é particularmente relevante, pois reconhece a coexistência de múltiplos saberes, agentes e futuros sociopolíticos que se manifestam em projetos prefigurativos, ao contrário das narrativas universalistas de muitas propostas de Estado para “transição verde”. Além disso, Avelino et al. (2024) já apresenta um foco crescente no papel prefigurativo de algumas materialidades específicas em áreas como energia, alimentação e sistemas urbanos europeus.

As políticas prefigurativas se destacam, também, por geralmente darem forma a uma sociedade futura em nível micro, com o objetivo de concretizar mudanças sociais radicais através da prática (Tornberg, 2021). O que difere de muitos movimentos sociais mais “tradicionais” que têm o Estado como principal alvo e meio de alcançar mudanças.

Embora a necessidade urgente de mudança na estrutura da sociedade pós-moderna seja quase inquestionável, a tradução neoliberal desta lacuna em “Inovação Social” tornou-se uma palavra ‘hype’ e um termo “multifuncional” para encaixar em variadas “soluções” de problemas sociais. Como resultado, uma série de contradições, inconsistências e paradoxos coexistem dentro dos movimentos da IS (Pel et al., 2022; 2023).

Ainda que não exista uma definição europeia oficial de IS e o termo não esteja extensivamente desenvolvido na Comissão Europeia, o Gabinete de Consultores de Política Europeia (BEPA) da Comissão Europeia descreve-a como o “desenvolvimento e implementação de novas ideias (produtos, serviços e modelos) para atender às necessidades sociais e criar novas relações ou colaborações sociais” (BEPA, 2010, p.9).

Uma definição muito similar também se estende a uma página designada “Inovação Social” no website oficial da Comissão Europeia⁵. Segundo essa mesma página, a Comissão Europeia está focando seus esforços na IS para desenvolvimento da capacidade de competitividade do bloco, a partir de redes, investimento e iniciativas de negócio. Replica-se nesse sentido, a mesma lógica apresentada acima enraizada nos objetivos neoliberais ao invés de mudanças sociais significativas.

Já no documento “*Empowering people, driving change: Social innovation in the European Union*” (BEPA, 2010), demonstra-se uma maior preocupação do bloco em relação à policrise civilizatória e o crescente aumento de pressão sobre a assistência às necessidades sociais na Europa. Este documento relaciona a inovação social de forma complementar - e com possíveis convergências - com o setor público, o que justifica o investimento Europeu em diversos fundos que de alguma forma se relacionam com a IS e o empoderamento social. O quadro de políticas apresentado relaciona-se com outros objetivos, como desenvolvimento sustentável e regional, nos diversos programas já existentes do bloco, mas nada específico à IS, por exemplo: o Fundo Social Europeu, o Fundo de Desenvolvimento Regional Europeu, Programa de Desenvolvimento de Investigação e Tecnologia, entre outros. O documento está fundamentado na Declaração de Lisboa (ou “*Estratégia de Lisboa*” para Inovação Social) como referência aos parâmetros de IS para a UE. Ou seja, ao longo do relatório faz-se um pareamento das iniciativas europeias com as diretrizes da Declaração de Lisboa.

Em 2018, a Comunidade de Inovação Social e a Comissão Europeia lançaram a revisão da “Declaração de Lisboa sobre a Inovação Social como Caminho para uma Europa Sustentável, Resiliente e Inclusiva” (Social Innovation Community, 2018), onde são elaboradas 5 prioridades principais e 10 recomendações políticas de apoio à inovação social para uma economia mais sustentável na UE:

- A. Fazer da inovação social uma prioridade transversal em todas as políticas e programas da UE, por meio de:
 - Criar um Plano de Ação Europeu de Inovação Social de caráter intersetorial.

⁵ https://single-market-economy.ec.europa.eu/industry/strategy/innovation/social_en, acessado em: 08/12/2024

- Utilizar o orçamento do Quadro Financeiro Plurianual da UE e seus principais instrumentos para fomentar investimentos de longo prazo e oferecer suporte estratégico à inovação social em todas as políticas e instrumentos da UE.
 - Estabelecer um novo Observatório Europeu de Políticas de Inovação Social para integrar e monitorar o desempenho das abordagens políticas transversais de inovação social, contribuindo para alcançar um “triplo A social” na Europa.
 - Apoiar o desenvolvimento de um ecossistema de evidências para a inovação social na Europa, por meio da criação de uma rede pan-europeia de centros de evidência focados em “o que funciona” no enfrentamento de desafios sociais.
- B. Estabelecer parcerias estratégicas entre autoridades da UE, nacionais e regionais para liberar o potencial das comunidades na promoção de mudanças, incluindo organizações menores, por meio de:
- Lançar uma iniciativa pan-europeia para ampliar o número de organizações regionais de apoio à inovação social até 2027.
 - Desenvolver um pacote de instrumentos de suporte para viabilizar a criação de entidades comunitárias controladas localmente e baseadas em ativos em todos os Estados-Membros da UE até 2027.
 - Estabelecer Bolsas de Inovação Social "Diogo Vasconcelos" para apoiar pessoas que desenvolvem iniciativas locais de mudança.
 - Implementar uma iniciativa estratégica para facilitar o acesso de pequenas organizações sociais, empresas e facilitadores sociais ao financiamento da UE.
- C. Promover a inovação social no setor público, por meio de:
- Incorporar atores da inovação social em governos e órgãos do setor público por meio de uma nova iniciativa chamada "Innovate4Europe".
 - Estabelecer 'Pioneiros de Contratação Pública' para conectar agências governamentais com atores da inovação social (incluindo startups cívicas, PMEs focadas em inovação social ou atores da economia social).

Embora essas estratégias demonstrem um progresso no entendimento de inovação social de forma ampla e transversal, inclusive alinhada com o empoderamento de iniciativas de base e lideradas pela comunidade, não foi possível identificar na investigação os encaminhamentos após o lançamento da Declaração.

Assim, ao integrar as perspectivas de Monticelli (2018) e Wittmayer et al. (2020), veremos nos próximos capítulos como as experiências com as CEs e as RAAs têm o potencial de servir como exemplos práticos da política prefigurativa e inovação social. Esses dois desafiam os paradigmas socioeconômicos dominantes promovendo modelos mais cooperativos de produção e distribuição de energia e alimentos para inovação social. Consequentemente, essa tese busca explorar a compreensão destas IBCs através da lente da inovação social permitindo uma apreciação mais profunda do seu potencial para impulsionar a mudança sistêmica e uma reflexão crítica sobre a agenda europeia de “transição verde”, particularmente no que diz respeito ao seu alinhamento com as transformações lideradas pelas bases.

2.5 A Teoria da Inovação Social Transformativa (IST)

A teoria da Inovação Social Transformativa (original do inglês *Transformative Social Innovation*, *TSI* ou *IST*) é construída num processo de investigação combinado que evoluiu a partir de teorias convergentes de inovação social (apresentadas em muitos aspectos e campos diferentes das ciências sociais, sociologia, economia política, economia social, estudos dos movimentos sociais, entre outros) e de mudança transformativa, e assim “definida como o processo de desafiar, alterar ou substituir o domínio das instituições existentes num contexto social e material específico” (Haxeltine et al., 2017). Muitas pesquisas sobre inovação social, estudos sobre mudança social e inovação transformadora estão a crescer em número e diversificação na academia (Moulaert et al, 2013; Westley et al., 2008; Phills Jr et al., 2008; Caulier-Grice et al., 2012; Van der Have e Rubalcaba, 2016). No entanto, a IST vai além do foco tradicional nas inovações tecnológicas, de serviços e de produto. Neste sentido, reconhecendo a inovação social como um fenômeno multinível (Dawson e Daniel, 2010; van der Have e Rubalcaba, 2016), a IST procura ser uma teoria baseada na complexidade multinível e multiescala. Embora exista um interesse crescente na academia sobre o conceito de inovação social, ainda permanecia a necessidade de um quadro teórico mais robusto (Cajaiba-Santana, 2014), menos ambíguo, mais específico e mais inclusivo (Haxeltine et al., 2017), que fosse seriamente uma forma de empoderar e tivesse a capacidade de uma transformação radical da sociedade. A IST emerge da necessidade de resgatar o aspecto contra-hegemônico e transformador da inovação social (Pel et al., 2022). A IST baseia-se na “prefiguração” de relações sociais e arranjos institucionais alternativos (Monticelli et al., 2018; Wittmayer et al., 2023; Avelino et al., 2024), com o objetivo principal de desencadear mudanças institucionais mais amplas. Nesse sentido, a IST reivindica e radicaliza o conceito de inovação social, ampliando sua capacidade de provocar transformações sócio-institucionais profundas (Pel et al., 2022).

A questão é que muitas vezes as soluções de inovações sociais não atingem uma capacidade suficiente de promover a mudança necessária no cotidiano das pessoas e responder à intensidade da policrise civilizatória. A partir dessa inquietação e a necessidade de reclamar o “político” para além de engajamento comunitário é que foi construída a Teoria da Inovação Social Transformativa (Manifesto, 2017).

Fundamentada numa abordagem de teoria de médio alcance (do inglês *middle range theory* - MRT), com um enquadramento relacional das realidades de inovação social e um compromisso com o desenvolvimento de uma teoria de processos, a equipa do DRIFT Institute trabalhou numa investigação de base empírica com 12 institutos de investigação, 20 projetos de Inovação Social, mais de 100 iniciativas locais em 27 países, em 4 anos para criar a IST.

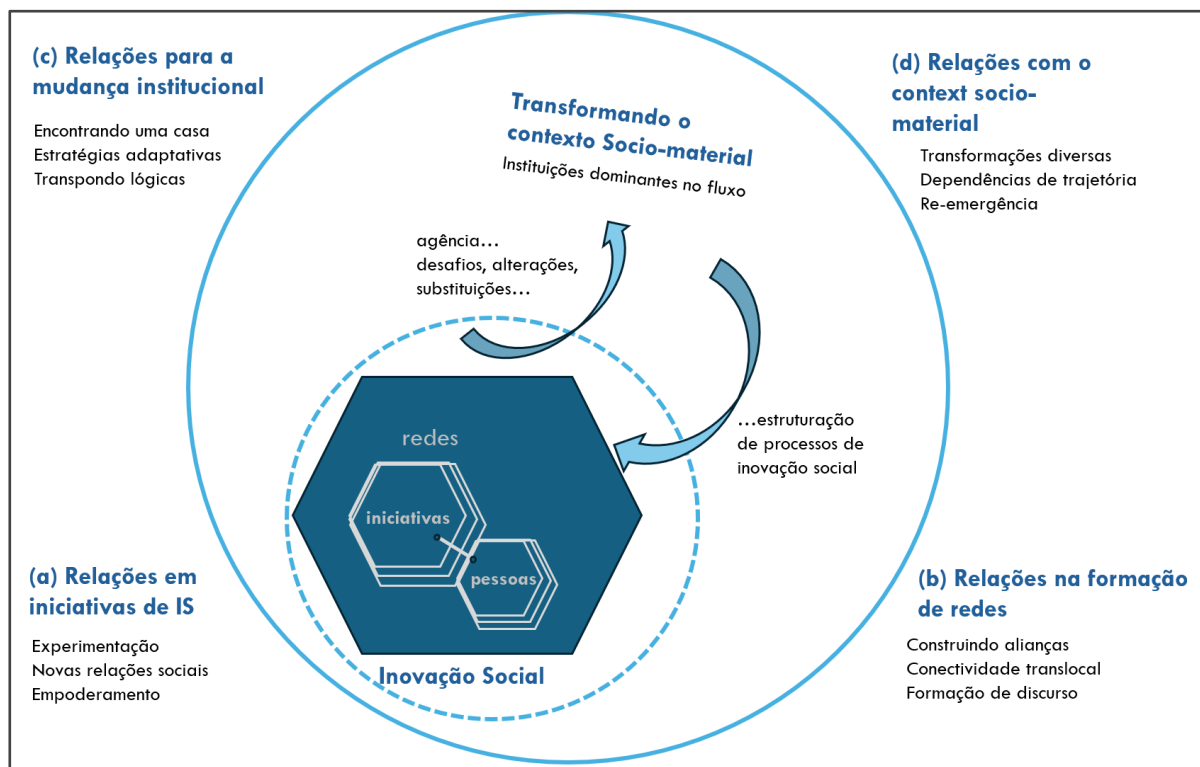


Figura 2.1: Inovação Social Transformativa. Esta figura é adaptada e traduzida livremente sobre as dinâmicas dos processos de transformação interconectados (baseado em Haxeltine et al., 2017, p. 9)

Todas as 12 propostas de IST descritas por Haxeltine et al (2017) estão inseridas em 4 ‘clusters’ (agrupamentos) de relações:

a) As relações *dentro das iniciativas de inovação social*: como as iniciativas de IS e seus membros buscam desenvolver coletivos empoderadores;

- b) Processos de *formação de redes*: como essas iniciativas procuram formar e se interconectar para além de seus contextos locais e estruturarem-se em redes mais amplas;
- c) Processos de *institucionalização*: como buscam *desafiar, alterar ou substituir instituições dominantes* e enraizadas na sociedade ao mesmo tempo em que são moldadas por elas
- d) A formação da *inovação social através do contexto sociomaterial* mais vasto: como essas tentativas de transformação estão sendo moldadas por mudanças mais amplas no contexto sócio-material .

Na Figura 2.1, resume-se os ‘clusters’ e suas respectivas proposições. Seguem aqui as 12 proposições (Pel et al., 2020):

- Proposição 1: as iniciativas de inovação social (IS) oferecem espaços onde novos ou alternativos valores podem ser promovidos e alinhados com novos conhecimentos e práticas — em um processo de experimentação reflexiva que apoia tanto as motivações dos membros quanto seus movimentos em direção ao ‘sucesso’ coletivo e ao ‘impacto’.
- Proposição 2: Manifestar novas ou alternativas relações interpessoais é uma forma fundamental pela qual os atores de IS conseguem criar as condições adequadas para desafiar, alterar ou substituir instituições dominantes.
- Proposição 3: As pessoas são capacitadas a persistir em seus esforços de mudança institucional na medida em que necessidades básicas de relacionamento, autonomia e competência são atendidas, ao mesmo tempo em que experimentam um maior senso de impacto, significado e resiliência.
- Proposição 4: Os impactos transformadores das iniciativas de IS dependem significativamente das tensões em mudança e da estabilidade dos campos de ação em que operam.
- Proposição 5: As redes translocais são uma fonte chave de empoderamento para iniciativas locais de IS.
- Proposição 6: A formação de discursos e sua mediação por meio de infraestruturas de comunicação aprimoram de forma crucial o alcance da formação de redes de IS.

- Proposição 7: As iniciativas de IS precisam encontrar um "lar institucional" para acessar recursos vitais; isso muitas vezes implica equilibrar o desejo de independência com a crítica às instituições dominantes.
- Proposição 8: Para promover mudanças institucionais, as iniciativas de IS precisam combinar diferentes formas de empreendedorismo institucional e adaptar proativamente essas estratégias em resposta às circunstâncias em mudança.
- Proposição 9: As iniciativas de IS reconsideram e reconfiguram as lógicas institucionais mais amplas nas quais as instituições dominantes estão inseridas, aprendendo com diferentes lógicas institucionais e reinventando, recombinando e transpondo elementos específicos de uma lógica institucional para outra.
- Proposição 10: O surgimento de iniciativas de IS e suas ambições transformadoras específicas são fortemente moldados pelo desenvolvimento histórico do contexto sócio-material mais amplo.
- Proposição 11: As iniciativas de IS são inovadoras apenas em relação ao contexto sócio-material em evolução. Atividades de inovação e invenção apresentam apenas uma forma histórica de IS, ao lado de outras atividades menos visivelmente inovadoras, como reinvenção, *advocacy* e manutenção.
- Proposição 12: A diversidade evolutiva é um elemento integral dos processos de IS transformadora (IST), refletindo a diversidade histórica das ambições transformadoras das iniciativas de IS e as diversas motivações das pessoas envolvidas nelas.

Nesse sentido, a IST compreende formas de aprendizagem institucional que incluam transformações nos próprios arranjos estruturais como o propósito, sua ontologia, os modelos de governança, as normas, a ética, as relações internas e externas, a cultura e os valores fundamentais. Ao mesmo tempo, segundo Smith (Smith, 2007), as tentativas de promover a IST precisam ser suficientemente radicais para alcançar um impacto transformador, mas também suficientemente incrementais para permanecerem aceitáveis tanto na sua instituição, na sua rede quanto no contexto sociomaterial mais amplo.

Existe um desafio que, até certo ponto, pertence a quase todos os processos de transição: a criação de formatos inovadores ao mesmo tempo que precisa sobreviver em coexistência com os modelos dominantes e presentes. Isso, por exemplo, é o caso de algumas cooperativas integrais que têm valores disruptivos e uma governança

horizontalizada, mas ainda está enraizada na propaganda constante e venda de produtos e serviços para sua sobrevivência institucional, por exemplo. Ou mesmo uma instituição que promove o empoderamento e a transição mas sobrevive de fundos públicos (ou privados).

As narrativas inovadoras, por vezes, podem não sustentar essa estrutura transformativa por muito tempo; ou por vezes na prática torna-se mais difícil manter seus ideais (quando a entidade está inserida em meio à intensidade do capitalismo à sua volta); ou ser inovador em algumas coisas e em outras replica o mesmo padrão da cultura dominante. Enfim, nem sempre a IS tem esse caráter apenas otimista e, sim, existe uma série de controvérsias, incoerências e paradoxos em IS⁶ que veremos também mais a frente no capítulo de discussão e resultados a partir da nossa exploração empírica. Esses “paradoxos” são bem apresentado em Pel et al.(2022):.

"Para quase qualquer exemplo empírico de uma aparente Inovação Social Transformativa (TSI), existe um contraponto que confirma o sistema: considere as duas faces do ‘movimento maker’, por exemplo. No caso do movimento *Slow Food*, pode-se observar as duas faces da soberania alimentar e do fetichismo gastronômico (p. 40)."

No entanto, é necessário entender que afinal essas incoerências e contradições na verdade podem fazer parte (ou não) de uma realidade social das iniciativas. Isso requer um olhar atento que escape de um julgamento puramente essencialista e busque uma reflexão crítica holística, mas não cínica (a crítica apenas pela crítica). O que é importante aqui é entender que a Teoria da IST implica em mudanças mais profundas de IS, mas no entanto não são isentas de suas próprias incoerências, mesmo que isso não necessariamente invalide as iniciativas.

Pel et al. (2023), em outro artigo sobre os “lados obscuros” da IS, nos ajuda a abrir os olhos para não minimizar esses lados obscuros da IS como se fossem “efeitos colaterais normais”, nem tão pouco exagerar na crítica a ponto de deslegitimar as iniciativas.

Este quadro IST será essencial para avaliar as redes translocais IBCs e compreender a sua capacidade de contribuir para uma inovação social transformativa. Ao adoptar esta abordagem, considerámos as distintas nuances e paradoxos presentes neste contexto, conduzindo a uma reflexão crítica sobre a agenda europeia de “transição verde”.

⁶ Nota do autor: para maior aprofundamento em como identificar os paradoxos e incoerências nos estudos de IST e com quais ferramentas de investigação lidar com isso, sugere-se ver Pel et al. (2022)

2.6 As redes translocais

Neste mundo de crescente mobilidade e interação sob múltiplas formas, as conexões entre escalas local e global simultaneamente são processos complementares e constantes (Appiah, 1998). Ou seja, o desenvolvimento dos laços comunitários (locais) e das redes externas acontece ao mesmo tempo. Num contexto em que coexistem os processos de transnacionalismo, globalização e localização, a própria noção de *cidadania* pode ser redefinida em termos políticos, sociais e culturais (Delanty 2000). A esfera local (regiões, cidades, bairros), aqui, ganha cada vez mais importância no desenvolvimento de estratégias de gestão, governança e políticas públicas, pois é no *lugar* que grande parte da ação social se desenvolve, se transforma e se materializa. A definição de 'rede translocal' pode ser percebida como “redes nas quais as conexões locais entre atores em iniciativas locais são (pelo menos) tão importantes quanto as conexões transnacionais entre atores e iniciativas” (Avelino et al., 2019, p.5); muito embora percebemos o quanto translocal não necessariamente significa as fronteiras entre escalas nacionais, mas simplesmente de locais diferentes podendo pertencer geograficamente até mesmo em um mesmo país.

Nas cidades globalizadas, as fronteiras perderam o seu significado (Bauman, 1999), a distância é minimizada e as *redes translocais* estão emergindo em contextos diversos (Avelino et al., 2020; Greiner & Sakdapolrak, 2013). Estas redes auto-organizadas – que não pertencem nem ao mercado nem às instituições públicas e operam simultaneamente em escalas (trans)nacionais e locais, com múltiplos níveis de governança - têm ganhado destaque ao amplificar os benefícios individuais das ações coletivas e fomentar ecossistemas mais institucionalizados (Ostrom, 2007).

Segundo Yochai Benkler (2006), o ambiente de informação em rede torna a cultura mais transparente e maleável; um espaço convidativo à autonomia coletiva e à autocriação. É mais aberto a múltiplos representantes, flexível e moldável para a transformação e criatividade. Em “A Sociedade em Rede” (1999), Castells ajuda-nos a compreender as implicações da inovação na sociedade, constituindo uma nova forma de organização social, que depois cunhou como “a sociedade em rede”, baseada no informacionalismo, precisamente porque é uma transformação qualitativa da experiência humana e desafiam a base material da vida – no tempo e no espaço. Esta sociedade em rede infiltra-se nos mais variados meios como: fluxo de capitais, velocidade e alcance da informação, transporte de bens e pessoas, mudança na dinâmica laboral, partilha de conhecimentos e recursos, construção de identidades e narrativas e dispersão tecnológica.

Muitos estudos relacionados com a *translocalidade* referem a tentativa de conceptualizar as ligações entre as fronteiras sociais e espaciais, para além de apresentarem

uma abordagem que correlaciona a mobilidade enquanto ainda está profundamente enraizada no lugar (Porst & Sakdapolrak, 2017).

Translocalidade é um termo difundido com diversas utilizações na investigação científica. É amplamente utilizado nas ciências sociais (geografia, história, antropologia e outras) para compreender interações socioespaciais complexas a partir de uma visão holística, orientada para o ator e multidimensional (Greiner & Sakdapolrak, 2013). É muito comum encontrar esta perspectiva de translocalidade em investigações sobre a mobilidade entre regiões, cidades, países, localidades ou qualquer outro tipo de ação espacializada – como, por exemplo, a migração. Mas já é possível encontrar noções para além do movimento de fato, desafiando a escala física e entrando no campo intersubjetivo das ideias, símbolos, conhecimentos e experiências (Greiner & Sakdapolrak, 2013). Mais recentemente, a translocalidade já pode ser vista em estudos relacionados com a sustentabilidade, transição e inovação (Loorbach et al., 2020) apoiando iniciativas de base e reforçando as economias locais (Avelino et al., 2019).

Uma perspectiva translocal permite investigar estes processos de uma forma mais aberta e menos linear, e capta os efeitos diversos e contraditórios da interligação entre lugares, instituições e actores (Freitag e von Oppen 2010). Por outro lado, Steinbrink (2009) baseou-se na Teoria da Estruturação de Giddens (Giddens, 1984) para explicar como as ações das pessoas envolvidas nas redes translocais não apenas criam as estruturas que sustentam essas redes, mas também se apoiam nessas mesmas estruturas para moldar e orientar essas ações.

Para Loorbach (2020), de um modo geral, uma perspectiva translocal visa captar dinâmicas socioespaciais e processos de simultaneidade e formação de identidade que transcendem fronteiras, bem como o fluxo e a circulação de ideias, símbolos e conhecimentos entre diferentes locais. Durante o trabalho de campo desta investigação foi possível perceber a integração entre o conjunto de ideias, símbolos e valores que são partilhados pelos membros das redes, mas que também são forjados nos indivíduos pelo simples facto de participarem em redes translocais. Ou seja, existe aí uma “via de mão dupla” na construção desses significados, onde as pessoas se conectam por partilharem valores, crenças e ideias comuns (o que as conecta organicamente) e por outro lado por estarem presentes na elaboração dessas redes também se transformam individualmente incorporando esses traços culturais.

Isso demonstra como as redes translocais de base comum exercem forte poder na mobilização de iniciativas de base ou, por vezes, apenas no empoderamento das já existentes. Muitas vezes, por exemplo no caso das RAA na Itália, as diferentes redes acabam por fazerem parte de um ecossistema maior de redes de RAA tanto no território nacional quanto Europeu e internacional, que se integram e se retroalimentam (conectadas por

exemplo via internet, i.e. redes sociais, email, videochamadas, etc) dificultando a traçabilidade da origem do *DNA* dessas redes ou de suas pautas. É muito comum encontrar em campo, redes como Campi Aperti, Genuino Clandestino e outras que se misturam em suas ações e movimentos, seja por uma “estratégia” organizada entre suas lideranças, ou simplesmente por seus membros circularem entre essas redes já que partilham o mesmo espaço de construção social. Ao mesmo tempo, estas redes são simultaneamente alimentadas pela multiplicidade de pequenos eventos que acontecem no local e que integram este campo social, por exemplo: os mercados populares de Campi Aperti, as festas, as manifestações políticas na rua, as ocupações, entre outros.

É importante notar que estas iniciativas ultrapassam as suas fronteiras físicas e conectam-se com outras em diferentes lugares (na região, no país ou mesmo globalmente), trocando informações e materiais, apoiando-se mutuamente e permitindo o estabelecimento de uma outra realidade possível para as pessoas em diferentes locais. Na sua evolução, estas redes translocais ultrapassam a função “pura” de conectividade para se constituírem institucionalmente e serem até mesmo politicamente ativas influenciando a formulação de políticas e regulações. Neste sentido, as Redes Alternativas de Alimentos e Comunidades Energéticas que emergiram nas últimas décadas por toda a Europa tornaram-se grandes exemplos de redes translocais baseadas em bens comuns.

Embora possam ser encontradas várias publicações na direção da “translocalidade” e “redes translocais”, poucas se dedicam a investigar seu poder no cenário político e institucional. A maioria está vinculada à mobilidade espacial, interação social em setores mais específicos ou questões geográficas. Destaca-se a análise das redes de movimentos sociais para transição e inovação social pelo projeto TRANSIT e pelo Instituto DRIFT, mas talvez ainda não alcançaram a extensão da conexão dessas redes com outras instituições e outras redes (locais ou translocais), compreendendo o alcance da articulação política entre instituições mais formais e autoridades locais (e regionais). Ainda não foi visto, no entanto, como (ou de que forma) as redes translocais estão desafiando a burocracia estatal e quais são os critérios de viabilidade para essa maior participação política que provocariam uma transformação inovadora nesses espaços.

A produção científica sobre redes translocais ainda não é tão extensa e, mesmo que haja alguma referência em ciência política, ainda requer maior quantidade e profundidade. A maioria consiste em investigações qualitativas e em micro-escala com poucos dados históricos.

A abordagem de Peter Evans e César Rodríguez-Garavito (2018) sobre redes de *advocacy* transnacional (do inglês TANs) pode apoiar a compreensão da expansão, consolidação e institucionalização que os ecossistemas de TANs passaram nos últimos 20 anos, mais do que dobrando o número de iniciativas desde o final da década de 1990. Essas

redes geralmente se baseiam em apoiar movimentos locais e organizações voltadas para melhorar a subsistência digna, cidadania sustentável e voz democrática (Evans e Rodríguez-Garavito, 2018). Seu trabalho é muito denso em troca de informações entre atores não estatais com valores compartilhados e narrativas comuns, como organizações de movimentos sociais (Keck & Sikkink, 1998). Os movimentos sociais transnacionais – aqueles que operam em pelo menos dois estados-nação – podem ter uma função de “intermediação”, de acordo com Tarrow (2001, em Hopke 2016), na qual os atores das redes desempenham um papel de ponte e troca de recursos, difusão, compartilhamento de táticas e informações, como veremos mais à frente nos próximos capítulos sobre os estudos de caso (um exemplo muito vivo desse último aspecto é a REScoop).

Neste sentido, o entendimento sobre essas redes translocais de base comum pode também ser incorporado através da lente do trabalho de Enzo Manzini (2010) e o modelo SLOC (Devagar, Local, Aberto e Conectado, traduzido do inglês Slow, Local, Open, Connected) - ou SLOW, adaptado por Ballantyne-Brodie e Telalbasic (2017) no qual sugere mudar o último aspecto de 'Conectado' para 'Tecido' (traduzido livremente do inglês *Woven*). Isto significa que já existem vários processos de concepção de modelos de organização “centrados nas pessoas” que reconhecem a necessidade de aprofundar uma abordagem de produção-consumo que favoreça a economia local, sendo praticada por muitos atores diferentes, porém conectados em redes de múltiplas escalas (socialmente, geograficamente, politicamente e economicamente) em todo o mundo através da colaboração e da abertura. Nesta perspectiva, ao conectar o conceito SLOW/SLOC à concepção das redes translocais, é possível ampliar as premissas de como normalmente sistemas alimentares e energéticos são concebidos na cultura dominante (*mainstream*): dominados por corporações multinacionais centralizadas, baseados no conceito de *commodities*, produção em escala industrial, em organizações orientadas sobretudo para o lucro e baseadas na competitividade.

Capítulo 3. Para além do binômio Público-Privado: o (re)surgimento dos *comuns*

Assumindo que as duas principais forças de poder institucionalizadas na modernidade (o Estado e o Mercado) são na verdade a demonstração de uma mesma lógica e que a oposição entre elas (inicialmente proposta por Polanyi (1944) é no fundo ilusória (Hardt e Negri, 2009; Laval e Dardot, 2009), a visão constituída dos *Comuns* tornou-se uma possibilidade real de emancipação desta encruzilhada política (Mattei, 2011). Isto não significa necessariamente que os Comuns sejam uma negação direta do Estado ou das relações produtivas do Mercado, mas sim, a procura de uma alternativa a esta universalidade do binómio dominante (Estado-Mercado) em todos os processos de poder, governança, produção, distribuição e institucionalização de valores humanos.

Embora esta discussão não seja uma novidade, nas últimas três décadas este processo de “redescoberta dos comuns” aumentou significativamente e apareceu em diversas abordagens através de diferentes estudiosos. O ressurgimento do debate acadêmico sobre os Comuns aumentou principalmente após a segunda metade do século passado, sendo que o trabalho de Elinor Ostrom na década de 1990 se tornou um marco fundamental. Seu trabalho, desconstruindo o determinismo de Garret Hardin no famoso artigo "Tragédia dos Comuns" (1973), abriu um longo caminho de abordagens sobre os Comuns, abrangentes tanto em termos políticos quanto em práticos, econômicos, legais, institucionais, sociais, entre outros. No início dos anos 2000, outra intensa onda de questionamentos sobre as teorias dos Comuns surgiu a partir da categoria do "Comum", liderada por estudiosos pós-(autonomistas) marxistas como o Midnight Notes Collective (Midnight Notes Collective, 2001), Hardt e Negri (2009), Laval e Dardot (2009), os estudos jurídicos críticos italianos (Mattei, 2011) e a singularidade do geógrafo crítico marxista David Harvey (Harvey, 2005, 2007) rejeitando a visão capitalista das IBCs. Em paralelo, outros estudiosos seguem o linha e contribuem para essa discussão a partir de diferentes perspectivas, desde liberais - os chamados Ostromianos, Yochai Benkler, Jeremy Rifkin, David Boillier, e muitos outros. Até as substantivas contribuições de um debate mais atual dos pós-marxistas Silvia Federici (2018) e Massimo de Angelis (2017), por exemplo.

Esta popularidade ressurgente dos Comuns provém também de uma insatisfação e frustração com a governança política e económica moderna tanto do socialismo como do capitalismo (Caffentzis, 2010). Os comuns emergem como uma resposta a essa polarização perniciosa entre o público e o privado, socialismo e capitalismo, abrindo um novo espaço político (Hardt e Negri, 2009).

A prática destas propostas alternativas teve um desenvolvimento vertical e um corte transversal com uma variedade de expressões coletivas, desde os recursos materiais aos imateriais. Neste sentido, as IBCs tornaram-se alternativas significativas para avançar para um poder mais distribuído, acessível e descentralizado (Federici e Caffentzis, 2014; Castells, 2012; Bauwens 2005, 2019; de Angelis, 2017; Ostrom, 1990; Hardt e Negri, 2009).

Este fenômeno tem chamado a atenção devido à sua elevada capacidade potencial de relações alternativas dos humanos com os seus meios de vida-produção-reprodução, desenvolvendo formas de auto-organização, auto-abastecimento e co-criação de novas formas de governança inclusivas rumo a uma redistribuição da riqueza e dos valores (de Angelis, 2017; Harvey, 2010, 2012; Federici, 2011; Mattei, 2011; Federici e Caffentzis, 2013). “Ao contrário da economia de mercado, o *commoning*⁷ não se trata apenas de produzir e distribuir recursos, mas de construir relações significativas com um lugar, com a terra e entre si” (Weber, 2013, p. 47). Segundo Weber, o *commoning* não é apenas um título para um regime econômico ou ecológico, mas também uma forma política de reorganizar as relações com todas as dimensões da vida e de resgatar as possibilidades de construção colectiva de sentido e de concretização das necessidades humanas fundamentais. David Bollier (2013), afirmou ainda que “os comuns tratam principalmente da construção de sistemas de trabalho para satisfazer as necessidades quotidianas fora do mercado e do Estado”, onde são coletivamente orientados por alguns valores fundamentais: participação, inclusão, justiça, controlo de baixo para cima, inovação baseada na comunidade, auto-responsabilidade.

Tradicionalmente, os Comuns são um termo geral que se refere a recursos partilhados e governados por um grupo de pessoas - pequeno grupo, a nível comunitário, a nível global, bem delimitado, transfronteiriço ou sem fronteiras claras - sujeito a dilemas sociais específicos (Hess e Ostrom, 2006) que têm que ser resolvidos coletivamente e não através de um poder central. De acordo com Rifkin (2014), este conjunto de recursos geridos democraticamente, utilizados e geridos coletivamente, requer inevitavelmente que as decisões, sanções, normas e protocolos evoluam para códigos de governo. Ou, como afirma Ostrom (2007), os bens comuns auto-organizados requerem uma *forte ação coletiva* de esforços voluntários de dois ou mais indivíduos com o mesmo objectivo combinados com *mecanismos de autogoverno* -

⁷ Traduzir para o português a palavra originalmente em inglês *commons* não é uma tarefa fácil, principalmente porque a palavra comum tem um significado já consolidado na língua portuguesa e porque a utilização da tradução “direta” *comuns* pode soar estranho e de incoerência gramatical. Mas, diversas traduções de outros autores, como já explicado anteriormente utilizam esse termo se apropriando de suas variações conforme melhor se encaixa. Porém, além de *commons* existe um desafio ainda maior na tradução de *commoning* e então escolheu-se aqui manter o termo em inglês (e em itálico) pois significa um verbo: o fator dinâmico que explica a prática social dos comuns através de seus agentes (Linebaugh, 2009).

acordos e apoio mútuos e abertos e consistentes, bem como um *elevado grau de capital social* por parte das partes interessadas.

Por produção, Hardt e Negri entendiam como uma produção social mais ampla - não apenas económica - que envolve a produção de bens materiais, mas também a produção de conhecimentos, as imagens, os códigos, a informação, os afetos e assim por diante - ou a produção de significados e subjetividade, ou seja, a produção de cultura. É disto que trata o “Comum⁸ contemporâneo”: encontros de singularidades em todo o tipo de redes que produzem novas formas de Comum e democratizam a participação política. Neste contexto, Hardt e Negri (2009) desenvolvem um conceito dialético de revolução reformista, de forma a manifestar a autonomia da multidão e criar uma sociedade de base comum.

Nas palavras de Michel Bauwens (2005), as comunidades baseadas em comuns são “*adhocracias*” auto-organizadas: as estruturas organizacionais e as hierarquias emergem como consequência da prática e os membros investem tempo e energia significativos no desenvolvimento de formas organizacionais e sistemas de governança à medida que avançam. No final, estes comuns emergentes estão a exercer uma força de fricção que se opõe aos mercados globalizados, subvertendo o significado e a função do acesso dentro da tendência inerente das economias neoliberais para expandir a mercantilização (Holder e Flessas, 2008).

Existe, no entanto, uma diversidade de visões sobre o significado dos comuns e seu ângulo analítico. Por exemplo, há uma vertente que vai discordar da abordagem dos comuns como uma alternativa ao capitalismo. O principal argumento dessa linha de pensamento é que os conceito de comuns vai além da determinação de propriedade ou capital, e que *commoning* significa transformar a forma como se organiza o acesso, o uso, o benefício, o cuidado e a responsabilidade (Gibson-Graham, Cameron e Healy, 2016).

Por outro lado, os comuns também não devem estar diretamente relacionados com o *público* (Heidelberg, 2024). De acordo com essa abordagem, o controle do Estado nesse caso remete a uma disfunção da noção de pluriversidade necessariamente vinculada aos comuns. Isso significa dizer que uma vez que as políticas de Estado se estabelecem sob padrões e o universalismo de regras, os comuns inversamente são definidos pela especificidade de cada contexto.

Logo, ao mesmo tempo que as divergências entre as visões de comuns determinam que o mesmo não pode ser relacionado com a propriedade privada ou com o controle do

⁸ Em inglês existe uma diferença entre *commons* com “s” ou sem “s”. E nada tem a ver com o plural. Os autores divergem e utilizam estes dois termos de forma alternada. Hardt e Negri (2009) argumentam a preferência pelo termo sem “s” porque rompe com os *comuns* anteriores ao cercamentos medievais e introduz uma conotação mais contemporânea. No caso desta tese vamos utilizar os dois termos, de acordo com o contexto, embora dando preferência aos comuns.

estado, não podemos negar que os comuns contemporâneos interagem diretamente com ambos. Nesse contexto, Bauwens, Wade e Burke (2024) sugerem uma análise da complexidade das estruturas e práticas dos comuns através de três dimensões: material, institucional e cultural. Respectivamente, as três dimensões resumem a relação dos comuns com os recursos e suas condições biofísicas (material), o conjunto de regras e governança (institucional) e as pessoas, suas relações sociais e comunitárias (cultural).

A revisão dos conceitos de comuns é essencial para seguir adiante. Para se entender as IBCs é necessário ter essa base teórica-conceitual como pano de fundo. As próximas seções vão explorar como individualmente evoluíram a concepção dos comuns em relação aos sistemas de provisão e consumo de energia e de alimentos, para depois construir uma análise sobre como seria essa integração e capacidade das IBCs em influenciar a inovação social.

3.1 O desafio dos comuns num ambiente urbano

Tal como na peça “Direito à Cidade” de Lefebvre (King, 2019) e “O silêncio é um bem comum” (1982), de Ivan Illich, os comuns urbanos estão se tornando uma forma de reivindicar o direito de transformar a cidade e superar o direito individual em relação ao coletivo. As iniciativas de base comum urbanas estão a crescer significativamente nas últimas duas décadas na Europa (Bravo e De Moor, 2008) e vários estudiosos estão a investigá-las a partir de diferentes aspetos e camadas (Becker et al., 2017; Enright & Rossi, 2018; Foster & Iaione, Özkan & Baykal Büyüksarac, 2020). Estudar práticas comuns no meio urbano torna-se um desafio ainda maior visto que a cidade tornou-se o símbolo das relações de poder dominante e do capitalismo moderno, incluindo a indefinição de seus limites, formas, fluxos e agentes de um território tão complexo.

Como a tese é baseada em estudos de caso no meio urbano e peri-urbano, um dos elementos considerados na revisão da literatura sobre os comuns foi decifrar este enigma de como as IBCs enfrentam os desafios no contexto urbano e conseguem construir alguma governança inovadora que reenquadra o imaginário urbano padronizado.

Pelo menos durante os últimos dois séculos, o “urbano” tem sido visto como o epicentro do imaginário “esclarecido”, “moderno”, “desenvolvido”, com a falsa promessa de melhores oportunidades de qualidade de vida e emancipação que a “acumulação de despossessão” capitalista recria (Harvey, 2012). A partir desta percepção, a área urbana concentrou população, trabalho, recursos financeiros, atenção política e poder, mas também intensificou a poluição, os conflitos sociais, a alienação, a privação, a desigualdade e a individualidade, dos quais emergiu outro contra-movimento, incorporado na colaboração afetiva e na solidariedade tanto dentro do capitalismo como não capitalista (Enright e Rossi,

2018; Hardt e Negri, 2009). Além disso, se hoje a população mundial se concentra 50% nas cidades, a expectativa para 2050 é de aumentar para aproximadamente 70%⁹.

Estes movimentos desafiam como regenerar a complexidade da cidade para gerar espaços para o seu valor comunitário, fornecedor e de proximidade no centro da cultura capitalista. Ao contrário do meio rural onde diversas IBCs se constituíram como tentativa de emancipação do modelo capitalista, de negação ao sistema *mainstream*, as IBCs urbanas conflitam diretamente com o modelo vigente sem fronteiras tão definidas, ao contrário de uma “comunidade intencional” privada no campo, por exemplo. No meio urbano as culturas se cruzam, se misturam, onde os territórios são perenes e as fronteiras são nebulosas (Bauman, 1999, Zapata e Zapata Campos, 2019). “Talvez seja isso que caracteriza o urbano no comum urbano: essa atenção às necessidades de membros ainda desconhecidos e a disposição de manter as fronteiras relativamente porosas” (Huron, 2017, p.1065)

Nesse cenário conflituoso, onde os espaços públicos foram privatizados, as ruas dominadas por carros, a natureza deu lugar a estruturas de cimento e aço e a gentrificação sobressalta, surge um contra-movimento de “tomar de volta” a cidade e ocupar esses espaços para os cidadãos se encontrarem novamente para benefício mútuo (Harvey, 2012).

Segundo Feinberg, Ghorbani, e Herder (2021), o comum urbano é produzido e reproduzido através do encontro dos elementos do ecossistema da cidade contribuindo para a (re)criação de significados compartilhados através dessas interações e práticas repetidas que induzem o aprendizado social e as intervenções no espaço urbano.

3.2 Os sistemas de alimentos comuns como alternativa de futuro?

Os sistemas alimentares devem ser compreendidos através de uma perspectiva multidimensional e a partir de diferentes camadas. São sistemas complexos que incluem aspectos agronômicos, mas também culturais, económicos, sociais, políticos, jurídicos, gastronômicos e muitos outros. Está muito enraizado no local devido à sua materialização física, enquanto outra ordem política e de mercado globalizada atua profundamente através dele. Algumas camadas de análise sobrepõem-se em si e os sistemas alimentares apresentam uma composição por processos em rede, que desafiam ainda mais sua análise. As suas dimensões começam pelos meios de produção (terra, solo, sementes, tecnologia, substratos, etc.), e estendem-se ao cultivo propriamente dito, à colheita, à transformação do produto, à distribuição, à comercialização, aos hábitos de consumo, até o descarte (Pothukuchi e Kaufman, 1999).

⁹ https://www.un.org/development/desa/en/news/population/2018-revision-of-world-urbanization-prospects.html?utm_source=chatgpt.com acessado em: 10/10/2023

Durante o século passado, os sistemas alimentares sofreram um intenso processo de comoditização, acelerado pelos processos de globalização das economias neoliberais na segunda metade do século XX, onde grandes complexos agroindustriais e empresas multinacionais dominaram as narrativas alimentares em diferentes países e criaram um processo de distanciamento físico, psicológico e cultural entre consumidores e agricultores (Chemnitz et al., 2017). No entanto, estudiosos como Vivero-Pol (2017) reivindicaram uma percepção mais ampla destas múltiplas dimensões acerca dos alimentos, incluindo:

- 1) A alimentação como um recurso essencial para a sobrevivência biológica dos humanos;
- 2) A formalização dos alimentos como um direito humano;
- 3) Ser entendido naturalmente um recurso renovável;
- 4) Um importante determinante cultural, relacionado também com o prazer, o afeto e os laços sociais;
- 5) Como um bem público e
- 6) Como um bem transacionável (torna-se relevante destacar que apenas esta última dimensão considera o “alimento como uma mercadoria”).

Nas últimas duas décadas, o contexto urbano tornou-se uma causa substancial de preocupação relacionada com a transformação do sistema alimentar, tanto para acadêmicos como para ativistas (Tornaghi 2017; Vaarst et al. 2018; Van Dyck et al. 2017; Weissman 2014). O número de acadêmicos e de movimentos sociais que buscam se aprofundar não só a parte tecnológica da produção alimentar, mas também outras dimensões inovadoras, como as relações sociais, a governação e as políticas, aumentou e também se diversificou.

Tal como muitos aspetos da história da humanidade liderada pelo capitalismo, a produção de alimentos também foi condicionada para se tornar um bem privado, dominado por entidades transnacionais e tornando-se mercadorias monodimensionais, favorecendo um mercado global de consumo de massa com preços mais elevados, agricultura ecologicamente míope e favorecendo um acesso desigual à terra (Fischler, 2011). O mercado agroindustrial impôs normas aos alimentos (relacionadas apenas com as suas características comercializáveis), o que mina radicalmente as suas dimensões não monetárias (Pechlaner e Otero, 2010), negando assim as suas propriedades relacionadas com a nutrição e os aspectos comunitários (Vivero Pol , 2015).

Os principais sistemas agroalimentares são geralmente dominados por uma cadeia de abastecimento globalizada composta por uma indústria multissetorial muito complexa. Em vez de conduzir a uma erradicação maciça da fome (prometida pelos padrões de produtividade mais elevados da Revolução Verde na década de 1970), este sistema acabou por aumentar a desigualdade social, a concentração de terras/recursos, a alienação geral da origem dos

alimentos, a subnutrição, a produção de alimentos de forma excessiva (em paralelo, uma quantidade crescente de perdas de alimento e resíduos) e graves danos ambientais.

Apesar de todo o esforço global no combate à fome e à subnutrição, cerca de um bilhão de pessoas, ou 13% da população mundial (FAO, 2021), ainda sofrem de subnutrição crônica (Vivero Pol, 2015); uma em cada três pessoas no mundo (2,37 mil milhões) não teve acesso a alimentos adequados em 2020 e 2 mil milhões de pessoas no mundo não tiveram acesso regular a alimentos seguros, nutritivos e suficientes em 2019 (FAO, FIDA, UNICEF, PAM e OMS, 2020). De acordo com o Eurostat, em 2022, 8,3% da população da UE não tinha condições para pagar uma refeição contendo carne, peixe ou equivalente vegetariano de dois em dois dias, um ponto percentual (pp) superior em comparação com 2021 (7,3%). Além disso, considerando as pessoas em risco de pobreza, em 2022 a percentagem a nível da UE foi de 19,7%, 2,2 pp superior à de 2021 (17,5%). Embora o relatório da FAO sobre a segurança alimentar (2020) afirme um certo grau de diminuição da insegurança alimentar, estudiosos como Vivero Pol (2015) denunciam um período mais longo de manipulação deliberada de dados para um resultado mais positivo.

A alimentação é, provavelmente, o fator mais importante de desigualdade social no mundo. A mercantilização dos alimentos, impulsionada pelo mercado internacional e pelas instituições financeiras, é necessariamente excludente (Kuljay et al., 2021). Estes atores não têm qualquer incentivo para tomar a erradicação da fome como um propósito, uma vez que, dentro de uma mentalidade orientada para o lucro, pela sua própria natureza, os produtos pertencem a quem os pode pagar.

Os comuns reingressaram na agenda política e social apenas na década de 1980, como um contra-movimento, como uma autodefesa da sociedade contra o acelerado processo de mercantilização (Appadurai, 1986). A teoria e a prática dos comuns (Quarta e Ferrando, 2015) funcionam como práticas contra-hegemônicas ou alter-hegemônicas, reunindo-se em torno de uma dissidência difusa e do desejo de novas formas de imaginação (Vivero-Pol, 2017).

3.2.1 O sistema alimentar como um agente de transformação social

Apesar de sinais claros de que o sistema alimentar pode se constituir como um agente transformador (Vivero Pol, 2015), isso também implica mudanças estruturais econômicas e políticas necessárias em torno da produção e do consumo de alimentos, em direção a padrões mais regenerativos e éticos. É essencial afirmar, neste ponto, que o alimento vai muito além da sua capacidade nutricional e da sua função material. Amplificado essa capacidade através das dimensões (Vivero Pol, 2017) apresentadas acima, o alimento pode ser entendido como uma expressão cultural, um meio de vínculo comunitário, uma fonte de prazer, afeto e um fator de saúde pública - além de já ser considerado um direito humano universal.

Historicamente veio a se tornar um elemento chave do ativismo social e ambiental, impulsionado pelo movimento de alimentos orgânicos na década de 1960 (Kuepper, 2010), culminando no movimento pela ‘soberania alimentar’. Concomitantemente, os sistemas alimentares liderados por gigantes multinacionais e por instituições públicas internacionais coexistentes aumentaram a opressão sobre os camponeses e os processos de produção locais (Kocagöz, 2018), e em paralelo surgiu um contramovimento de base (*grassroots*) em ação política contra a narrativa da maximização do lucro a qualquer custo.

Neste sentido, outra proposta surgiu baseada em ações cívicas coletivas para os alimentos: os “alimentos (como) comuns” (originalmente em inglês: *food as commons*). Inicialmente definidos a nível local, estas iniciativas estão focadas principalmente em preservar e regenerar os comuns que são importantes para a comunidade em questão. Os sistemas alimentares baseados nos comuns existiram por muito mais tempo do que os sistemas alimentares commoditizados e tornaram-se novamente realidade com um novo movimento de ‘descomoditização’ e ‘recomunificação’ dos sistemas alimentares (Vivero Pol, 2019; Kuljay et al., 2021), como, por exemplo, os *trusts* comunitários de terras, a Agricultura Suportada pela Comunidade (do inglês, *Community Supported Agriculture*), os prosumidores, as Redes Alternativas de Alimentos (RAA) e os conselhos de políticas alimentares.

Kuljay et al. (2021, p.5), inspirados pelos conhecimentos de Massimo De Angelis (2017), Silvia Federici (2011), de comunidades indígenas e de outros movimentos de RAA, definiram *quatro princípios para os alimentos como comuns* e expressam esta mudança inovadora para os sistemas alimentares:

- (a) o ser humano e a natureza como componentes interconectados da teia da vida;
- (b) uma abordagem antirracista e feminista crítica;
- (c) uma posição decolonial e antimilitarista; e
- (d) um processo de tomada de decisão participativo, inclusivo e democrático.

3.2.2 O “novo movimento” alternativo dos sistemas de alimentos

Ao longo do tempo, emergiram uma diversidade de conceitos em torno deste contramovimento de alternativas aos alimentos, como “justiça alimentar”, “democracia alimentar”, “slow food” e “movimento boa comida” (Holt-Giménez & Lammeren, 2018). Para estes autores, a “comida (como) comuns” surgiu mais recentemente, principalmente a partir de movimentos sociais urbanos de direitos humanos e centra-se muito mais em valorações normativas, consumo distributivo e pólos alternativos de governança que reivindicam acesso igualitário, em vez de necessariamente romper com as relações de poder e exploração de classes dominantes. A “soberania alimentar”, por outro lado, “é um apelo à equidade de recursos emergente das reivindicações organizadas dos camponeses, pastores e

pescadores” (ibid, pp.12) e à autonomia política para o direito das pessoas à alimentação (De Angelis e Diesner, 2020).

Embora há algumas décadas estes dois movimentos principais (um proveniente maioritariamente de zonas rurais e outro de localidades urbanas) ainda estivessem separados em direcções diferentes, na última década foi possível vislumbrar outro caminho de convergência rural-urbana. Surge então, uma vertente dos movimentos alternativos de alimentos estimulada através da evolução de uma consciência massiva em relação à sustentabilidade - já dispersa na cultura dominante, em grupos “alternativos” autênticos em busca de consumo consciente e na narrativa das cooperativas para sustentabilidade. Esta aparente convergência também é relatada na literatura e nos debates da política prefigurativa (Tornaghi e Deheane, 2020) e inovação social (Avelino et al., 2024).

Por um lado, inspirados por uma visão mais sistêmica, e a partir das discussões dos movimentos sociais que lutam pelos direitos das discussões sobre justiça alimentar, rural e urbano não podem mais ser conceitos compreendidos de forma separada. Por outro lado, essa busca por uma alimentação mais consciente e equilibrada foi incluída na apropriação de narrativas urbanas “mais verdes” - como a gentrificação verde, a *gourmetização*, o *greenwashing*, os novos mercados capitalistas e as formas de auto-exploração que reforçam a dinâmica neoliberal (Alkon e Agyeman 2011; Pudup, 2008).

O 'novo movimento alimentar' emergiu organicamente dentro de movimentos antiglobalização e de várias ações de reivindicação da soberania alimentar há cerca de 20 anos, como a 'Via Campesina', contra políticas alimentares globais que favorecem grandes empresas e corporações transnacionais, por exemplo as Políticas Agrícolas Comuns (PAC) da Comissão Europeia (Vivero Pol, 2017, de Angelis e Diesner, 2020). Na verdade, cada vez mais pessoas questionam a qualidade daquilo que comem e agem através de numerosos formatos coletivos cívicos.

Ver os sistemas alimentares como comuns traz à tona critérios de múltiplas dimensões (necessidades físicas, emocionais, culturais, políticas e um direito, ou até mesmo um recurso) em que é impossível separar o objeto e o sujeito numa descrição científica positivista e objetiva. “Não podemos observar os alimentos a partir de uma perspectiva desvinculada das condições materiais em que operamos” (Vivero Pol et al., 2019, p.385). As IBCs, neste domínio, estão a crescer e a florescer em muitas formas e tipos de organizações diferentes, pluridiversas e sem controle central. Existem muitas iniciativas que podemos ver na maior parte das cidades europeias. Só para citar alguns exemplos ilustrativos: Agricultura Apoiada pela Comunidade (Arvaia¹⁰ - Itália), Cooperativas Alimentares (Camilla¹¹ - Itália, Rizoma¹²-

¹⁰ <https://www.arvaia.it/>

¹¹ <https://camilla.coop/>

¹² <https://www.rizomacoop.pt/>

Portugal, Bees.coop¹³- Bélgica, etc), Redes Alimentares Alternativas (Campi Aperti¹⁴ - Itália, La via Campesina¹⁵- Internacional, Genuino Clandestino¹⁶- Itália), Conselhos Alimentares (Conselho Alimentar de Antuérpia¹⁷), Food Hubs (Food Lab - Bélgica),

No entanto, essa “pluralidade” de conceitos e definições dos comuns nos discursos públicos e acadêmicos desafia um consenso sobre quais os recursos, decisões políticas e esquemas de governança devem ser considerados como comuns de fato ou quais devem ainda ser incluídos. Essa situação impacta diretamente os sistemas de alimentos, cuja consideração como comuns é amplamente debatida nos campos acadêmico e político (Vivero Pol, 2017). Além disso, a ausência de políticas estruturadas que favoreçam às iniciativas e a falta de articulação integrada ou governança entre as iniciativas aumentam o risco de seu isolamento, o que pode levar a uma maior fragilidade.

3.2.3 ‘A Abordagem Tricêntrica’ para governança dos sistemas de alimentos comuns

Neste sentido, Jose Luis Vivero Pol (2016), inspirado na emergente governança policêntrica dos recursos naturais de Ostrom (2007), elaborou a 'abordagem tricêntrica', numa tentativa teórica de explorar como os sistemas alimentares podem ser governados por *arranjos institucionais híbridos* (combinando Estado, empresas privadas e “ações colectivas cívicas” auto-reguladas). Numa perspectiva diferente, os alimentos também podem ser considerados um bem *misto*, em que a interação entre as três agências resulta em diferentes funções e regimes de governança. Portanto, Vivero Pol (2016) propõe uma nova possibilidade de governança definida por:

(a) um *Estado Parceiro* (Kostakis & Bauwens, 2014) (ou o 'Estado Empreendedor' de Mazzucato (2013) - considerando os alimentos como um bem público e agindo como um facilitador de iniciativas cívicas coletivas;

(b) as IBCs ou *ações coletivas cívicas* através da “comunicação” da produção, consumo e distribuição de alimentos como comuns (exemplo: cooperativas de produção, consumo e distribuição, mercados solidários, bolsas de sementes de

¹³ <http://bees-coop.be/en/>

¹⁴ <https://www.campiaperto.org/>

¹⁵ <https://viacampesina.org/es/>

¹⁶ <https://genuinoclandestino.it/>

¹⁷ <https://www.rikolto.org/stories/citizens-of-antwerp-collectively-build-their-food-strategy-with-rikolto-and-let-us>

agricultores, associações de consumidores-produtores, gastronomia de código aberto e tecnologias de produção de alimentos); e

(c) um sector privado reformulado – não ganancioso, “maximizador sem fins lucrativos”, ético e justo, relacionando-o como um bem privado.

Nesta abordagem (ver figura 4.1), Vivero-Pol evoca uma coexistência entre estes três atores essenciais que poderia resultar em um melhor valor partilhado e benefícios mútuos. Para ele, “combinações apropriadas de ações coletivas autorreguladas, regras e incentivos governamentais e empreendedorismo do setor privado devem produzir bons resultados para os produtores de alimentos, os consumidores, o meio ambiente e a sociedade em geral” (Vivero-Pol, 2016, pp.13). Estes princípios e modelos baseados em comuns têm o potencial de desenvolver uma variedade de alternativas estáveis, equitativas e ecológicas aos mercados alimentares convencionais, ao mesmo tempo que fortalecem comunidades e redes, com uma abordagem inovadora, autónoma ou facilitada pelo Estado, provocando um acesso mais distribuído e poder descentralizado.

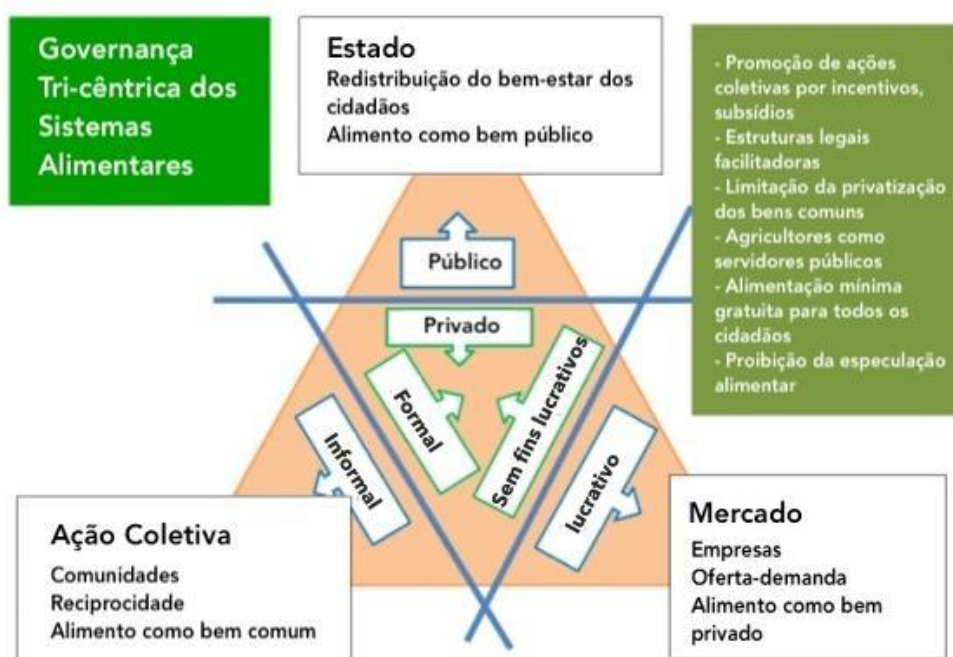


Figura 3.1: Proposta de uma Abordagem de Governança tricêntrica para os sistemas de alimentos - Traduzida e adaptada de Vivero-Pol, 2016.

Esta abordagem tricêntrica exigiria um papel facilitador do Estado através da metabolização de normas, regulamentação, quadro jurídico, mediação, co-gestão, investimento e incentivos técnicos que apoiam e permitam uma co-participação abrangente da IBC. Ao mesmo tempo, espera-se através desta abordagem que o sector privado mude a

sua função social de maximização do lucro dos *shareholders* para um propósito mais ético e de valor agregado aos *stakeholders*. Há aqui muitas premissas e mudanças fundamentais que não parecem tão próximas de acontecer de fato, mas pensando em fomentar a transição, é possível ter essa referência como uma possibilidade a ser estudada.

Cabe aqui refletir também que essa abordagem contradiz de certa forma algumas teorias para os comuns quando conecta diretamente com o público e o privado. Entretanto, há quem defenda a necessidade de aproximação das IBCs com esses agentes-chaves como estratégia de sobrevivência política no espaço e, de forma menos “purista”, reivindicando um formato pluriverso e inclusivo.

3.3 Transição energética justa e sustentável: um caminho em direção a “energia comum”

O sistema de produção, consumo e distribuição de energia tornou-se o elemento central para a transição digital e para a concretização das metas do Pacto Verde Europeu. Entretanto, a atual governança da transição energética global, baseados na abordagem de mercado, não tem respondido às necessidades de uma transição justa e sustentável. Afinal, conceber a transição energética sem abordar justiça energética (Van Bommel e Höffken, 2021), pobreza energética e a democracia energética (Wahlund e Palm, 2022) é sustentar as incoerências do Consenso da Descarbonização.

Desde o século XX, os sistemas energéticos são altamente centralizados politicamente, economicamente e geograficamente, dependentes em usinas de grande escala, baseados em estruturas organizacionais bastante hierarquizadas, exclusivistas, orientados para o mercado, altamente regulamentados (Wolsink, 2020) e extremamente desiguais em termos de inovação social (Gregg et al, 2020). O aumento da consciência ambiental, combinado com as crises ecológicas multifacetadas, mudanças climáticas, preços voláteis do petróleo e a expectativa do pico petrolífero alavancaram uma necessidade urgente de transição energética (Dunlop, 2019).

Muitos investigadores, autores e acadêmicos têm discutido a importância de mudar as narrativas energéticas como uma “*commodity*” (dominada por empresas privadas com fins lucrativos) ou um “bem público” (dominado pelo Estado) para um sistema energético mais participativo, inclusivo, acessível e mais sustentável (Koirala et al., 2016; Acosta et al, 2018; Szeman, 2019; Elworthy 2011; Becker et al, 2017). Isto conduz a uma visão diferente do papel do consumidor; o que implica sair do estado de alienação de meros compradores/utilizadores de energia sem conhecimento da fonte, ou do porquê se pagar aquele preço ou mesmo o destino desse pagamento. Esta mudança fundamental reivindica não só a evolução instrumentalizada, tecnológica (como os micro-grids inteligentes nos Sistemas de Geração de

Energia Distribuída) e de hardware (por exemplo, contadores inteligentes, sistemas de automação integrados, etc.), mas também novas estruturas organizacionais, nova divisão de propriedades, gestão e controlo dos recursos energéticos bem como mudanças institucionais e políticas (Wolsink, 2020).

Neste sentido, Giotitsas et al.. (2022) provocam uma reflexão fundamental para desvendar a consciência subjacente sobre as políticas energéticas superando a estreita abordagem tecnológica e ligando uma ponte entre a racionalidade da engenharia e os cientistas sociais. A partir desta perspectiva somos capazes de ver para além das metas de *energia verde* e de carbono, rumo a uma compreensão mais plural da inovação social em curso nos sistemas energéticos, reconhecendo que os sistemas energéticos estão incorporados noutros sistemas mais amplos, interligados com múltiplas questões e elementos de práticas sociais distintas (Wittmayer et al., 2020). Portanto, como Wittmayer (ibid) traz: do debate atual sobre a transição energética surge uma oportunidade para repensar os padrões sociais no seu todo.

Aceitar que os sistemas energéticos estão inseridos em relações sociais complexas é crucial para responder às necessidades de implantação de energias renováveis (Wolsink, 2020) e para mudar o quadro político dos sistemas energéticos (Szeman, 2019; Becker et al., 2017; Elworthy, 2011; Giotitsas et al., 2022; Wittmayer et al., 2021; Van Bommel e Höffken, 2021) A ascensão do “*prosumerismo*”, dos sistemas de energia distribuídos, da coprodução, dos arranjos institucionais híbridos, dos recursos renováveis e das comunidades energéticas exige outra estrutura de governança e uma nova abordagem institucional. Neste sentido, o reconhecimento dos bens comuns energéticos (ou *energia comum*) pode emergir como um “quadro guarda-chuva para a construção de uma alternativa holística e sustentável à actual configuração socioeconómica que permeia praticamente todas as facetas da actividade humana” (Giotitsas et al., 2022: 3). Embora já existam autores explorando esses temas, ainda é um conceito muito pouco explorado na literatura como relata Bauwens, Wade e Burke (2024).

Nas últimas duas décadas, tem-se registado um aumento significativo do número de iniciativas baseadas em comuns que experimentam formas de transformar o setor energético em direção a abordagens mais democráticas, justas e sustentáveis (Van Veelen, 2018; Campos e Marín-González, 2020). A conceitualização da produção e distribuição de energia como recursos comuns (do inglês *Common Pool Resources - CPR*) visa reconfigurar a propriedade dos sistemas de energia (Wolsink, 2020; Elworthy, 2011; van der Horst e Vermeulen, 2008).

No entanto, este recurso gerido coletivamente implica um conjunto de sistemas de cooperação baseados na confiança e relações de poder participativas mais igualitárias, exigindo diferentes padrões de governança para prover uma dinâmica mais policêntrica

(Wolsink, 2020; Bauwens, 2017). O CPR tende a ser (ou previamente assumido como já sendo), por definição, uma forma de governança mais equitativa, participativa e cooperativa, que tem a oportunidade de impulsionar a autonomia colectiva e comunidades mais resilientes e autogovernadas (van der Horst e Vermeulen, 2008).

Bauwens, Wade e Burke (2024), recentemente, realizaram uma ampla revisão sistematizada das diferentes definições e investigações sobre “energia comum”. Nesse sentido, nos brindam com a seguinte definição de energia comum: conjuntos de relações sociais e regras de governança desenvolvidos por comunidades de produtores, usuários e prosumidores de energia para, de forma coletiva e democrática, co-criar e co-gerir recursos (bio)físicos relacionados à extração de materiais (por exemplo, minerais para tecnologias energéticas ou biomassa), produção, distribuição, uso e armazenamento de energia, bem como o manejo de resíduos ou descomissionamento de infraestruturas, com o objetivo de melhorar o acesso à energia, a eficiência e a sustentabilidade.

Partindo da abordagem da Energia Comum, duas propriedades básicas de estruturas de produção emergem no debate: a “coprodução” e o “prosumerismo” (Becker et al., 2017). Esta abordagem ultrapassa a divisão entre o público e o privado e a energia entendida como *commodity*. Neste sentido, um consumidor de energia é também um produtor ou parte integrante do sistema de produção e distribuição. O surgimento deste conceito (e prática) desafiou as estruturas e regulamentos institucionais, assim como o entendimento de coprodução “como estratégia popular para garantir a influência política e o acesso a recursos e serviços” (Mitlin, 2008, p.339) pode permitir uma maior participação política. Nesse caso, essas abordagens fundamentam parte da base produtiva das Comunidades Energéticas como veremos à frente.

O prosumerismo, por sua vez, enquanto processo aberto e contestado de hibridização institucional, tem implicações para os sistemas energéticos sustentáveis e justos (Wittmayer et al., 2021) - especialmente se considerarmos que o prosumerismo pode ser lido de diferentes ângulos, nomeadamente o mercado, o Estado e a comunidade (Ibid). Cada foco desdobra-se em mudanças fundamentais de percepção que alteram também a dinâmica relacional. Assim, a coprodução ou o prosumerismo (e a produção descentralizada) por si só não são suficientes para determinar se o sistema energético ou alimentar é mais democrático, justo ou resiliente, embora possa melhorar a capacidade de desafiar o *status quo* dominante.

3.3.1 Comunidades Energéticas como iniciativas de base comum

De acordo com Bauwens et al. (2022) existem vários significados diferentes para o termo comunidade relacionado com os sistemas energéticos: como um processo, um resultado, um ator, uma rede, identidade social, etc. E também podemos ver muitas intenções diferentes na

criação de uma comunidade de energias renováveis (CER), que vão desde interesses especulativos individualistas (uma pessoa que investe sua poupança em uma CER para obter rendimentos extras) até uma consciência mais ampla sobre as questões ambientais e as mudanças climáticas. No entanto, no final, aparentemente não existe uma definição tão clara e unificada do significado de CE, dependendo de caso a caso. Na realidade, existem significados mistos, sobrepostos ou constantemente remodelados; mas isso, de certa forma, é representativo dessa característica pluriversal tanto dos comuns quanto das iniciativas de base comunitária.

Na investigação desta tese, podemos aproveitar esta vantagem e defini-la como um grupo de cidadãos auto-organizados, auto-regulados e ligados pelos seus laços sociais para produzir, partilhar recursos e consumir colectivamente energia renovável. As CE incluem também cooperativas de prosumidores de energia (Wierling et al., 2018) e outras iniciativas lideradas pela comunidade baseadas no aumento da produção e/ou consumo de fontes de energia renováveis (Wierling et al., 2021). Porém, assim como Kostakis, Giotitsas e Kitsikopoulos (2024) afirmam que as cooperativas energéticas são sistemas de energia comuns, as comunidades energéticas se destacam pela capacidade de gerir recursos de forma compartilhada, coletiva e promovendo benefícios sociais no *lugar*.

Entretanto é importante ressaltar que nem todo formato organizacional baseado em cooperativa compartilha dos mesmo princípios de IBCs (ou até mesmo de Comunidade Energética) e isso pode gerar atritos de diversas naturezas, inclusive institucional. Por exemplo, como relata essa entrevistada da REScoop:

“Se você é reconhecido como uma comunidade de energia no nível local - os Estados-Membros ainda podem decidir que tipo de entidade legal seria considerada uma comunidade de energia - existe um suporte (...). Por exemplo, na Grécia, observamos que o país foi muito progressista com sua legislação sobre comunidades de energia, mas eles não esperaram pela legislação da União Europeia. (...). No entanto, agora percebemos que isso resultou em algumas brechas legais. (...) Houve um boom de comunidades de energia; em determinado momento, havia cerca de 1.500 registradas. Porém, ao analisarmos mais detalhadamente seus estatutos, composição de membros e outros aspectos, descobrimos que apenas cerca de 30 eram genuínas, realmente beneficiando os cidadãos”.

Nas últimas duas décadas, a CE contribuiu significativamente para o fornecimento de energias renováveis na Europa, ou pelo menos está a tornar-se um agente importante para mudar o sector energético na Europa. Existem já mais de 2 milhões de cidadãos espalhados

por 9.252 comunidades energéticas nos 29 países da Europa (Wierling et al. 2023). As estimativas sugerem que as comunidades energéticas podem possuir já cerca de 17% da capacidade eólica instalada e 21% da energia solar (European Commission, 2016) e até 2050, poderão representar 45% do consumo de eletricidade da UE.

Embora existam diferentes tipos de arranjos institucionais (Creamer et al., 2018), nas CEs, geralmente, a propriedade e os recursos tecnológicos são partilhados entre membros ou comunitários¹⁸ (do inglês original, *commoners*), que decidem coletivamente as regras, normas e sanções ao sistema. O formato de entidade jurídica mais comum é uma associação ou cooperativa (por exemplo, organizada em processos participativos, cada participante é um membro, decisões tomadas em assembleias), mas podem também ter outros formatos, por exemplo, parceria, organização sem fins lucrativos ou sociedade de responsabilidade limitada. As iniciativas lideradas pela comunidade (embora permita participação de outras instituições públicas ou privadas) complementam as lógicas de burocratização e mercantilização que marcam as abordagens lideradas pelo Estado e pelo mercado, o que cria novas instituições híbridas, capazes de conciliar de forma flexível os impulsos para a transformação e a estabilidade (Wittmayer et al., 2021). Portanto, uma comunidade que produz energia através de fontes renováveis, distribui e partilha esta energia localmente também poderia ser alcançada através de um contexto político híbrido de cidadãos organizados alinhados com o governo local, desenvolvendo a base da energia como um bem comum. Hoje já é permitido e existem experiências de CE que vão além da produção e distribuição de energia elétrica, podendo por exemplo participarem na geração de conforto térmico para comunidades e que seja conduzido por uma comunidade energética¹⁹, ou também projetos de eficiência energética, entre outros.

Para Simon, Diprose e Thomas (2019), o apoio público a iniciativas lideradas pela comunidade tende a ser visto como uma forma de promover a confiança nas instituições públicas, servindo como agentes locais reduzindo o risco de fracasso político devido à falta de informação sobre as especificidades dos sistemas locais. Por outro lado, outros académicos afirmam também que a superação dos desafios colocados pela globalização, pela emergência climática e pela crescente polarização económica e política exige esforços concertados dentro e para além das fronteiras nacionais, ao nível das bases e da elaboração de políticas regionais (Penha-Lopes e Henfrey, 2019).

Em última análise, a CE tem todo o potencial para contribuir para um sistema energético mais democrático e sustentável, colocando a participação dos cidadãos no centro

¹⁸ Nota do autor sobre a tradução: refere-se às pessoas que participam ativamente na gestão e usufruto de recursos comuns ou outros bens partilhados

¹⁹ <https://www.rescoop.eu/toolbox/its-better-when-were-together-briefing-for-municipalities-and-social-housing-providers-on-community-heating-and-cooling>

das decisões de produção de energia e melhorando a governança e utilização das energias renováveis. Na secção de discussão desta tese serão analisados aspectos controversos desta afirmação, mas por agora é possível afirmar o potencial emblemático da CE na transição para uma energia mais democrática, descentralizada e “mais limpa”. Neste sentido, a CE pode contribuir profundamente para a democracia energética (Szulecki, 2018), ao mesmo tempo que activa a *soberania popular* (cidadãos não apenas como destinatários das políticas energéticas, mas também como produtores, consumidores e titulares de contas), *governança participativa* (inclusão, transparência e acesso à informação, bem como acesso à educação energética) e *propriedade cívica* (os cidadãos como proprietários da geração de energia, bem como da infra-estrutura de transmissão/distribuição).

Capítulo 4. A perspectiva sociopolítica do *Nexus* Alimentos e Energia

Hoje em dia, mais de metade da população mundial vive em áreas urbanas (ONU, 2012), consumindo a maior parte dos recursos alimentares e energéticos (Tye et al., 2022). As cadeias de produção e abastecimento do sector alimentar consomem cerca de 30% da energia mundial, na qual a maioria deriva de combustíveis fósseis (FAO, 2011). A demanda global de alimentos deve aumentar cerca de 50% e a de energia 40% de 2012 até 2030 (European Commission, 2012). Aproximadamente 1 bilhão de pessoas, no mundo tem nenhum ou baixo acesso a eletricidade; cerca de 793 milhões de pessoas no mundo ainda estavam subnutridas em 2016; cerca de um quinto da superfície terrestre agricultável apresentou tendências persistentes de declínio na produtividade entre 1998 e 2013 (Adamovic et al. 2019).

De fato, a maior parte da literatura encontrada sobre o nexo entre alimentação e energia (AE) inclui a água como terceiro elemento (Brouwer et al., 2018; Chang et al., 2020; Venghaus & Hake, 2018) de uma tríade do *nexus*, no entanto, a estrutura nesta tese irá focar-se nos alimentos e na energia e tomam a água como componente secundário (ver introdução).

Como explicado no capítulo de 'introdução', o *nexus* é um conceito que se define pela interdependência e interação entre dois ou mais elementos, sendo nesse caso, a relação entre os sistemas de produção, distribuição e consumo de alimentos e de energia. É uma abordagem integrada que reconhece que mudanças em um elemento/sistema impactam diretamente o outro, com uma diversidade de implicações e usos, como por exemplo para a sustentabilidade, a segurança alimentar, a segurança energética e outras questões ambientais (Olawuyi, 2020). Essa abordagem defende uma mudança fundamental do modelo de governança setorial e fragmentado, baseado em uma lógica individualizada, para uma abordagem transversal, coerente e integrada entre esses elementos. Além disso, a abordagem deste nexo busca superar as consequências não intencionais de políticas descoordenadas entre diferentes setores (*ibid*).

Ao desenvolver a correlação entre os recursos naturais, as abordagens do *nexus* oferecem uma visão mais complexa sobre as interconexões e interdependências entre os componentes fundamentais dos sistemas socioecológicos (Renner et al., 2020). Essa abordagem promove uma transição do enquadramento dominante de engenharia aplicado à energia (ou outros recursos) para uma perspectiva mais ampla, que inclui visões sociais mais abrangentes (Sovacool, 2014), considerando o entrelaçamento dos recursos com questões políticas e o funcionamento da sociedade além de sua dimensão biofísica (De Felice et al., 2019).

O *nexo alimento e energia (Nexus AE)* ganhou mais atenção após a conferência de Bonn do *World Economic Forum* intitulada “O Nexo Energia, Segurança Alimentar e Água – Soluções para a Economia Verde”, que foi realizada em 2011. Até hoje, as definições do *Nexus AE* ainda sofrem muitas interpretações e conceitualizações diferentes. Inicialmente proposto como um mecanismo para compreender a utilização eficiente de recursos combinados (como alimentos e energia) para a sustentabilidade através de uma abordagem de pensamento sistêmico, o *Nexus AE* pode também ser visto como um método de governança holística para otimizar a interdependência entre esses elementos em suas inter-relações mútuas e dinâmicas e alcançar uma alocação sustentável desses recursos, enquanto favorece o crescimento económico (Venghaus & Hake, 2018).

É muito comum ver a abordagem do *Nexus AE* em cálculos da agricultura moderna como uso de combustível nas máquinas agrícolas, gasto de energia na produção industrial de fertilizantes e pesticidas, eletricidade nos sistemas de irrigação, eletricidade nos sistemas de armazenamento, processamento e transporte de alimentos (por exemplo: veículos de transporte, refrigeração e supermercados). Por outro lado, também existem produtos da agroindústria que são utilizados diretamente como energia, como por exemplo os biocombustíveis (etanol de milho e cana-de-açúcar, biodiesel de soja, mamona, algodão, palma e etc.). Esses últimos têm uma relação muito estreita com a produção de alimentos, uma vez que existe disputa por terras agricultáveis entre esses dois fins (embora em muitos países tenha regulamentação restrita para isso), caracterizando uma abordagem necessária de equilíbrio entre escolhas do uso da terra ou concessão entre um ou outro (European Commission, 2012). A pressão sobre terras agricultáveis é iminente, sendo um desafio de coordenação e prioridade de governança enquanto os diferentes setores continuam almejando sua expansão individual. Isso é um argumento muito comumente utilizado pelos promotores da abordagem focado no *nexus AAE* (European Commission, 2012).

Apesar do *Nexus AE* ajudar a analisar o consumo de energia na produção de alimentos e o valor energético da biomassa na *cadeia de abastecimento da agroindústria*, em uma *cidade ou região* (áreas urbanas e periurbanas (Vaarst et al., 2018)) é essencial compreender a reorganização dos ciclos de recursos, incluindo a sua escala de perdas e desperdícios de energia (Tornaghi e Dehaene, 2019). De acordo com estes estudos (ibid), “os próximos passos nesta direção são o desenvolvimento de instalações de produção de energia e de captação de água adequadamente dimensionadas e de propriedade comunitária, adaptadas aos desafios [sociais e] ecológicos” (p. 14) . No entanto, é ainda extremamente raro encontrar iniciativas a nível *grassroots*, comunitário e de base comum que demonstrem claramente a relação do *Nexus AE* em termos políticos e culturais. Em geral, a utilização do *Nexus AE* como uma base instrumental de análise, tem servido às “ciências exatas” (engenharias, agronomia,

etc) nos seus cálculos com unidades de medidas de energia (por exemplo o joule, boe, toe, caloria).

Em toda a literatura identificada, muito poucos estudos a nível local consideram o *Nexus* AE “completo” - que envolva todas as suas dimensões (Artioli et al., 2017; Urbinatti et al., 2020; Kapucu et al., 2021; bruns et al. 2022) e menos ainda sobre aspectos políticos, estratégias a nível local e comunidades. Segundo Dunlop (2019) a literatura sobre eficiência energética liderada pelas ciências sociais representa apenas 2,6% do total da literatura encontrada sobre o tema. Tye et al.(2022), também mapearam extensivamente as iniciativas de nexo Água, Alimento e Energia (AAE), nas quais a revisão “demonstrou que apenas uma pequena fração dos estudos empíricos representa uma escala local (por exemplo, urbana ou comunitária) que envolve comunidades ou cidadãos como participantes ativos na Governança do nexo AAE” (p. 9). Geralmente, numa perspetiva dominante, os desafios encontrados na aplicação do *Nexus* AE estão relacionados com causas provenientes de determinadas “barreiras” económicas, comportamentais ou institucionais, e não com aspetos conceptuais, políticos ou culturais (Dunlop, 2019).

Embora as habituais abordagens técnico-económicas, focadas em reduzir o consumo de energia, lideram massivamente o trabalho político e científico, outro ramo de académicos (principalmente das ciências sociais) está a questionar esta abordagem por um contexto mais amplo em que ocorra a eficiência energética (Dunlop, 2019). Por exemplo, Herring (2006, p. 19) afirma que: “As questões-chave [em relação à eficiência energética] são éticas, não técnicas, culturais, e não económicas”. De acordo com Bruns et al. (2022, p.80), “o *Nexus* não é um conceito de governança apolítico. Pelo contrário, o *Nexus* água-energia-alimento está, em última análise, relacionado aos sistemas de recursos e sua governança”. O que remete diretamente à qualidade da estrutura de pensamento dos comuns como contributo significativo para este debate em relação à transformação do *nexus*.

A partir da ciência social crítica, investigadores alertam como o pensamento *nexus* vem sendo metabolizado na narrativa da modernização ecológica, como uma solução técnica para escassez de recursos, uma instrumentalização de mercado, medidas de eficiência produtiva e uma ferramenta para Economia Verde (bruns et al., 2022). Esta visão do *nexus* cumpre um perfeito papel no Consenso da Descarbonização (Bringel e Svampa) e no ideário do Desenvolvimento Sustentável, focado no poder Estatal e na lógica de mercado internacional.

O *Nexus* de recursos destaca os múltiplos limites dimensionais à antiga panaceia do crescimento económico contínuo, ao contrário da visão de eficiência da inter-relação dos elementos para favorecer o crescimento económico apresentado por Venghaus e Hake (2018). Por sua vez, ao ver o *nexus* em profundidade, aponta as limitações das soluções tecnológicas para lidar com questões complexas, como a produção/geração de alimentos e

energia. Assim, a abordagem *nexus* implica um afastamento do reducionismo na interface ciência-política ao destacar sinergias e trade-offs com os sistemas socioecológicos. Nesse entendimento, a partir de uma perspectiva crítica sobre o *nexus de recursos*, emerge uma contra visão que abandona a abordagem tecnocrática para resolver problemas de sustentabilidade sobre recursos naturais no futuro (Giampietro, 2018). Parte do princípio que a investigação científica tradicional, baseada no reducionismo e na fragmentação do conhecimento, não fornece os insumos necessários para a discussão de políticas de sustentabilidade.

Desde 2014 o World Economic Forum, em seu relatório anual sobre riscos globais (WEF, 2014), já apontava a necessidade de uma abordagem para sinergia política entre os sistemas de alimentos e de energia que melhor endereçam a garantia de disponibilidade e acessibilidade desses recursos, entendendo desde então a importância de uma visão integrada. Entretanto, trazer o debate sobre o *nexus* da esfera acadêmica e debates globais para a prática da sua implementação enfrenta barreiras significativas, incluindo desafios para a colaboração intersetorial e a complexidade e incompatibilidade das estruturas institucionais atuais (Mathews et al. 2019).

Essa integração parte do princípio de incorporar a avaliação constante de como os impactos e co-benefícios de um setor/sistema podem afetar o outro. De acordo com Olawuyi (2020) essa integração pode vir dos seguintes eixos: instituições; compartilhamento de informações; instrumentos, leis e políticas para lidar com os *trade-offs* e explorar sinergias; infraestrutura e soluções tecnológicas; e coordenação e cooperação internacional em níveis regionais. Entretanto, como vimos nos outros capítulos acima, é necessário avançar em modelos mais holísticos e inclusivos das formulações de políticas que incorporem também outras variáveis como a soberania alimentar, a democracia energética, autonomia da comunidade e a justiça social.

A interdependência crescente entre os sistemas de alimentos e energia (dentre outros) e a complexidade da policrise civilizatória demandam uma abordagem integrativa pluriversa, multicritério e multicêntrica, na qual exige-se uma transformação significativa dos sistemas de governança global, nacional, regional e local. Isso inclui não só superar a fragmentação institucional de forma coerente (e mais eficaz), mas encontrar um modelo que possa articular entre as diferentes escalas de governança. Nesse sentido é que esta tese parte do princípio de que as redes translocais mais integrais podem exercer um importante mecanismo de coesão, comunicação, e sinergia. Para esse efeito, embora ainda não correlacionado com as redes translocais, Olawuyi (2020) sugere a necessidade de uma coordenação institucional que ajude a promover o alinhamento legal entre os setores e escalas geográficas, a cooperação e compartilhamento de conhecimento e a integração multisetorial.

4.1 O Nexus AE na prática

Um exemplo prático comumente reportado para a racionalidade do *Nexus AE*, facilmente correlacionado com os valores das IBCs, é a cadeia curta de abastecimento alimentar (conhecida como Circuitos Curtos ou Produtos Alimentares ZeroKm), onde também se implementa características de baixo carbono, tais como: proximidade geográfica entre produtores e consumidores com habitualmente menos de 100km; comércio justo e relacionamento fortalecido com os agricultores; ciclos circulares de gestão de resíduos alimentares; base da economia solidária; e o reforço das economias locais (Kneafsey et al, 2013; Vittersø et al., 2019; Augère-Granier, 2016). Todas estas características reduzem diretamente a busca de energia para a cadeia de valor dos sistemas de alimentos, alteram as estruturas sociais ao eliminar a presença de intermediários e geram benefícios mútuos entre as partes interessadas construindo infraestruturas alternativas integradas com pensamento *nexus*.

Outro exemplo, menos explorado na literatura e encontrado durante o trabalho de campo para esta pesquisa, é que, na verdade, as IBCs comungam de uma racionalidade diferente, baseada em valores distintos, e, por isso, é possível observar alguma integração da Comunidade Energética com a produção alimentar alternativa, como, por exemplo, hortas comunitárias urbanas e os mercados populares. A Rede Alternativa de Alimento também participa frequentemente em cooperativas de energia. Por outro lado, existem estudos que apresentam resultados consideráveis também na integração da produção de energia fotovoltaica (ou eólica) com a agricultura e a pecuária no mesmo espaço, aproveitando muitas sinergias (Giri e Mohanty, 2022). “Além disso, estruturas agrícolas, como casas e celeiros, frequentemente oferecem locais ideais para a instalação de painéis solares [pela exposição solar], e esses investimentos devem ser tratados como prioridade” (Adamos, 2023, p.78). Existe um grande potencial para a cooperação e integração das IBCs alimentares e energéticas, como veremos nas próximas seções.

Apesar de não ter encontrado nenhuma IBC que integrasse o *Nexus AE* na sua prática durante o trabalho de campo e para servir como estudos de caso, segue abaixo alguns exemplo em contextos similares para ilustrar essa capacidade real do *Nexus AE* em IBCs:

- No concelho de Aberasturi, no município de Victoria-Gasteiz (em Espanha), por exemplo, utilizam biomassa de resíduos florestais e agrícolas gerar energia de calefação e aquecimento de água²⁰, além de formar uma Comunidade Energética (ou como eles chamam, uma Comunidade Bioenergética).

²⁰ <https://www.eseficiencia.es/2022/05/23/concejo-aberasturi-impulsa-biomasa-usos-termicos-proyecto-europeo-becoop>, publicado em 23/05/2022, acessado em 12/12/2024

- Neste mesmo programa (BECoop), apesar de não ter biomassa de resíduo de alimentos, a FIPER²¹, em Tirano, na Lombardia (Itália) utiliza resíduos florestais para abastecer em 80% da demanda de aquecimento do município (58MW instalados) e 1.1 MW de eletricidade. A Comunidade Energética visa abastecer mais de 2100 pessoas com eletricidade e aquecimento no futuro
- Electra Energy Coop é uma cooperativa AgroFotovoltaica na Grécia, a qual produz energia e alimentos no mesmo espaço, o que eles chamam de “*solar community garden*”²².

Mas, a cadeia de valor da produção e distribuição de alimentos vai além da agricultura. Nesse sentido, há uma outra gama de possibilidades como por exemplo a criação de biorrefinarias para produção de biofertilizantes, ração proteica, bioenergia e bioquímicos integradas com princípios da bio-economia circular - como eficiência energética, renováveis e gestão de resíduos (Adamos, 2023).

Em outra direção - mas que merece ser mencionado aqui como ponto de reflexão dentro do debate sobre a integração entre os sistemas de alimento e de energia - é a expropriação de comunidades locais de produtores de alimentos para fornecer terrenos para grandes projetos energéticos (incluindo energias renováveis como hídrica, geotérmica, eólica e solar) (Kocagöz, 2018; Olawuyi, 2020). Isto desencadeia um debate dentro da lógica política do *Nexus AE*, baseado pelo pensamento crítico das ciências sociais e Ecologia Política (Bruns et al., 2022). Na verdade, já existem movimentos sociais que lutam por este conflito fundiário contra os grandes projectos de transição energética. Este é mais um argumento para a integração das RAA com a CE como mediadores de uma nova lógica que pode incluir estes dois processos em sinergia através do *commoning*.

Isso mostra como o *Nexus AE* é um campo importante para a governança e política de recursos, como por exemplo os riscos interdependentes de segurança de recursos (alimentar, energética, hídrica, etc) e as desigualdades dos processos que condicionam o acesso e o controle sobre recursos desiguais por meio da tecnopolítica neoliberal (Bruns et al., 2022). A partir disso pode-se examinar e explorar opções transformadoras em direção a futuros mais justos.

²¹ <https://www.becoop-project.eu/pilot-areas/italy/>

²² <https://www.dbu.de/en/projects/project-search/by-theme/> acessado em 10/12/2024

4.2 A relação do Nexus AE com a eficiência energética

Embora o Nexus AE vem sendo mais frequentemente relacionado com a eficiência energética, surgiu nos últimos anos um debate conceitual em torno do efeito sistêmico da eficiência energética, o que permitiu ampliar a esta abordagem a partir de uma perspectiva mais complexa (Lutzenhiser, 2014; Dunlop, 2019; Shove, 2017). A eficiência energética tem sido tradicionalmente reconhecida como um meio eficaz de alcançar a segurança energética (Kovacic e Di Felice, 2019) e de descarbonizar a economia (Rosenow, Graichen e Scheuer, 2018). Pode também ser definida através de diferentes formas, como: *utilização eficiente* (para produzir a mesma quantidade de serviços ou resultados úteis com a mesma inserção de recurso (Patterson, 1996), *combinação e gestão ótima de energia* para atingir o nível desejado de consumo de energia (Boyd, G.A., e Pang, J.X. , 2000) e ao mesmo tempo *minimizar o desperdício e os impactos negativos no ambiente* (Moezzi, 2000; Grupta e Ivanova, 2009). Os excedentes de energia resultantes da eficiência têm sido frequentemente referidos como “a melhor fonte de energia de todas”. Isto é, gastar menos energia é melhor que produzir energia de baixo impacto na mesma quantidade. Isso se reflete oficialmente, conforme estabelecido na revisão da Diretiva sobre Eficiência Energética (EED) da UE, formalmente acordada em 24 de julho de 2023: “as soluções de eficiência energética devem ser consideradas como a primeira opção nas decisões políticas, de planejamento e de investimento ao estabelecer novas regras para o lado da oferta e outras áreas políticas” (European Commission, 2023, p.8).

A EED está muito relacionada com as metas estabelecidas no PVE, no pacote CEAE e no pacote *Fit for 55*. Está próximo dos planos europeus de ação climática, das ambições de transição energética e da agenda europeia da economia verde após o Acordo de Paris (European Commission, 2023). A ousada meta da UE para a eficiência energética para 2030, após a última reformulação, é de 40,5% para o consumo de energia primária e de 38% para o consumo de energia final, quando comparado com as projeções do Cenário de Referência da UE de 2007 para 2030.

Como o Nexus AE é basicamente um quadro analítico para entender a interrelação entre esses dois elementos, seus resultados estão diretamente ligados à eficiência energética na produção de alimentos, trazendo alguns benefícios, como por exemplo: redução de custos operacionais, redução das emissões de GEE, redução de impacto na produção de energia (e às vezes nos processos produtivos também como efeito correlato da otimização) e aproveitamento de resíduos agrícolas para co-geração de energia (como biodigestores e pirólises). Mas, de fato, como relatado por Bruns et al. (2022) é necessário ir muito além da visão positivista e técnico-gerencial dos estudos normalmente relacionados com o *nexus* e

que sustentam a manutenção de estratégias *business as usual* e do Consenso da Descarbonização (Bringel e Svampa, 2023).

4.3 O *nexus* na UE: governança, políticas e institucionalidade

Não existe uma política específica da União Europeia (UE) dedicada exclusivamente ao *Nexus* AE (e suas variações). No entanto, a UE dispõe de políticas e documentos que abordam alguns aspectos da relação entre os sistemas de alimentos e energia, particularmente no âmbito da sustentabilidade, da agricultura e das mudanças climáticas (European Commission, 2012; Adamovic et al. 2019; Carmona-Moreno, 2021; Adamos, 2023). Estes documentos enfatizam frequentemente a necessidade de sistemas de produção e distribuição de alimentos mais sustentáveis e energeticamente eficientes.

Inclusive, há mais de 10 anos, o documento intitulado “Enfrentando a escassez: gerenciando água, energia e terra para um crescimento inclusivo e sustentável” da Comissão Europeia (tradução livre de European Commission, 2012), relatava sobre o desafio da incorporação dessa abordagem integrada:

“O relatório confirma a existência de lacunas significativas na governança da UE e global, além de afirmar que as instituições atuais são inadequadas para lidar com a água, energia e terra ([no caso desse relatório] o *nexus* WEL [original do inglês *water, energy and land*, água, energia e terra) de forma integrada e sofisticada. Abandonar o modelo tradicional [*business as usual*] evidentemente exige uma mudança no paradigma tradicional [*business as usual*] de formulação de políticas” (European Commission, 2012, p. 160).

Desde então, o documento já alertava a comunidade internacional para a necessidade urgente de transformação para uma abordagem baseada no *nexus*. Nesse caso, este relatório está orientado para as mudanças institucionais necessárias e articulação entre o setor público e privado para o nexo entre água, energia e terras. O relatório definia o *nexus* mais como um quadro de “otimização do que maximização”, embora concluía a necessidade de um ecossistema político favorável à regulamentação e incentivo. Segundo o documento, as abordagens institucionais para integração do *nexus* de forma contextual e específica são mais apropriadas, ou seja, já sinalizavam um caráter pluriverso ao invés de universalizante - geralmente mais característico das formulações de políticas públicas.

Nos últimos anos, a Comissão Europeia vem desenvolvendo alguns projetos e inclusões do *nexus* em outros quadros políticos, principalmente ligados às políticas de cooperação para o desenvolvimento (Adamovic et al. 2019). Embora não se tenha

concretizado um marco estrutural, a Comissão vem desenvolvendo e financiando algumas iniciativas como: um processo participativo para institucionalização do *nexus*, o Programa de Diálogos Regionais sobre o Nexus e a Plataforma de Recursos para Segurança Hídrica, Energética e Alimentar²³; programas de investigação financiados pelo Horizon 2020²⁴; a rede NEXUSNET²⁵ (Özcan, 2024); entre outros.

Entretanto, a maior parte dos argumentos de mudanças político-institucionais, revistos na literatura, versa a partir de uma visão desenvolvimentista, enraizada em conceitos de negócios como “oferta”, “demanda”, “eficiência” e focados em resolver o problema da segurança alimentar e crescimento populacional global (European commission, 2012; Simpson e Jewitt, 2019; Ringler, Bhaduri e Lawford, 2013; Dunlop, 2019). Geralmente as propostas de políticas ao redor do *nexus* giram em torno de precificação de serviços ecossistêmicos e de carbono; taxaço (desincentivo) de produção de carne e biocombustíveis; redução de investimentos especulativo de terras; redirecionamento dos subsídios fósseis; incentivos fiscais e condições de acesso a crédito facilitado para ‘projetos nexus’; dentre outros (European Commission, 2012; Adamovic et al. 2019). Özcan et al. (2024) enfatiza a necessidade de mudanças de linguagem e construir diálogos colaborativos inter-setoriais, entre a academia e formuladores de política, que reconheçam a complexidade da visão holística do *nexus* mas também possam traduzir em uma forma mais acessível e prática para impactar a política.

Um dos principais desafios encontrados na literatura sobre o *Nexus AE* (Venghaus & Hake, 2018) é como abordar a necessidade de um quadro integrado para a política e governança de alimentos e energia a nível da UE e a nível local, incluindo questões de utilização da terra a partir de um ponto de vista social. Existem já diferentes modelos de governança e políticas na UE sobre a produção de alimento em que é mais comunitarizada, por exemplo, a própria Política Agrícola Comum (PAC), enquanto as políticas energéticas não têm uma política comum da UE, mas sim decisões partilhadas e cada membro tem a direito de determinar por si próprio, como veremos mais adiante no próximo capítulo. No entanto, os “sistemas alimentares” e o “sector agrícola” parecem muito vagos neste regulamento de revisão da Diretiva de Eficiência Energética. É considerado no documento, mas não especificamente e no meio de uma narrativa generalizada, como a redução no consumo de

²³ <https://www.water-energy-food.org/about-us>

²⁴ https://research-and-innovation.ec.europa.eu/news/all-research-and-innovation-news/understanding-climate-water-energy-food-nexus-and-streamlining-water-related-policies-2021-03-19_en

²⁵ Essa é uma rede internacional de pesquisadores que trabalham em colaboração com universidades, instituições de pesquisa, formuladores de políticas e o setor empresarial para compreender melhor como o Nexus água-energia-alimentos promove a coerência política e as interações biofísicas.

energia é responsabilidade de *todos os setores*. Por exemplo, a EED não considera o sistema alimentar no seu texto em nenhuma passagem, e mesmo o termo agricultura é apenas mencionado brevemente, sem qualquer especificação.

Para Pereira e Pereira (2017) é clara a necessidade de criar uma abordagem de governança mais integrada para a Europa no que diz respeito ao cumprimento da meta EED da UE e do pacote CEAE, como parte do PVE. Isto significa a necessidade de um esforço institucional em rede a nível europeu, nos Estados-Membros, nas agências locais de energia e na comunidade em geral para superar os mandatos setoriais (Venghaus e Hake, 2018) e os nichos políticos. A própria EED já incentiva a cooperação entre organismos públicos, agências de energia e iniciativas lideradas pela comunidade e afirma também que os Estados-Membros devem capacitar a Comunidade Energética (European Commission, 2023), pelo que existe um espaço claro no qual a IBC pode tirar vantagem neste quadro político.

Por outro lado, a UE é ainda altamente dependente das importações de meios de produção agrícolas (e alimentares), o que tem impacto na sua pegada energética ao longo das diferentes cadeias de suprimento. Embora a reformulação da PAC apresente exemplos emblemáticos de integração e coerência políticas entre setores (European Association of Agricultural Economists, 2019), é ainda difícil compreender como é que a PAC pode operacionalizar o progresso em direção ao *nexus* (Mathews et al., 2019). A Estratégia do Prado ao Prato (F2F), (European Commission, 2020a), por outro lado, relaciona-se com a energia em diversos fins, por exemplo: incentivar a reutilização de resíduos orgânicos para a coprodução de energia, ligar as metas com as políticas de energias renováveis, reduzir as perdas e o desperdício através de Plano de Ação para a Economia Circular, eficiência energética, correlacionado com a bioeconomia. A F2F está também correlacionado com o Pacto Ecológico noutras áreas, como refere o documento: “A Comissão assegurará que a estratégia seja implementada em estreita coerência com os outros elementos do Pacto Ecológico, especialmente a Estratégia de Biodiversidade para 2030, o novo CEAP [Plano de Acção para a Economia Circular] e a ambição de Poluição Zero” (ibid, p. 20). Os Planos Estratégicos da PAC 2023-27 oferecem oportunidades significativas para promover a produção de energia sustentável, principalmente por meio do apoio à agrovoltaica e de investimentos na produção de biometano (Adamos, 2023).

Como veremos mais adiante, nos próximos capítulos, as IBCs podem ter mais vantagens quando combinarem não só a parte sociotécnica do *nexus* na sua produção, mas também entre as políticas europeias como, por exemplo, referidas acima a F2F, a EED e a REDIII. Muito embora, uma linha política específica para essa integração de diferentes elementos (energia, alimento, solo, água, saúde, desenvolvimento regional, economia circular etc), como o *nexus*, deveria ocorrer combinando com especificações para as diferentes realidades das IBCs.

Os problemas de governança relacionados ao *nexus* de recursos são praticamente inevitáveis, já que as instituições atuais foram historicamente projetadas para lidar com os recursos de forma isolada. A complexidade inerente ao *nexus* de recursos exige avaliação multicritério dos componentes de um determinado sistema socioecológico em múltiplas dimensões. Nesse processo, ao abordar o *nexus* em toda a sua complexidade, incertezas e dilemas, podem surgir certos “conhecimentos desconfortáveis” em relação a uma política de sustentabilidade proposta, desafiando a “narrativa oficial simplificada e autoconsistente sobre o mundo” (Rayner, 2012). Essa característica, compreensivelmente, pode encontrar resistência por parte de formuladores de políticas acostumados a indicadores reducionistas na elaboração de políticas, como o PIB (Kovacic et al., 2015) ou as emissões de GEE (Agrawal, 2013).

4.4 A abordagem integrada do *Nexus* Alimento-Energia e as Iniciativas de Base Comum

Avaliar e gerir múltiplos recursos enquanto se navega por potenciais conflitos e protege a base de recursos de diferentes setores é um desafio crítico (Zahedi et al., 2024). Esse desafio exige uma abordagem integrada na qual os sistemas sejam considerados em sua totalidade. À medida que as Iniciativas de Base Comum (IBCs) se configuram como uma ferramenta transformadora para a Inovação Social (IS) na produção de alimentos e energia, uma perspectiva complexa torna-se necessária, capaz de compreender a interconexão dos elementos sociopolíticos presentes nos sistemas de alimentos e energia (FE).

Há um potencial significativo na combinação de esforços políticos entre iniciativas de base comum nos setores de energia e alimentos para alcançar benefícios mútuos. Isso também traz a possibilidade de desenvolver vantagens sinérgicas entre diversos stakeholders em termos de metas ecológicas, redução da pobreza e desigualdade e estratégias políticas inovadoras. Isso significa que tanto as IBCs de alimentos quanto as de energia podem tirar proveito das políticas de energia e alimentos, incorporando-as nas práticas cotidianas e em práticas de *advocacy*. Dessa forma, a incorporação da lógica dos comuns na esfera política de alimentos e energia não é apenas funcional para garantir a participação democrática dos cidadãos nas administrações locais e nos cenários de formulação de políticas, mas também demonstra capacidade de apoio à economia social em nível local e de influência em escala nacional e europeia.

As IBCs, portanto, podem ser entendidas como uma inovação social que abrange novas formas de fazer (práticas, tecnologias, compromissos materiais), organizar (regras, tomada de decisão, modos de governança), estruturar (significados, visões, imaginários, compromissos discursivos) e saber (recursos cognitivos, competências, aprendizado,

avaliação) (Pel et al., 2020). Entretanto, mudanças substanciais que integrem a incorporação de políticas baseadas nos comuns e do *Nexus AE* por formuladores de políticas em diferentes níveis pode potencializar a transição transformativa dessas iniciativas. Além disso, é necessário reconhecer os benefícios mútuos do *nexus* através das IBCs. A integração de dois elementos vitais – como a garantia de qualidade alimentar e de energia acessível – por meio do *comum*, confere ao *Nexus AE* um potencial maior para promover lugares inclusivos, justos e socialmente vibrantes.

Entretanto, esse entendimento exige uma mudança primordial e necessária nas escolhas pré-analíticas que moldam as narrativas para as políticas de alimentos e energia. Por exemplo, ao considerar como a adoção da diversidade de narrativas sobre soberania alimentar pode implicar na formulação e implementação de políticas distintas. Assim, avançar além do debate convencional sobre sistemas alimentares e energéticos para um modelo alternativo baseado nas necessidades comunitárias requer reflexividade como se perguntar: “quais objetivos devem ser considerados?” (Kovacic e Giampetro, 2015). Essa abordagem, em última análise, influencia a incorporação do “quem”, “o que” e “como” na formulação das políticas de alimentos e energia. Para as IBCs, essa abordagem questiona como o tipo de autonomia institucional inerente a elas pode trazer mudanças ao cenário político atual. Esse deslocamento para além dos cenários de *business-as-usual* deve ter alta relevância na elaboração dos objetivos das políticas reduzindo o domínio das corporações transnacionais ou instituições financeiras (e seu alto poder de *lobbying*), garantindo que a política da UE permaneça aberta às dinâmicas e perspectivas de base.

Em termos práticos, Gamboa et al. (2016) argumentam que escolhas pré-analíticas envolvem julgamentos normativos que moldam a seleção e a agregação de indicadores, influenciando como os problemas são enquadrados e como as políticas são formuladas. No caso dos modelos de transição verde da UE, como o PVE, as políticas focadas principalmente em métricas de emissões e termos tecnocráticos podem gerar benefícios, entretanto, também correm o risco de causar efeitos colaterais indesejados e mudanças estruturais que não podem ser mitigadas pelos mesmos termos.

Em contraste, as IBCs enfatizam o desenvolvimento de estruturas e indicadores mais inclusivos para sistemas alimentares e energéticos, incorporando dimensões culturais, políticas e psicológicas, além da geração de renda ou descarbonização. Quando projetos de energia renovável são guiados por estruturas de governança baseadas nos comuns, não apenas avançam na descarbonização do sistema energético, mas também promovem a democracia energética, reduzem a pobreza energética e fortalecem as economias locais. Da mesma forma, quando redes alternativas de alimentos (RAA) adotam princípios de produção local, equitativa e soberana, elas têm o potencial de impulsionar mudanças transformadoras que vão além da simples redução da poluição proveniente da produção alimentar em larga

escala. Assim, ao integrar o enquadramento do *Nexus* FE, às IBCs de alimentos e energia podem gerar sinergias em seus esforços e catalisar uma inovação social transformativa.

Para realmente aproveitar o potencial das IBCs na condução de mudanças transformativas, aqui entendidas como "o processo de desafiar, alterar, reverter ou substituir processos/estruturas existentes em um contexto social e material específico" (Haxeltine et al., 2017), é essencial estabelecer uma estrutura política e institucional de apoio que inclua políticas multiescalares e legislações (em níveis europeus, nacionais e intra-nacionais) destinadas a promover a participação desde os primeiros estágios da concepção das políticas. Essa participação política exige um ajuste na linguagem e nas abordagens tanto dos formuladores de políticas quanto das IBCs (Moragues-Faus e Battersby, 2021; Holt-Giménez e van Lammeren, 2018), assegurando o alinhamento das expectativas (como evitar a excessiva projetificação de iniciativas ou pressões desmedidas para escalar suas operações (Pel et al., 2023). Os esforços devem se concentrar no desenho de processos menos burocráticos que permitam a inclusão de valores comunitários diversos, ao invés de forçar as IBCs a se conformarem apenas às linguagens políticas dominantes enraizadas na competitividade de mercado. Um genuíno aumento no diálogo é crucial. Trata-se de um processo, contudo, que exige o fortalecimento da confiança – entre as instituições políticas e as IBCs – capacitando os stakeholders com as habilidades e práticas necessárias para um diálogo participativo eficaz.

Em suma, entrelaçar o *Nexus* AE às IBCs pode ser visto como uma Inovação Social Transformativa (IST) nas propostas atuais de transição. Esse modelo de transição desafia, altera ou reformula a dominância das instituições estabelecidas ou mesmo propõe novas alternativas que provocam o contexto socioinstitucional (Haxeltine, 2017). Isso significa que a IST opera para ir além da economia verde, avançando além de questões tecnocráticas, rumo à integração sociopolítica (com as IBCs sendo a materialização dessa proposta).

Como veremos mais adiante, nos resultados desta investigação existem tanto fatores capacitadores positivos quanto desafios e restrições para as IBCs se desenvolverem como uma Inovação Social para a transição.

Capítulo 5. As políticas de transição verde da UE: obstáculos ou oportunidades para as Iniciativas de Base Comum energéticas e alimentares?

A União Europeia, impulsionada principalmente a partir do Acordo de Paris e do Pacto Verde Europeu, vem promovendo continuamente uma série de iniciativas políticas para avançar em direção a uma transição econômica verde e justa. Como já apresentado anteriormente, esse conjunto de políticas está ancorado em uma lógica que, embora promova avanços, não aborda plenamente os requisitos necessários para o desenvolvimento das IBCs. Neste capítulo vamos explorar as principais políticas europeias em relação aos sistemas de alimentos e energia, analisando sua compatibilidade com o suporte às Iniciativas de Base Comum.

Embora os debates acadêmicos e ativistas em torno dos sistemas de alimentos vem sendo elaborados com maior profundidade há muito tempo, o tema “energia” na vida contemporânea vem dominando a atenção dos formuladores de políticas públicas nos últimos anos. Essa predominância pode ocorrer por diversas razões, tais como:

1. O setor energético tem suas competências institucionais mais compartilhadas entre os Estados-Membros e outras escalas de governança, enquanto o setor de alimentos é mais centralizado no PAC;
2. A urgência do impacto ambiental e climático do setor energético (o qual acumula 75% das emissões de GEEs totais da UE). Soma-se a isso o fato de que as políticas ambientais globais se concentram majoritariamente nas metas de descarbonização (absolutamente central no chamado “Consenso da Descarbonização”), além de ser um setor chave nas políticas Europeias para digitalização;
3. A crise energética foi exacerbada pela geopolítica, como por exemplo a invasão da Rússia na Ucrânia;
4. O conservadorismo no setor de alimentos é maior; tomando em conta a força dos complexos agroindustriais, o protecionismo histórico para garantir a competitividade dos fazendeiros europeus na lógica de mercado internacional e a manutenção da prerrogativa da segurança alimentar (como argumento para falsa necessidade de uma escala industrial de produção de alimentos, retardando a transição);
5. O sistema energético é mais intensivo em tecnologia ao longo de sua cadeia (mesmo em uma pequena escala), exigindo maior complexidade regulatória e

maiores volumes de investimento. Por exemplo, é possível criar uma horta urbana com recursos financeiro e tecnológicos muito limitados. Por outro lado, desenvolver um projeto de geração de energia com baixos recursos é significativamente mais difícil. Isso também demonstra que o setor de alimentos é mais intensivo em mão de obra e, portanto, o impacto social tende a ser maior. No entanto, essa característica não está necessariamente alinhada com o “Consenso da Descarbonização”;

6. Dentro de uma perspectiva do *nexus* (e a interdependência dos setores), a cadeia de valor dos alimentos é altamente dependente de energia, e o inverso não ocorre;

Apesar disso, fato é que a diversidade, robustez e complexidade das políticas voltadas para transição energética são significativamente mais intensas do que para os sistemas de alimentos. A seguir, veremos em maiores detalhes, como essas políticas moldam a trajetória da Europa na busca por uma transição mais justa e sustentável e por consequência facilitam e limitam o desenvolvimento das IBCs.

5.1 Agenda política alimentar “mais verde” da UE e os sistemas alimentares comuns

A União Europeia (UE) tem uma longa história de políticas agrícolas protecionistas para aumentar a sua base de produção, nomeadamente proporcionando rendimentos aos agricultores, garantia do fornecimento de alimentos e proteção da propriedade da terra (Vivero Pol, 2016; Recanati et al, 2019). Durante muito tempo, estas políticas, praticamente unificadas na Política Agrícola Comum (PAC) da UE, foram as primeiras promotoras de uma cultura alimentar centrada no mercado e nos produtores (Vivero Pol, 2017). Até hoje a UE destina mais de 30% do seu orçamento anual para a manutenção do PAC²⁶. Desde a década de 1960, as políticas da PAC têm priorizado cada vez mais práticas em favor do desenvolvimento e crescimento do mercado e de organizações orientadas para o lucro e competitividade (Vivero Pol, 2016). Assim, esta lógica tem orientado todo o quadro político, regulamentar e legislativo da UE sob a justificação de uma maior produção para alimentar milhares de milhões de pessoas no mundo. Esta racionalidade capitalista de produzir tanto quanto possível, aumentar o consumismo e não ter em conta as “externalidades” dominou o modelo de desenvolvimento rural na UE durante várias décadas (ou mesmo séculos), criando um impacto ambiental e social devastador (Ericksen, 2008; Moragues-Faus, 2021; De Schutter, 2019).

²⁶ https://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy/cap-overview/cap-2023-27_pt?utm_source=chatgpt.com

No entanto, nos últimos anos, na sequência de discussões globais e em resposta às crises ambientais, das alterações climáticas, sociais, financeiras e de desigualdade de rendimentos, a UE está flexionando para mudar as suas narrativas de políticas agrícolas, marcadas principalmente por uma “agenda de economia verde” (Rose, 2021). Isto significa que as principais estratégias políticas europeias para alimentos estão principalmente impulsionadas através do PVE e das metas climáticas europeias, o que remete como ainda está fundamentalmente ancorada no Consenso da Descarbonização. Além do PVE, surgem outros elementos das novas políticas para os sistemas alimentares na Europa, como a reforma mais recente da PAC (PE/64/2021/REV/1 e PE/65/2021/INIT) e da Estratégia do Prado ao Prato (do inglês *from Farm to Fork strategy*, F2F) (European Commission, 2020a).

Nesse sentido, o quadro político dos sistemas de alimentos da UE vem absorvendo no seu discurso novos conceitos para além do Consenso da Descarbonização, tais como: segurança alimentar, sustentabilidade, dietas saudáveis, segurança alimentar, género, direitos das mulheres, bioeconomia, economia circular, 'desperdício zero', agricultura orgânica, inteligência digital e redução das disparidades de rendimento. Juntamente com este quadro, o Parlamento Europeu aprovou recentemente os Planos Estratégicos da PAC 2023-27²⁷ e um quadro legislativo para Sistemas Alimentares Sustentáveis (SFS) como uma das iniciativas emblemáticas da Estratégia F2F que deveria ter sido adotada pela Comissão antes do final de 2023. Havia uma grande expectativa para a adoção da lei SFS antes das últimas eleições para o Parlamento Europeu e a nomeação de uma nova liderança da Comissão Europeia que não foi concretizada, gerando grande frustração e incertezas (Bradley, 2024; Fortuna, 2024).

O quadro SFS promete integrar a sustentabilidade em todas as políticas relacionadas com a alimentação, estabelecendo metas a nível da UE, definições e princípios comuns e medidas vinculativas. Estes quadros são coerentes com um importante processo de transição cultural para um modelo de desenvolvimento sustentável, mas enraizado numa abordagem baseada em performance e desempenho, em estratégias orientadas para o mercado e na objectividade competitiva, que ainda continua a ser uma linguagem económica liberal (Rose, 2021; Moragues-Faus e Battersby, 2021; Holt-Giménez, E., & Lammeren). Apesar dessa estratégia incluir preocupações ambientais, sociais, nutritivas e produtivas (European Commission, 2020a), ainda dá sinais da permanência da narrativa de “transição verde” debatida no capítulo anterior.

²⁷ https://agriculture.ec.europa.eu/cap-my-country/cap-strategic-plans_en#cap-strategic-plans-recommendations

Os principais objetivos da estratégia F2F são:

- Assegurar alimentos suficientes, a preços acessíveis e nutritivos dentro dos limites do planeta
- Reduzir para metade a utilização de pesticidas e fertilizantes e a venda de agentes antimicrobianos
- Aumentar a percentagem de terras agrícolas consagradas à agricultura biológica
- Promover um consumo alimentar e regimes alimentares saudáveis mais sustentáveis
- Reduzir as perdas e o desperdício alimentares
- Combater a fraude alimentar ao longo da cadeia de abastecimento
- Promover o bem-estar dos animais

Embora estes quadros já estejam mudando para uma compreensão mais sistêmica das políticas “alimentares” em vez de apenas políticas “agrícolas” e estejam sinalizando para uma mudança oficial da narrativa adoptando uma faceta “*mais verde*”²⁸, estas estratégias políticas ainda precisam de reforçar a forma como irão realmente materializar esta proposta mais ampla (correndo risco de *greenwashing*). Um desafio central na implementação da própria F2F é a ambiguidade não resolvida sobre o que se entende por “sustentabilidade alimentar” ou “sistema alimentar sustentável”. A Comissão Europeia não define claramente o que é sustentabilidade, nem reconhece que se trata de um conceito multidimensional, apontando apenas para a gama de benefícios ambientais, de saúde, sociais e económicos associados à transição para um sistema alimentar sustentável. Como consequência, o conceito permanece pouco definido, sendo apresentado como uma panaceia sem limites conceituais claros.

Além disso, para decidir legitimar a direção mais “sustentável” para a transição do sistema alimentar europeu, é necessário encontrar formas de promover uma verdadeira democracia alimentar dentro e entre os níveis de governança nas diferentes escalas locais, nacionais e europeias. Hassanein (2003) já indicava a necessidade de criar uma base social mais sólida (além de “mais verde”) para as políticas de alimentos, em que necessariamente se amplie o envolvimento e o comprometimento de outros atores da cadeia de valor. Nesse sentido, é que as IBCs e RAAs são essenciais para fomentar a democracia alimentar, como por exemplo os conselhos de políticas alimentares ou cúpulas cidadãos, e oferecer caminhos promissores para tomar decisões quando valores e interesses entram em conflito e quando

²⁸ “mais verde” é literalmente traduzido livremente de “*greener*” do site oficial da Comissão Europeia https://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy/cap-overview/cap-2023-27_en#cap-reform-timeline

as consequências das decisões são incertas (ibid, 2003). Por isso mesmo ainda se aposta no quadro legislativo do SFS anunciado como uma ferramenta possivelmente adequada para criar uma estrutura que fortaleça a democracia alimentar no nível da UE.

Ao mesmo tempo, dentre esses documentos relacionados a sistemas de alimentos, o único que menciona algo mais próximo das IBCs é o PE/64/2021/REV/1 que inclui em seu texto uma passagem com a aparição do termo “liderado pela comunidade” - do inglês *Community Led Initiative* (incluindo apoio específico, investimento e reconhecimento). A própria PE/64/2021/REV/1 menciona uma definição de “iniciativa liderada pela comunidade”. Nota-se, através, dos objetivos da principal estratégia alimentar de transição da UE que ainda se tem uma visão pouco progressista em relação a mudanças estruturais necessárias que seja inclusiva (não só em preços acessíveis), descentralizada, diversa, justa e mais democrática.

A F2F não menciona qualquer abordagem liderada pela comunidade ou mesmo modelos cooperativos. Sequer se fala de mudanças necessárias na abordagem de governança. Nem o F2F nem a Reforma da PAC 2023-27 abordam a “soberania alimentar”, a RAA ou questões de comuns alimentares, evitando-se perturbar as estruturas políticas, incluindo a participação ainda tímida das IBCs nos processos de elaboração e formulação de políticas. Em relação aos apoios financeiros providos pela UE, estas “iniciativas lideradas pela comunidade” podem se beneficiar de financiamento do “Desenvolvimento Rural”, no âmbito do Pilar 2 da PAC ou do Fundo Europeu de Desenvolvimento Rural, nomeadamente programas LEADER através de Grupos de Acção Local, que envolvem muitas iniciativas alimentares locais (Kneafsey et al., 2013). Por meio deles, abre-se oportunidades para pessoas e organizações locais direcionarem sua energia e recursos para o desenvolvimento de seu território, teoricamente orientada pela própria comunidade, no uso dos recursos financeiros.

Dentro desses tímidos avanços nas políticas europeias para transição dos sistemas de alimentos (Fortuna, 2024), algumas ações-chave têm sido alvo de maiores contestações ao longo do último mandato da Comissão Europeia finalizado em 2024. Fato é que o progresso foi insuficiente em termos de legislação necessária para alinhar a UE com os objetivos “mais sustentáveis” (Bradley, 2024). O discurso da oposição (principalmente de grupo de agricultores) decorre de preocupações sobre os impactos dessas ações na segurança alimentar e nos custos de operação (Bradley, 2024). De forma controversa, os recentes protestos de agricultores em toda a Europa destacaram a resistência de muitos grupos à regulamentação ambiental ou à redução de benefícios atuais, como isenções fiscais para o diesel de tratores.

Durante essas demonstrações, alguns fazendeiros, entretanto, reivindicaram que as mudanças das regras ambientais não necessariamente apoiam uma produção mais “limpa”,

apenas dificultam a produção convencional sem apoiar essa necessária transição - de acordo com essa notícia da Euronews²⁹: “em Berlim, os agricultores juntaram-se aos eco ativistas. Garantem que apoiam a agricultura ecológica mas para isso precisam de reformas - pelo menos, a fixação de preços justos”. A partir desse trecho da notícia, podemos desvendar diferentes nuances nas entrelinhas. Primeiro, durante o trabalho de campo também foi identificado que a grande maioria dos membros de RAA em Bolonha tem a percepção de uma ausência ou falta substancial de políticas de apoio para a transição, embora em Liège por exemplo, os membros da CATL declaram que seu maior parceiro é a municipalidade local. Isso apresenta um caráter subjetivo, ou seja, que a falta ou não de políticas de apoio depende do contexto local. Segundo, a “fixação de preço” - defendida pelo fazendeiro - poderia representar uma intervenção artificial no mercado, o que em princípio é incongruente com os fundamentos de um Estado liberal. Por outro lado, veremos mais à frente que Campi Aperti por exemplo, dentre seus mecanismos alternativos ao capitalismo, criou uma proposta de “preço colaborativo”. Ou seja, existe uma proposta de definição conjunta de “preço justo”, na qual esse valor é acordado coletivamente pelos membros-produtores daquele mesmo produto (ex: os produtores de tomates, se sentam, dialogam e decidem por consenso qual é um preço justo do tomate a ser vendido nos mercados de Campi Aperti naquela semana). A pergunta que permanece é: como esse exemplo de democracia deliberativa e direta mais justo e inclusivo de Campi Aperti poderia ser realizado em um contexto como o apresentado pelo fazendeiro em Berlim? E nesse caso o que seria “justo” e para quem? Surge o terceiro ponto: os produtores de Campi Aperti que fizeram a transição para só produzir orgânico e só vender no mercado de Campi Aperti afirmaram que, de fato, vendem menos mas que o preço compensa porque vendem diretamente (sem atravessador), perto da sua casa e gasta-se menos em logística, intermediário e etc (e segundo ele, está “mais feliz”). O ponto aqui é entender de onde vem especificamente a reivindicação do fazendeiro citado acima, e uma origem muito provável estaria na forma de como se percebe o mercado de alimentos na Europa (altamente competitivo, comoditizado, altamente regulado e etc), sem a possibilidade de ampliar sua percepção para outras alternativas. Nesse caso, o “Fazendeiro em Berlim” assim como outros, está apenas replicando aquilo que já se pratica há muitos anos, uma realidade já bastante consolidada - o que apenas demonstra a dificuldade de sair de um sistema altamente protecionista (e, poderia se dizer paternalista) do PAC para outro em que se é necessário mudanças estruturais do *status quo*. Por último, é preciso reconhecer que o “fazendeiro em Berlim” tem razão: ainda falta um suporte político-institucional consistente,

²⁹ <https://pt.euronews.com/2024/01/21/protestos-de-agricultores-aumentam-na-europa> ,
Publicado a 21/01/2024 , acessado em: 01/12/2024

instrumentos financeiros adequados para sustentar a transição e, principalmente, um processo de transformação de valores, percepções, significados e formas de conhecimento

Curiosamente, naquele mesmo período, foi noticiada uma nova onda de reivindicações de agricultores na França³⁰, que pressionavam o governo por considerarem excessiva, por exemplo, a norma que exige a destinação de 4% das propriedades à regeneração de ecossistemas. Essas demandas, de modo recorrente, são sustentadas pelo argumento da “competitividade internacional”: a ideia de que regulações ambientais mais estritas comprometeriam o “núcleo do negócio” e colocariam os agricultores europeus em desvantagem frente a produtores de países que, em tese, não estão submetidos aos mesmos padrões ambientais.:

“Em França, os agricultores alegam que as políticas de transição ecológica tornam os produtores nacionais pouco competitivos, o que não só torna as explorações agrícolas pouco rentáveis, como obriga a França a comprar produtos alimentares no estrangeiro - em países onde as normas ecológicas são menos exigentes”.

Entretanto, a título de comparação, no Brasil - um dos maiores exportadores de alimentos para UE - apenas a Reserva Legal (parcela da propriedade destinada integralmente a preservação) varia de 20% a 50% dependendo do bioma³¹.

De forma inversamente proporcional à dificuldade de implementação dessas políticas internas no bloco, a UE foi uma das 159 partes a assinar uma declaração sobre agricultura sustentável na COP28³², incluindo o compromisso de integrar a alimentação em seus planos climáticos atualizados até 2025 e de “revisitar e reorientar políticas e apoios públicos”.

Em resposta a esse desafio de concretizar os avanços necessários para a F2F e a Estratégia para Alimentos Sustentáveis, a Comissão Europeia no início de 2024 invocou um processo de Diálogo Estratégico para o Futuro da Agricultura na Europa. Recentemente esse Diálogo gerou um relatório final que de certa forma garante avanços mais progressistas em diversos eixos, principalmente por utilizar uma abordagem mais inclusiva, ampla e atualizada dos diferentes desafios que compõem a cadeia de produção e consumo de alimentos. O Relatório inclui uma série de recomendações políticas, inclusive reconhece e sugere o suporte

³⁰ <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/369004-franca-pressiona-por-mudancas-em-leis-da-ue-enquanto-fazendeiros-bloqueiam-rodovias.html>, publicado em: 29/01/2024, acessado em 01/12/2024

³¹ <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl>, acessado em: 01/12/2024

³² <https://www.cop28.com/en/food-and-agriculture>

para iniciativas de base comunitária, *peer-to-peer*, *Community Supported Agriculture*, Sistemas de Garantia Participativa, entre outros (European Commission, 2024, p.64).

No meio deste cenário complexo, as IBCs, o terceiro sector e alguns académicos estão a organizar-se noutros fóruns - por vezes alguns já foram escutados pelas instituições europeias - para construir uma bússola política diferente, por exemplo a Coligação para a Política Alimentar da UE. Esta coligação de diferentes redes propôs recentemente uma Política Alimentar Comum (diferente da Política *Agrícola* Comum) escrita por centenas de diferentes partes interessadas que participam no Painel Internacional de Especialistas em Sistemas Alimentares Sustentáveis - IPES-Food (De Schuter, 2019). A Política Alimentar Comum não está apenas a reivindicar a forma como as políticas alimentares devem abranger o desenvolvimento sustentável, mas também uma nova arquitectura de governança, um processo de tomada de decisão democrático na arena de decisão política e uma “visão concreta da reforma política” (ibid, p.3). O documento da Política Alimentar Comum traz 4 razões principais para propor uma Política Alimentar Comum:

1. *Integração em todas as áreas políticas*: É necessária uma Política Alimentar Comum para pôr fim a objectivos contraditórios e a ineficiências dispendiosas.
2. *Integração entre níveis de governança*: É necessária uma Política Alimentar Comum para aproveitar a experimentação de base e alinhar as ações a nível da UE, nacional e local.
3. *Governança para a Transição*: uma política alimentar integrada pode superar o pensamento de curto prazo e as dependências de percurso de uma forma que as políticas sectoriais não conseguem.
4. *Tomada de decisões democráticas*: Uma Política Alimentar Comum pode reavivar a participação pública na elaboração de políticas, reconectar os cidadãos ao projeto europeu e reivindicar políticas públicas para o bem público.

Com efeito, a proposta de integrar múltiplos níveis de governança e alinhar objetivos políticos entre os diferentes agentes do sistema surge como resposta necessária à atual fragmentação, podendo favorecer uma transição mais coerente e sistêmica. Apesar das políticas alimentares estarem majoritariamente concentradas no regime da PAC, há fortes inter-relações - ainda pouco articuladas - com setores como água, solo, meio urbano e rural, e biodiversidade. A Reforma da PAC 2023-2027 reconhece parcialmente essas interconexões, mas a dispersão normativa e a multiplicidade institucional continuam a fragmentar o esforço político e a limitar a construção de uma visão cívica integrada.

Vivero-Pol (2016) também explorou e propôs 19 formas que a UE poderia adotar para promover os comuns alimentares, por exemplo: a UE deveria declarar os alimentos como bens comuns, um direito humano e um bem público, em vez de continuar a considerar os

alimentos apenas como mercadorias (e commodities); deveria melhorar o apoio político e financeiro às IBCs; determinar a alimentação escolar como uma questão de saúde pública produzida por agricultores locais e orgânicos; encorajar a criação e manutenção de conselhos de política alimentar locais; estabelecimento de padarias públicas; entre outros.

A priori, ainda há um longo caminho para que as IBCs de alimentos se consolidem no cenário político europeu e conquistem avanços concretos na formulação de políticas mais favoráveis, inclusivas, justas e promotoras de novas formas de governança. A transformação dos sistemas alimentares e agrícolas na Europa - assim como ocorre nos setores de energia e outros sistemas estruturais - constitui uma tarefa extremamente complexa e onerosa. No entanto, o risco da inação pode acarretar custos ainda maiores. Apesar das metas terem sido estabelecidas há mais de uma década, e os agricultores já sentirem diretamente os efeitos das mudanças climáticas, as medidas de curto prazo que ampliam a incerteza quanto ao futuro do setor agroalimentar acabam por ameaçar a sua própria resiliência. Torna-se, portanto, evidente que os formuladores de políticas da União Europeia precisam apresentar uma agenda clara e coerente que sustente uma transição sustentável e justa rumo à soberania alimentar, em consonância com as necessidades econômicas e sociais das diferentes comunidades.

5.2 As Comunidades Energéticas e a agenda de transição energética da UE

A promoção de uma transição energética pós-carbono sustentável na União Europeia exige o desenvolvimento de um quadro que permita aos sistemas energéticos reduzir as emissões de carbono no sentido das metas do Pacto Verde da UE, mas também necessariamente reduzir as desigualdades (Widuto, 2023). Como referem Kooij et al. (2018), a produção descentralizada de energia é a mais adequada para a produção de energia renovável com inclusão social.

Pela primeira vez, o esforço político global para reduzir as emissões de carbono provenientes de combustíveis fósseis e desenvolver energias renováveis atingiu um grande marco (figura 6.1): em 2023, as emissões de GEE do sector energético começaram a cair devido aos incentivos às energias renováveis. Este “ponto de inflexão” positivo é realçado com dados que provam que já é mais barato produzir energia solar e eólica do que a partir de combustíveis fósseis (Wiatros-Motyka, 2023).

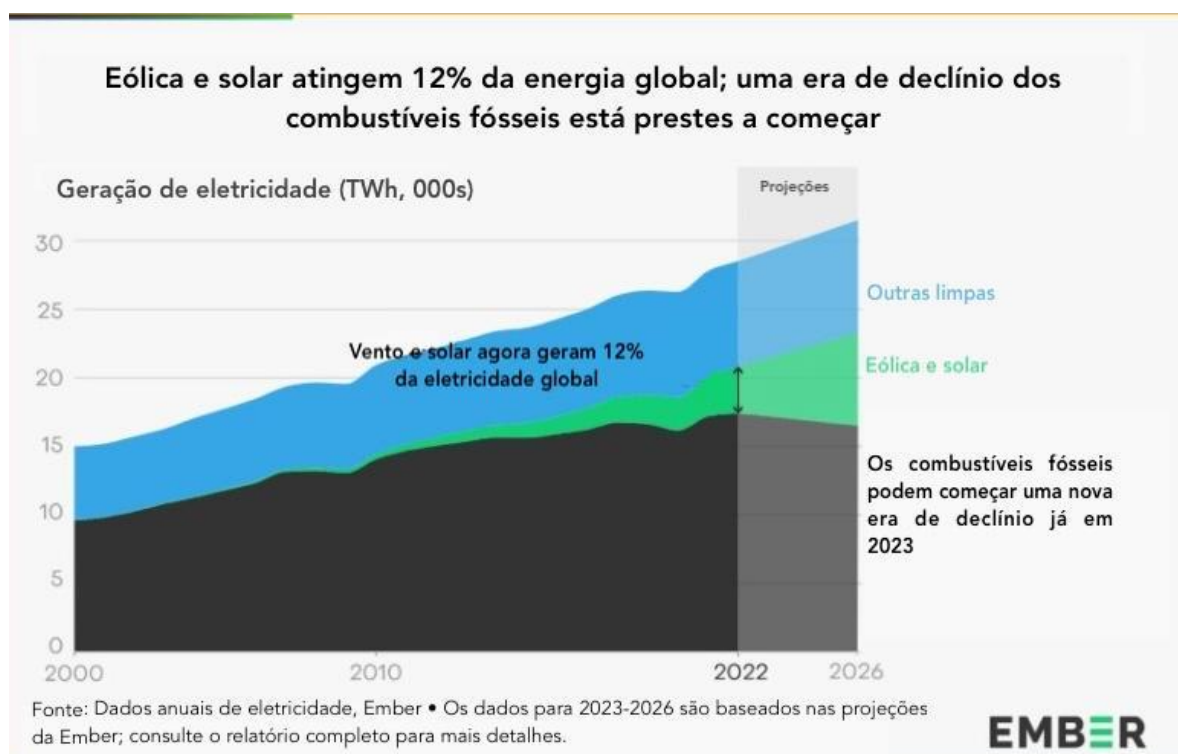


Figura 5.1: Energias renováveis e ponto de inflexão positivo. Comparação dos combustíveis fósseis com a produção global de eletricidade renovável. Traduzida e adaptada de Wiatros-Motyka (2023).

De acordo com a Global Electricity Review 2023 (ibid), publicada pela Ember, a transição da União Europeia para fontes eólica e solar tem avançado mais rapidamente do que a média global. Entre 2015 e 2022, a UE aumentou sua geração eólica e solar em mais de 71%, e essas fontes já representam cerca de 22% da produção total de eletricidade do bloco - embora a maior parte do restante ainda seja de origem fóssil. O Acordo de Paris e o PVE foram marcos políticos cruciais que desencadearam a maioria destas conquistas. Somando a estes dois marcos políticos notáveis, o anúncio do pacote Fit for 55 e do REpowerEU (em resposta à crise energética catalisada pela invasão russa da Ucrânia) “turbinou a transição verde com a implantação de tecnologias limpas essenciais a arrancar a níveis anteriores sem precedentes” (ibid, p. 129).

No entanto, nas últimas décadas, a Europa tem vivido um aumento das desigualdades no acesso a bens fundamentais, incluindo energia, tanto dentro de países quanto entre eles (Stojilovskas et al., 2022; Arsenopoulos et al., 2020). A pandemia de Covid-19 e a invasão da Ucrânia pela Rússia contribuíram para o agravamento dessas desigualdades. O número estimado de pessoas e comunidades sofrendo de privação energética na União Europeia (UE) aumentou de 50 milhões em 2019 (European Commission, JRC, 2019b) para cerca de 80 milhões em 2022 (Pradeep e Segura, 2022). Um exemplo dessa crise é o aumento na incapacidade de manter os lares adequadamente aquecidos nos países da UE durante o inverno, que passou de 6,9% em 2021 para 9,3% em 2022, sendo ainda mais alarmante

quando comparado aos 17,8% das famílias europeias em risco de pobreza energética (Stojilovskas et al., 2022). Em outubro de 2022, as contas de gás das famílias europeias aumentaram, em média, 111% em relação ao ano anterior, enquanto as de eletricidade subiram cerca de 70%, de acordo com os dados disponíveis do Índice de Preços de Energia Doméstica (Arsenopoulos et al., 2020).

A desigualdade no acesso a fontes de energia e o aumento da pobreza energética resultam de fragilidades estruturais que exigem abordagens políticas intersetoriais, considerando como as dimensões socioeconômicas e espaciais da desigualdade se cruzam com políticas voltadas à regulação dos preços das fontes de energia, bem como à eficiência energética dos edifícios (Petrova e Simcock, 2021; Memmott, 2021; Stojilovskas, 2022). Esse contexto energético complexo nos países da UE requer medidas emergentes, mas também, necessariamente em igual proporção, uma reflexão profunda para enfrentar as suas causas e a sua *interseccionalidade* (Grossman, 2017). Para abordar estes temas, Bouzarovski, Thomson e Cornelis (2021: 2) definem a pobreza energética como “uma condição em que um agregado familiar é incapaz de garantir um nível de serviços energéticos social e materialmente necessários em casa”, como por exemplo conforto térmico, luz e equipamentos elétricos básicos.

Embora as primeiras Comunidades Energéticas (CEs) tenham sido criadas há décadas na Europa, seu reconhecimento formal e oficial na União Europeia ocorreu apenas recentemente, principalmente com a ratificação do quadro regulatório para “comunidades energéticas” por meio do pacote Energia Limpa para Todos os Europeus (originalmente do inglês *Clean Energy for All Europeans*, CEAE) em 2018. Este pacote inclui a Diretiva de Energia Renovável II (Directive (EU) 2018/2001 - REDII) e a Quarta Diretiva do Mercado Interno de Eletricidade (Directive (EU) 2019/944 - IEMD), que, respectivamente, definem o quadro da UE para Comunidades de Energia Renovável (REC) e Comunidades de Energia Cidadã (CEC)³³. Essas diretrizes representam marcos importantes ao estabelecer um quadro estrutural facilitador no nível europeu, promovendo a inserção de políticas locais que favoreçam a implementação das CEs nos Estados-Membros (Sokolowski, 2020). Juntas com o Pacto Ecológico Europeu, essas diretrizes definem o tom em torno dos Estados-Membros e criam uma estrutura para que os formuladores de políticas nacionais e locais estabeleçam um processo regulatório mais seguro, o que, conseqüentemente, impulsiona o desenvolvimento das CEs.

³³ embora estas não precisam estar necessariamente vinculadas à produção, consumo, distribuição ou armazenamento de energia renovável;

Quadro 5.1: Diferença entre Comunidades de Energia Renovável (REC) e Comunidades de Energia Cidadã (CEC). Fonte: *Energy Community Repository*³⁴, com base nos textos das duas Diretivas.

	Comunidades de Energia Cidadã (CEC)	Comunidades de Energia Renovável (REC)
Definição estabelecida em:	Diretiva IEMD	Diretiva REDII
Quais atividades podem realizar:	Tem um alcance mais amplo de atividades. Pode estar envolvida na geração, distribuição e fornecimento de eletricidade, consumo, agregação, armazenamento ou serviços de eficiência energética, geração de eletricidade renovável, serviços de carregamento para veículos elétricos ou oferecer outros serviços de energia para seus membros participantes .	É mais restritiva. Deve estar baseada em fontes de energia renovável, incluindo geração, eficiência energética, fornecimento, agregação, mobilidade, compartilhamento de energia, autoconsumo e aquecimento e resfriamento distrital.
Governança e Membros	Participação deve ser aberta e voluntária, controlado por membros participantes pessoas físicas, autoridades locais, incluindo municípios, ou instituições privadas como pequenas e microempresas. Não é necessário proximidade local entre os membros. Proibido o controle por grandes entidades corporativas. Devem ter um formato democrático de participação.	É baseada na participação aberta e voluntária, autônoma, efetivamente controlada por sócios ou membros localizados na proximidade dos projetos de energia renovável de propriedade e desenvolvidos por essa entidade jurídica; cujos sócios ou membros são pessoas físicas, pequenas e médias empresas (PMEs) ou autoridades locais, incluindo municípios. Proibido o controle por grandes entidades corporativas. Devem ter um formato democrático de participação.
Propósito principal	Proporcionar benefícios ambientais, econômicos ou sociais para seus membros ou para as áreas locais onde opera, em vez de lucros financeiros.	Proporcionar benefícios ambientais, econômicos ou sociais para seus membros ou para as áreas locais onde opera, em vez de lucros financeiros.

³⁴ https://wayback.archive-it.org/12090/20240807072948/https://energy-communities-repository.ec.europa.eu/energy-communities-repository-energy-communities/energy-communities-repository-general-information_en, acessado em: 08/12/2024.

Recentemente, a contínua evolução das reformas da Diretiva de Energias Renováveis (RED) ressalta a importância e a necessidade de promoção da participação das CEs pelos Estados-Membros. A partir dessas reformas surge uma segunda geração da legislação da UE para CEs. Embora as disposições centrais para Comunidades de Energia Renovável (RECs) e Comunidades de Energia Cidadã (CECs) não tenham sido revisadas, novas disposições para as comunidades energéticas foram incluídas nas versões atualizadas da RED, da EED, da EPBD (Diretiva de Desempenho Energético dos Edifícios), do SCF (Fundo Social para o Clima) e nas versões revisadas da Diretiva de Eletricidade e do Regulamento de Eletricidade. A nova reforma (a REDIII - Diretiva (UE) 2023/2413), de Outubro de 2023, inclui novas medidas de apoio às CE além de um aumento da meta de consumo de energias renováveis na UE para no mínimo 42.5% e estimulando para 45%. A Diretiva (UE) 2023/2413³⁵ destaca, por exemplo, que “os Estados-Membros deverão cooperar com os parceiros sociais e as comunidades de energias renováveis para prever as competências que serão necessárias” (p. 12). Essa reforma também já propõe a integração com outras políticas de incentivo, por exemplo para construção de edifícios, que facilitem a instalação de energias renováveis para compartilhamento, autoconsumo e CE. Além disso, especifica a cooperação com órgãos públicos: “sempre que se considere pertinente, os Estados-Membros podem promover a cooperação entre os órgãos de poder local e as comunidades de energia renovável no setor dos edifícios, em especial por meio da contratação pública” (p. 31).

Da mesma forma, a reforma da IEMD (adotada em Junho de 2024)³⁶, Diretiva (EU) 2024/1711 e a Regulação (EU) 2024/1747, concretizam e reforçam importantes emendas em prol do compartilhamento de energia e das Comunidades Energéticas. O texto dessa Diretiva ratifica em diversas passagens o direito das CEs assim como reforça a proteção e o incentivo destes modelos. A reforma da IEMD valoriza o empoderamento do consumidor e do autoconsumo, além de enfatizar a necessidade de promover medidas contra a pobreza energética e as situações de vulnerabilidade social. Além disso, facilita a integração das energias renováveis no mercado elétrico ao promover, por exemplo, a flexibilização do sistema elétrico e medidas de transparência para cooperação entre os operadores de distribuição. Seguem alguns trechos da Diretiva (EU) 2024/1711 (*versão em Português*) que exemplificam essas medidas:

(22) A partilha de energia pode criar resiliência face aos efeitos de preços elevados e voláteis no mercado grossista nas faturas de energia dos consumidores, capacita um grupo mais amplo de consumidores que, caso contrário, não teriam a opção de se tornarem clientes ativos devido a

³⁵ https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:L_202302413

³⁶ https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=OJ:L_202401711

constrangimentos financeiros ou espaciais, nomeadamente os clientes vulneráveis e os clientes afetados por pobreza energética, e conduz a uma maior utilização da energia renovável ao mobilizar investimentos adicionais de capital privado e diversificar as vias de remuneração (, p. 5)

10. A Comissão deve fornecer orientações aos Estados-Membros sem aumentar os encargos administrativos, a fim de facilitar o estabelecimento de uma abordagem normalizada no que respeita à partilha de energia e assegurar condições de concorrência equitativas para as comunidades de energia renovável e as comunidades de cidadãos para a energia. (*ibid*, p. 13)

Além disso, a reforma da IEMD (Diretiva (EU) 2024/1711) apresentada acima tem divulgado uma abordagem baseada em três principais fundamentos: soberania energética, proteção dos consumidores contra manipulação de mercado e, claro, a neutralidade climática. Embora essas políticas da UE tenham como objetivo incluir as Comunidades Energéticas, ainda falta uma estratégia clara para operacionalizar essa participação. Instrumentos para avaliar impactos sociais e ambientais, por exemplo, ainda não estão suficientemente equipados para integrar abordagens regenerativas e descentralizadas. Apesar dos avanços nas políticas energéticas da UE serem amplamente considerados como conquistas importantes pelos atores envolvidos nessa investigação, eles unanimemente concordam que esses esforços ainda não são suficientes.

A partir dessa base política inicial, outras políticas derivaram em um processo contínuo de evolução do sistema regulatório, como por exemplo os pacotes *Fit for 55*, *REpowerEU* e o *RRF (Recovery and Resilience Facility)*. Embora as duas últimas sejam respostas reativas às situações de crise - como a crise econômica provocada pela COVID-19 e o conflito energético gerado pela invasão russa na Ucrânia - ambas também fortaleceram o cenário político das energias renováveis e, por consequência, das CEs também. Isso significa que muitos Estados-Membros seguiram os incentivos propostos por esses quadros político-regulatórios e os mecanismos financeiros da UE para transpô-los em leis nacionais, regionais e locais. Apesar de essas políticas ainda estarem em fase inicial e de não mencionarem diretamente muito sobre as CEs, diversos entrevistados ao longo do trabalho de campo desta tese destacaram os pacotes *Fit for 55* e *REpowerEU* como políticas que influenciaram seu trabalho.

O pacote CEAE está enraizado no Consenso da Descarbonização. Embora reconheça e mencione conceitos como descentralização dos sistemas energéticos e governança participativa - por exemplo: “por fim, a transição para um sistema energético mais descentralizado, no qual os consumidores desempenham um papel ativo, significa mais democracia e mais oportunidades *para os cidadãos tomarem suas próprias decisões* sobre o tipo de energia que desejam usar” (European Commission, 2019a, p.13) - o pacote ainda se

baseia fortemente em abordagens tecnológicas e de “desempenho eficiente”. A Comissão Europeia já reconheceu, através de várias de suas Diretivas apresentadas acima, conceitos básicos como a descentralização dos sistemas energéticos, a “transição justa”, democracia e a governança participativa (Widuto, 2023), e os representantes das CEs finalmente têm sido incluídos para participar ativamente na arena da elaboração de políticas (como veremos nos próximos capítulos). Inclusive, de acordo com este *briefing* do próprio Serviço de Investigação do Parlamento Europeu (ibid, 2023) sobre a transição energética na UE, já se consolida a necessidade de incluir os impactos sociais na governança da União Energética e, até mesmo, o reconhecimento de melhorar o envolvimento de entidades de base cidadã nas formulações e tomadas de decisão. Esse foi eleito como um dos temas chaves no relatório do *Jacques Delors Institute* de 2023 para resolução de uma segurança energética justa, mais limpa e descarbonizada (Defard, 2023). Para além dos pacotes de regulação citados anteriormente, a UE também inclui orçamento até 2030 e grandes fundos específicos para financiar a transição como o *NextGenerationEU*, *Resilience and Recovery Facility*, *Just Transition Fund*, *Social Climate Fund*, *LIFEenergytransition* e muitos outros. Por exemplo, o Fundo Social para o Clima (do inglês *Social Climate Fund*, *SCF*), que faz parte do orçamento da UE, aloca até 65 bilhões de euros para apoiar medidas e incentivos voltados para beneficiar famílias vulneráveis, microempresas e o setor de transporte. Embora já adotado, esse fundo ainda não foi totalmente implementado.

Tanto o pacote CEAE quanto o *Fit for 55* apresentam um conjunto de diretivas políticas, comunicações, regulamentações e estratégias de financiamento no nível da UE que sinalizam claramente a inclusão de conceitos-chave para a transição energética no quadro político europeu. Esses conceitos incluem: residências de baixa renda e populações vulneráveis, empoderamento de consumidores ativos e autoconsumo, diversificação de fornecedores e a participação de atores locais e regionais em processos participativos. Por exemplo, o documento oficial do *REpowerEU* não menciona diretamente as Comunidades de Energia Renovável (REC) ou as Comunidades de Energia Cidadã (CEC), mas traz medidas para promover o autoconsumo e assegurar a flexibilidade dos fornecedores, respeitando as diretrizes da REDII e IEMD. Tais medidas sugerem tentativas que podem significar a busca pela redução da centralização e do monopólio no setor energético, ao mesmo tempo que abrem possibilidades estratégicas para a regulamentação experimental (*regulatory sandboxes*) nos Estados-Membros. Esses pacotes desempenham um papel crucial ao colocar as energias renováveis no centro da transição energética, como evidenciado pela recente reforma da RED, de Outubro de 2023, que estabelece a meta de 45% de participação das energias renováveis no consumo total de energia da UE até 2030 (European Council, 2023).

A questão que se coloca aqui é até que ponto as CEs podem contribuir para este elevado objetivo? Ou melhor, se esse alinhamento com o Consenso da Descarbonização faz

parte da intenção dos CE baseados em comuns (Bauwens et al., 2022)? Nesse momento, abre-se uma reflexão sobre os anseios que as comunidades energéticas têm em relação a sua função social, e qual papel que ela ocupa ou quer ocupar. Primeiramente, como já assinalado, não há uma homogeneidade sobre as CEs, tão pouco sobre suas intenções sociopolíticas. Assim como existem CEs originadas por uma diversidade de atores (que variam desde um indivíduo preocupado com as mudanças climáticas que une seus vizinhos até um consórcio de instituições públicas, privadas e cívicas motivadas por uma convocatória de algum fundo Europeu), seus objetivos também variam na mesma proporção. Logo, através das CEs de base comum estudadas, em geral, percebemos que existem duas principais intenções: a de participarem da transição energética para uma matriz de energias renováveis e de se engajarem sociopoliticamente em uma ação de governança comunitária alternativa (ou complementar) ao *mainstream*.

Um avanço significativo é o fato das comunidades de energia finalmente terem conquistado um espaço no debate político da UE. Organizações como a REScoop agora contribuem diretamente para os documentos da Comissão Europeia, representando cidadãos ativos além dos tradicionais "sindicatos de consumidores". Embora ainda exista um longo caminho para alcançar o mesmo poder dos grandes lobbies que representam as grandes empresas de energia, essas comunidades estão sendo ouvidas e influenciando algumas decisões. Como citado pelo presidente da REScoop, durante o trabalho de campo, em analogia a uma frase de Mahatma Gandhi: "Primeiro, eles te ignoram, depois riem de você, depois lutam contra você, então você vence". Ou seja, a presença das comunidades energéticas no cenário político já é um indicativo de sua relevância estratégica.

Entretanto, há limitações na permeabilidade das estruturas da UE para as ações de *advocacy* dessas comunidades, com uma concentração de esforços em poucos atores como a REScoop por exemplo, enquanto muitas outras iniciativas permanecem marginalizadas. A ausência de foco em soluções locais e o tempo limitado para consultas políticas são vistos como barreiras significativas por muitas CE. Por exemplo, o principal objetivo da RRF é preparar as sociedades europeias para enfrentar melhor as transições pós-carbono e digital, além de choques externos de natureza econômica ou ambiental. Isso inclui: "(...)apoio a investimentos na transição energética limpa e no aumento da eficiência energética em habitações e outros setores-chave(...), visando alcançar um crescimento justo, inclusivo e sustentável, ajudar a criar empregos e atingir a neutralidade climática da UE até 2050"³⁷. No entanto, obstáculos institucionais na formulação de políticas da UE, como a partilha de competências entre os Estados-Membros e a UE no setor energético, continuam a limitar tanto o alcance dessas metas da RRF quanto a participação efetiva das CEs no processo.

³⁷ Regulação (EU) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de Fevereiro de 2021

Esses desafios são agravados pela priorização de grandes projetos de energia renovável, moldados por uma abordagem de eficiência baseada em performance, que subjaz “à agenda de economia verde direcionada ao mercado” (Burke e Stephens, 2018, p.79). Entrevistados durante o trabalho de campo dessa investigação relataram como é difícil para as CE se inserirem nesse cenário, já que as estruturas favorecem grandes atores e uma economia orientada à competitividade, muitas vezes incompatível com os valores e o ritmo organizacional das comunidades de energia, geralmente focadas em solidariedade, qualidade de vida e consciência ambiental. Veremos com maiores detalhes no capítulo de resultados e discussões.

As cooperativas de energia (a principal estrutura jurídica adotada pelas Comunidades de Energia - CEs - na Europa), por exemplo, geralmente conseguem “falar a linguagem dos negócios”, embora sejam entidades majoritariamente voltadas para o modelo sem fins lucrativos³⁸. Entretanto, muitas CEs promovem uma visão de mundo diferente, um ritmo organizacional próprio e um propósito mais profundo – geralmente focado em uma melhor qualidade de vida, bases solidárias e consciência ambiental, o que pode dificultar um diálogo comum com os formuladores de políticas. Mesmo algumas CEs que produzem, consomem e compartilham energia há muito tempo podem não se enquadrar nos critérios oficiais para serem reconhecidas como Comunidades Energéticas em alguns Estados-Membros, o que demonstra um desafio de semântica na construção de parâmetros burocráticos que se encaixe com a realidade das CE.

Além disso, muitos Estados-Membros ainda não estão institucionalmente preparados, ou politicamente dispostos, a transpor ou implementar essas regulamentações de forma eficaz, tornando a transposição para leis nacionais um aspecto crucial para o desenvolvimento mais amplo das comunidades energéticas (European Commission, JRC, 2020b).

Em geral, estas políticas ainda estão muito enraizadas em abordagens tecnológicas, empresariais e de linguagem de negócios; assim, tendem para projetos de grande escala e orientados para o crescimento/competitividade que já estão habituados a esta narrativa. É importante compreender que os IBCs provêm de uma cultura diferente, não compartilhando necessariamente a mesma agilidade ou espírito empreendedor. Sendo as CEs, geralmente, iniciativas de pequena escala baseadas em ações cívicas coletivas, tendem a ser isoladas e, por vezes, vulneráveis. Portanto, as iniciativas translocais em rede geraram um esquema de auto-sustentação fundamentado que favorece também uma estratégia de *advocacy* (como

³⁸ Cooperativas de energia como a Ecopower (www.ecopower.be), por exemplo, têm permissão para obter lucro, mas esta não é a prioridade e o excedente financeiro é destinado ao reinvestimento na cooperativa ou distribuído aos cooperados como dividendos compartilhados.

influência política, representação coletiva de interesses, etc) mais articulada entre as iniciativas.

Embora estas directivas e pacotes políticos, que trataram directamente da CE, tenham demonstrado grandes progressos na montagem de um quadro que proporciona maior segurança para a implementação das CE, por outro lado, ainda existem desafios na transposição destas políticas pelos Estados-Membros. Estas transposições permanecem ainda instáveis, algumas delas em contínuo estado experimental – como é o caso da Itália e da Grécia. Além disso, embora as directivas apresentem as definições, cabe aos Estados-Membros interpretar e operacionalizar as regras e normas dos mercados nacionais e regionais, deixando margem para muitas incertezas e ambiguidades.

5.2.1 Competências compartilhadas entre a UE e os Estados-Membros na política energética

Um dos primeiros obstáculos institucionais da transição energética resulta da divisão de competências entre a União Europeia e os Estados-Membros. O Artigo 194 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) aponta para um movimento em direção a uma política energética comum, incluindo explicitamente a energia como uma área de política da UE. O objetivo central é “fortalecer, em particular, a livre circulação de bens, serviços e capitais no setor energético, e a livre circulação de energia entre os Estados-Membros”, promovendo o funcionamento do mercado interno (Talus e Aalto, 2017, p.20). Esse esforço deve ser realizado “com respeito à necessidade de preservar e melhorar o meio ambiente (...) em um espírito de solidariedade entre os Estados-Membros” (Artigo 194 (1)). A referência à solidariedade pode ser interpretada como “uma ilustração das novas interdependências entre mercados nacionais anteriormente separados. Com a crescente interconexão dos mercados, as ações e políticas de um país terão efeitos sobre os outros Estados-Membros” (*ibid*).

Ainda assim, cada Estado-Membro mantém o direito de “determinar as condições para exploração de seus recursos energéticos, sua escolha entre diferentes fontes de energia e a estrutura geral de seu abastecimento energético” (Artigo 194 (2)³⁹). Embora as Diretrizes Renováveis reformuladas 2018/2001⁴⁰ e 2019/944⁴¹ tenham introduzido novas disposições para permitir que as Comunidades de Energia (ECs) participem do mercado, a responsabilidade de implementar essas disposições recai sobre os Estados-Membros. Até o momento, as Diretrizes 2018/2001 e 2019/944 foram transpostas de forma desigual entre os Estados-Membros e em cronogramas distintos. Essas diretrizes permitem ampla interpretação

³⁹ <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/en/sheet/68/energy-policy-general-principles>

⁴⁰ https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=uriserv:OJ.L_.2018.328.01.0082.01.ENG

⁴¹ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX%3A32019L0944>

nacional, o que já revelou lacunas nas leis nacionais, como a possibilidade de organizações não comunitárias reivindicarem o status de ECs para obter vantagens financeiras ou até mesmo contribuírem para a “gentrificação verde” (Pearsall e Anguelovski, 2016).

Segundo ambas as diretrizes (ver tabela 6.1), é possível que Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e autoridades locais criem REC (Comunidades de Energia Renovável) e CEC (Comunidades de Energia Cidadã), permitindo a participação de organizações não comunitárias e gerando uma narrativa confusa. Por exemplo, a Lei Nacional Grega 4513/2018 foi criada antes mesmo da adoção das Diretrizes da UE, refletindo algumas semelhanças e avanços importantes, mas também permitindo que investidores privados se beneficiassem dos incentivos⁴².

É importante destacar que algumas transposições ainda estão em fase experimental, como o caso da Itália⁴³, onde a legislação é temporária e destinada a ser substituída após a implementação completa. Essa “fase experimental” continua na transposição italiana dura quase três anos, gerando insegurança no mercado nacional de ECs e paralisando vários projetos. Agora, Itália, assim como os outros Estados-Membros têm até 21 de maio de 2025 para transpor as disposições da RED III.

Na Bélgica, a responsabilidade pela política energética e climática do país é dividida entre o governo federal e os governos regionais da Flandres, Valônia e da Região de Bruxelas-Capital. Consequentemente, há legislações diferentes sobre comunidades de energia em cada uma dessas regiões, o que levou à criação de três fichas distintas para a Bélgica: uma para a região da Valônia, outra para a Flandres e outra para a Região de Bruxelas-Capital. A REScoop.eu acompanha esse processo por meio de uma ferramenta online chamada *Transposition Tracker* (tradução livre do autor, Rastreador da Transposição), que mostra o status de cada Estado-Membro⁴⁴ em relação à transposição das normas para CEs da RED e IEMD na sua legislação nacional e o andamento dos processos de regulamentação. Segundo a REScoop, existem 6 países com boas práticas na transposição: Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Irlanda e Itália (o que não quer dizer que estão perfeitas ou suficientemente avançadas).

⁴² <https://www.rescoop.eu/policy/greece-rec-cec-definitions>

⁴³ Itália adotou, em 2020, o primeiro conjunto de regras transitórias sobre comunidades de energia renovável (RECs) por meio do Artigo 42-bis da Lei nº 8/2020. posteriormente revisado para 1 MW com o Decreto Legislativo (DL) nº 199/2021. As Comunidades de Energia de Cidadãos (CECs) foram definidas pelo DL nº 210/2021. Disponível em: https://wayback.archive-it.org/12090/20240807073925/https://energy-communities-repository.ec.europa.eu/energy-communities-repository-legal-frameworks/energy-communities-repository-policy-database_en#italy. Acessado em: 01/11/2024

⁴⁴ <https://www.rescoop.eu/policy>

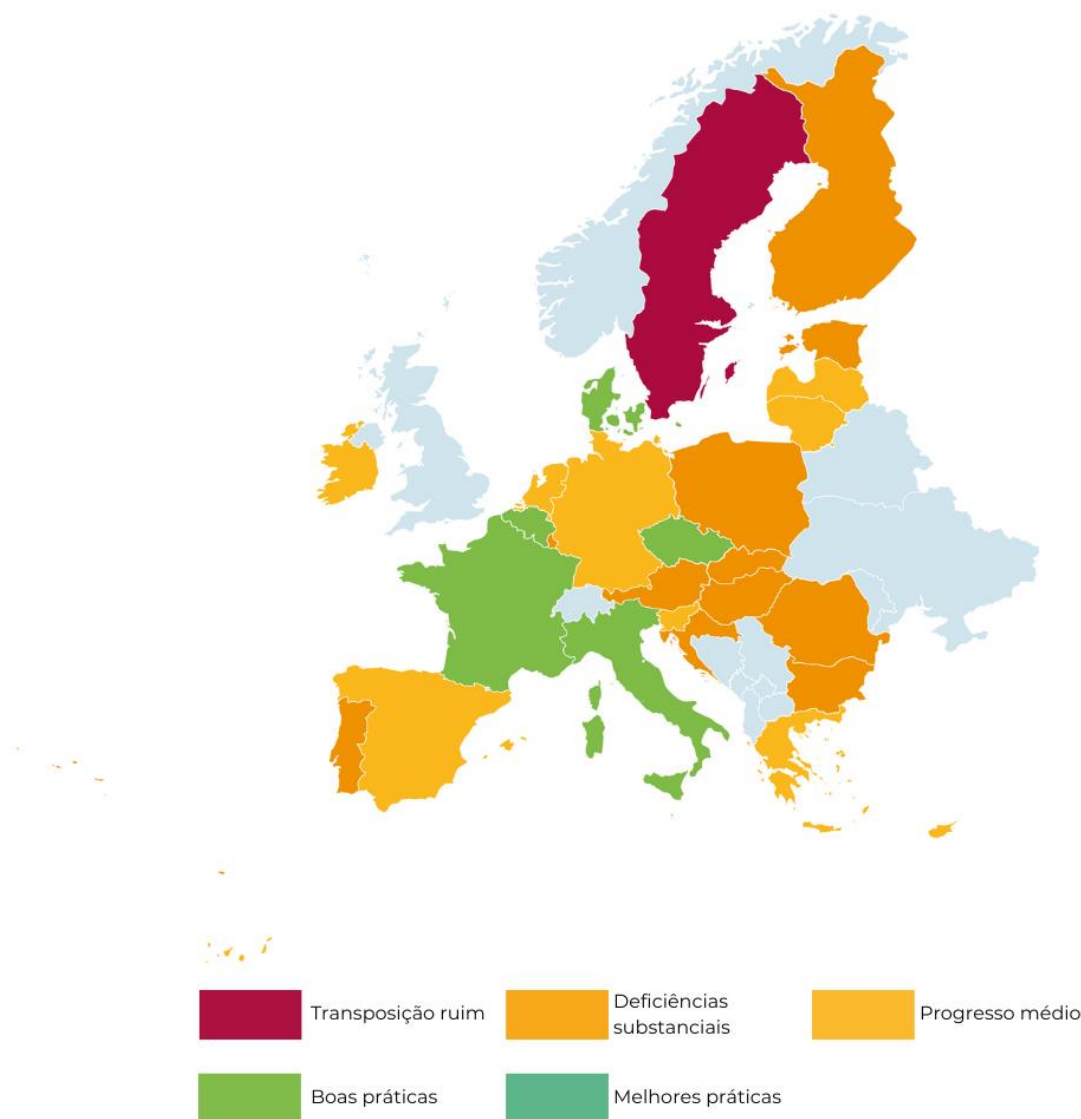


Figura 5.2: Traduzido livremente e adaptado do mapa interativo “*Transposition Tracker*” da REScoop.eu. Mapa atualizado do estado da transposição das definições de REC e CEC nos Estados-Membros da UE (original disponível em: <https://www.rescoop.eu/transposition-tracker>, acessado em 08/12/2024).

Uma das consequências desse arranjo estrutural foi a compreensão divergente sobre o que são as ECs e como elas apoiam a transição para energias renováveis, especialmente no momento em que a RRF foi lançada. Um entrevistado mencionou que “a RRF foi lançada quando o CEAE havia acabado de ser publicado, gerando muitas confusões sobre o que é uma comunidade de energia”. Apesar de alguns programas nacionais, como o espanhol, serem considerados progressistas e oferecerem mais espaço para as ECs, ainda há mal-entendidos sobre sua definição.

Após a criação da REScoop.eu, em 2013, a organização começou a ser convidada pela Comissão Europeia e diferentes Diretorias-Gerais para contribuir na definição de ECs

nas políticas energéticas da UE. A partir daí, tornaram-se “lobistas éticos”, defendendo as ECs na UE e nos Estados-Membros. Um membro da REScoop afirmou que as definições “não deveriam ser diferentes, deveriam ser unificadas; ainda não são perfeitas, mas esse não era o objetivo inicial”. Os entrevistados são unâimes em afirmar que a inclusão das Comunidades Energéticas (ECs) no pacote CEAE e em pacotes de políticas subsequentes foi uma grande conquista, possibilitada pela organização das ECs em redes transnacionais. O presidente da REScoop enquadra isso como um fortalecimento dos interesses políticos não corporativos na UE, e afirma:

"Somos lobistas credenciados, mas somos lobistas éticos, e isso faz a diferença em relação ao lobby das grandes empresas de petróleo e gás (...) [e] embora eles sejam muito mais fortes do que nós, felizmente temos aliados como o movimento ambiental, as cidades e redes de cidades, municípios, alguns sindicatos... e, assim, podemos ter uma voz mais forte nesta batalha."

No entanto, muitos entrevistados apontaram que o “labirinto” de pacotes de suporte e regulamentações da política energética da UE cria dificuldades de compreensão, desencorajando a implementação de projetos de ECs. Em muitos Estados-Membros, os procedimentos burocráticos tornaram-se verdadeiros obstáculos, com exigências adicionais. Por exemplo, um entrevistado da cooperativa italiana *Enostra* afirmou: “Para ativar uma EC, você precisa se registrar online no portal da agência nacional. É muito complicado e demorado; a lei não é clara, as instituições não são transparentes e tudo pode mudar rapidamente”.

Além disso, para famílias vulneráveis, existem barreiras adicionais, como a falta de recursos financeiros, acesso ao conhecimento e informações. Em alguns casos, possuir participação em uma CE pode até excluir essas famílias de benefícios sociais públicos, ou inversamente, se uma pessoa, por exemplo, possui benefícios sociais da segurança social fica limitada a ter participações em uma cooperativa, o que a impede de participar como membro de uma CE.

Embora as ECs representem um modelo promissor para a evolução da ideia de “energia como um bem comum”, os desafios técnicos, administrativos e de monopólio de informações dificultam sua implementação em muitos países. Ao mesmo tempo, as ECs precisam melhorar a qualidade das informações fornecidas ao público sobre sua capacidade de oferecer serviços confiáveis e acessíveis como fornecedores de energia. A falta de profissionalização em algumas iniciativas de base ainda gera percepções negativas sobre sua eficácia, embora avanços significativos tenham sido feitos nos últimos anos.

Já é possível perceber algumas diferenças entre os dois setores: alimentar e energético (que serão mais exploradas nas próximas secções). Por exemplo, embora o sector alimentar tenha um nível mais elevado de complexidade como em termos da sua variedade de actores, instituições, processos, dimensões, intersubjectividade e alcance, está menos diversificado em termos das suas políticas europeias. A energia, talvez por ser mais técnica e menos intensiva em trabalho humano, tem uma realidade menos complexa, mas um aparato político para transição “verde” mais robusto.

5.2.2 O contínuo protagonismo das empresas de combustíveis fósseis

Recentemente, a Comissão Europeia também propôs um plano específico para tornar a Europa independente do gás e de outros combustíveis fósseis da Rússia antes de 2030. Este plano, intitulado *REPowerEU*⁴⁵, como outra política de carácter corretivo, pretende “diversificar o fornecimento de gás, acelerar a implementação de gases renováveis e substituir o gás no aquecimento e na geração de energia”, com a ambiciosa meta de reduzir “a demanda da UE por gás russo em dois terços antes do final do ano”. Apesar dessas recomendações e afirmações de que a energia renovável será a prioridade no futuro próximo, permanecem, no curto prazo, não apenas complacência, mas também subsídios aos combustíveis fósseis para enfrentar as crescentes contas de energia, decorrentes do aumento extremo dos preços do petróleo devido ao embargo ao petróleo russo. Em resposta a essa onda de subsídios e redução de impostos, a Agência Internacional de Energia (IEA) declarou que “a contínua prevalência de impostos e preços regulados que favorecem os combustíveis fósseis torna a jornada para um futuro energético sustentável consideravelmente mais difícil” (IEA, 2021, p.99).

Além disso, vale destacar que, embora 95% dos €300 bilhões de financiamento de investimentos do REPowerEU sejam direcionados para fontes renováveis:

“o crescimento da energia renovável será amplamente impulsionado por empresas petrolíferas em regiões onde há metas políticas fortes para reduzir emissões. As empresas europeias, portanto, devem representar 95% do crescimento da capacidade de eletricidade renovável das grandes empresas petrolíferas até 2025” (IEA, 2020, p.148).

⁴⁵ Documento: *REPowerEU: Joint European action for more affordable, secure and sustainable energy*,. disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repowereu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_en

Isso significa que modelos centralizados e em grande escala tendem a ser incentivados e financiados, em vez de projetos de energia renovável descentralizados e de pequena escala. Associado a questões de economia política, permanece uma pergunta: até que ponto as grandes instalações de energia são desafiadas nesta abordagem? A governança participativa e a resiliência comunitária são deixadas de lado nesses documentos relevantes.

Embora a crise energética tenha suas raízes no uso de recursos de combustíveis fósseis, algumas das maiores empresas de gás do mundo, como Chevron, ExxonMobil, Shell, BP, Equinor, TotalEnergies, Eni e Gazprom, relataram um lucro total de mais de 200 bilhões de euros em 2022⁴⁶. Ao mesmo tempo, a UE concedeu mais de 5 bilhões de euros em dinheiro dos contribuintes para projetos de gás⁴⁷. Muitos planos de recuperação da UE são baseados em apoiar famílias no pagamento de contas de energia mais altas, o que na prática, favorece as empresas de combustíveis fósseis - já que estas dominam o fornecimento de energia. Além disso, geralmente as famílias vulneráveis são as que possuem equipamentos e isolamentos menos eficientes, o que significa que estão financiando essa transição energética. Os formuladores de políticas precisam inverter essa lógica, mudando de uma abordagem de compensação para uma de prevenção, projetando uma estratégia sistêmica centrada nas pessoas e uma reforma estrutural que se concentre nas desigualdades e vulnerabilidades futuras, não apenas nos “padrões de comportamento dos consumidores” – que já têm escolhas sustentáveis muito limitadas (Kambli, 2022).

Capítulo 6. As Iniciativas de Base Comum em Emilia Romagna e Bélgica

Como demonstrado no Capítulo 1, sobre a metodologia, esta tese foi fundamentada em uma exploração da literatura e experiências em campo (como observação participativa e entrevistas semi-estruturadas) com diversos agentes e iniciativas diferentes. A princípio, a componente empírica desta investigação foi concebida com objetivo de compreender a influência das redes sobre as iniciativas instituídas e de estudos de caso das IBCs em duas regiões distintas da Europa que representassem o *nexus*. Entretanto, logo no início da fase de campo e nas primeiras entrevistas, percebeu-se que (1) as redes e iniciativas são intrinsecamente integradas, perdendo o sentido de investigar a diferença, direcionando o foco para a sinergia entre elas; (2) não foram encontradas, nos contextos investigados, IBCs que

⁴⁶ Global Witness, 2023. disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/fossil-gas/crisis-year-2022-brought-134-billion-in-excess-profit-to-the-wests-five-largest-oil-and-gas-companies/> , acessado em: 26/06/2023

⁴⁷ Global Witness, 2021, disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/fossil-gas/eu-companies-burn-fossil-gas-and-taxpayer-cash/> , acessado em: 26/06/2023

tivessem o *nexus* como uma característica declarada, operacional ou intencional; (3) a comparação entre uma única iniciativa de cada região revelou-se metodologicamente ineficaz.

Uma das primeiras perguntas normalmente realizadas nas entrevistas (semi-estruturadas) era como a(o) entrevistada(o) percebia a relação da iniciativa com as redes translocais de IBCs e sua capacidade de influência mútua. Em praticamente todas as ocasiões, a reação de imediato era espanto com a pergunta. O resultado primário foi que as IBCs investigadas já se viam como redes em si, intimamente relacionadas com uma rede ou nascidas de uma rede. Ou seja, na própria tentativa de se estabelecerem no ambiente, as pessoas se utilizam de sua capacidade de construir “poder em rede” e formarem estas iniciativas de base comum. Dessa forma, tornou-se mais vantajoso para a investigação entender como essas iniciativas-redes criavam seus próprios mecanismos de reprodução na esfera pública e no seu contexto sociopolítico do que procurar uma IBC urbana isolada apenas para fins de comparação.

No segundo ponto, embora na literatura já se registra experiências de base comunitária na Europa que integram produção e distribuição de alimentos e de energia intencionalmente (como o exemplo citado nos capítulos anteriores das comunidades agrofotovoltaicas), não foi encontrado em nossa base amostral nenhuma iniciativa com essas características ou alguém que pudesse conectar com uma iniciativa com esse formato. Em nenhuma das entrevistas as pessoas conheciam o *nexus* ou percebiam essa possibilidade. Tanto as CE quanto as RAAs.

Sobre o último ponto, a Bélgica, com aproximadamente 30 mil km², possui quase a mesma escala espacial que Emilia Romagna (com cerca de 22 mil km²), enquanto a Itália com mais de 300 mil km², apresenta uma dimensão muito maior. Dessa forma, a comparação entre países, além de não oferecer uma base equilibrada, ficaria inviável para o trabalho de campo. Além disso, Emilia Romagna tem uma história profundamente simbiótica com o modelo de cooperativas e os comuns, enquanto que essa relação é mais recente na Bélgica, como veremos adiante. Soma-se a isso o fato de que a metodologia de amostragem em bola-de-neve resultou nestas conexões específicas e não em outras. Assim, para obter uma perspectiva na escala das iniciativas, foram realizadas entrevistas e observações de campo com projetos ou iniciativas constituídas de redes de Comunidades Energéticas e Redes Alternativas de Alimentos nas regiões urbanas e periurbanas de Bolonha (representando a Itália) Liège e Lovaina (representando a Bélgica). Com isso, ao invés de uma simples análise comparativa entre dois estudos de caso, apresenta-se uma composição de múltiplas iniciativas que se complementam em suas especificidades permitindo a obtenção de resultados empíricos qualitativos mais relevantes e coerentes. A seguir foram selecionadas IBCs que se complementam para ilustrarem a abrangência do trabalho de campo e da complexidades do pluriverso de iniciativas nessas duas regiões. Com base nas IBCs

investigadas em campo, nas próximas duas subseções deste capítulo, exploraremos em profundidade as principais referências que representam as diferentes formas de IBC relacionadas a alimento e de energia, são elas:

- *Em Itália:*

Arvaia: CSA urbana de base cooperativa

Campi Aperti: associação-rede de prossumidores de alimento

Camila: uma *Foodcoop*

GECO: comunidade energética (que a princípio não é de base comunitária)

GRETA: rede translocal de fomento a comunidade energética

ènostra: cooperativa de energia

- *Em Bélgica:*

CATL: uma rede alternativa de alimentos

ECOPOWER: uma comunidade energética

REScoop: federação europeia de comunidades energéticas

6.1 Emilia Romagna, *patto di collaborazione* e a história das cooperativas

A cultura da cooperação é muito desenvolvida em Emilia Romagna, principalmente na cidade de Bolonha e arredores. É possível ver expressões de valores de uma cultura pela participação cívica em diferentes pontos da cidade, como praças, parques, escolas, mercados populares, supermercados, nos muros e nas paredes. Parcialmente é possível que isso se deve ao passado histórico da região - pioneira no desenvolvimento de cooperativas desde o século XIX (Brusco, 1982); parte por uma estrutura política de referência mundial construída a partir desses modelos econômicos, favorecendo uma regulamentação e legislação para os comuns; parte por um novo movimento pulsante que surge dos movimentos sociais. Entretanto, devemos lembrar que a existência de cooperativas não necessariamente significa uma abordagem baseada no comum ou, inclusive, menos capitalista. A participação de cooperativas em Emilia Romagna é realmente um pilar da economia da região (Zamagni, 2012) em que cobre mais de um terço do mercado, responsável por cerca de 45% do PIB da região e está presente em todos os setores da economia.

As primeiras cooperativas na Itália surgiram no século XIX, influenciadas por movimentos sociais e econômicos que buscavam alternativas ao capitalismo industrial emergente, sobressaindo governos de esquerda ligados aos partidos comunistas e socialistas (Brusco, 1982; Zamagni, 2012). Em 1921, já havia 3.600 cooperativas de consumo e 2.700 cooperativas de produção na região (Thompson, 2003). Embora, o governo fascista tenha oprimido esse modelo entre 1920 e 1944, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial as

cooperativas conseguiram retomar o poder, assim como os partidos de esquerda (ibid) por longas décadas até o declínio na década de 1990 culminando na crise de 2008 (Zamagni, 2019). Bolonha, por exemplo, tem uma longa tradição de participação cidadã em mais de 60 anos de governos progressistas (Bianchi, 2018). Segundo a autora, entre 1950 e 1980, período conhecido como '*Red Bologna*', a participação direta, os comitê participativos de decisões de planejamento local, entre outras inovações socialistas de políticas de bem estar social foram emblemáticas. De acordo com Zamagni (2012), existe uma diversidade grande de formatos institucionais e escalas de cooperativas, variando desde gigantes da agroindústria a cooperativas sociais. Atualmente, 85% dos serviços de assistência social para populações vulneráveis em Bolonha é realizado por mais de 700 cooperativas sociais ou de múltiplos stakeholders (Scholz, 2023). Com todo esse histórico, desenvolveu-se ao longo das gerações uma cultura mais próxima da economia social e solidária, participação cidadã e inovação social. Embora, hoje, ainda exista uma elevada tendência para a economia cooperativa no "modelo Emiliano" (Brusco, 1982), as políticas de incentivo a competitividade agrícola, principalmente da UE, mudaram bastante o cenário (Alberio e Moralli, 2021; Diesner, 2022)

De acordo com Zamagni (2012, 2019) a regulamentação em torno das cooperativas e dos comuns na Itália é complexa. Desde 1948 com o marco da aprovação do artigo 45 na Constituição Italiana (reconhecendo e definindo os modelos de cooperativas) a legislação vem evoluindo como a Lei nº127 de 1971, a Lei nº 72, Lei nº 381 de 1991 e a Lei nº 59 de 1992. Depois disso, um outro grande marco foi a aprovação da reforma constitucional instaurando o Artigo 118(4) sobre o *princípio da subsidiariedade horizontal*, em que se descreve:

“O Estado, as regiões, as cidades metropolitanas, as províncias e os municípios devem promover as iniciativas autônomas dos cidadãos, tanto individualmente quanto como membros de associações, relacionadas a atividades de interesse geral, com base no princípio da subsidiariedade.”

Através desse princípio, surge um modelo organizacional de gestão compartilhada que favorece formas de governança compartilhada dos bens comuns (*beni comuni*) através dos 'pactos de colaboração' - *patto di collaborazione* (Salati, 2022). Esses pactos são acordos legais entre cidadãos e entidades públicas que promovem ações diretas a um bem comum específico material ou imaterial (Salati, 2023). Destaca-se que com esses mecanismos públicos, teoricamente, existe um aumento da participação cívica e da democracia direta como a abertura de comitês para tomadas de decisão, as concessões, o apoio financeiro e a co-gestão de espaços públicos. Apesar desse princípio ter sido aprovado na reforma constitucional em 2001, Bolonha foi a municipalidade pioneira na Itália a fazer a primeira

regulação em 2014: “Regulamento sobre a Colaboração entre Cidadãos e a Cidade para o Cuidado e Regeneração dos Bens Comuns Urbanos”⁴⁸.

Além disso, desde os anos 1980, movimentos alternativos radicais de esquerda ganharam importância e relevância espacial (como ocupações e centros sociais ocupados), (Alberio e Moralli, 2021). Bolonha, hoje, é uma cidade vibrante e ao mesmo tempo fragmentada em suas múltiplas contestações sociais, que variam desde os mais radicais aos mais moderados (Bianchi, 2018). Apesar das regulamentações citadas acima, durante o trabalho de campo, ao perguntar sobre elas, poucos entrevistados das IBCs reconheciam ter benefício ou sequer conhecimento. Inclusive era mais comum dialogarem sobre as políticas europeias do que as nacionais/municipais. Por exemplo, segue um pequeno trecho de um diálogo com um membro de uma Cooperativa de Alimento (*foodcoop*) em Bolonha quando perguntados sobre a satisfação com a administração pública local e o apoio as cooperativas:

“nós não nos relacionamos. não recebemos nenhum tipo de apoio e assim está melhor... E ainda, assim, temos que pagar 2 mil Euros por ano para a coleta de lixo (...) nós evitamos diálogo com o governo local, melhor ficar ‘fora do radar’” (diálogo reproduzido a partir de notas de campo)

Primeiro, uma iniciativa que justamente responde às políticas locais não tem benefício ou apoio qualquer. Pelo contrário, segundo relato dos membros da cooperativa, eles pagam taxas normais, mas não se definem com uma mercearia e tem orgulho de não ter qualquer apoio público ou privado. Segundo, um grupo que teoricamente seria politizado para ser ativo em criar uma alternativa de base comum, não vê interesse, sentido e benefício em buscar contestações institucionais.

Bianchi (2018) ainda relata que nas últimas décadas - mesmo depois da criação do regulamento - o governo vem reduzindo o diálogo e a participação cívica. Segundo a autora, o regulamento não fomenta a participação institucional como tomada de decisão e negociação do espaço público, mas sim uma complementaridade onde cidadãos tomam ações diretas autônomas com apoio do poder público. Citando os principais colaboradores para formulação da regulação, Bianchi (2018) afirma que as razões principais para esse regulamento são a ‘crise econômica’ e o ‘declínio dos serviços públicos’ e que os cidadãos podem então partilhar seu tempo e habilidades para o bem-estar de todos. Neste artigo, Bianchi denuncia em detalhes o aparato público-privado em torno dessas políticas que cooptam o conceito dos comuns para despolitizar (ou post-politizar), manter o *status quo* e reduzir a responsabilidade do setor público.

⁴⁸ <http://www.comune.bologna.it/media/files/bolognaregulation.pdf>

Uma fala muito comum relatada durante o trabalho de campo era que ‘os políticos’ não falam a mesma ‘língua’ que as IBCs e, portanto, o diálogo é muito difícil. Embora algumas IBCs como Campi Aperti e Arvaia relatam que eventualmente dialogam com a municipalidade de Bolonha, nenhum deles demonstraram confiança: “nos chamaram sim, nós fomos, mas depois não sei o que aconteceu” (membro de uma CSA em Bolonha); “nunca entendem o que queremos” (membro da RAA).

De acordo com investigação de Bianchi (2018) até 2016, 60% dos projetos aprovados vinham de organizações institucionalizadas e organizações do terceiro setor bem estabelecidas. E, por outro lado, a partir de 2013 houve um aumento grande de repressão policial a demonstrações cívicas e diversas ocupações populares - dentre elas o XM24 que originou o Camp Aperti.

Em 2003, um grupo de ativistas ocupou um prédio em Bolognina (um bairro de Bolonha) e aos poucos foram se organizando e diversificando suas atividades, conforme a necessidade ou oportunidade aparecia. Uma delas foi a venda de produtos orgânicos de agricultores de produtos orgânicos que estavam sem onde conseguir vender e se viam oprimidos pelos preços de mercado e dos atravessadores. Quando o grupo foi retirado brutalmente do espaço, em negociação com o poder público, foi cedido na época um espaço público para realizarem um mercado de orgânicos. Na próxima seção veremos mais informação sobre Campi Aperti seus mecanismos, mas ao conversar com um de seus membros, ela relatou que:

“Antes não pagávamos pelo espaço, agora já pagamos igual qualquer mercado, até o mercado de natal... mas sabemos o quanto nós fazemos um serviço para sociedade [ambiental, econômico, cultural e social]. E além disso, eles se beneficiam simbolicamente dizendo que nos apoiam. Isso é greenwashing!” (diálogo reproduzido a partir de notas de campo)

Outro efeito relatado é a segregação dos espaços aceitos pela administração para participarem dos acordos, caracterizada por diferentes níveis de recursos alocados de forma não transparente (Bianchi, 2018). Além disso, há um risco de elitismo, uma vez que a exclusividade das ações por voluntários é viável apenas para aqueles que logram privilégios como tempo disponível, recursos suficientes para voluntariar e capital social para participar.

Um membro da *foodcoop* também correlacionou essa dificuldade em participar das políticas públicas de incentivo. Dessa vez, em relação às políticas europeias, ele ressalta o quanto eles não têm habilidades específicas, tempo, nem recursos disponíveis para participar dessas políticas que poderiam ajudá-los. Segundo ele: “Essas políticas europeias só são direcionadas a grandes projetos que tem estrutura para aplicar, e são os mais incentivados

pelo governo local porque esses acabam tendo benefícios financeiros também”. Eles concluíram dizendo que não enxergam essas políticas sendo para eles.

O objetivo aqui não é apresentar uma exaustiva revisão sobre a história, o declínio, a superação, das controvérsias e os sucessos das cooperativas em Bolonha e Emilia Romagna. Mas, é importante entender como este contexto tão singular da região no tempo e no espaço afeta as IBCs.

6.1.1 Sobre as iniciativas em Bolonha

A região metropolitana de Bolonha é uma das mais proeminentes da Europa em termos de disseminação de IBCs. Como demonstrado no capítulo 1, a metodologia de amostragem para o trabalho de campo em bola-de-neve e as tentativas de contato com diversas organizações locais resultaram na seleção daquelas que mais convergiam com enquadramento da tese e igualmente responderam a solicitação de entrevistas. Por tanto, segue abaixo a caracterização dessas iniciativas que compõem a parte empírica da tese - a partir do trabalho de campo e análise de suas comunicações públicas.

6.1.1.1 Arvaia⁴⁹

Arvaia é uma cooperativa de produção urbana de alimentos, localizada em Bolonha, que é sustentada, gerida e operada por seus próprios membros. Ou seja, Arvaia é uma CSA (*Community Supported Agriculture*) urbana estruturada como uma cooperativa de *prosumidores*. Nasceu em 2013 com 5 amigos querendo encontrar uma forma de conseguir alimentos para eles e seus próximos de uma maneira mais saudável para as pessoas e para o planeta, livre de agrotóxicos e justos.

No começo era um arrendamento temporal de 3 hectares (de um espaço público abandonado pertencente à municipalidade de Bolonha) e 35 sócios que logo se converteram em 70 no primeiro ano. Dois anos depois, a cooperativa venceu um concurso público para concessão de uma área que, por decisão participativa dos cidadãos locais, foi destinada a permanecer verde ou produtiva (para alimentos). A gestão total do terreno do ‘Parque Cidade-Campo’ é de 47 hectares. Antes não era necessário pagar devido ao modelo de concessão e ao comprometimento com a manutenção do parque. Entretanto, desde o ano de 2023 precisam pagar um aluguel de 27 mil Euros para a municipalidade, com um grau de negociação muito difícil - segundo a entrevistada.

⁴⁹ As informações apresentadas aqui são fruto de notas do autor durante o trabalho de campo e interpretações das comunicações do website <https://www.arvaia.it/>. Foi realizada duas entrevistas com a mesma pessoa - uma online e outra pessoalmente em campo. Além de conversas curtas com outros membros.

Hoje eles têm cerca de 500 membros, dos quais 250 mais ativos. Estes membros financiam a produção em uma quota anual de aproximadamente 1 mil Euros por ano. Ou seja, cada membro paga antecipadamente, no início do ano, por 50 semanas de cestas contendo em média 7kg de verduras, legumes e frutas variadas ao longo do ano. Tem cerca de 7 colaboradores que recebem salários compatíveis com mercado, embora ainda exista o apoio de alguns voluntários e estudantes ao longo do ano, principalmente no verão. Arvaia entrega em 8 pontos de coleta diversos pela cidade e cada pessoa gere a coleta da sua própria cesta semanal. Além da produção de hortaliças e frutas, tem uma área de cereais e uma área de reflorestamento exigida pela concessão. Os membros podem ter diferentes funções - de menos a mais ativos.

Todos os processos são auto-geridos entre seus membros, com grupos de trabalhos específicos e auto determinados. Como determinado pela lei das cooperativas local, Arvaia tem um *Consiglio di Amministrazione* (como um Conselho Administrativo) que apoia uma visão mais estratégica e de diretrizes gerais, além de uma responsabilidade legal. Os processos de decisão são realizados principalmente através de reuniões em formatos de assembleia (3 vezes ao ano; um membro, um voto) e reuniões de *coordinamento* (entre as assembleias, de acordo com a necessidade, com cerca de 25 pessoas). Os membros são organizados entre diferentes grupos e funções conforme necessidade. Cada grupo de trabalho tem a sua autonomia e levam ao “conselho mais amplo” em caso de necessidade. Durante a entrevista, ela diz que eles vêm experimentando sempre outros métodos como, por exemplo, o “consensus” como tomada de decisão mais justa e respeitosa.

Pelo observado em campo, Arvaia tem um público em geral de classe média, com perfil acima dos 50 anos, brancos e com uma característica política (como a principal entrevistada mesmo sugere) mais ‘moderada’: “eu acredito que as coisas podem mudar, mas [os políticos] não estão mexendo em grandes problemas, na raiz das coisas”. A entrevistada demonstrou - também frequentemente referindo-se a partir de uma perspectiva coletiva - possuir uma compreensão socioecológica responsável e avançada. Ao mesmo tempo, com base na observação em campo por um dia em meio cotidiano de Arvaia, o ambiente aparentou ser mais calmo e marcado por um respeito mútuo entre os participantes.

Segundo a entrevistada, existe um grupo que tenta ações de coordenação para *advocacy*, para defesa de seus próprios interesses mas também para articulação de pautas mais amplas. Participam de outras redes translocais, mas não são muito participativos. São membros ativos da Rede Italiana de CSA⁵⁰ e da rede internacional URGENCI⁵¹. Essa última

⁵⁰ <https://www.reteitalianacsa.it/le-csa-italiane/>

⁵¹ <https://urgenci.net>

rede afirma em seu website que: “Arvaia, na área de Bolonha, é atualmente a mais importante experiência de CSA na Itália” (tradução livre do autor).

Em dezembro de 2022 foram chamados para participarem de uma reunião para o desenvolvimento de uma Política Alimentar Metropolitana de Bolonha - onde participaram outras IBCs também. Se sentiram escutados, pouco confiantes e até o momento da entrevista nada tinha mudado. Entretanto, em Março de 2024, a Assembleia Legislativa da Região Emilia-Romagna publicou o “Ato de direção política n. 7278”⁵² instituindo a obrigação da Conselho da região de Emilia Romagna em promover regionalmente a *Política Alimentar Urbana e Metropolitana de Bologna (PAUM)*⁵³, seguindo a publicação da política pela municipalidade de Bolonha e a constituição de uma mesaredonda oficial para a Democracia Alimentar⁵⁴.

A PAUM - a princípio aberta para construção participativa - reconhece e fomenta, de forma consistente, três princípios fundamentais:

- *Cidadania alimentar (Ius Cibi)*
- *A alimentação como bem comum*
- *Democracia alimentar*

Além de quatro Eixos Estratégicos:

1. *A Comunidade e a Democracia Alimentar: visão, participação e colaboração.*
2. *A luta contra o desperdício alimentar e a pobreza: da recuperação solidária à prevenção através da educação alimentar.*
3. *Educação e formação alimentar: consciência, sabor, cultura, saúde e bem-estar.*
4. *A valorização da cadeia curta de abastecimento*

Estes eixos estratégicos vão de encontro a uma visão de *nexus AE sociopolítico comum*, a partir das análises apresentadas nos capítulos anteriores. Entretanto, até o

⁵² <https://demetra.regione.emilia-romagna.it/al/articolo?urn=er:assemblealegislativa:attoindirizzo:11;7278>

⁵³

https://www.cittametropolitana.bo.it/portale/Archivio_news/Politica_Alimentare_Urbana_e_Metropolitana_un_tavolo_per_la_democrazia_alimentare ; e https://www.comune.bologna.it/myportal/C_A944/api/content/download?id=66278bb813ff7c009c5317f2

⁵⁴ <https://www.comune.bologna.it/bandi/costituzione-tavolo-democrazia-alimentare>

presente momento não é possível afirmar como essa política será exercida na prática, a regulação e os incentivos subsequentes.

6.1.1.2 Campi Aperti⁵⁵

Campi Aperti é uma das mais emblemáticas organizações da Europa em direção aos Alimentos Comuns. Referenciado por muitos estudos acadêmicos⁵⁶ (Diesner, 2022; Alberio e Moralli; De Angelis e Diesner, 2020), Campi Aperti é uma associação de produtores e co-produtores (como seus membros denominam os consumidores) originada, principalmente, no ativismo e movimentos sociais em prol da soberania alimentar, da auto-gestão do território (urbano e rural), da economia solidária e da sustentabilidade ambiental (a partir principalmente da agricultura orgânica).

Sua história é definida por dois grandes marcos: (1) o surgimento na década de 1990 na Itália do *Coordinamento per la Sovranità Alimentare*, estimulados pela aproximação do movimento Via Campesina na Europa, (De Angelis e Diesner, 2020) e (2) a ocupação do *centro social XM24*. Foi a partir desse centro social, surgido no início dos anos 2000, que diversos ativistas engajados na autogestão do território de Bolonha realizam a ocupação de um prédio público no bairro da Bolognina. Esse movimento proporcionou as condições necessárias para que a *Coordinamento per la Sovranità Alimentare* pudesse concretizar a criação de um mercado semanal de produtores orgânicos locais. Com o despejo policial, o movimento entrou em uma série de negociações com o poder público para continuidade de suas atividades e uma delas resultou na manutenção do mercado semanal de produtos orgânicos locais. Os mercados foram aumentando sua procura e também se instalando em outras localidades da cidade. No mesmo momento, em 2002, surge o grupo informal Campi Aperti (De Angelis e Diesner, 2020), a partir da Coordenação pela Soberania Alimentar. O crescimento dos mercados foi acompanhado pelo desenvolvimento dos seus mecanismos de autogestão, e ao mesmo tempo, as negociações com o poder público local também se estreitam, levando a formalização institucional de Campi Aperti. Este grande passo gerou naturalmente a um conflito de interesses interno, especialmente de uma “ala mais radical” que que resistia à formalização por entender que isso poderia comprometer os princípios de

⁵⁵ As informações apresentadas aqui são fruto de notas do autor durante o trabalho de campo e interpretações das comunicações do website <https://www.campiaperti.org/>. Foram realizadas duas entrevistas com a mesma pessoa - uma online e outra pessoalmente em campo. Além de conversas curtas com outros membros em observações participativas em 3 mercados populares da rede em Bolonha.

⁵⁶ Campi Aperti tem uma área no seu website oficial dedicada às publicações acadêmicas que os citam <https://www.campiaperti.org/pubblicazioni/>, inclusive tem um grupo informal de alguns jovens pesquisadores e estudantes universitários (inclusive doutorandos), o qual tive a oportunidade de conversar.

autonomia e independência do movimento. Nesse momento algumas pessoas realmente deixaram o movimento.

Embora Campi Aperti esteja muito relacionado com campo/rural ou peri-urbano e seus mais de 100 agricultores-membros (num raio de aproximadamente 70km do centro de Bolonha), ainda é um movimento genuinamente urbano e mobilizado na esfera pública dos territórios da cidade. Por isso, tem uma composição de pessoas bastante pluriversa que participam no seu dia a dia, o que naturalmente desafia a coesão e a organização do movimento.

Essa Associação é altamente politizada (propondo políticas, inovações de gestão democráticas e participando ativamente do ativismo italiano), altamente organizada e estruturada (mesmo dentro da sua auto-gestão colaborativa). Dentre a governança do comum ela possui assembleias gerais bimestrais, assembleia de mercado, regulamento interno, regulamento do mercado, regulamento de transformação, Grupos de Trabalho (“facilitador estratégico”, “temas específicos”, entre outros), Mesas Permanentes, entre outros mecanismos de organização horizontal.

A sua Carta de Princípios⁵⁷ contém os seguintes elementos fundamentais:

- 1) Economia de relacionamento
- 2) Cadeia curta de suprimento
- 3) Agricultura biológica
- 4) Sistema de Garantia Participativa
- 5) Sustentabilidade ambiental
- 6) Agricultura camponesa
- 7) Preço justo e transparente
- 8) Redes de economia solidária

Segundo os entrevistados, a sua institucionalização permitiu que hoje Campi Aperti possa autogerir 8 mercados em todos os dias da semana em diferentes pontos da cidade. Conforme observado por alguns de seus prosumidores, isso permitiu a adesão de mais produtores locais (até um raio de 70km da cidade), além de um espaço vibrante de convivência e encontro comunitário. Dos mercados visitados, observou-se um público bem mais jovem que Arvaia, por exemplo, mais politizado e mais amplo - tanto em abrangência geográfica quanto social, política e construção de poder em redes.

“Se tornar uma associação foi uma necessidade para mobilização, ampliar nosso impacto de sobrevivência política... até mesmo uma forma de garantir o mínimo de adequação legal para existir oficialmente e permitir

⁵⁷ <https://www.campiaperti.org/chi-siamo/carta-dei-principi/>

um espaço para que outras formas menos formais possam participar.”
(notas de uma conversa com um membro de Campi Aperti durante o trabalho de campo).

A formalidade de Campi Aperti permite que a fiscalização (e toda a parte burocrática) do governo se concentre na Associação e não nos produtores. Isso possibilita, por exemplo, que alguns produtores não formais participem nessa “área cinza”.

Logo, Campi Aperti não é apenas os 8 mercados. A associação está presente no campo com a rede de produtores de alimentos, participa em outras redes nacionais e europeias, mobiliza grupos sociais para reivindicações políticas, dentre outras ações. Segundo dois dos membros ativos do Grupo Estratégico e do Grupo Acadêmico de Campi Aperti, “existe uma convergência se construindo (em Itália e até mesmo com outros países europeus) entre as diversas pautas atuais como as identitárias, climática, anti-globalização, gênero, etc... tanto internamente [na rede] quanto entre as diferentes redes”. Foi percebido, por exemplo, que muitos desses membros de Campi Aperti participam em outras causas de ativismo e movimentos sociais - e vice-versa. Ou seja, existe uma retroalimentação entre os grupos sociais institucionalizados ou não que se fortalecem entre si. Apesar desses fortalecimentos mútuos entre os movimentos (locais, regionais, nacionais, europeus e globais) virem de uma certa convicção política individual, por outro lado estabeleceu-se um compartilhamento de significados entre amigos e construtores dessa rede. Ou seja, os movimentos, as demonstrações, os mutirões, etc se tornaram espaços ontológicos de encontros, de convivialidade, de ócio e, por conseguinte, fazer política.

Existem ao menos dois mecanismos desenvolvidos por Campi Aperti que são altamente inovadores para governança de organizações mais horizontais e justas: O *Sistema Participativo de Garantia* (SPG) e o *Sistema de Precificação Colaborativo* (SPC). O SPG é uma espécie de “certificação” interna *peer-review* para que todos os produtores estejam em conformidade com os princípios sociais, ecológicos e políticos, e possam continuar vendendo ou não nos mercados - a diferença é que é um sistema de garantias realizado pelos pares da própria rede de Campi Aperti. Já o SPC, é um controle colaborativo dos preços dos produtos. Ou seja, o preço de um produto é acordado entre os produtores do mercado, seus pares e até mesmo os ‘co-produtores’. Isso fomenta um sistema justo, colaborativo, descentralizado, participativo, inclusivo, auto-gestionado e menos competitivo.

A mercado direto de produtos orgânicos de produtores locais permite que: a economia mantenha seu valor no local; os valores sejam mais justos para produtores e *co-produtores* (reduzindo os custos dos atravessadores e grandes capitalistas); os impactos ecológicos no transporte e no armazenamento de produtos sejam reduzidos; e o valor nutricional de produtos mais fresco seja garantido para o consumidor. Além disso, gera-se relacionamento

pessoal, permitindo conhecer as necessidades e as virtudes de cada um. Os mercados de Campi Aperti também envolvem muitas vezes outros produtos artesanais que não só os frescos, como cerveja, vinhos, queijo, pão, cosméticos, CBD, e outros alimentos transformados. Além disso, existem trocas culturais, compartilhamento de valores, de significados, de reciprocidade e solidariedade. São espaços de alternativas reais gerando novas organizações sociais. Os consumidores (para eles, *co-produtores*) apoiam diretamente os produtores e alguns membros de Campi Aperti inclusive estruturam o mercado e negociam melhores condições político-institucionais para a rede. Um apoio sinérgico entre produtores e consumidores.

Repare que, embora nem toda(o)s participantes sejam agricultores, a simbiose entre o papel do produtor e do co-produtor em Campi Aperti pode atingir outras camadas de profundidade que em Arvaia. Nesta última, muitos podem atuar apenas como “consumidores mais conscientes” ou seja, aqueles que garantem o suporte ao agricultor ao pagar a cesta de verduras antecipadamente, recolhê-la no ponto de entrega e possivelmente não ir além disso. O que não nega a existência de “*Freeriders*” em Campi Aperti também. Porém, tem-se a impressão - ainda não completamente confirmada - de que em Campi Aperti atingem-se camadas mais profundas de engajamento, o que pode ser interpretado como resultado de uma luta mais sinérgica pela soberania alimentar e as transformações dos comuns. Por outro lado, Arvaia fica mais concentrada na reprodução do seu próprio meio, embora também claramente concretize sua proposta alternativa ao sistema de alimentos dominante.

6.1.1.3 Camilla foodcoop⁵⁸

Complementando as diferentes formas de Redes Alternativas de Alimento, a Camilla *foodcoop* é uma cooperativa de alimentos, pioneira em Itália, inspirada em outras cooperativas desse mesmo formato como Park Slope em Nova Iorque e Bees.Coop de Bruxelas. Nessa cooperativa, a iniciativa também surge de um movimento proativo e cidadão – *de pessoas para pessoas* – em busca de alimentos de melhor qualidade e de práticas mais sustentáveis. O movimento nasce, em 2016, do Grupo de Compra Solidária Alchemilla (GAS). Esses grupos (GAS) são formados por pessoas, geralmente de uma mesma comunidade, engajadas em romper com a figura do intermediário e dos supermercados e adquirem seus alimentos diretamente com produtores ecológicos.

Em oposição à lógica dos grandes complexos agroindustriais, as *foodcoops* são grupo de pessoas que se juntam para auto-gerirem e auto-sustentarem uma mercearia colaborativa de produtos mais saudáveis e ecológicos. Ou seja, apoiar circuitos curtos da economia

⁵⁸ As informações apresentadas aqui são fruto de notas do autor durante o trabalho de campo e interpretações das comunicações do website <https://www.arvaia.it/>. Nesse caso, as notas de campo decorrem de uma visita de 2h aproximadamente na mercearia conversando com diferentes membros.

solidária (assim como Campi Aperti e Arvaia), abastecendo esse espaço comum com produtos de base ecológica, orgânica ou sustentável e participação direta com o produtor. Entretanto, ao contrário dos modelos de Arvaia e de Campi Aperti, Camilla não tem membros produtores/agricultores, e sim uma relação indireta com a produção em si a partir da compra de produção de alimentos.

Com base nos princípios da cooperação, na prática, os mais de 600 membros são proprietários de forma igualitária. Sendo que apenas membros da cooperativa podem comprar na mercearia e cada membro tem que trabalhar obrigatoriamente cerca de 2h45m ao menos uma vez por mês em diversas funções da mercearia (caixa, limpeza, estoque, etc). Os membros também se dividem em uma ampla diversidade de grupos de trabalho⁵⁹ como:

- *Sociáveis*: cuidam dos novos associados e dos turnos de trabalho.
- *Economia*: administra as finanças da cooperativa.
- *Bandidos*: escrevem sobre projetos para participar em concursos locais, regionais e europeus.
- *Entrada Gratuita*: trabalha para tornar a cooperativa economicamente acessível a todos.
- *Representantes da equipe*: atuam como intermediários entre os plantonistas e o escritório dos associados.
- *Comunicação*: trata de site, mídias sociais, spots de rádio, gráficos, fotos e vídeos, etc.
- *Cientistas da computação*: implementam softwares de gestão e ferramentas de comunicação interna.
- *CamillAttiva*: organiza eventos na região e oportunidades para camille se conhecer.
- *Produtos e produções*: faz contato com produtores e consulta a equipe para escolha de fornecedores.
- *Armazém*: organiza o espaço da loja e garante que as prateleiras estejam bem abastecidas.
- *Excelente Ciappinari*: eles constroem e consertam tudo que pode ser usado no empório!

Das poucas horas que estive visitando a mercearia tive a oportunidade de conversar com algumas pessoas e ver os produtos com etiquetas de diversas línguas (ou seja, de diversos pontos da Europa), certificações ecológicas, muitos produtos à granel e uma consciência clara de querer consumir melhor para sua própria saúde e para contribuir para

⁵⁹ a lista foi retirada do website <https://camilla.coop/i-gruppi-di-lavoro/> e traduzida com ajuda do tradutor automático do 'Google Tradutor'.

cadeias de produção menos impactantes. Entretanto, apesar de dialogarem com outras redes, não confirmou participar ativamente de nenhuma rede nacional ou internacional.

Quando questionados sobre sua participação política, se mantiveram reticentes e distantes - como citado anteriormente, e afirmaram que “tudo isso é muito novo ainda na Itália”. Sobre os fundos e políticas europeias, disse: “não tenho interesse em participar [de projetos de fundos europeus]. Gasta-se mais tempo, dinheiro e energia aplicando para projetos europeus do que realmente ganhando” (nota de trabalho de campo em conversa com um membro de Camilla). Para ele, a demanda de tempo, recursos, habilidades, expertise e esforço não é compatível com a realidade da *foodcoop*.

6.1.1.3 GECO - Green Energy Community⁶⁰ e GRETA Project - Green Energy Transition Actions

Mudando agora para as iniciativas de energia, um dos primeiros contatos que me foi facilitado para falar sobre Comunidades Energéticas em Emilia Romagna foi o projeto GECO. Entretanto, GECO *foi um projeto*. Isso quer dizer que GECO terminou seu prazo como projeto e não se concretizou como uma Comunidade Energética até o presente momento. No entanto, teve uma história de quase 5 anos e uma extensa complexidade institucional. Apesar de não ter se concretizado como CE, a experiência de GECO em lidar com uma quantidade grande de adversidades e oportunidades contribuem significativamente para esta investigação.

Sobretudo, um aspecto que merece destaque é o fato de que GECO não tem sua origem na comunidade ou pelos cidadãos. GECO, surge a partir de uma política de governo para incentivo à energia renovável, “*Piano d’Azione per l’Energia Sostenibile – PAES Bologna*”, tendo como principal promotor da ideia de um projeto de energia comunitária a Agência de Energia e Desenvolvimento Sustentável (AESS). A AESS é uma organização privada onde todos os fundadores são entidades públicas (como as municipalidades italianas, porém mais concentrado em Emilia Romagna). Inicialmente, a ideia era mapear o potencial de comunidades energéticas em Bolonha. Na altura, foi escolhido o distrito Pilastro-Roveri por suas condições favoráveis. Apesar desse projeto não avançar, outros atores locais como o Centro Agroalimentar de Bolonha (CAAB) - o maior centro de distribuição de alimentos da região e um dos maiores “tetos solares” da Europa - e a Agência de Habitação Popular da cidade (ACES) foram envolvidos com a intenção de compartilhar energia para a população local. O CAAB já tinha, desde aquele momento, uma produção de energia solar de 15MWp no bairro com intenção de aumentar e de incluir uma planta de biogás, e logo, se tornou um

⁶⁰ As informações apresentadas aqui são fruto de notas do autor durante o trabalho de campo e interpretações das comunicações do website <https://www.gecocommunity.it/>. Foram realizadas 3 entrevistas online com diferentes membros do projeto, uma visita de observação em campo no local do projeto e 1 entrevista presencial.

importante agente para o projeto. Entretanto GECO, como projeto, iniciou de fato vencendo uma convocatória do fundo europeu EIT Climate KIC⁶¹, para desenvolvimento de uma Comunidade Energética Local (ou *Local Energy Community*). Faziam parte desse projeto AESS, o CAAB, ENEA (*Agenzia nazionale per le nuove tecnologie, l'energia e lo sviluppo economico sostenibile*), Universidade de Bolonha e a Agencia de Desenvolvimento Local de Pilastro/Distrito Nordeste.

O projeto, afinal, tinha a intenção de promover sensibilização local para criação de Comunidades Energéticas que principalmente envolvessem cidadãos ativos; conhecimento técnico para viabilidade de um projeto de Comunidade Energética de distrito; co-geração de energia aproveitando estruturas existentes e novas; e desenvolvimento de soluções inovadoras para integrar fontes renováveis na rede elétrica, aumentando o uso de energia localmente produzida e ajudando a equilibrar o sistema. Esse sistema seria construído com a participação da comunidade através de ações voltadas à eficiência energética, renovação de edifícios e instalação de geração e armazenamento de energia renovável em nível individual e coletivo.

“GECO é o projeto de gestão comunitária do recurso energético local que reduz as distâncias entre a produção e o consumo, envolvendo habitantes, atividades comerciais e empresas locais para aumentar a geração e o autoconsumo de energias renováveis nas zonas de Pilastro e Roveri (Bolonha) (...) GECO é um grupo de entidades públicas e privadas unidas por um objetivo comum: testar e desenvolver soluções inovadoras para tornar o sistema energético local mais eficiente e resiliente, apostando na figura dos prosumidores, cidadãos que, libertando-se do papel de consumidores passivos, desempenha um papel ativo no processo de criação, produção, distribuição e consumo de energia” (traduzido livremente do website <https://www.gecocommunity.it/partners/>)

Segundo os entrevistados, um dos maiores dificultadores foi o apoio, engajamento e participação da comunidade. Outro grande dificultador foi o atraso na regulamentação da transposição das Diretivas europeias de energia renovável. A regulamentação na altura do projeto inviabilizava-o tecnicamente como uma Comunidade Energética, por exemplo, por conta do tamanho de capacidade de energia instalada e das múltiplas cabines de transmissão existentes no local (já que a transposição da regulação permite compartilhamento entre usuários da uma mesma cabine).

Os entrevistados mostram um elevado grau de entendimento técnico sobre o contexto socio-técnico e político das CEs na região, e uma vontade muito grande pelo desenvolvimento

⁶¹ <https://www.climate-kic.org/>

da transição energética no país. Portanto, ajudam a identificar algumas questões críticas. Por exemplo, segundo um dos entrevistados: “enquanto se manter a fase experimental da legislação Italiana que só permite até 250kw e cidadãos que compartilhem a mesma cabine de baixa tensão vai continuar limitando muito os projetos de CE”. Esse entrevistado também afirma que os preços de energia fixados no valor de mercado não trazem nenhum incentivo - dessa forma não existe qualquer desconto da tarifa de energia, nem para prosumidor, nem consumidor. Além de outras barreiras causadas pela falta de clareza técnica na lei.

Além disso, apesar da Itália ter sido a primeira a escrever sua transposição da REDII, a implementação de sua regulamentação enfrenta desafios institucionais que vem criando verdadeiros bloqueios. Até por isso mesmo o número de Comunidades Energéticas em Emilia Romagna é baixo. Segundo, o entrevistado da AESS,

“A demora na regulamentação é mais uma questão contábil, do que técnica,... é mais uma questão de força do *lobby* político das grandes empresas de energia que não querem perder o mercado do que um problema de ‘smart grid’, por exemplo... e, também, por incompetência dos órgãos públicos em agilizar os processos.” (fala transcrita nas anotações durante o trabalho de campo)

Durante a entrevista foi possível perceber o desafio de diálogo entre as instituições. Por exemplo, o entrevistado denuncia que o controle da informação sobre usos de energia na área do projeto está nas mãos dos distribuidores de energia. Segundo ele, para fazer os estudos de viabilidade de CEs é necessário acesso à informação dos possíveis atores, mas a distribuidora utiliza desse poder para favorecer outros grupos sociais. Esses problemas geram muita insegurança jurídica e, realmente, atrasam uma necessidade maior e mais urgente (como a transição energética).

Ele, depois complementa, falando sobre a necessidade de abarcar todos setores da economia para alcançar “o necessário esforço coletivo”:

“Mesmo que pudéssemos ter painéis fotovoltaicos em todos os telhados das residências italianas, não teríamos produção de energia renovável suficiente para atingir a meta de 2030. Precisamos de todos os atores envolvidos, e isso deve incluir até mesmo o setor privado, levando em consideração a legislação que permite que as empresas aproveitem os benefícios e incentivos, mas sem controlá-los para obter lucro.”

Isso remete a um argumento técnico de que a transição energética é necessária, que para isso as CEs são uma peça importante e, logo, deve ser facilitada a todo custo para cumprir esse papel. Porém, o que entra em debate, também, não só que é inevitável

necessidade pela transição energética, mas como vamos fazer isso. E, mais especificamente, nesse contexto estamos lidando com *Comunidades Energéticas*, cujo principal fator não é apenas a importância da energia renovável, mas o empoderamento das pessoas e democratização do acesso, participação e benefícios.

A questão é que mesmo precisando de uma grande transição energética e que seja necessário incorporar todos os setores, a tendência para a cooptação de CEs pela lógica de “mercado” é grande. Mesmo que se tenha a tecnologia mais avançada, é necessário abrir diálogos, espaços de confiança e uma linguagem comum mais adaptável para as especificidades das IBCs.

Por outro lado, o coordenador da componente tecnológica de GECO na altura, afirma em sua entrevista que tinha a “melhor solução” para apoiar a escolha do consumidor em equipamentos de eficiência energética. Ele, durante a entrevista, por exemplo, apresentou uma série de *gadgets* de uso residencial, além de uma tecnologia a base de *blockchain* para melhor controle e gestão do uso de energia na CE, assim como equipamentos de controle dos picos de energia e armazenamento inteligente da energia excedente. No entanto, pelo que se percebe das entrevistas, os cidadãos locais não absorveram esse salto tecnológico e ainda se mantinham resistentes ao projeto.

Apesar de se intitular Comunidade Energética, GECO como uma iniciativa liderada e proposta por um consórcio de instituições públicas de grande porte (que não pertencem ao *lugar* Pilastro-Roveri) levanta dúvidas quanto ao seu caráter “de base comum”. Na lei Italiana DL nº 210/2021 e na REDII ou IEMD, as CEs podem ser criadas por entidades públicas e PMEs, e podem ser consideradas como tal. Porém, como nesta tese já se relatava anteriormente, não necessariamente podemos afirmar que uma CE ou uma Cooperativa é uma IBC - são dois conceitos que têm significativa convergência mas que não necessariamente estão vinculados. Ao mesmo tempo, a Diretiva Europeia obriga que os Estados-Membros devem apoiar e facilitar a criação e manutenção das Comunidades Energéticas. Ou seja, o Estado é obrigado a realizar ações, criar políticas, desenvolver regulamentação e garantir que as CEs sejam apoiadas nesse processo de participar de um sistema tão complexo como o sistema de produção, distribuição e consumo de energia.

Dado isso, pergunta-se: qual o papel de GECO como Comunidade Energética já que ela não nasce de uma organização de base comunitária (ou cidadã ou *grassroots*)? Será que as entidades do Estado não poderiam ter um papel diferente na cadeia de valor daquela energia comum? Qual seria o papel delas?

Para isso, refletimos voltando à definição de Energia Comum por Bauwens, Wade and Burke (2024, p.2) que utilizamos na introdução desta tese: “conjuntos de relações sociais e regras de governança desenvolvidos por comunidades de produtores de energia, usuários e “prosumidores” para, de forma coletiva e democrática, co-criar e co-gerir recursos (bio)físicos

relacionados à extração de materiais (por exemplo, minerais para tecnologias energéticas ou biomassa), produção, distribuição, uso e armazenamento de energia, bem como o manejo de resíduos ou o descomissionamento de infraestruturas, com o objetivo de melhorar o acesso à energia, a eficiência e a sustentabilidade”. A começar pelo fim, de fato o objetivo mais claro de GECO é “melhorar o acesso à energia, a eficiência e a sustentabilidade”. Entretanto - e muito importante, GECO não é uma “comunidade de produtores de energia, usuários e “prosumidores”” ainda. Isso faz com que de fato ela não seja uma IBC a partir dessa definição e muito menos possa co-criar e co-gestionar estes recursos de forma democrática e coletiva, *nesse momento*. A dúvida levantada é que: apesar do fato de *nesse momento* GECO não ser considerada uma IBC, isso implica necessariamente dizer que não possa vir a ser?

Esse questionamento é relevante pelo seguinte motivo: consideramos a hipótese de que GECO consiga cumprir com seu papel de engajamento comunitário e articulação entre os diferentes atores envolvidos. Se, eventualmente, as entidades que originaram o projeto se retirarem do processo, deixando de controlar diretamente a gestão daquele recurso energético, e a comunidade assumir a co-gestão e a auto-regulação, não poderia passar a ser configurada como uma IBC? Não poderia o Estado, nesse caso, sendo o provedor das condições, um Estado “facilitador” como dizíamos anteriormente?

Existe uma série de nuances delicadas nessa condição, uma vez que depende como essa “passagem de bastão” acontece; como esse arranjo é definido desde o princípio e de fato sendo implementado com o propósito de empoderar as comunidades para auto-gestão de uma IBC; se isso é sustentável ao longo do tempo; se é uma passagem elaborada e responsável com a capacidade da comunidade (e não deixar a comunidade em risco); se era o que a comunidade desejava ou se foi por imposição (direta ou indireta); entre outras questões. Mas essas possíveis controvérsias tão pouco invalidam o questionamento levantado de uma possibilidade de um outro tipo de inovação, onde as instituições do governo assumem outro papel na governança desses comuns como facilitadores da criação e desenvolvimento das IBCs.

6.1.1.4 Rede translocal GRETA⁶²

GRETA - *Green Energy Transition Actions Project* (traduzido livremente pelo autor significa Projeto de Ações para Transição de Energia Verde) foi um consórcio de universidades e investigadores em formato de rede financiado pela UE (Horizon 2020) atuando em cinco

⁶² As informações apresentadas aqui são fruto de notas do autor durante o trabalho de campo, interpretações das comunicações do website <https://projectgreta.eu/>, uma entrevista online com duas investigadoras pertencentes a Universidade de Bolonha (UNIBO) e envolvidas no projeto GRETA e depois ainda mais uma entrevista presencial em Bolonha com uma delas. Aparentemente com o fim do projeto seu website que servia como repositório dos relatórios e de muitas outras informações foi descontinuado.

países europeus diferentes: Holanda, Alemanha, Espanha, Portugal e Itália. O capítulo Italiano do projeto-rede é liderado pela Universidade de Bolonha (UNIBO), baseado nas experiências de investigação-ação com o projeto GECO. Assim, as investigadoras da UNIBO estiveram estreitamente próximas da evolução de GECO até o seu fim, realizando um papel de investigadoras mas também em sinergia com as funções de GECO em diversas situações de mobilização da comunidade, sensibilização e comunicação externa, por exemplo.

O objetivo de GRETA foi apoiar o desenho de políticas públicas da UE com foco no engajamento dos cidadãos na transição energética, o que eles chamaram de *Energy Citizenship* (traduzindo livremente pelo autor para Cidadania Energética). Assim, o projeto buscou entender o surgimento, os fatores que influenciam, bem como suas condições de emergência e exclusão, tanto dentro quanto fora das CEs. Ao longo do projeto, GRETA forneceu diversos relatórios de recomendações políticas em diferentes níveis (europeu, nacional, regional e municipal), além de apoiar a cidadania energética de forma transversal em diversas políticas setoriais baseadas nas investigações de campo nesses diferentes países da UE. Por fim, naturalmente assume um caráter de *advocacy* através dos resultados da investigação, seus informes de recomendações políticas e da articulação com sua rede translocal.

Nesse sentido, mesmo que as investigadoras da UNIBO/GRETA estavam ali como observadoras, elas também participaram como ativadoras da rede em Pilastro-Roveri apoiando o engajamento e comprometimento da comunidade local, promovendo sensibilização sobre Comunidade Energética.

“Para nós, o máximo seria que as pessoas criassem a comunidade energética, e esse processo está em andamento. No entanto, a maioria ainda enfrenta dificuldades com os diversos passos burocráticos necessários para fazer parte de uma comunidade de energia. Isso é algo que nós, como GRETA, estamos tentando facilitar.” (tradução livre do autor sobre trechos da entrevista com as investigadoras de GRETA)

Veja que nessa fala, a investigadora afirma existir um caminho na direção da concretização da Comunidade Energética liderado por agentes da comunidade. Segundo ela, duas iniciativas locais principais estão tomando a liderança para formar uma CE no distrito, um centro social baseado numa fundação religiosa e um projeto de “fazenda urbana” (ou “urban farm”): “Essa fundação religiosa, junto com a fazenda urbana e dois ou três cidadãos privados, formaram o núcleo principal da comunidade de energia. Eles assumiram a responsabilidade de criar a agregação formal da comunidade, pedindo fundos à região” (tradução livre do autor sobre trechos da entrevista com as investigadoras de GRETA). Ela

conta como GRETA e GECO apoiaram esse processo, mas que “agora, se forem financiados, estarão por conta própria”.

De acordo com website “A cidadania energética refere-se à participação ativa do público na transição para energia limpa, seja por meio de mudanças comportamentais ou da adoção de energias renováveis. O impacto coletivo dessas ações tem o potencial de levar a uma redução significativa nas emissões de carbono” (tradução livre do autor sobre trechos da entrevista com as investigadoras de GRETA).

Entretanto, GRETA estuda o lado social da transição energética, analisando como a cidadania energética funciona em comunidades de energia inseridas em diferentes contextos e níveis geográficos. O projeto também investiga quais tipos de conhecimento, estruturas sociais, tecnologias ou recursos financeiros são necessários para formar um cidadão energético ativo. E isso gerou grande influência na relação das investigadoras com a comunidade de Pilastro-Roveri. Segundo elas, havia grande interesse da comunidade pela Comunidade Energética e no papel que elas exerciam ali, tanto como investigadoras como sensibilizadoras (por conta da metodologia participativa Investiga Ação). Mesmo elas percebendo que o projeto não tinha origem inicial na comunidade, elas entenderam que houve uma geração de interesse: “agora, são eles [os comunitários mais engajados] que pedem por mais engajamento e ferramentas para poderem atuar de forma mais ativa. Mas, no início, era uma ideia que eles nem sequer consideravam antes” (tradução livre do autor sobre trechos da entrevista com as investigadoras de GRETA). Não necessariamente foi o que aconteceu em GECO especificamente, mas aproveitando essa situação isoladamente para explorar uma questão mais abrangente, existe aí uma “linha divisória tênue” entre uma política inovadora (que altera aquela realidade vivida) e uma atitude colonizadora de ideias (i.e. quando a construção de um ideário de “desenvolvimento” é aplicado sobre a comunidade e sobrepõe cultura local, reproduzindo dinâmicas de poder típicas do pensamento colonial). Isso quer dizer que muitas políticas (*top-down*) são desenvolvidas a partir de uma visão técnica (baseada na ciência, com metas bem estabelecidas, objetivos verificados, racionalmente justificada, e etc) a partir de profissionais gabaritados, mas que muitas vezes não há um processo de escuta para facilitar e respeitar o processo endógeno a partir e através das comunidades. No próximo capítulo voltaremos a essa discussão.

Além disso, segundo as investigadoras entrevistadas, existe ainda uma complexidade muito grande para um cidadão simplesmente montar uma CE. Exige uma demanda de tempo e conhecimento muito alta. Nesse sentido, GRETA tentou apoiar: “Em termos de quem você precisa procurar ou com quem deve falar para fazer parte de uma comunidade de energia, ou como medir o seu consumo pessoal de energia para avaliar se seria um candidato viável para integrar uma comunidade de energia”.

Após a Região de Emilia Romagna aprovar a sua própria política de neutralização climática até 2050, o “*Patto per il lavoro e il clima della Regione Emilia Romagna*”⁶³ (2020)”, assumiu um compromisso público. E portanto a Região tem buscado muitas ações práticas para isso, e então ficaram interessados em GECO. Mas, segundo as investigadoras:

“[é] mais uma questão de marketing do que uma governança local realmente eficaz. Ela [a Municipalidade de Bolonha como instituição pública] tem promovido sua administração como a cidade mais progressista da Itália há bastante tempo, e isso definitivamente é uma forma de reforçar essa imagem. Não é algo super eficaz, mas basicamente reflete essa narrativa, entende?”

Essa apropriação do Estado pela divulgação das iniciativas das IBCs foi relatada por diferentes entrevistados (tanto IBCs de alimento quanto de energia), assim como em Bianchi (2018). Segundo alguns deles o interesse de alguns governantes e instituições políticas de Estado é utilizar o sucesso das IBCs para divulgar ações de descarbonização, inovação social e segurança alimentar que eles apoiam e assim promover sua imagem pessoal e pública, além de usar de argumento para fundos de investimento nacionais, europeus e internacionais.

6.1.1.5 ÈNOSTRA⁶⁴

A ènostra é a primeira cooperativa energética na Itália a produzir e fornecer energia 100% renovável de modelo participativo com garantia de origem. Isto é, a cooperativa de energia demonstra mecanismos claros de transparência da fonte energética em seu mix vendido para todos seus usuários. Fundada em 2014, a cooperativa conta atualmente com cerca de 16.000 sócios, incluindo residências, empresas e organizações do terceiro setor, assim como outras IBCs diversas em Itália (por exemplo, Arvaia, Campi Aperti e Camila são membros e utilizadores de ènostra). Além de se reconhecer como rede [translocal], ènostra nasceu em um projeto da Federação Europeia de Comunidades Energéticas (REScoop) - o projeto REScoop 2020, no qual a federação ativou a criação de cooperativas e CEs pela Europa. Eles participam ativamente na REScoop, por exemplo, no Grupo de Trabalho de Advocacy:

“Atuamos no Grupo de Trabalho atualizando-os sobre o que está acontecendo aqui na Itália em termos legislativos, e eles nos fornecem informações sobre o que está para acontecer na União Europeia. É como

⁶³ <https://www.regione.emilia-romagna.it/pattolavoroeclima>

⁶⁴ As informações apresentadas aqui são fruto de notas do autor durante o trabalho de campo, interpretações das comunicações oficiais pelo website <https://www.enostra.it>, uma entrevista online com um membro/funcionário da Cooperativa.

uma troca de informações e uma discussão sobre alguns pontos que queremos levar para as instituições.”

Ènostra, apesar de não se declarar como uma comunidade energética, é articuladora de uma rede de prosumidores em toda Itália, inclusive apoiando, ativando e fomentando CE. Inclusive essa é a função da entrevistada na cooperativa:

“Meu papel na ènostra é trabalhar na ativação de comunidades de energia renovável, especialmente na parte social. Isso envolve a ativação territorial e as relações com os cidadãos. Inclui também a conscientização sobre o tema e as atividades necessárias para engajá-los e nos projetos que estamos ativando. Basicamente, comecei a trabalhar nessa área da ènostra porque a ènostra não apenas vende e produz energia renovável, mas também apoia a ativação de comunidades de energia renovável no sentido real, conforme definido pela diretiva europeia.”

Tem uma estrutura cooperativa com decisões coletivas via assembleia, direito de voto, “um membro, um voto” e sem fins lucrativos. Se houver lucro pode ser reintroduzido em investimento ou operação da cooperativa ou redistribuir entre seus membros. Além de 16.000 membros, ènostra tem (na altura da entrevista) 33 empregados diretos. Segundo a entrevistada, existem 3 tipos de participação:

- Membro cooperador: mais simples, se torna membro, mas geralmente seu interesse é comprar energia de fonte renovável (e muitas vezes abaixo da média do preço de mercado).
- Membro apoiador: pode ser um prosumidor que produz energia renovável e contribui no grid ou investir no Fundo de Produção Coletiva. Nesse caso, o cooperado investe (no mínimo 500 euros) para implantação de plantas de energia renovável (geralmente solar, eólica, hidráulica ou cogeração térmica), tem acesso a tarifa fixa (pagando mais barato que o mercado) e se sente pertencente a um projeto em sua comunidade.
- Membros “ativistas”: membros que são cooperados, mas além disso são voluntários em projetos de educação, ativação de rede, eventos de comunicação sobre a transição cultural, “consciência energética”, sobre comunidades energéticas, etc.

Além da geração, distribuição e venda de energia, ènostra vende serviços de energia como consultoria em eficiência energética, gestão energética, entre outros. A entrevistada também conta (orgulhosa) que ènostra faz parcerias com outras cooperativas, associações e

organizações. Por exemplo, com alguns CSA (*Community Supported Agriculture*) ou GAS (Grupo de Compra Solidária), fazem um “valor combinado” (como um desconto na conta de energia para quem faz parte dessa outra iniciativa, por exemplo). A cooperativa também, por vezes, investe em projetos dos próprios cooperados, como, elaborar uma convocatória aberta aos membros que tenham projeto de eficiência energética, ou um concurso de inovação, entre outras possibilidades para motivar, engajar, apoiar e dar retorno à própria cooperativa e seus membros.

6.2 O aumento expressivo das IBCs na Bélgica e o caso emblemático das CEs

Embora a Bélgica seja um território pequeno em extensão, é uma monarquia constitucional altamente fragmentada entre três regiões (Valônia, Flandres, metropolitana de Bruxelas) e três comunidades linguísticas (Francófona, Flamenga e Germófona). Seu sistema político é, razoavelmente, descentralizado com uma significativa autonomia entre as regiões. Por exemplo, a política agrícola é dividida entre os níveis federal e regional. Assim, existe um ministro federal da agricultura e três ministros regionais com distinções em suas competências não muito claras. As demandas sociais, ambientais, econômicas são geridas por uma multiplicidade de instituições e serviços públicos nos níveis local, regional e nacional. Isso abre a possibilidade para uma visão mais distribuída e compartilhada de poder, mas ao mesmo tempo gera um risco de sobreposição de governança e inchaço da burocracia. Inclusive às vezes é mais difícil encontrar informação sobre as políticas belgas.

Durante a investigação, seguindo o princípio do método de amostragem bola-de-neve apareceram diversas iniciativas, porém algumas foram selecionadas por terem alinhamento maior com o tema ou outras acabaram excluídas por desafios maiores de conexão e comunicação impedindo a continuidade no trabalho de campo e visita *in locu*. Por fim, formaram parte de uma investigação mais aprofundada três experiências: a Comunidade Energética ECOPOWER, em Lovaina na região flamenca; o Cinturão de Alimento-Terra de Liège (CATL - *Ceinture Alimen-Terre Liégeoise*), na cidade de Liège, na Valônia.; e a REScoop (Federação Europeia de Comunidades Energéticas), que apesar de ser uma federação europeia, está sediada em Bruxelas, foi originada na Bélgica e está altamente coerente com os temas da investigação.

Assim como em outros países europeus, a Bélgica começou sua experiência com cooperativas e organizações similares na segunda metade do século XIX pelos movimento de trabalhadores industriais, mas teve um declínio significativo no pós Segunda Guerra Mundial com a recuperação do país voltada para setor privado e ideário neoliberal (Pleyers, 2017). Ao contrário de Emilia Romagna e sua longa experiência com o cooperativismo, a

Bélgica foi um processo mais fragmentado, menos coeso em relação a linha do tempo e mais relacionado com cooperativismo de base liberal (Garroy, 2019). De fato, a sociedade cooperativa foi introduzida na legislação belga como uma forma de empresa comercial no Ato 18 de maio de 1873 e apenas em 1962 ganhou realmente sua forma verdadeira de cooperativa (*ibid*) no Decreto Real de 8 de Janeiro de 1962. Depois de algumas distorções no código de empresas durante décadas, somente na reforma do Código de Empresas e Associações, Ato de 17 de Março de 2019, é que as cooperativa começaram a ter um status legal mais próximo do que são, inspirados na *European Cooperative Society* (Regulation nr.1435/2003).

Por outro lado, as redes de alimentos locais já não são novidade na Bélgica. Desde o século XIX já eram amplamente difundidas (Zimmer, 2011) e nas últimas duas décadas houve um renascimento impulsionado pelos movimentos sociais de ativistas anti-globalização dos anos 2000 em todo o país (Pleyers, 2017; Manganelli et al., 2019). Esses movimentos foram especialmente importantes para gerar influência na cultura de “relocalização” do consumo, principalmente de alimentos. De fato, a história das RAAs na Bélgica tem sua origem nesses movimentos que buscavam “um resgate do controle” sobre o que se consumia, contrário ao sistema dos grandes complexos agroindustriais (Capocci, 2014).

Seguindo a linha da cultura da produção de alimentos orgânicos e de reivindicações de diversos grupos e redes de ativistas em todo o território Belga, passaram a surgir diversas formulações de políticas dos diferentes governos regionais para criação de circuitos curtos de fornecimento de alimentos (“*short food supply chain*”) e “*food hubs*” (Feyereisen, Stassart e Jonet, 2017). Justamente, os formuladores de políticas passam a ser mais influenciados por estes movimentos locais e a criar iniciativas de apoio e políticas mais complexas. Todas as três regiões recentemente lançaram suas estratégias, planos ou políticas para transição dos sistemas de alimentos (impulsionadas também pela estratégia europeia F2F), como:

- a Estratégia Flamengo de Alimentos para Amanhã⁶⁵, que inclui um em seu pacote de políticas linhas estratégicas como a “Visão estratégica para Cadeias Curtas de Abastecimento Alimentar”;
- Estratégia Comida Boa da região de Bruxelas (*Good Food Strategy*)⁶⁶
- Estratégia Alimentar da Valônia⁶⁷

⁶⁵ https://www.unfoodsystemshub.org/docs/unfoodsystemslibraries/national-pathways/belgium/flemish-food-strategy-for-tomorrow.pdf?sfvrsn=a5615178_1

⁶⁶ <https://goodfood.brussels/fr/content/good-food-strategy-2-2022-2030?domain=cit>

⁶⁷ <https://developpementdurable.wallonie.be/thematiques/alimentation-durable>

Também inspiradas pelo movimento Redes em Transição⁶⁸ (Transition Network), na última década, estão proliferando iniciativas de base (*grassroots*) já mais conscientes em relação ao *nexus* e a redução do uso de energia fóssil na cadeia de alimentos (Pleyers, 2017; Feyereisen, Stassart e Jonet, 2017). Através dessas diferentes correntes, emergem RAAs relacionadas a compras de alimentos coletivas direto com o agricultor, o que Pleyers (2017) chama de “movimento de consumo crítico” (por agirem politicamente para a transformação além do “responsável”)⁶⁹, como: o *Food Teams* flamengos, chamados de “*Voedselteams*”; as GASAPs (*Groupes d'Achat Solidaire de l'Agriculture Paysanne*) na região de Bruxelas; e as GAC (*Groupes d'Achat Commun*), na região da Valônia (Gameren, Ruwet e Bauler, 2015). Após uma primeira etapa marcada pela multiplicação de pequenos grupos locais, as RAAs locais estão agora consolidadas no cenário social, político e urbano da Bélgica. Elas mobilizam milhares de cidadãos e dezenas de produtores toda semana. O movimento também ganhou maior visibilidade e, a partir da segunda década dos anos 2000' se aproximou mais das instituições públicas, conseguindo acesso a alguns recursos por exemplo, incluindo empregos subsidiados (Pleyers, 2017).

Contudo, é inegável que existem controvérsias nesse contexto. Conforme observado na literatura, muitos desses movimentos sociais resistiram muito tempo para se institucionalizar e se relacionar com o poder público temendo comprometer seus modelos mais *comunificados* e arriscar a fidelidade às suas raízes ativistas. Por outro lado, outros movimentos aproveitaram essa vantagem e vêm obtendo recursos públicos em níveis regionais, nacionais e até europeus, como é o caso da “Rede de Consumidores Responsáveis” e a “Rede de Atores de Bruxelas para Alimentos Sustentáveis” (*ibid*). De acordo com Faniel, Gobin e Paternotte (2020), na Bélgica, os recursos financeiros e o apoio das instituições públicas são significativamente mais acessíveis para iniciativas como essas do que em outros países da Europa. Isso de fato refletiu-se em campo durante as entrevistas e as visitas, uma vez que CATL, por exemplo, tem como seu principal parceiro a municipalidade; Ecopower, apesar de desafios iniciais, não teve grandes dificuldades para seus avanços como CE; ou a instituição da REScoop como federação europeia.

Estes movimentos não se limitam ao setor alimentar. Eles se manifestam em uma variedade de práticas amplamente difundidas por toda a Bélgica. Na Valônia e em Bruxelas,

⁶⁸ O Transition Network é um movimento global que promove a resiliência comunitária e a sustentabilidade local através de iniciativas de base voltadas à transição para uma economia de baixo carbono e estilos de vida mais sustentáveis. <https://transitionnetwork.org/>

⁶⁹ GAC, GASAP e *Voedselteams*, são grupos autogeridos de pessoas que se unem para fazer suas compras de alimentos diretamente com o produtor de forma ordenada e coletiva, promovendo apoio e solidariedade com o agricultor, defendem o localismo, circuitos curtos de alimentos, a economia solidária e outras especificidades mais regionais.

mais de 120 sistemas locais de troca (que envolvem a troca de produtos, serviços, conhecimentos e bens) estão em atividade, e "feiras de doações" ("donneries") foram estabelecidas ou realizadas regularmente em 52 cidades (Pleyers, 2017). De acordo com Pleyers, o movimento chamado "*Barricade*" - que originou o CATL - e a maioria das manifestações alimentares locais surgiram em uma parte específica do movimento de alterglobalização, imersa em uma cultura de ativismo que se concentra no ativismo prefigurativo e em um conceito de mudança enraizado na vida cotidiana.

Em relação a transição energética, a Bélgica teve um surgimento mais precoce de comunidades energéticas, que começaram a ganhar força em 2017 devido a políticas governamentais de apoio. Apesar de na Itália, a proporção da produção de energia proveniente de fontes renováveis é estimada em 20,4%, por exemplo, a Bélgica tem 13% (Caputo, 2022). Apenas em 2021, foram registradas 90 CEs na Bélgica e em 2023, 112 iniciativas (Schwanitz et al., 2023). As CEs belgas são notavelmente avançadas, liderando mais de 850 projetos que envolvem aproximadamente 163.000 participantes, máximo de 566 MW de capacidade instalada, com um investimento total de 690,3 milhões de euros (ver Quadro 7.1). Geralmente, de acordo com Schwanitz et al (2023) a capacidade de produção proveniente de energias renováveis de base-cidadã (ou comunitária) geralmente representam uma pequena porcentagem do total de capacidades renováveis instaladas nos Estados-Membros. Dentre essas, a Bélgica tem o valor mais alto da Europa, pois suas iniciativas contribuem com cerca de 5% da capacidade das renováveis nacionais. Ou seja, apesar de não ter o mesmo volume de iniciativas como de Alemanha, Holanda, Reino Unido e Dinamarca, a Bélgica tem um valor muito expressivo de capacidade instalada e investimento, tornando-se uma referência internacional.

Quadro 6.1: Agregados selecionados em nível nacional das contribuições de iniciativas de energia lideradas por cidadãos em 30 países europeus: número de iniciativas, pessoas envolvidas, número total de projetos energéticos, capacidades renováveis instaladas e total de fundos investidos. Fonte: *Traduzido e adaptado livremente pelo autor a partir de: "Evidências estatísticas da contribuição de iniciativas e projetos liderados por cidadãos para a transição energética na Europa" com uma base de dados atualizada em 2021 (Schwanitz et al, 2023).*

País	Número de iniciativas	Número de Pessoas Envolvidas	Capacidade de Instalada de Renováveis	Número de Projetos	Total de Investimento (Milhões de Euros)
Áustria	389	21,75	352 MW	430	327.7
Bélgica	112	162,905	156–566 MW	850	199.3–690.3
Bulgária	14	93	N/A	14	N/A

Croácia	15	1300	10–60 MW	16	21.94–71.94
República Checa	38	266	31 MW	42	N/A
Cyprus	2	N/A	N/A	2	N/A
Dinamarca	665	306,65	2613 MW	600	411–2377
Estonia	132	5340	13 MW	142	9.5
Finlândia	94	105,7	87–172 MW	120	N/A
França	379	130	139–319 MW	2010	204–455
Alemanha	5015	391,5	2157–3279 MW	11,5	3152–4614
Grécia	192	2120	0–86 MW	240	102.621
Hungria	8	65	0.03 MW	8	22,5
Irlanda	565	25	9–14 MW	565	1.8–20.3
Itália	207	79,42	293–348 MW	558	110.8–184.8
Latvia	8	150	0.1–0.13 MW	9	0.825
Lituânia	21	650	0.3 MW	21	4.86
Luxemburgo	68	1200	1–25 MW	86	4.028
Malta	2	366	1 MW	2	0.7
Holanda	999	188,4	613–1027 MW	1446	733–1282
Noruega	36	8170	2–14 MW	36	N/A
Polónia	121	71,72	142–155 MW	136	2.5
Portugal	37	45	4.4 MW	69	17.93
Romênia	5	750	5 MW	5	0.4–4.5
Eslováquia	25	175	15 MW	56	26.374
Eslovênia	11	77	0.3 MW	12	0.252–0.454
Espanha	358	185,44	101–207 MW	370	65.8–113.8
Suécia	336	124,5	170–265 MW	375	229.5–369.3
Switzerland	297	84,47	50–94 MW	2580	344.4
Reino Unido	387	67,425	235 MW	533	260.5

O número total de CEs na Europa e nos Estados-Membros varia muito em cada fonte de informação, sua capacidade de atualização e disponibilização dos dados. Ainda é necessário tanto na Bélgica como em toda Europa desenvolver a produção de informação de qualidade, confiável e contínua.

De uma forma geral, a Bélgica tem sinalizado integração ao Pacto Verde Europeu e a transição proposta pela UE. Por exemplo, foi um dos Estados-Membros que já adotou seu Plano Nacional Integral de Energia e Clima 2021-2030⁷⁰ estruturado, no qual considera Comunidades Energéticas como parte integrante das prioridades estratégicas voltadas para melhoria do mercado interno:

“Serão buscadas soluções para atender à crescente necessidade de flexibilidade por meio da adaptação mútua da oferta e da demanda, do armazenamento, da ampliação das conexões entre os países e da melhoria das redes energéticas, da implementação de comunidades energéticas e da criação de possibilidades de armazenamento de energia”(p.14).

O Plano também indica claramente a necessidade de políticas e medidas nacionais específicas e destinadas às CEs, para que essas possam participar das convocatórias de políticas de energia nacional. Além disso, segundo o Transposition Tracker da REScoop⁷¹, a Bélgica já está dando passos avançados em direção a definição da CE na sua legislação, apesar de cada uma das três regiões terem adotado um formato diferente. Entretanto, em relação a uma estrutura e esquemas de suporte que realmente permitam a estabilidade do desenvolvimento das CE, as três regiões ainda precisam definir medidas mais concretas, evoluir em seu processo analítico, criar esquemas de apoio, e abordar diversos outros elementos necessários para que disponham de um quadro capacitador eficaz.

Por exemplo, no interessante e criativo Roadmap 2025 - 2035 - 2050 da cidade de Lovaina⁷² não há considerações nem às CEs nem às RAAs, assim como no Plano de Recuperação e Resiliência⁷³ do fundo europeu *Next Generation*. Dos quase 6 bilhões de Euros e 120 linhas de atuação desse Plano não houve sequer menção às IBCs, embora afirme em suas comunicações que mais de 50% dos projetos são voltados às questões climáticas (ou seja, grandes projetos de energia renovável como eólica *offshore*).

⁷⁰ https://www.cnc-nkc.be/sites/default/files/report/file/be_draft_necp_fr_final.pdf

⁷¹ <https://www.rescoop.eu/policy/transposition-tracker>

⁷² <https://roadmap-en.leuven2030.be/introduction>

⁷³ https://commission.europa.eu/business-economy-euro/economic-recovery/recovery-and-resilience-facility/country-pages/belgiums-recovery-and-resilience-plan_en

6.2.1 O Cinturão Agroalimentar de Liège - CATL⁷⁴

Na evolução desses movimentos pela soberania alimentar, surge uma das IBCs mais impactantes, como referência internacional, devido ao seu alcance, sua estrutura institucional integradora, sua capacidade de resiliência e sua governança inovadora.

Apesar de ter se originado a partir dos movimentos sociais locais da Valônia, o CATL adotou uma abordagem mais colaborativa e moderada do que o posicionamento mais conflitante do “consumo crítico”. Quando as organizações de movimentos sociais de base (como o Barricade, Agès, Exhibitor, GAL de Condruses, Trome e PointFerme) em sua dinâmica social informal (especialmente durante um evento dos estudantes de Gestão da Universidade de Liège) se conectam ao movimento Liège em Transição acabam por vislumbram a ideia de “uma comunidade aberta para desenvolver e apoiar novas iniciativas tanto no lado dos consumidores quanto na produção” (notas da entrevista com um membro de CATL). Nesse sentido, CATL nasce em 2013, a partir de duas principais componentes subjacentes: (1) a percepção de que um sistema de produção de alimentos alternativo e sustentável é urgente contra o modelo dos complexos agroindustriais de *commodities* - porém não um sistema paralelo, mas sim uma alternativa de dentro que o possa substituir; (2) o desejo de unir e potencializar as diferentes iniciativas já existentes na cidade com a demanda emergente.

Uma representante do CATL entrevistada diz ser inspirada por uma pergunta: “E se, dentro de uma geração, a maioria da comida consumida em Liège fosse plantada aqui localmente nas melhores condições sociais e ambientais? (...) Precisamos aprofundar pouco a pouco o compromisso das pessoas com o que elas comem.. e é isso que estamos construindo desde já”. O que de certa maneira demonstra como certas dimensões de consumo crítico e ativismo prefigurativo permanecem ainda relevantes na essência dos projetos da CATL⁷⁵ (Bousbaine e Bryant, 2016).

Com isso, naquele momento, seus idealizadores compartilham a convicção de que a promoção de empreendedores locais é parte de um projeto voltado para uma transformação profunda da sociedade, especialmente por meio de um processo de “muito longo prazo que visa democratizar, relocalizar e descarbonizar o sistema alimentar”. Assim, CATL inicia a partir de um processo de articulação territorial intenso entre os diferentes atores, permitido por um vasto capital social de seus mobilizadores. Com essa estratégia, o CATL vai ao longo do tempo construindo parcerias com atores da sociedade civil, do setor econômico e, também,

⁷⁴ As informações apresentadas aqui são fruto de notas do autor durante o trabalho de campo, interpretações das comunicações oficiais pelo website <https://www.catl.be>, uma entrevista presencial com um membro/funcionário da iniciativa, além de observação em campo de algumas das iniciativas.

⁷⁵ ver a carta de princípios da associação CATL, <http://www.catl.be/charte-de-la-catl>

das instituições locais. Segundo a entrevistada, “hoje nosso maior parceiro e que garante nossa sustentabilidade é a municipalidade”.

O CATL, então, se lançou há 10 anos, como uma organização sem fins lucrativos, dedicada a promover a alimentação sustentável entre as pessoas e a incentivar a produção e distribuição local de alimentos na região de Liège, com foco especial nos produtores de vegetais.

“Desde o princípio todas as partes foram convidadas a participar e se integrar, inclusive o poder público - menos os representantes da indústria alimentícia...desde o público em geral até funcionários da prefeitura. Eles foram convidados a refletir juntos sobre uma estratégia para transformar o sistema alimentar de Liège e valorizar os empreendedores locais”. (a partir de notas do autor durante a entrevista)

O CATL tem sido financiado de forma intermitente pela região da Valônia. Houve um intervalo de um ano em que um dos fundadores teve que trabalhar como voluntário. Nos últimos cinco anos, 90% de seu financiamento veio das autoridades regionais por meio de um programa de economia social. “A cidade de Liège é uma parceira de primeira linha, e trabalhamos juntos em vários projetos de grande escala. O ecossistema de associações alternativas de alimentos em Liège também é muito forte e constitui uma importante fonte de apoio” (*ibid*).

Atualmente, o CATL é uma associação independente com sete funcionários, 60 membros, 300 produtores que fazem parte da rede e uma multiplicidade de ações, iniciativas e frentes de trabalho para seu propósito. O CATL, além de sensibilizar, mobilizar e conectar as pontas da rede deste cinturão territorial do sistema de alimento local, também promove a divulgação de seus membros, apoia a estruturação de empreendedores sociais e oferece suporte por meio de informação, conhecimento, conexões e capitalização. Todos os cooperados e produtores podem participar nas assembleias e decisões do CATL. Hoje, existem 28 cooperativas integradas ao ecossistema CATL que variam desde produtores, mercearias, distribuidores, padarias, vinícolas, CSAs, sementeiras, espaços colaborativos, gestores de terras comuns, laticínios, cervejaria, e muito mais⁷⁶. O CATL já formou dezenas de produtores a partir de conceitos sobre “uma produção mais justa e sustentável”, a partir da sua Rede Arlette. Essa iniciativa do CATL tem como propósito informar e capacitar por meio de treinamento, além de promover a troca de conhecimento entre pares do ecossistema alternativo de alimentos. Também, se dedica a conectar profissionais interessados em

⁷⁶ pode saber mais informações por um mapa dos produtores em <http://catl.be/producteurs-2> e as cooperativas aderidas em catl.be

ingressar nesse mercado, mas não sabem como, com organizações que precisam, fomentando a profissionalização. Outra ação emblemática coordenada pelo CATL é o festival anual Nourrir Liège que une mais de 100 parceiros e 150 atividades em 11 dias com enfoque no tema “transição alimentar” (a partir desse festival outros 10 festivais Nourrir passaram a acontecer em outras cidades do mundo).

A conexão do CATL com as autoridades locais é alta. Com apoio institucional, financeiro e político da municipalidade de Liège (e outras entidades públicas locais), o CATL é capaz de criar conexões entre as IBCs e o setor público. Nesse sentido, há duas iniciativas do CATL nos últimos anos que merecem destaque: a co-criação de um *hub* local de alimentos e o *Conseil de Politique Alimentaire* (Conselho de Políticas de Alimentos da Metrópole de Liège - CPA).

A ideia de um *hub* nasceu da necessidade e da oportunidade de otimizar as operações de logística das cooperativas através de um espaço e veículos compartilhados, além de funcionar também como uma unidade coletiva para transformação, conservação e armazenamento de alimento, e incluir uma cozinha compartilhada destinada à preparação de refeições escolares. Nesse momento está na sua primeira fase, quando se constituiu um *centro alimentar de circuito curto* e a formação da cooperativa *Circuit Paysan*⁷⁷ (integrando três membros da rede: Hebiscoop, La Cooperative Ardente e Terre d'herbage) focada em facilitar e otimizar logística de distribuição das cooperativas.

A partir de uma parceria entre o CATL, a Universidade de Liège e a Liga da Matrópole de Liège (que reúne 24 prefeituras da região metropolitana), surge o Conselho de Políticas de Alimentos da Metrópole de Liège. Composto pelos mais diversos setores da cadeia de alimentos local, com um total de 120 participantes, o CPA faz parte da Estratégia Alimentar da Valônia⁷⁸, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Sustentável da região. O Conselho objetiva gerar alianças inovadoras, disseminar boas práticas e gerar aprendizado mútuo. O CPA é aberto e, ao menos, tem o objetivo de ser participativo e inclusivo. Em Junho de 2024, o CPA votou os *6 temas prioritários do novo plano de ação anual* - esses temas viraram Grupos de Trabalho e é aberto à participação (com inscrição disponível no seu website oficial por exemplo):

- Apoio e difusão de iniciativas alimentares inclusivas e sustentáveis e integração na dinâmica One Health

⁷⁷ <https://www.catl.be/2023/09/08/participez-a-la-soiree-de-lancement-de-la-cooperative-circuits-paysans-au-pole-circuit-court-de-jupille-le-6-10/>

⁷⁸ <https://developpementdurable.wallonie.be/thematiques/alimentation-durable>

- Segurança Social Alimentar - apoiar a implementação de projetos piloto que identificarão os principais obstáculos e condições de sucesso necessários ao seu desenvolvimento
- Terras Agrícolas - Contribuir para os planos de desenvolvimento municipal (SDC), a fim de preservar as terras agrícolas e limitar a expansão urbana
- Terras Agrícolas - mobilizar terras públicas para permitir que jovens produtores estabeleçam e desenvolvam autoridades agrícolas municipais a fim de fornecer à comunidade alimentos locais e de qualidade
- Intercâmbio de boas práticas entre cozinhas comunitárias: trabalhando as questões de ecologização do prato, curto circuito e descarte
- Apoio ao desenvolvimento de um ecossistema robusto, tanto na implementação de projetos como no seu desenvolvimento

Ou seja, além de uma estrutura de governança inovadora (inclusiva, transdisciplinar, multisetorial, democrática, ágil e participativa), o CPA também construiu, até então, um conteúdo inovador com linhas de ações progressistas, atualizadas e coerentes com o local e que podem servir de uma boa base para políticas regionais futuras.

Convergindo como uma iniciativa de base comum, o CATL, se estrutura em o que Feyereisen, Stassart e Jonet (2017) chamam de “*nichos locais*”. Esse conceito abrange todas as iniciativas que desenvolvem alternativas ao sistema de alimentos na região de Liège e que estão alinhadas com o projeto da CATL em sua complexidade. Essas iniciativas são concretas, localizadas e técnicas, frequentemente envolvendo inovações que requerem conhecimentos especializados, como: novos modelos agrícolas, produção de cogumelos em resíduos de café, compostagem urbana, modelos de governança alternativos, gestão de terras anti-especulativo, entre outros. Com base no princípio de *nichos locais*, percebe-se que o CATL sobretudo, apoia a conexão dos diferentes agentes e dos elementos materiais do sistema através de seus mecanismos de “construção em rede”. Da mesma forma, vem criando condições favoráveis para a materialização dos protótipos alternativos da rede e a simbiose dessas inovações no metabolismo social local.

O CATL, com sua abordagem múltipla, é uma referência de atuação organizada e coordenada para construção de um ecossistema capaz de transformar de maneira holística o sistema de alimentos no território. Além do seu desenvolvimento em rede, de forma participativa, com governança multisectorial colaborativa, construtiva e formativa, o CATL conecta *commoners*, pequenos negócios e fomenta formulação de políticas participativas. Essa atuação contribui para estratégias avançadas em sua articulação para políticas alternativas. Percebe-se que gradualmente se constrói por ali uma estrutura de governança de diferentes níveis e de inovações no contexto sociomaterial suficiente para influenciar outras

camadas de formulação de políticas (como regional, nacional e europeia). Há quem diga que CATL pode estar se apropriando de um discurso mais neoliberal por estar mais próximo do mercado ou do Estado (o que seria de certa forma contrário a algumas teorias dos comuns), mas pode ser que CATL esteja coerente na sua estratégia de mover por dentro do sistema para reapropriar a soberania alimentar coletiva. De fato, apesar de estar claramente embasado por uma narrativa de soberania alimentar, realocização da economia, descarbonização justa e etc, não necessariamente, o CATL tem um posicionamento contra hegemônico, até mesmo por sua escolha em se aproximar e ser sustentado pelo poder público.

Durante a visita de campo, iniciamos a entrevista em um café local (parte do CATL). Em poucos minutos apareceu mais uma cooperativa local que recolhe os resíduos orgânicos do café (e de outros membros da rede) de bicicleta para fazer compostagem e, também, produzir cogumelos a partir da borra do café. Apesar de existir uma tentativa de integração em um ecossistema mais circular entre os integrantes e seus produtos e co-produtos, aparentemente não é uma preocupação fundamental do CATL. Ao longo da visita *in locu*, por exemplo às duas mercearias “Les petit producteurs”⁷⁹ e “OufitCoop”⁸⁰, pôde ser observado⁸¹ que há, a princípio, uma lacuna de diversidade social nas iniciativas e ausência de ações para grupos sociais vulneráveis. Por mais que algumas iniciativas precisam ter um certo controle de seus *commoners* para viabilidade de sua gestão, ou que produtos de qualidade sustentável sejam inevitavelmente mais caros por conta de pressões do mercado, a exclusividade decorrente disso pode ser um fator de exclusão e aumento da desigualdade de acesso e participação inclusiva.

Apesar de muitos êxitos, como qualquer IBC, também tem seus desafios. Por exemplo, essa dependência financeira e política com a Municipalidade pode ser arriscado por vários motivos, como a redução da sua resiliência - caso um dia perca esse apoio - e pela apropriação do Estado mais incisiva se tornando controladora. Ao mesmo tempo que a estratégia de CATL parece ser “crescer para aumentar o impacto” na região, isso é sempre um risco de perder coerência nos seus princípios e a coesão coletiva.

⁷⁹ é uma mercearia que promove as cadeias curtas de abastecimento alimentar e a aproximação desses agricultores com o prosumidores urbanos - oferecendo preço justo, participação cidadã, transparência da origem e dos preços

⁸⁰ Como uma foodcoop (no estilo Park Slope de Nova Iorque, BeesCoop de Bruxelas, Camila de Bolonha) oferece produtos alimentares e não alimentares de qualidade, acessíveis a todos em um único local - diferente dos Le Petit Producteurs os cooperadores participam ativamente na gestão e operação da loja, promovendo um modelo de consumo mais sustentável e comunitário (ex: tem somente um profissional pago, e o restante é realizado pelos cooperadores)

⁸¹ interpretações através da visita apenas nos lugares e ambientes por onde passei e por apenas um dia de campo

Outro desafio sempre será conseguir melhorar a integração entre os atores da rede. Por exemplo, na observação em campo não foi claro ver a percepção de pertencimento em rede do CATL pelos membros das cooperativas (ao contrário de Campi Aperti, onde a sensação de pertencimento é bem alta).

“a alimentação sustentável não é um tema atrativo para hoje em dia. É muito ‘low-tech’. Aumentar a conscientização dos cidadãos e o interesse político tem sido um desafio, especialmente com os lobbies da agroindústria sendo tão fortes. Mas o que tem dado certo é o engajamento a partir da ação e da confiança. Quando uma ação dá certo, cria concretude” (a partir de notas da entrevista presencial com uma representante da associação).

Ou seja, mesmo participando proximamente com o Estado e universo empreendedor a partilha do espaço na esfera pública - e ainda mais com forças tão poderosas, ainda será um desafio contínuo.

6.2.2 ECOPOWER⁸²

A Ecopower tem uma história muito genuína de uma CE. Ela nasce de amigos que fundaram o Partido Verde no Flandres quando ainda jovens ativistas e se juntam para “mudar o mundo” em busca de alternativas. O primeiro passo era comprar uma fazenda. Eles não encontraram uma fazenda, mas uma terra que tinha um antigo moinho de água. O Ministério dos Monumentos, na época, permitiu que eles adquirissem o moinho e os ajudou financeiramente desde que eles o restaurassem e produzissem energia. No entanto precisavam de uma forma jurídica e por isso, em 1991, abriram uma cooperativa a partir de uma turbina hidráulica em Rotselaar. Na altura eles tinham conseguido aproximadamente 50 mil euros e 30 cooperados.

Após a reforma do moinho, os amigos buscaram a administração pública local para saber o preço da energia, porém não havia absolutamente nenhum enquadramento económico para renováveis na época - inclusive queriam cobrá-los. Não satisfeitos, eles uniram professores, ativistas, pesquisadores e juristas para montar um argumento económico local. Em 1995, uma pequena cidade no Flandres, inspirada pelos movimentos da Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento Rio 92, abre uma convocatória para a implementação de 3 turbinas eólicas. Eles venceram da empresa monopólio de energia na época por conseguirem, desde então, bom relacionamento com a comunidade. Com aquela

⁸² As informações apresentadas aqui são fruto de notas do autor durante o trabalho de campo, interpretações das comunicações oficiais pelo website <https://www.ecopower.be/over-ecopower/tijdslijn>, uma entrevista presencial com um membro/funcionário da iniciativa, além de observação em campo de algumas das iniciativas.

conquista eles subiram de 30 membros cooperantes para 1.200. Em 2002 eles decidem em assembleia geral se tornarem fornecedores no recém mercado aberto de energia na Bélgica. A energia fornecida por eles era 25% mais barata do que a concorrência e eles produziam praticamente toda a energia que usavam. Porém o preço da energia no mercado naquele ano subiu de 50 para 450 em duas semanas. Eles foram obrigados a dobrarem o preço, mas mesmo assim eram muito mais baratos, e então entraram 5 mil novos membros em uma semana.

Em 2023, tinham 70 mil membros, dos quais 55 mil são clientes. Produzem 74 milhões de kWh de eletricidade renovável por ano⁸³ injetados diretamente na rede elétrica, através de 20 turbinas eólicas, 1 instalação hidrelétrica e 250 instalações descentralizadas de painéis solares em telhados de escolas e residências espalhadas pelo Flandres. Além disso, contam com 1 instalação de cogeração, 1 rede de aquecimento distrital e uma fábrica de pallets de madeira para aquecimento residencial. Para se tornar membro da CE é necessário comprar ao menos uma cota de 250 euros, e no máximo 20, com direito a dividendos (máximo de 6%).

Embora não haja um critério específico de proximidade, a Ecopower concentra suas operações exclusivamente na região da Flandres, buscando alcançar o equilíbrio mais eficiente entre produção e fornecimento de energia. Aproximadamente 50% da eletricidade gerada pelas instalações da cooperativa é destinada diretamente ao consumo de seus membros, enquanto os outros 50% são injetados na rede elétrica. Essa distribuição permite à Ecopower atender 85%⁸⁴ do consumo de seus cooperados com energia própria durante o tempo, recorrendo aos 15% restantes à eletricidade da rede, sempre com garantia de origem renovável.

De maneira geral, a Ecopower estima que gera e injeta na rede mais energia do que seus clientes consomem. Contudo, nos casos em que a produção não é suficiente, a cooperativa recorre à compra de energia verde, priorizando aquisições de outras cooperativas parceiras, fortalecendo sua rede colaborativa e mantendo seu compromisso com a sustentabilidade.

Em 2022, Ecopower tinha 55 empregados diretos e já havia investido no total dos últimos 20 anos mais de 60 milhões de euros. Seu objetivo é investir em mais energia renovável sempre que houver excedentes, já que todo lucro é reinvestido. As decisões são tomadas a partir de assembleias gerais, onde todos os membros têm direito a um voto, não importando a quantidade de quotas. Mas claro, poucos participam ativamente nas tomadas de decisão, na coordenação e nas formulações de acordos e normas da CE. De acordo com Bauwens (2019) existem vários motivos para as pessoas se tornarem membros da

⁸³ <https://energycommunityplatform.eu/communities/ecopower/> acessado em 12/12/2024

⁸⁴ <https://mijnagroenestroom.be/leverancier/ecopower/>

cooperativa. Alguns estão na cooperativa pelo preço mais baixo da energia, outros podem realmente não ter tempo disponível para essas funções e outros podem ter aderido à cooperativa como investimento, ou outro motivo.

“Essa é uma mensagem ao governo flamengo, que parece subestimar o papel das cooperativas de energia ou comunidades energéticas na transição energética. A percepção de que essas iniciativas podem retardar, em vez de acelerar, a transição, (...) Apesar disso, a cooperativa continua a expandir suas operações como forma de demonstrar sua eficiência e impacto. A construção de duas novas turbinas eólicas permitirá à cooperativa aceitar 3.000 novos membros a partir de 1º de maio de 2024. Outra turbina será inaugurada no outono, acrescentando mais 1.500 membros, com planos para construir mais cinco turbinas no próximo ano, aumentando ainda mais sua capacidade e alcance”. (notas da entrevista com um membro da Ecopwer).

Essa expansão não apenas reforça o compromisso da cooperativa com a transição energética, mas também envia um forte recado aos céticos de que as comunidades energéticas têm um papel crucial na aceleração da sustentabilidade e na democratização do sistema energético.

Em 2008, a Ecopower com outros parceiros convoca um primeiro encontro europeu de cooperativas de energia. Como resultado desse encontro, estivemos em contato com representantes da Comissão Europeia que indicaram possibilidades de fundos para colaboração, geração de conhecimento, suporte, disseminação de boas práticas, entre outras. Após a segunda aplicação, conseguiram recursos para montar a Federação Europeia de Cooperativas de Energia (hoje em dia, em seu website oficial, a REScoop se denomina Federação Europeia de Comunidades Energéticas). A Ecopower foi fundadora, sempre esteve no conselho e, atualmente, é presidente da REScoop.

Na visita de campo à turbina hidráulica de Rotselaar percebeu-se, também, o quanto de sinergia esses espaços podem ter com o contexto. Muitas vezes, turbinas eólicas, pequenas hidroelétricas e microusinas solares são esquecidas em algum lugar mais remoto. No entanto, o espaço que envolve a produção de energia pode contar uma história, se relacionar com as pessoas à volta e se integrar ao ambiente de outra forma. O caso do moinho de Rotselaar é uma exceção por sua beleza histórica e a sua própria arquitetura imponente. Porém, mais do que isso, a energia daquele moinho abastece uma pequena mercearia (contendo também alimentos da própria horta), um forno comunitário e um pequeno frigorífico. O moinho, também, é frequentemente visitado e utilizado por escolas da região, e muitos

outros usos daquele *lugar*. Outras vezes, esses *lugares* podem ter a combinação com a produção de alimentos comunitários, ou um espaço de convivência, ou um jardim de infância, entre outros fins combinados. É justamente essas sinergias que ao longo dessa tese foi-se buscando explorar com o *nexus AE*.

A Ecopower é um símbolo de elevada capacidade de articulação sociopolítica e inovação na governança dos sistemas alternativos de energia, conseguindo promover transformações não apenas em nível local, mas também nacional e europeu através da criação da REScoop.

6.2.3 REScoop⁸⁵

A REScoop teve início em 2011, embora foi legalmente constituída como associação sem fins lucrativos em 2013, de acordo com seu estatuto⁸⁶. A REScoop.eu tem como missão empoderar cidadãos e promover o modelo de negócios cooperativo no setor de energia, visando alcançar a democracia energética. Seus objetivos principais incluem:

- Representação política: atuar como a voz dos cidadãos europeus e das comunidades de energia renovável locais junto aos formuladores de políticas europeias, influenciando decisões no Parlamento Europeu, na Comissão Europeia e nos Estados-Membros.
- Apoio a iniciativas locais: oferecer suporte a novas cooperativas de energia fornecendo ferramentas, contatos e orientações para ajudá-las a se desenvolver.
- Facilitação de cooperação internacional: promover intercâmbios e colaborações entre comunidades de energia em toda a Europa, facilitando a troca de conhecimentos e melhores práticas.
- Promoção do modelo cooperativo: divulgar e incentivar o modelo de negócios cooperativo no setor de energia europeu, destacando seus benefícios para uma transição energética sustentável e democrática.

Com sede em Bruxelas, a REScoop representa cerca de 716 redes, que totalizam mais de 2.500 Comunidades Energéticas e 2 milhões de pessoas envolvidas por toda a Europa. A federação europeia é composta por outras 17 federações nacionais (visto que nem

⁸⁵ As informações apresentadas aqui são fruto de notas do autor durante o trabalho de campo, interpretações das comunicações oficiais pelo website <https://rescoop.eu>, relatórios publicados pela organização, duas entrevistas online com dois membro/funcionário da iniciativa diferentes, além de duas outras entrevistas em presenciais e observação em campo de algumas das iniciativas.

⁸⁶ disponível em: <https://www.rescoop.eu/uploads/rescoop/downloads/20153012-Statutes-English.pdf>. A versão estatuto revisada em 2023 pode ser encontrada aqui: https://www.rescoop.eu/uploads/rescoop/downloads/2023_REScoop.eu-Statutes-EN.pdf acessados em: 10/12/2024

todos os países europeus têm suas federações constituídas). Se estruturam de forma cooperativa, baseada nos princípios da *International Cooperative Alliance* (ICA), por eleições e decisões em assembleias no formato “um membro, um voto”. Suas operações são supervisionadas por um Coordenador Geral que informa ao Conselho Administrativo. O Conselho é eleito a cada 4 anos em votação direta (e direito a reeleição). Atualmente o Conselho é composto por 8 cooperativas: ECOPOWER (Bélgica), Coopernico (Portugal), Enercoop (França), Som Energia (Espanha), Energie Samen (Holanda), Middlegrunden (Dinamarca), DGRV (Alemanha) e Energy4all (Reino Unido). Até o presente momento sua equipe conta com 18 pessoas, com uma diversidade de habilidades, gêneros e nacionalidades.

REScoop também é parte integrante da *Cooperatives Europe*, o braço europeu da ICA, e co-fundadora de outras duas iniciativas: European Mutual for Energy Communities Investing in a Sustainable Europe (MECISE)⁸⁷ e a Mobility Factory⁸⁸. Além disso, ainda é co-fundadora da Community Power Coalition: uma coalizão de cooperativas, setor público, redes diversas e empresas de energias renováveis para facilitar o acesso à informação e promover energia renovável na Europa.

A MECISE é uma consórcio de cooperativas energéticas baseado na mutualidade e, portanto, busca facilitar mecanismos financeiros para projetos de CE e promover a colaboração de CE com o setor público. Já a Mobility Factory é uma cooperativa de tecnologia da informação e serviços com soluções para cooperativas de compartilhamento de carros elétricos e mobilidade urbana sustentável.

REScoop é extremamente ativa e com elevada capacidade de articulação em todos os níveis e todos os setores correlatos a energias renováveis e cooperação. Isso quer dizer que tem umas dezenas de parcerias oficiais, além de dialogar intensamente com autoridades locais (em todos os países da Europa), nacionais e UE (Comissão Europeia, Parlamento, DG Energia, entre outros).

A federação recebe (até o momento dessa investigação) diversos tipos de financiamento para vários tipos de projetos diferentes: da Comissão Europeia, Horizon 2020, Interreg North-West, LIFE, European Climate Initiative, European Climate Foundation e Patagonia. Até o presente momento, segundo o website da REScoop, ela está envolvida em 10 projetos de financiamento europeu e constam mais de 25 projetos europeus já finalizados. Em sua *Toolbox*⁸⁹, de livre acesso, pode-se encontrar uma centena de publicações, e-books, apresentações, policy papers, entre outros documentos. Inclusive duas ferramentas digitais de acompanhamento da transposição das Diretivas RED e IEMD no que concerne às CEs - o

⁸⁷ <https://www.rescoop-mecise.eu/aboutmecise>

⁸⁸ <https://themobilityfactory.coop/>

⁸⁹ <https://www.rescoop.eu/toolbox> acessado em: 10/12/2024

*Transposition Tracker*⁹⁰ exibe um relatório sintetizado para cada Estado Membro e um mapa interativo sobre:

- (a) a transposição da definição de CE em legislação nacional; e
- (b) o desenvolvimento de estruturas facilitadoras e esquemas de suporte nacional

Isso demonstra uma capacidade desenvolvida de aplicação e execução de projetos bastante robusta. Com toda essa habilidade a REScoop lidera e realiza inúmeros cursos, formações, capacitações, oficinas e palestras em diversos lugares da Europa, os quais além de disseminar os princípios da CEs, também, facilitam a formação de dezenas de CEs em todo território europeu. Ou seja, demonstra uma avançada capacidade de impulsionar o setor.

Internamente, sua complexa rede composta de mais de 700 redes de comunidades energéticas, trabalham em constante colaboração através de, principalmente: eventos (presenciais ou online, como webinários, seminários e conferências, etc); *Newsletter* compartilhada; ferramenta digital de compartilhamento (baseada no *basecamp*, onde compartilham dados, informações e trocas em formato “forum”); as Assembleias Gerais; reuniões diversas; e os Grupos de Trabalho. Os Grupos de Trabalho são temas específicos e variados e envolvem redes locais, a equipe REScoop e até mesmo outras entidades e parceiros:

“Também temos vários grupos de trabalho. Temos um focado em *advocacy*, pois o que fazemos no nível europeu precisa estar alinhado com o que está acontecendo nos Estados-Membros. Eles nos informam sobre as realidades locais, nós os atualizamos sobre as dinâmicas na Europa, e juntos podemos apoiá-los em suas ações de *advocacy* em relação aos seus Estados-Membros. Temos um grupo sobre gênero, outro sobre inovação liderada por cidadãos, um para assuntos acadêmicos e um novo sobre energia eólica offshore. Além disso, temos um grupo voltado para estratégia”. (a partir de notas da entrevista com um dos membros da REScoop)

Esse suporte mútuo em rede cria uma troca de conhecimento sistêmica que apoia não apenas a estratégia de *advocacy* da REScoop em nível europeu, mas também ações coordenadas em nível nacional, operacionalizadas em parceria com membros locais da rede. Nos últimos 10 anos, a REScoop tem sido regularmente consultada por diferentes Direções-Gerais (DG) da Comissão Europeia e em questões regulatórias e de políticas relacionadas às Comunidades Energéticas, bem como à descentralização e governança participativa dos sistemas de energia renovável em geral, como por exemplo na RED, IEMD e Fit for 55. Isso

⁹⁰ <https://www.rescoop.eu/policy/transposition-tracker> acessado em: 10/12/2024

representa um avanço na representação de cidadãos organizados nas negociações de políticas energéticas da UE.

Uma das primeiras contribuições, e mais importantes segundo um dos entrevistados, foi a substituição da palavra “consumidor” por “cidadão” nos documentos do *Citizen Energy Forum* - fórum organizado anualmente pela DG Energia para se debater o mercado de energia europeu. Até então, o único representante da sociedade civil nesse fórum era o Sindicato de Consumidores. A partir daí, a REScoop conseguiu conquistar espaço e voz, desempenhando papel fundamental na reforma da RED e IEMD, onde contribuíram para a introdução das definições de Comunidades Energéticas. O presidente da REScoop caracteriza isso como um reforço dos interesses políticos não corporativos na UE:

“Na maioria das vezes, com nosso trabalho de *advocacy*, quase sempre conseguimos o que demandamos. Isso porque somos *lobistas*, mas somos *lobistas éticos*. Não estamos nisso pelo dinheiro, e claro, não é só porque conseguimos incluir uma diretriz europeia favorável em relação às nossas linhas de auxílio estatal que o trabalho termina. A batalha começa novamente em cada Estado-Membro, porque, naturalmente, o lobby do petróleo, do gás e de outros setores é muito mais forte do que nós. Felizmente, temos aliados, como o movimento ambiental, as cidades, redes de cidades e municípios”. (a partir de notas da entrevista com um dos membros da REScoop)

Essa fala evidencia como uma abordagem de *advocacy* fundamentada em outros valores tem facilitado sua estratégia política, ao mesmo tempo ressalta o imenso desafio que ainda está por vir. Embora a diretiva ofereça definições, diretrizes e orientações, os Estados-Membros possuem maior liberdade de ação nesse setor, o que já vem revelando dificuldades em traduzir essas políticas em regulamentações claras que realmente facilitem o processo, como por exemplo o caso da Itália e da Grécia..

Uma das entrevistadas destaca o papel fundamental das redes translocais em fomentar as discussões realizadas no nível da União Europeia com os membros da base, e vice-versa, criando maior coesão e transparência no processo.

“Alguns formuladores de políticas nos procuram porque sabem que temos expertise nesse assunto e, principalmente, uma base de membros com o conhecimento real de como isso se desenrola na prática.(...) Através da gente, eles [os membros da base] têm acesso aos formuladores de políticas europeias, mas, principalmente, estamos traduzindo suas vozes para o

trabalho que realizamos diretamente no nível da UE(...). Além disso, eles [os membros da base] têm algum suporte [da REScoop] sempre que precisam dialogar com seus governos nacionais ou regionais”. (a partir de notas da entrevista com um dos membros da REScoop)

O debate atual sobre as Comunidades Energéticas (CEs) enfrenta desafios em diversas frentes. Uma delas é o fato de que, embora exista agora uma definição formal para as CEs, ainda há uma grande lacuna entre as políticas sociais e as políticas de energia. Alinhar a regulamentação das CEs de forma a atender às IBCs é um desafio presente, no qual a REScoop desempenha um papel importante. Destacam-se as seguintes duas constatações dos entrevistados ao falarem sobre as dificuldades que as CEs enfrentam com a complexidade dos sistemas energéticos:

“Há muito risco associado à criação de uma comunidade energética. Também exige um grande esforço e enfrenta uma enorme carga administrativa. Além disso, estamos lidando com gigantescos mercados de energia que não foram projetados para pequenos atores comunitários. Esses mercados estão repletos de grandes corporações com poder desproporcional, capazes de esmagar facilmente os pequenos *players*. É um desafio imenso, e até que tenhamos estruturas capacitadoras que criem condições de igualdade para que as comunidades energéticas possam competir no mesmo nível que essas grandes corporações, essa situação permanecerá desafiadora.” (a partir de notas da entrevista com um dos membros da REScoop)

“Muitas vezes, essas famílias enfrentam um verdadeiro labirinto de esquemas de apoio e não sabem ao certo quais benefícios podem acessar. As comunidades energéticas desempenham um papel crucial ao orientá-las nesse processo e garantir que possam aproveitar esses recursos.” (a partir de notas da entrevista com um dos membros da REScoop)

Dentre esses desafios, há também o risco de apropriação (ou cooptação) do termo CE em benefício de instituições não vulneráveis, como empresários e entidades públicas. Esse ponto é destacado por uma entrevistada da REScoop também, que relata:

“Além disso, muito do nosso trabalho envolve defender o conceito de que as comunidades energéticas devem empoderar os cidadãos, e não permitir que alguns dos poderes estabelecidos no sistema energético apenas se redesenhem e consigam mais recursos financeiros para apoiar seus

próprios interesses.”(a partir de notas da entrevista com um dos membros da REScoop)

A transposição da Grécia levantou um caso conhecido nesse sentido, onde mais de 880 CEs foram criadas e autorizadas no ano de 2022 (Aposporis, 2023). A transposição da Diretiva Europeia na legislação na Grécia abriu margem à entrada de proponentes sem as características de CE, o que dificultou a regulamentação e os esquemas de suporte do governo, confundindo o sistema e criando barreiras para as CE. Sobre o caso Grego⁹¹, o entrevistado ressalta, como aprendizado para futuras processos de regulamentação:

“Nós as chamamos de comunidades energéticas não autênticas, porque criaram CE’s de cinco pessoas, que era o limite naquela época segundo a legislação para formar uma comunidade energética, apenas para explorar esses incentivos, sem serem iniciativas genuínas de cidadãos ou seguirem todos esses princípios. Esse é um dos riscos que tentamos evitar, e também é por isso que, em muitos países, o processo de transposição é desafiador, pois há muitas questões a serem consideradas ao desenvolver a legislação.” (a partir de notas da entrevista com um dos membros da REScoop)

A REScoop tem uma das estratégias de *advocacy* coletivo e coordenado mais eficazes das IBCs na Europa. Apesar de transitar entre as grandes instituições do ecossistema de CE (como a Comissão Europeia, governos locais e regionais, instituições financeiras, fornecedores de equipamentos de energia renovável de provável alto impacto na cadeia de suprimento, etc), a REScoop congrega uma responsabilidade e um pioneirismo com os desafios sociopolíticos das CEs que destacam ela de outras iniciativas. Tanto a componente transição energética quanto a componente inovação social se mesclam para criar estratégias e medidas para catalisar a democracia energética e reduzir a pobreza energética. A complexidade do setor energético e ainda mais todo o contexto em torno das CEs dificulta muito a entrada e permanência do prosumer sozinho. O trabalho de uma rede translocal como a REScoop deve acontecer em vários âmbitos diferentes para que se amplie as capacidades de transformação das redes de CE dentro de um limite saudável e na escala apropriada.

⁹¹ <https://www.rescoop.eu/toolbox/development-of-community-energy-in-greece-under-pressure>

Capítulo 7. Reflexões e resultados

Embora as Iniciativas de Base Comum (IBC) estejam surgindo por todo o continente europeu ganhando relevância na esfera pública, ainda existem barreiras em aspectos políticos e socioculturais que restringem seu pleno desenvolvimento. Como explorado nos capítulos anteriores, essas barreiras incluem fragilidades nas regulamentações atuais, complexidades institucionais-burocráticas, a contínua dominância de certos agentes do sistema, formas da elaboração e implantação dessas políticas, bem como a necessidade de reduzir a lacuna entre as instituições de poder político e as IBCs. Nesse contexto, observa-se como essas iniciativas estão redesenhando seu papel e reimaginando suas relações com as estruturas de poder.

Essa perspectiva acrescenta uma visão mais dinâmica das instituições em comparação com a “esfera pública burguesa” de Habermas e a sociedade em rede de Castells (ver em Capítulo 2), por exemplo. A abordagem de Habermas, centrada em uma racionalidade comunicativa ideal para construção da opinião pública em ambientes relativamente mais estáveis, não considerou plenamente a capacidade das interações entre múltiplos agentes de transformar continuamente a esfera pública entre diferentes escalas. No Capítulo 3, vimos como Castells, influenciado por um contexto mais contemporâneo das redes alternativas digitais de “autocomunicação em massa” e Fraser, ao abordar a criação de “grupos sociais subalternos”, já incluíam uma visão desse espaço mais plural e alternativo. Contudo, é necessário reconhecer a inter-relação dinâmica que existe tanto dentro das redes quanto entre as redes e outras instituições, moldando e sendo também moldadas por essa constante interação que reconfiguram constantemente os limites e os agentes da esfera pública.

As IBCs têm provocado alternativas reais, viáveis e factíveis que expandem os limites da esfera pública, propondo um modelo mais autônomo e mais democrático de produção, distribuição e acesso aos recursos necessários. No entanto, agentes de estruturas hegemônicas (como diferentes níveis do Estado e a elite político-econômica) persistem, demonstrando grande capacidade de adaptação e, também, de apropriação, cooptação e repressão dessas iniciativas. Fundamentadas no Consenso da Descarbonização, na economia verde e nos novos modelos de “crescimento sustentável”, os grupos dominantes atualizam as suas narrativas ao século XXI, mas mantêm as estruturas que sustentam seu poder.

No movimento contrário, as redes de contrapoder baseadas no comum criam estruturas e estratégias incorporando-se em políticas prefigurativas, que desafiam tanto a esfera pública quanto a esfera política ao propor práticas e valores alternativos que são inovadores porém materializados no presente. Um paradoxo frequente aos movimentos alternativos reside em quanto mais as iniciativas ocupam espaços no *mainstream*, maior o

impacto potencial na mudança; por outro lado, quanto mais afastadas do sistema dominante, menor o alcance de suas transformações. Entretanto, esta visão estática das dinâmicas ocorridas na esfera pública oculta outras nuances e uma diversidade de possibilidades. Uma vez que na prática percebe-se que, por exemplo, essa perspectiva pode ser o contrário: quanto mais *mainstream* a iniciativa se torna, mais se é cooptado por uma estrutura altamente complexa que draga as iniciativas a responderem na mesma linguagem que a cultura dominante impõem. Isso é dizer, por exemplo, que à medida que as IBCs vão se desenvolvendo cada vez mais necessitam de recursos financeiros e pessoas habilitadas para sustentarem suas ideias dentro da esfera política para atender às demandas externas.

Já existe na literatura, assim como relatos obtidos em campo, debates em torno da cooptação e apropriação da imagem, ideias, conceitos e práticas dos movimentos sociais e redes alternativas por agentes do Estado, entidades multilaterais, empresas e outros agentes do centro dominante (Swyngedouw, 2005; Smith, A., & Stirling, 2018; Avelino et al., 2019b). Essas dinâmicas frequentemente resultam controle, restrição de seu impacto e por vezes supressão desses movimentos.

A concretização do contributo da IBC para o empoderamento da governança de base local pode ser potencializado por um ambiente institucional que promova condições adequadas para processos participativos, planeamento comunitário (Lucas dos Santos, 2019) e autonomia colectiva. Inclui o cultivo de uma linguagem apropriada para construir uma base diferente para o diálogo e recuperar a confiança. Isto foi relatado em muitas das entrevistas, referindo-se às instituições públicas (nomeadamente o Estado): “não falamos a mesma língua”, “não nos ouvem”; “eles [instituições públicas] só querem usar-nos e a toda esta sustentabilidade, a narrativa da economia verde é ganhar mais dinheiro no final e ter uma boa aparência para as subvenções da UE”; “os políticos detêm o poder e, por isso, não querem realmente mudar as coisas”. Isto desencadeia um risco recorrente de “*Community-washing*”, tal como o *greenwashing*, a *socialwashing* e a *share-washing* (Hawlitschek, 2018) já surgiram antes. Ou seja, a apropriação do conceito para tirar benefício político próprio (seja a instituição ou o indivíduo) sem necessariamente condizer com a verdade, ou usar uma narrativa convincente para uma ação isolada enquanto toda a outra estrutura de governo segue outra direção.

As IBCs frequentemente relatam que sua origem, na maioria das vezes, está vinculada a indivíduos insatisfeitos (e indignados) com as formas predominantes de produção, trabalho e consumo. Dentro desse inconformismo coletivo, em meio a uma “crise de fazer sentido” (Weber, 2013), essas pessoas se unem para viabilizar alternativas que tragam propósito e coerência, provocando, assim, realidades utópicas possíveis. No entanto, para evitar que caíam em um paralelismo apolítico, as IBCs não só manifestam políticas prefigurativas como, também influenciadas pelos movimentos sociais, reivindicam soberania (alimentar e

energética), democracia (alimentar e energética) e autonomia no espaço público. Além disso, exigem uma transição justa (para todas as pessoas, para o planeta que vivemos e para os filhos que ainda estão por vir). Contudo, ao escolherem as ferramentas necessárias para garantir sua existência e alcançar essas conquistas, as IBCs podem adotar diferentes formas de intervenção na esfera pública e política para a transformação.

As IBCs também não estão isentas de suas próprias contradições e, dada sua diversidade, desafiam qualquer tentativa de generalização. A literatura no assunto vem expondo algumas dessas contradições sobre as IBCs já experienciadas no século XXI, como: o limite da escala das soluções; interesses sociais conflitantes; tendência para a mercantilização, *projetificação* e risco de enclausuramento em nichos específicos (Harvey, 2011); risco de iniciativas serem cooptadas por princípios corporativos (Esteves et al, 2024) ou estratégias oportunistas dos políticos (Bianchi, 2018); o domínio do interesse próprio e da competição sobre a solidariedade e a cooperação; e o medo da tirania dos comuns sobre a heterogeneidade da individualidade (de Angelis, 2017).

O que observamos até agora é que essas contradições coexistem com os êxitos, com as barreiras, e com as oportunidades e (re)produzem condições que tanto possibilitam, ampliam e catalisam uma inovação social transformativa, quanto também restringem e limitam essas possibilidades. Ou seja, apesar das IBCs contribuírem significativamente para propor alternativas ao capitalismo, elas também carregam internamente uma série de controvérsias que, em alguns casos, podem até reforçar certas estruturas do próprio sistema que buscam transformar. Sob uma perspectiva crítica, ao invés de enxergar isso como problemas ou defeitos, podemos entendê-las como parte integrante do seu processo dialógico entre os diferentes elementos constitutivos da esfera pública. Essas contradições e conflitos são elementos inevitáveis de um processo intrinsecamente plural (Habermas, 2003), que expressam as tensões entre as redes alternativas e estruturas dominantes (Castells, 2011). Entretanto, desafiam a forma estática, segmentada e elitista da esfera pública de Habermas, ao incorporarem um movimento de constante reformulação institucional mais dinâmico e complexo.

Em primeiro lugar, a necessidade de obter informação mensurável suficiente (qualitativa e quantitativa) sobre o seu potencial transformador é importante do ponto de vista da ciência, mas também para apoiar futuras formulações de políticas mais coerentes (Macedo, 2019; Moore, Riddell e Vocisano, 2015). Em segundo lugar, é necessário uma visão crítica estrutural, sistêmica e ampla do fenômeno das IBCs, para que seja pertinente tanto para ciência quanto para a política e para as próprias iniciativas. Esta perspectiva crítica inclui analisar não apenas sua contribuição para a transição ecológica e os benefícios sociais para economia local, mas também quais são suas contradições internas, seus paradoxos, as estruturas políticas que facilitam ou limitam sua autonomia, as condições do contexto

institucional, a interseccionalidade correlata a cada uma delas e as tensões com outras escalas de governança. Por último, o maior desafio atual é assegurar um diálogo de fato entre os diferentes atores na esfera pública que seja inclusivo, democrático, respeitoso, aberto e propositivo, em meio a um ambiente político desigual e injusto, favorecido para sistemas centralizados e grande escala (Esteves et al., 2024).

Embora se reconheçam mudanças no quadro político da UE, por exemplo em relação à inclusão das CEs, ainda se configura um processo focado em regulamentação e mudanças tecnológicas ao invés de questionar o modelo de governança (ibid). Dessa forma, a baixa permeabilidade na formulação de políticas na UE mantém a preponderância de grupos dominantes e burocratiza de forma irregular, o que reflete em consequentes lacunas nas regulamentações dos Estados-Membros e apropriação do conceito por grandes corporações e entidades públicas. Logo, a importância desse presente trabalho reside em contribuir com o aprofundamento do debate e o reposicionamento das IBCs como agentes na transformação desse contexto.

7.1 A *inter-relação* entre a agenda de transição das instituições da UE, as particularidades dos Estados Membros e a realidade das IBCs

Tanto as redes de IBC de Alimentos como de Energia têm grande capacidade de promover inovação social, gerar impacto ambiental positivo e impulsionar a descentralização de poder. Contudo, a realização de mudanças estruturais profundas que desafiem e transformem estruturas de poder institucionais tradicionais permanece como um obstáculo significativo em ambos os casos. Ainda existem obstáculos decorrentes do contexto mais amplo europeu e, também, da tradução entre a transposição das políticas da UE, a interpretação dos Estados-Membros e a regulamentação e operacionalização local.

No final, as barreiras à criação de ambientes institucionais mais favoráveis para o desenvolvimento das IBCs resultam não só das agendas das instituições políticas da UE, mas também de obstáculos regulamentares a nível dos Estados-Membros, bem como de restrições organizacionais ao nível de base que limitam a capacidade da IBC de influenciar a elaboração de políticas da UE. Ou seja, existe uma convergência de fatores que não pertencem apenas a um fluxo de criação de normas das instituições europeias a serem seguidas pelos Estados Membros e consequentemente pelas IBCs; mas sim um desdobramento de processos em cada etapa dessas que dependem de especificidades do local e resultados interligados entre essas diferentes escalas.

No contexto europeu, embora a UE tenha assumido um esforço estrutural sem precedentes na proposição de dezenas (ou centenas) de novas regras para a transição verde a partir do PVE, abre-se a possibilidade de dois riscos correlatos: (1) risco de se construir uma

norma que seja excessivamente universal (i.e., uma única regra para todos os Estados-Membros) sobre algo que necessariamente deve-se ter um constante reconhecimento das especificidades locais e (2) a transposição irregular e mal executada no Estado Membro pode causar mais barreiras do que entradas para as IBCs, impactando na qualidade dos resultados da política europeia também.

As audaciosas metas do PVE para descarbonização da economia europeia consequentemente teve que abordar a transição energética como o seu principal fator de redução de GEEs, uma vez que energia é a maior fonte de emissões do continente europeu (ver Capítulo 5.2). Apesar do setor energético ser pouco demandante em capital humano, é um setor altamente complexo em termos econômicos, políticos, contábeis, técnicos, tecnológicos, jurídicos e ambientais. Junto com a crise energética na Europa - devido às questões diplomáticas com a Invasão Russa na Ucrânia e os preços internacionais de petróleo - e uma aceleração cada vez maior da demanda por energia no cliente final - devido ao número maior de equipamentos eletrônicos nas residências e aclimação com as temperaturas extremas das Mudanças Climáticas, a UE se viu em um ponto emergencial entre o risco de interromper a oferta de energia e o aumento da pobreza energética no continente (Widuto, 2023).

Ou seja, a UE se vê pressionada pelos acordos internacionais e o PVE com suas próprias metas audaciosas de descarbonização; os impactos das mudanças climáticas (tanto para mitigação quanto adaptação), o agravamento da pobreza energética; o desafio de mudar um setor altamente centralizado em grandes corporações e um aparato político já consagrado há décadas. Nesse sentido, a resposta, relacionada com o PVE, foi criar um conjunto de regras e normas de diversos tipos e escalas (ver capítulo 4.3) e em meio às incertezas, também vem criando sucessivas mudanças, reformas e adaptações nas regras vigentes, divulgando um aparato extenso de políticas para descarbonização.

No contextos dos Estados-Membros, embora os planos nacionais italianos e belgas já estejam a registrar progressos em relação à inclusão das CE em suas políticas internas (por exemplo, atendendo parcialmente as metas do pacote CEAE e a regulamentação sobre energias renováveis e eficiência energética), a transposição não está totalmente concluída, o que leva a incertezas relativas à implementação de novos projetos de CE. Em Itália, por exemplo, a introdução antecipada de legislação nacional sobre a CE, sem um processo contínuo, deixou a regulamentação numa fase experimental até o momento dessa investigação. As exigências burocráticas ainda são bastante impeditivas para as iniciativas lideradas pela comunidade e a informação essencial da implementação permanece concentrada nas mãos dos distribuidores de electricidade, entre outras barreiras à implementação plena.

De modo muito similar, essa lógica se repete ao setor de alimentos, embora tenha uma pressão menor que o setor energético sob a urgência da descarbonização (na qual energia também é um dos principais focos de emissão do setor de alimentos) e bem menos complexa sob o ponto de vista das políticas de transição da UE. Entretanto, o setor de alimentos na Europa tem um agravante de impacto e risco socio-ambiental maior. Por exemplo, ainda que as energias renováveis dependem muito de fatores naturais (como luz do sol, vento e água), a cadeia de produção de alimentos é ainda mais vulnerável a eventos climáticos extremos e a intensidade em capital humano proveniente de pequenos agricultores (que são dependentes de subsídios europeus) faz com que o impacto e risco social seja mais sensível. Isso faz com que as políticas de transição para alimentos da UE ainda permaneçam atrasadas e mais distantes da realidade em campo que em energia. Apesar do setor de energia ser o maior emissor de GEE, o impacto positivo que as mudanças políticas podem gerar no setor de alimentos tem um efeito sistêmico muito mais diversificado, como por exemplo: ecossistema local, saúde humana, redução da pobreza e desigualdade. Embora, nesta investigação não tenha alcançado dados suficientes para responder o porquê desse atraso, algumas das entrevistas sugerem que o *lobbying* de grandes corporações e sindicatos ainda conseguem resistir mantendo o *status quo* favorável à lógica destes grupos dominantes.

A partir desse contexto, o desafio na escala dos Estados-Membros ainda é maior, porque estão espremidos entre as reivindicações dos cidadãos, as normativas europeias e forte *lobbying* da elite dominante local defendendo seus interesses. Embora as políticas locais estejam muito relacionadas com a micropolítica “cotidiana” (Martiskainen, Heiskanen e Speciale, 2018), essas políticas também estão incorporadas e afetadas por uma ordem global (e da UE). A maioria dos entrevistados das IBCs, quando falam sobre a influência política no seu trabalho, relacionam-se mais com as políticas da UE do que com as políticas locais. Por exemplo, um representante de uma *foodcoop* em Bolonha não reconheceu as políticas locais e nacionais (como o Regulamento para a “Administração Partilhada dos bens comuns urbanos”, *patto di collaborazione*, e outros) mas soube relatar sua opinião sobre REpowerEu, Pacto Verde Europeu, PAC e outros. Ao mesmo tempo, os entrevistados das RAAs afirmam frequentemente que a experiência, o tempo e o investimento necessários para um “projeto de fundo europeu” são incompatíveis com a realidade dessas iniciativas. As RAAs observadas adotam uma abordagem predominantemente reativa em relação às políticas (principalmente europeias), focando o mínimo necessário para garantir sua sobrevivência e aproveitando oportunidades pontuais. Essa postura contrasta significativamente com o modelo mais estratégico e articulado que já analisamos anteriormente, exemplificado pela REScoop, cujo papel como mobilizador de *advocacy* coletivo em rede tem demonstrado maior capacidade de engajamento e influência política estruturada em nível europeu. Nesse sentido, destaco o valor das redes translocais em realizar um papel de *costura política* entre as três diferentes

escalas: as instituições e os formuladores de políticas europeias, os governos e as instituições políticas dos Estados-Membros e as IBCs locais.

Nesse sentido, em ambas as regiões, percebeu-se que, devido à falta de clareza da regulamentação relativa à natureza das IBCs, estas estão muito sujeitas às percepções individuais e institucionais dos agentes públicos locais. Essas interações são mediadas por uma micropolítica complexa, como destacado por Martiskainen, Heiskanen e Speciale (2018) que se traduz em uma governança caracterizada por fragilidade, irregularidade, instabilidade, e funcionando frequentemente em bases casuísticas. Como observado em campo, e principalmente na Itália, existe um grau de “subjetividade” nas relações com as instituições formais que acaba desempenhando um papel importante nas relações políticas das IBCs com as instituições locais, manifestando-se frequentemente através de reforço do capital social, permitido através de alianças, relações de confiança e reciprocidade.

Outro fator importante, identificado nesta relação com as autoridades públicas, é que a burocracia e o conjunto de normas geralmente não são adaptadas ou não condizem com as organizações de base. Há, também, uma lacuna significativa de confiança nesta relação expressa, geralmente, em conflito e desinteresse, como por exemplo, em entrevista um líder de uma *foodcoop* em Bolonha colocou: “evitamos qualquer tipo de interação com o Estado, não nos queremos expor para que o Estado não nos perceba e nos queira cobrar mais, tirarmos e bloquear mais”. Ou no caso de Campi Aperti e Genuino Clandestino, numa tentativa de articular a sua sobrevivência política e económica com a autorização do Estado, criaram sofisticados mecanismos de apoio mútuo (ex: sistema de garantia participativo e fixação colaborativa de preços (de Angelis e Diesner, 2020). No caso de Campi Aperti, por exemplo, sua formalização institucional, como uma associação, permitiu o acesso aos espaços públicos e até ao processo participativo de formulação de políticas. Além disso, este formato legalizado permitiu garantir solidariedade em uma estrutura de suporte informal aos membros que não o conseguem fazer sua formalização (ver capítulo 6).

Nesse cenário, para que as redes translocais de IBCs aprimorem sua atuação como agentes ativos de transformação e consigam articular suas ações nas três diferentes escalas de ação, devem priorizar o desenvolvimento de competências e formação de equipes com conhecimentos especializados para *advocacy* político. Além disso, promover uma maior convergência estratégica e operacional entre as suas redes, potencializando a coordenação e o impacto coletivo de suas iniciativas.

Por outro lado, percebe-se a necessidade de disseminar conhecimento e de capacitar os agentes públicos para compreenderem a perspectiva do comum. No entanto, isso exige também uma revisão mais profunda do conjunto de valores predominantes nas instituições públicas. A cultura institucional orientada para os resultados imediatos e baseada em métricas de desempenho nas instituições públicas entra em conflito com a abordagem das IBCs, que

privilegia o valor agregado através de impactos sociais, ambientais e comunitários - o que muitas vezes são negligenciados nas avaliações tradicionais de sucesso.

As abordagens de governança híbridas e Tricêntricas (Vivero-Pol, 2016), por exemplo, propõe que o *Estado Parceiro* adote um papel mais catalisador, funcionando mais como um “facilitador” do que apenas desempenhar a função de regulador ou fornecedor de recursos. Nesse contexto, os conflitos podem ser mitigados por meio de políticas governamentais que envolvam a participação das IBCs desde a concepção. Um exemplo bem sucedido foi a participação da REScoop nas discussões sobre REDII e outras políticas da UE. Outra possibilidade está na atuação de estados parceiros, como no caso do CATL, cujo maior parceiro é o Município de Liège (ver capítulo 7). E, também, exemplos de modelos de governação mista, como o caso dos Conselhos Alimentares Belgas. Apesar dessas abordagens apresentarem possibilidades reais de um processo transitório para uma governança mais descentralizada, participativa e co-liderada por pares, existe ainda um risco comum desse processo ser dominado e controlado pelas instituições do Estado.

7.2 O ponto-cego das IBCs

Existe uma confusão constante entre querer mudar e manter-se vivo no sistema. A nível interno, as IBCs têm mecanismos de governança criativos, orgânicos e inovadores, mas externamente necessitam de se adaptar às expectativas baseadas no mercado para simplesmente se sustentarem financeiramente, institucionalmente e não se dissolverem enquanto organização.

De fato, o panorama relacionado com as Comunidades Energéticas alcançou um nível mais elevado de complexidade, tanto em termos de políticas energéticas quanto de enquadramento institucional. Esse avanço foi conquistado por meio de estratégias eficazes de *advocacy*, esforços sofisticados de networking - como promovidos pela REScoop - e pela crescente aceitação pública da ideia de *energia renovável compartilhada*, que reforça sua legitimidade.

Por outro lado, as IBCs de alimentos apresentam um cenário bem mais diverso em termos de tipos de ações, organizações, propósitos, pessoas, etc. A última reforma da PAC e a estratégia F2F são “mais verdes” (conforme destacado em seus próprios materiais de divulgação no website oficial) - o que já levanta questionamentos sobre uma possível narrativa oportunista. No entanto, em termos de reformas efetivamente orientadas para os comuns, permanecem ainda muito limitadas. Por outro lado, nos últimos anos, Bélgica e Itália (assim como outros Estados-Membros) vem avançando significativamente em políticas locais de alimentos, não vinculadas a estratégias europeias, que já sinalizam uma aproximação com processos mais participativos e comuns, como por exemplo, a *Política Alimentar Urbana e*

Metropolitana de Bologna (PAUM), (ver no Capítulo 6.1). A Bélgica por outro lado, embora não tenha uma estratégia nacional e fragmentada em suas regiões, destaca: a Estratégia Alimentar Gent en Garde; Estratégia Comer Amanhã da Valónia; Estratégia da Boa Alimentação 2 (de Bruxelas) e . Estratégia Alimentar dos Flandres (Michéle et al., 2024).

A relação institucional local com a IBC nas regiões investigadas revelou avanços promissores, como evidenciado pela criação de Conselhos Alimentares na Bélgica, as hortas urbanas do Commons Lab em Antuérpia, o CATL em Liège, o esquema de CSA de Arvaia e o mercado Campi Aperti. Conforme relatado pelos entrevistados, essas parcerias com os municípios e governos regionais têm funcionado relativamente bem (principalmente na Bélgica). No entanto, persistem desafios significativos, como dificuldades no diálogo para garantir apoio integral, ausência de incentivos fiscais ou financeiros específicos, falta de regulamentações direcionadas e mudanças inesperadas no ambiente político e institucional.

Apesar das diferentes motivações para a criação de IBCs – desde uma consciência individual até uma ação anticapitalista coletiva, todas elas resultam de um certo grau de desconforto de uma “crise de fazer sentido” (Weber, 2013). Por exemplo, Ecopower e Camila, nasceram de um projeto de pessoas agindo por uma necessidade própria, enquanto Campi Aperti e CATL tem sua origem em movimentos sociais pela soberania alimentar (ver Capítulo 7). No entanto, surge uma questão essencial: qual é o conjunto de capacidades e conjunturas sociais que permitem às pessoas participar em IBCs alimentares e energéticas? E a partir daí, entender o que decorre das motivações iniciais é crucial para compreender quem tem acesso a essas iniciativas cívicas colectivas e quais barreiras não-intencionais impedem certos grupos de participar.

Durante o trabalho de campo foi possível observar que, embora as iniciativas sejam relativamente abertas, ainda se localizam em certos nichos tanto sociais quanto setoriais (ex: alimentos, energia, habitação, etc). Em muitos casos, essas iniciativas acabam alcançando pessoas com algum tipo de privilégio, como aquelas que possuem recursos financeiros para investir nestes projetos, tempo disponível para ser voluntária, ou acesso facilitado através de informação, educação e conhecimento para ter consciência socioambiental ou redes de capital social. A reprodução autêntica de baixo para cima do comum ainda corre o risco de elitismo (Harvey, 2012) e de cooptação por empresas privadas e governos oportunistas (Bianchi, 2018).

Esses certos privilégios (não-intencionais) variam de cada a caso, como por exemplo:

- A realização de uma CE exige um investimento financeiro considerável dos seus proponentes (em equipamentos e burocracia), muito tempo disponível nos trâmites legais, ou como membro (pagando sua quota individual de participação na cooperativa/associação);

- Para participar em uma CSA, por exemplo, é necessário pagar às vezes mil euros adiantados no início do ano pela caixa de legumes entregues durante o ano;
- *Foodcoops* apesar de, geralmente, não representarem custos financeiros adicionais para seus membros, é necessário ter tempo disponível, pois a cooperativa sobrevive do compartilhamento do trabalho entre seus membros. Além disso as *foodcoops* dependem exclusivamente das compras de seus membros na mercearia para sua sobrevivência econômica - um produto orgânico na foodcoop geralmente é mais barato que no supermercado, mas mais caro do que o convencional;
- A maior parte das pessoas que participam em IBCs ou são altamente engajadas em questões sociais e ambientais, ou conhecem alguém de sua rede que lhe apresenta um universo mais consciente;
- Outra questão específica levantada durante as entrevistas é que, em países como a Bélgica, os agregados familiares vulneráveis que já dispõem de apoio governamental (da segurança social, por exemplo) não são elegíveis para serem membros da CE, porque não podem ter bens e ativos em seu nome - por exemplo quota em uma cooperativa.

Ao mesmo tempo, é perfeitamente compreensível, na perspectiva dos pequenos agricultores e da IBC, que o apoio mútuo da comunidade, ainda que parcial, seja crucial para viabilizar a produção orgânica em pequena escala. Mas a investigação reflexiva aqui está relacionada com quem pode pagar e participar nas IBCs e quem não pode. Quais os obstáculos sociais para se tornar mais democrático, justo e inclusivo?

Uma diferença significativa entre os bens comuns alimentares e energéticos é que as cooperativas de CE, por exemplo, podem na realidade prover preços mais baixos dos serviços eléctricos aos membros das cooperativas (como na cooperativa *ènostra*, *Ecopower* e outras). No entanto, por outro lado, os produtos orgânicos provenientes de produtores locais, cooperativas alimentares e CSA, são normalmente mais caros do que os alimentos convencionais no supermercado. Isto leva também a outras reflexões, como o interesse em participar nas IBCs e quem tem condições para participar. Por exemplo, é comum encontrar na literatura referências de participantes em cooperativas de energia porque é um bom investimento financeiro (Bauwens, 2019) e pode ter preços mais baratos nas faturas de eletricidade para as famílias. Por outro lado, os bens comuns alimentares não são um investimento financeiro. No máximo, algumas cooperativas alimentares e CSAs conseguem ter preços ligeiramente mais baratos para os legumes orgânicos do que o supermercado médio. E mais ainda nas hortas urbanas, onde muitos entrevistados afirmaram não ser uma

fonte de abastecimento alimentar, mas de conexão e laços comunitários e de coerência com a sua consciência sócio-político-ambiental e de retornos intangíveis. Isto é, obviamente, de fundamental importância para uma tão necessária reforma integral da vida. Mas afinal, quem pode comprar alimentos orgânicos? Quem tem tempo para participar em hortas urbanas? Então, o que leva estas pessoas a participar na RAA? Como é que as RAA se afastam da perspectiva do mercado capitalista em direção aos comuns? Como envolver os consumidores como verdadeiros *commoners* para realmente quebrar o padrão orientado pelo mercado? São questões reflexivas sem resposta (ainda), mas como indagação provocatória podem ficar connosco como referência para futuras pesquisas.

Os resultados da investigação indicam que a Itália (especialmente Emilia Romagna) tem uma estrutura político-institucional mais propícia ao desenvolvimento das IBCs pelo seu histórico e o fato de já ter dado alguns passos em frente, como por exemplo 2014 – Bolonha: primeiro Regulamento para a ‘Administração Partilhada do Urbano bens comuns’; *Patto per il lavoro e il clima della Regione Emilia Romagna* (2020). Os conceitos de cooperativa/comum estão mais estruturados na Emília Romagna e estão mais integrados na cultura local e nos sistemas de regulação regional.

No entanto, informações sobre a Bélgica apresentaram um melhor regime de apoio às iniciativas provenientes dos cidadãos para a CE e o fenómeno multiplicador das CEs já são “motivo de orgulho” para os belgas. Como visto nos capítulos anteriores, as diferentes regiões da Bélgica também vem se destacando por estratégias, conselhos regionais participativos e casos de sucesso em relação aos *alimentos comuns*. Essas diferentes estratégias são muito recentes, datando de 2023 e 2024, logo ainda será necessário mais tempo para ver resultados na realidade.

Em Itália, as diferentes RAAs e iniciativas de alimentos parecem estar muito mais integradas (de uma forma informal) do que na Bélgica - por exemplo, mesmo na pequena cidade de Antuérpia as dezenas de hortas comunitárias não estão integradas entre si. As RAAs em Itália estão integradas como um tecido vivo e flexível, participam ativamente de encontros organizados e ações coletivas. Algumas delas são mais integradas do que outras devido a afinidades de propósito ou conexões sociais.

Uma entrevistada disse sentir que as culturas do Sul europeu têm tendência a não procurar a transformação porque a vida é tão ocupada e difícil que não têm tempo para se politizarem; e para ela “as pessoas dos países do Norte europeu têm mais tempo disponível e menos preocupação”. Isso está relacionado com a percepção de que nos países do sul da Europa, em geral, as pessoas teriam maiores dificuldades económicas, desigualdades sociais mais profundas, precariedade no trabalho e crises políticas que muitas vezes canalizam a energia das pessoas para demandas imediatas, como segurança alimentar e acesso a serviços básicos, dificultando o envolvimento em questões de longo prazo ou em debates

estruturais e engajamento em iniciativas voluntárias de cunho político. Já no Norte, as condições materiais mais estáveis e o acesso a uma rede de proteção socio-econômica mais preparada permitem que as pessoas tenham mais tempo e menos preocupações imediatas, o que facilita a participação em movimentos sociais e debates políticos. A partir dessa visão compartilhada pela entrevistada na Itália, percebe-se como a politização e o engajamento cívico são influenciados por contextos sociais, econômicos e culturais. No entanto, essa é uma visão generalizada entre realidades geográficas amplas. Pois, em contrapartida, os movimentos sociais do Sul europeu demonstram uma grande capacidade de mobilização, resistência e inovação.

7.3 A simbiose de redes

Quando questionados sobre a sua relação com as redes, a maioria dos membros das IBCs respondeu-me com uma reação surpreendente. A resposta deles foi direta: “somos uma rede”. Estas iniciativas são incorporadas, constituídas, desenvolvidas e organicamente conectadas em redes dentro de redes numa co-participação fluida através de um conjunto compartilhado de valores, crenças e significados coletivos. Assim sendo, um dos insights deste processo de investigação é que não existem unidades separadas nestes assuntos de estudo.

Um membro do Projeto Greta identificou o poder de uma rede como força operacional: “é muito difícil fazer tudo sozinho”. Ou seja, isso demonstra que uma das vantagens do movimento em rede é de que a diversidade de membros, iniciativas ou agentes de uma rede muitas vezes se reforçam e se complementam não só em termos imateriais, mas também em termos práticos e operacionais. Ao contrários de grandes corporações que, geralmente, incorporam uma massa de funcionários para atender a toda sua operação, as IBCs se mantêm pequenas mas ágeis e para operar tudo o que precisam fazer muitas vezes se conectam com outras entidades de forma pontual (um projeto, uma ação, um consórcio específico) ou mais recorrente (em parcerias mais estratégicas). No caso de GECCO, por exemplo, GRETA participou como parte da rede (embora a própria GRETA já seja uma rede) entre outros parceiros, complementando seus esforços.

Muitos movimentos locais como a RAA, Cooperativas Alimentares, CSA, etc. entretanto, romperam com a escala espacial do local para realizar reuniões presenciais, aproveitando também a tecnologia para conexões online e partilha translocal a nível nacional e internacional. Estas reuniões e formações de redes translocais capacitam as organizações a tornarem-se mais resilientes, menos solitárias, mais ligadas a um sentimento de pertença ainda maior e a um alargamento da sua capacidade de desenvolver conhecimento tácito e político (como a geração de planos de *advocacy* a nível europeu/regional ou o reforço de *advocacy* local). Por exemplo, a participação política da IBC a nível da UE é menor e limitada

a muito poucos representantes. No entanto, a participação das redes translocais é uma inovação transformadora significativa por coordenar o trabalho de defesa participativa da IBC e por ser inclusiva e incluída no processo de tomada de decisão da UE (este é claro o exemplo de redes como a REScoop).

No entanto, apenas algumas destas redes se mostraram até agora realmente eficazes. Muitas vezes revelam-se bons motivadores e mobilizadores, trocando e partilhando informações, conhecimentos, desafios e soluções, mas poucos vão além disso. Uma razão aparente para isto é que, como muitas das redes se baseiam em grande parte em voluntários (ou em alguns poucos trabalhadores assalariados) que doam o seu escasso tempo à causa, há pouco tempo e esforço para outras coisas. Isto tem um grande impacto nas relações políticas fora das suas organizações, tanto com os pares locais/translocais como com as autoridades públicas (e estratégias de *advocacy*).

Uma das exceções é a REScoop, que tem uma elevada capacidade de mobilizar recursos, capital e uma rede translocal para gerar outros projetos, outras cooperativas em toda a Europa, criar grupos estratégicos de *advocacy* e atuar na vanguarda das mudanças políticas locais, nacionais e europeias .

É possível constatar a eficácia destas redes translocais, como no caso da REScoop, que conseguiu alcançar mudanças significativas nas definições das políticas da CE nas Directivas Europeias, enquanto o oposto é observado no sector alimentar. Não foi possível constatar durante a investigação redes translocais de IBCs no setor de alimentos que tivessem conquistado resultados de *advocacy* significativos. Ver figura 7.1, que ilustra quanto os grandes lobistas dos complexos agroindustriais dominam a cena e garantem os seus interesses em detrimento dos demais.

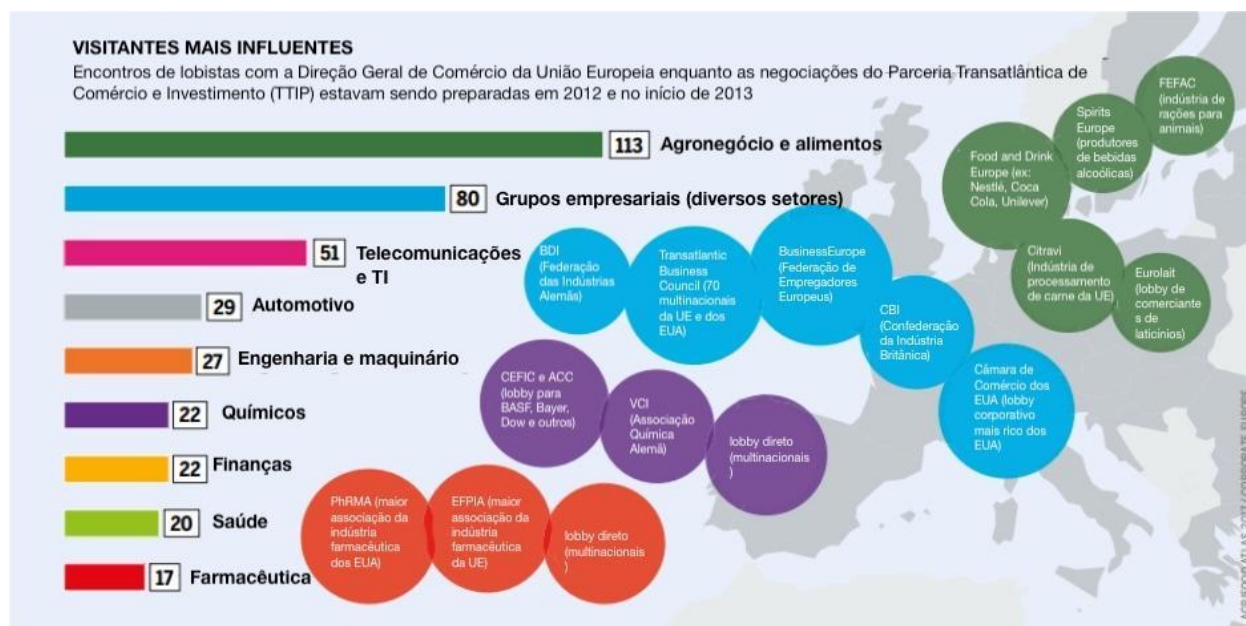


Figura 7.1: exemplos de lobistas na UE representantes das grandes cadeias de alimento (traduzido e adaptado de Chemnitz, Luig and Schimpf, 2017)

7.4 Integração entre IBCs de alimentos e energia

O Nexus Alimento e Energia tornou-se um tema recorrente em estudos e análises de sustentabilidade mais técnicas, embora relacionado com as ciências sociais não seja um fio condutor muito comum de encontrar. É muito raro ver declarações explícitas de projetos de base (ainda mais de Base Comum), no entanto existem sinergias inegáveis entre ambos os elementos (ex: aplicação de práticas agrícolas que exigem menos energia, logística, indústria de processamento, armazenamento de alimentos frios e congelados, por exemplo). Uma das aplicações típicas do quadro *Nexus AE* aos esforços da IBC é a cadeia de abastecimento alimentar de curta distância, utilizando menos energia nos transportes e na logística. Mas o potencial desta integração é muito maior e ainda muito subutilizado.

A esfera política apresenta-se como um dos debates mais relevantes para as IBCs no contexto deste nexos, especialmente ao tentarem integrar estes elementos e criar sinergias entre eles. As políticas da UE ainda permanecem fragmentadas em nichos, precisando encontrar um caminho que promova maior convergência e valorize as iniciativas capazes de abordar múltiplas questões em uma única ação. Por outro lado, esse cenário oferece uma oportunidade para as IBCs ajustarem suas perspectivas, identificando onde esse nexos já se manifesta entre suas atividades (muitas vezes ocultos nas análises em campo). A partir dessa identificação, elas podem desencadear esforços mais amplos de articulação, contribuindo para moldar um campo de políticas mais integrado, abrangente e alinhado aos desafios socioecológicos contemporâneos.

O *Nexus AE* surge como uma oportunidade única para integrar diferentes dimensões das cadeias de valor dos sistemas alimentares e energéticos, reconhecendo sua interdependência e potencializando soluções mais sustentáveis e justas. Essa abordagem permite que IBCs, como CEs e RAAs, alinhem desde sua concepção como organização até a entrega de energia limpa e alimentos saudáveis, priorizando ainda uma gestão circular para o benefício mútuo tanto de uma ação quanto de outra. Ao integrar os diferentes elementos que compõem a produção, distribuição e consumo de alimento e de energia, essas iniciativas podem se tornar agentes significativos de transformação do lugar.

Na prática, o *Nexus AE* propõe um quadro de análise, uma forma de pensar, abrangente das demandas de uma comunidade em termos de alimentos e energia, identificando oportunidades de circularidade e integração entre entradas e saídas desses sistemas. Exemplos concretos incluem a produção integrada, como agro-silvo-pastoris-fotovoltaicos em sistemas agroflorestais de cooperativas de produtores locais; ou a reutilização de resíduos agroindustriais para gerar energia; ou a reaproveitamento de recursos

térmicos oriundos do edifício comum de processamento de alimentos para aquecimento residencial, comercial ou distrital; ou as frotas de transporte compartilhada de alimentos carregada por energia de uma CE local. Essas iniciativas não precisam ser centralizadas; pelo contrário, podem operar como redes interconectadas que potencializam soluções existentes e fomentam novas parcerias.

As IBCs podem desempenhar um papel chave na promoção desse modelo integrado. Quando combinada com articulação entre sistemas de alimentos e de energia, as IBCs geram espaços de interação comunitária entre diferentes atores e ampliam os horizontes de governança para possibilidades de outros processos simbióticos. A abordagem baseada no comum não apenas fortalece a autonomia comunitária, mas também pode fomentar relações mais equitativas e inclusivas. Apesar das inúmeras possibilidades de sinergias práticas entre esses dois processos (CE e RAA), no fim o objetivo é que essas ações e práticas promovam a garantia de energia acessível, limpa e renovável, e alimentos saudáveis e justos, e que essas iniciativas possam contribuir para fortalecer comunidades vibrantes, resilientes e conectadas.

Porém, a efetiva implementação do *Nexus AE Sociopolítico de IBCs* exige mudanças substanciais nos marcos políticos e institucionais. As políticas da União Europeia e dos Estados-Membros ainda são marcadas por uma abordagem geralmente desintegrada, que trata alimentos e energia como setores separados. Para superar esse desafio, é necessário incorporar uma perspectiva mais holística que reconheça as sinergias entre os dois setores. Isso inclui integrar a dinâmica do *Nexus AE* nos níveis local, regional e europeu, promovendo o envolvimento ativo das IBCs em processos participativos de formulação de políticas. A partir da inclusão de uma abordagem de base comum, o *Nexus AE* se potencializa em ser um mecanismo de melhor distribuição dos benefícios de ambas as iniciativas de forma equitativa para a comunidade.

A articulação entre alimentos e energia também destaca o potencial transformador das IBCs no âmbito político. Ao conectarem práticas comunitárias com agendas mais amplas, através das redes translocais, as IBCs demonstram sua capacidade de influenciar dinâmicas institucionais em diferentes níveis e promover inovações sociais. Essa convergência requer uma abordagem que incorpore tanto aspectos técnicos quanto sociais, equilibrando soluções tecnológicas com valores comunitários. Nesse cenário, a circularidade e a interdependência não são apenas instrumentos operacionais, mas princípios que guiam uma nova forma de governança mais inclusiva e sustentável.

Por fim, a integração do *Nexus AE* pelas IBCs oferece uma base para catalisar uma inovação social transformativa. Ao reconhecer os benefícios de sistemas integrados, as IBCs podem potencializar seus impactos ao mesmo tempo em que desafiam estruturas de poder hegemônicas. Esse modelo não apenas promove a sustentabilidade local, mas também

influencia as políticas públicas em diferentes escalas, pavimentando o caminho para comunidades mais justas, conectadas e resilientes.

7.5 Condições facilitadoras e limitadoras para Inovação Social Transformativa

Durante os capítulos anteriores foi possível observar uma série de elementos contidos nas IBCs e no *nexus* que confirmam sua capacidade para incorporar uma IST. No entanto, foi percebido também que existem dentro desse caminho uma série de condições que podem tanto facilitar, catalisar e impulsionar a IST quanto também condições que limitam, restringem ou impedem essa inovação de acontecer.

As “condições facilitadoras” referem-se a fatores ou contextos incorporados nas realidades das IBCs, evidenciadas ao longo da investigação, que criam oportunidades, favorecem, possibilitam ou sustentam a emergência, o crescimento e a consolidação de práticas de inovação social transformativa. Por outro lado, as “condições limitadoras” relacionam-se a barreiras ou restrições que dificultam o avanço ou a implementação de inovações sociais transformativas. Esse quadro a partir das condições para IST está longe de propor uma visão dualista (positivo ou negativo, certo ou errado, bom ou ruim), mas sim de esclarecer a coexistência de ambas as dimensões facilitando uma análise mais ampla e criteriosa do que acontece com IBCs.

Para clarificar as condições presentes no universo das IBCs de alimentos e energia investigadas, que podem facilitar ou limitar a inovação social transformativa, apresenta-se a seguir uma série de quadros que compreende quatro dimensões para a IST, cada uma especificando estas condições com base em resultados analíticos da investigação de campo. Estes enquadramentos refletem diretamente os “agrupamentos de relação-processo” (traduzido do original em inglês, *clusters of process-relation*) correspondentes aos diferentes níveis que orientam teórica e conceitualmente a Teoria da Inovação Social Transformativa (Haxeltine et al, 2017).

No contexto da IST, a complexidade das interações entre instituições e dinâmicas sociais está em constante transformação. Essas interações ocorrem em um cenário sociomaterial multifacetado, multidinâmico e de múltiplos agentes co-produzindo normas, regras, valores, ordens e lógicas institucionais que pré-estruturam as ações. Por isso a Teoria da Inovação Social Transformativa compreende como essas relações moldam e são moldadas pelas IS a partir de “clusters” ou agrupamentos, que demonstram a sobreposição e a interconexão de diferentes dimensões institucionais.

Esta análise distingue as condições analisadas entre quatro agrupamentos que variam principalmente em termos de relações institucionais, mas também exibem processos relacionais distintos dentro de cada um. Em outras palavras, embora as condições estejam classificadas nestes quatro grupos, algumas condições podem interagir entre vários grupos. Esta interação realça a complexidade e a natureza sobreposta destas condições, com cada agrupamento a demonstrar características distintas, mas por vezes interligadas.

(a) As formas interpessoais e organizacionais dentro das IBCs - o nível micro nos processos de IST

Este agrupamento aborda processos de micronível dentro das IBCs, ligando estas dinâmicas a um quadro mais amplo de IST, e ter em conta processos de (des)empoderamento a nível individual, de grupo, de iniciativa e de rede (Haxeltine et al., 2017; Moulaert et al., 2017; Avelino et al., 2017; Avelino et al., 2023). As iniciativas de IS visam criar ambientes que satisfaçam estas necessidades, melhorando a agência individual e colectiva e abordando paradoxos de empoderamento (Moore et al., 2014; Pel e Bauler, 2017).

Quadro 7.1: Condições para Inovação Social Transformativa: agrupamento (a) as formas interpessoais e organizacionais dentro das IBCs – o nível micro nos processos de IST.

	Condições para Inovação Social Transformativa	
Agrupamento de processos-relação	Facilitadoras	Limitadoras
(a) As formas interpessoais e organizacionais dentro das IBCs – o nível micro nos processos de IST.	As CEs e as RAAs demonstram mecanismos de governança criativos, autogeridos, flexíveis e inovadores.	A capacidade organizacional no nível de base (grassroots) limita a capacidade das IBCs de influenciar a formulação de políticas a nível local e europeu (i.e., habilidades técnicas específicas do tema e de advocacy, disponibilidade de tempo, base voluntária, conhecimento e experiência de gestão de projetos desse carácter, entre outros)
	Na grande maioria dos casos, pelo menos o grupo central dessas organizações é politicamente engajado e altamente comprometido com mudanças de paradigma.	Obstáculos sociais dificultam o engajamento inclusivo nas IBCs. Por exemplo, várias iniciativas demonstram um alcance predominantemente direccionado a indivíduos com certos privilégios, como recursos financeiros para investir em um projeto (CE ou CSA, por exemplo), tempo para se dedicar ao voluntariado, acesso a informações e conhecimentos, além de capital social para acessar essas iniciativas.

	As RAAs desafiam o poder político por meio de manifestações, ocupações e ativismo, ao mesmo tempo em que se envolvem em negociações com o poder público local para sua legalização, institucionalização e obtenção de apoio público. Paralelamente, continuam a operar estrategicamente nas margens da legislação existente ("áreas cinzas").	Recursos limitados (financeiros, habilidades, pessoas, tempo, etc.) dificultam que algumas redes avancem além das funções de mobilização.
	Mecanismos sofisticados de suporte mútuo, como os Sistemas Participativos de Garantia, Sistema de Precificação Colaborativo, espaços multifacetados para a economia solidária e redes digitais para apoio translocal.	As IBCs precisam se conformar, em sua contradição ontológica, às expectativas baseadas no mercado e às relações políticas locais para garantir sua sustentabilidade financeira e institucional, assegurando, assim, sua sobrevivência dentro do sistema.
		Muitas dessas redes dependem fortemente de voluntários (ou de alguns trabalhadores) que generosamente dedicam o pouco tempo disponível à causa. No entanto, essa escassez de tempo e esforço afeta sua capacidade de se envolver em outras atividades (operacionais, organizacionais ou políticas). Um caso excepcional é o da REScoop.

Com base nesse quadro podemos observar o quanto as IBCs investigadas criaram mecanismos próprios de auto-empoderamento e autogestão, favorecendo condições que ampliam a capacidade de alterar a realidade à sua volta e construir um contexto que faça mais sentido para seus membros. No entanto, existem condições limitantes relacionadas tanto a suas condições internas (como suas habilidades, disponibilidades e etc) quanto às forças de ordem externas às iniciativas que podem restringir a capacidade das IBCs de enquadrar uma IST.

(b) Processos de formação de redes – fortalecimento de indivíduos, grupos e instituições

As redes translocais implicam uma alteração significativa no funcionamento das iniciativas; no entanto, também enfrentam desafios consideráveis para concretizar a sua ação e potencial. A formação de redes em iniciativas de IS é crucial para o empoderamento coletivo e envolve uma interação complexa de fatores sócio-materiais. As redes translocais transcendem as fronteiras socioespaciais e podem atingir um leque mais vasto de lugares e pessoas, instituições e culturas. Ao incorporar novas culturas, aumentam a sua capacidade de incluir e

melhorar as ações coletivas a nível regional, ao mesmo tempo que atraem mais diversidade para gerir.

Quadro 7.2: Condições para Inovação Social Transformativa: agrupamento (b) Processos de formação de redes – fortalecendo indivíduos, grupos e instituições.

	Condições para Inovação Social Transformativa	
Agrupamento de processos-relação	Facilitadoras	Limitadoras
(b) Processos de formação de redes – fortalecendo indivíduos, grupos e instituições.	As IBCs funcionam intrinsecamente, como redes, geralmente surgindo como tal, e muitas vezes, em muitos casos, se engajando em conexões translocais para promover resiliência e advocacy.	Traduzir as expectativas das políticas da União Europeia em medidas concretas no nível local apresenta desafios significativos para as IBCs.
	A cadeia das IBCs de alimentos abrange uma maior diversidade de tipos de atividades (desde os insumos até descarte, etc) organizações (CSA, hortas urbanas, mercearias colaborativas, mercados solidários, etc), propósitos (saúde, orgânicos, soberania alimentar, apoio a sustentação do produtor, etc), pessoas (agricultores, comercializadores, transportadores, beneficiadores, etc) e outros aspectos formando uma rede de amplo alcance e complexidade.	Desafios em alinhar intenções, processos e objetivos de forma coerente entre as redes. A autogestão de redes também desafia o fluxo de informação e a tentativa de consenso e coerência, uma vez que cada rede tem a sua história, o seu propósito e seus objetivos.
	Redes translocais demonstram eficácia na defesa de políticas locais e na União Europeia (exemplo: REScoop).	A natureza mais ativista das RAAs limita seu impacto na influência para formulação de políticas em comparação com as CE (que tem maior aceitação no <i>mainstream</i>), mas, ao mesmo tempo, as RAAs tendem a fomentar mecanismos mais inovadores.
	A formação de redes translocais fortalece as organizações, tornando-as mais resilientes e menos isoladas, ao mesmo tempo em que promove um maior senso de pertencimento. Essas redes facilitam o intercâmbio de conhecimento e informações, além da integração de serviços e produtos.	

	Alta capacidade das IBCs de se conectar por meio de redes translocais amplia sua capacidade de desenvolver conhecimento tácito e político, possibilitando a elaboração de planos de <i>advocacy</i> em níveis europeu e regional, além de fortalecer esforços de <i>advocacy</i> local e pressão pública.	
--	---	--

As IBCs têm uma relação íntima com a formação de rede. Como já explicado em capítulos anteriores, essas iniciativas nascem de redes (ou como redes), criam suas estruturas baseadas em redes e conectam com outras redes naturalmente por suas relações institucionais orgânicas ou por estratégias de ativismos e de *advocacy* coletivo. As redes translocais possibilitam que as iniciativas permaneçam enraizadas no lugar e operem em uma escala menor, enquanto simultaneamente se conectam e desafiam outras escalas interligadas, como regional e europeia. Algumas redes se organizam para orquestrar e coordenar essas ações mais coletivas e colaborativas e para isso podem contar com recursos externos (por exemplo a REScoop que recorre a programas e fundos europeus para sustentar seus processos de construção de redes de CE). Outras redes se potencializam por suas trocas de conhecimento entre si, suporte operacional, reforço econômico, entre outros, sem necessariamente ter envolvido um plano estratégico de *advocacy* orquestrado. De fato, agir em rede aumenta o nível de interação e se fortalecer tanto localmente como em outras escalas, mas ao mesmo tempo intensifica as trocas e as influências, a comunicação e necessidade de gerenciar expectativas diferentes.

(c) Dinâmica institucional e institucionalização para transformação

A teoria da IST afirma sobre a necessidade das iniciativas de inovação social terem um “casa institucional”, ou seja, ter alguma instituição formada (formal ou informal) para “existir” perante as instituições que vai alterar, desafiar ou substituir, e também para poder acessar recursos disponíveis (Haxeltine, 2017). Nesse sentido, entender como a dinâmica institucional do contexto específico funciona para fornecer o reconhecimento das estruturas, identidades, papéis e arranjos que moldam as ações. Entretanto a IST, como diz o próprio nome, visa transformar as instituições formais ou informais, quer através de interações sistêmicas com estas estruturas, quer criando mecanismos alternativos para as contornar. Nesse sentido, é preciso entender quais são as condições que favorecem ou limitam as IBCs para adaptar sua estratégia e lidar com o ambiente institucional. Da mesma forma, compreender as estratégias das IBCs para criar valor social em meio a configurações institucionais multiatores e multiníveis.

Quadro 7.3: Condições para Inovação Social Transformativa: agrupamento (c) Dinâmicas institucionais para a transformação.

	Condições para Inovação Social Transformativa	
Agrupamento de processos-relação	Facilitadoras	Limitadoras
(c) Dinâmicas institucionais para a transformação.	Propor uma alternativa real de modelo de desenvolvimento, que substitua a lógica atual baseada em crescimento, escalabilidade e "projetificação" por um modelo fundamentado em escala apropriada, valores compartilhados e necessidades sustentáveis.	Os desafios na comunicação e o desalinhamento entre as IBCs e as instituições públicas dificultam a colaboração institucional eficaz e a formulação de políticas favoráveis.
	As IBCs já formam uma rede de atores fundamentais para influenciar a formulação de novas políticas (ou reformulação) e desenvolvimento institucional, com experiência substancial em campo	As parcerias público-cívicas estão intrinsecamente em risco de serem dominadas pela lógica e estrutura das instituições do Estado sobrepondo às IBCs.
	A "Energia Comum" alcançou um nível mais elevado de complexidade em termos de políticas energéticas, governança interna e estruturas institucionais, facilitado por fortes estratégias de advocacy e esforços sofisticados de networking, além da crescente aceitação pública por alternativas energéticas diante a crise energética.	A burocracia excessiva, tanto em níveis locais quanto na União Europeia, cria obstáculos que dificultam as iniciativas lideradas pela comunidade e a baixa permeabilidade na formulação de políticas na UE mantém a preponderância de grupos dominantes
	As RAAs possuem uma alta capacidade de propor estruturas organizacionais e institucionais inovadoras que transformam as relações de produção, distribuição, trabalho e mercado. Exemplos incluem tomadas de decisão coletivas, rotação de funções, distribuição horizontal de poder, relações participativas e responsáveis entre consumidores, além da eliminação de intermediários. Essas práticas contribuem para a mudança de comportamentos sociais de forma significativa.	Há riscos de "community-washing", similares ao greenwashing e ao social-washing, quando entidades se apropriam das oportunidades políticas, financeiras e reputacionais geradas pelas mudanças institucionais das IBCs.
	A partir da REDII, os Estados-Membros têm a obrigação de estabelecer estruturas facilitadoras para o desenvolvimento das CEs.	Geralmente, as interações das IBCs com as instituições públicas são caracterizadas por fragilidade nas relações, irregularidade nas informações, instabilidade das políticas e da permanência dos agentes, exclusividade de privilégios e um modo de operar "informal" que varia caso a caso - dependendo de "quem" e "quando" se estabelece a interação, e também

		fortemente de capital social
		Os membros das IBCs frequentemente destacam mais a importância das políticas europeias, geralmente fazendo referências negativas aos sistemas políticos locais.

De fato, IBCs como REScoop e Campi Aperti por exemplo, formaram redes robustas com seus agentes principais (comunidades energéticas e agricultores, respectivamente) capazes de contornar alternativas através das instituições formais. Por exemplo, REScoop se auto intitula lobistas éticos e tem “*advocacy*” como um de seus objetivos estratégicos claros. REScoop só foi capaz de alcançar importantes alterações nas diretivas europeias correlatas com comunidades energéticas por estar formalmente institucionalizada e bem posicionada na UE. Além disso, acessa muitos recursos financeiros das instituições formais da UE para fazer estudos e *advocacy* sobre mudanças políticas transformativas em prol das comunidades energéticas. Campi Aperti se institucionalizou (apesar de conflitos internos dentre diferentes opiniões coletivas) para formalizar seus 8 mercados nos espaços públicos em Bolonha, obter algum apoio do governo para isso e, através da sua formalização e centralização da regulamentação, permite a participação de membros “menos formais”. Para além desses dois exemplos, existem muitas outras IBCs utilizando de suas institucionalizações para facilitar IST. No entanto, as condições limitadoras para IST geralmente estão na interseção com o as instituições públicas e o desafio de lidar com o poder público restringindo a capacidade de transformação de algumas IBCs que se distanciam da esfera política.

(d) Relações com o contexto sociomaterial

Este agrupamento aborda um impacto bidirecional entre as IBCs e o seu contexto sociomaterial. Está intimamente relacionado com as realidades estabelecidas externamente e com as dependências do percurso de desenvolvimento que moldam os processos de IS, reconhecendo que as transformações se desenrolam através de interações dentro de múltiplos ambientes, incluindo os níveis meso e macro. Esse cluster enfatiza como as IBCs e o contexto sociomaterial em que operam se influenciam mutuamente. As condições externas (infraestruturas, normas sociais, políticas) moldam as IBCs, mas essas iniciativas também têm

o potencial de transformar esse contexto ao longo do tempo. Essa interação ocorre em múltiplos níveis (local, regional, global) e está conectada às dependências históricas e aos desafios das condições pré-estabelecidas.

Quadro 7.4: Condições para Inovação Social Transformativa: agrupamento: Relações com o contexto sociomaterial.

	Condições para Inovação Social Transformativa	
Agrupamento de processos-relação	Facilitadoras	Limitadoras
(d) Relações com o contexto sociomaterial.	O reconhecimento das comunidades energéticas no marco jurídico da União Europeia (como o PVE) tem empoderado os cidadãos na transição energética.	O déficit de confiança e a burocracia restritiva dificultam as interações com as autoridades públicas
	Nas últimas décadas, houve um aumento significativo no número de RAAs e CE na Europa, assim como redes translocais que integram as iniciativas e dezenas de políticas públicas de incentivo e regulamentação que já incluem conceitos ligados a RAA e CE (nos governos locais e UE).	Embora essas iniciativas tenham ampliado seu reconhecimento em seus contextos sociais, elas permanecem mais localizadas em nichos específicos.
	As IBCs influenciam mudanças de cultura e comportamento local através da disseminação de uma visão crítica dos modelos econômicos dominantes e práticas de políticas prefigurativas no espaço público	A ausência de um ambiente institucional na UE e nos Estados-Membros favorável o suficiente - o que é essencial para a realização de processos participativos na formulação de políticas.
	As IBCs contribuem efetivamente para o fortalecimento da governança com base no <i>lugar</i> , a soberania alimentar e a democracia energética e alimentar.	Transposição e tradução das políticas relacionadas com IBCs da UE para os sistemas regulatórios locais de forma irregular e instável geram incertezas e imprevisibilidade.
	A subjetividade se manifesta por meio do fortalecimento do capital social, permitindo a formação de alianças, a construção de confiança e dinâmicas de reciprocidade.	É necessária a disseminação de conhecimento e a capacitação de agentes públicos para compreender a perspectiva dos comuns, o que exige uma avaliação crítica do marco de valores dentro das instituições públicas.
		Os avanços institucionais locais necessitam de uma mudança não apenas de políticas direcionadas, mas de uma transformação de paradigma em direção a uma política inclusiva e a uma recalibração de

		expectativas.
		Em energia, as CEs ainda sofrem com a alta complexidade de procedimentos regulatórios e administrativos

Ao longo das últimas décadas, o discurso em busca de uma transição verde, sustentabilidade e os efeitos da polícrise civilizatória vem aumentando significativamente a demanda para essa mudança, programas de governos, padrões de certificações, políticas de legislação e regulação. De fato, a cadeia de valor do setor energético e alimentos concentram boa parte de impacto e risco ambiental, social e de governança da Europa. Por isso o nascimento de programas tão robustos como PVE, entre outros. Dentre as centenas de políticas para sustentabilidade da UE nos últimos 20 anos, a transição para energia renovável tem obtido muita atenção, e recentemente as normativas europeias definiram a incorporação das comunidades energéticas nos Estados-Membros com a participação das redes de CEs. As políticas de alimentos estão em plena mudança também, como a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) depois de muitas décadas e outras estratégias declaradas, como a F2F. Isso, por um lado, torna-se um quadro favorável para as IBCs desenvolverem práticas de IST, enquanto, por outro lado, o foco em práticas como o Consenso da Descarbonização é dominante. Essa atenção para as metas de redução de carbono muitas vezes negligencia outras iniciativas, além de limitar a mudança estrutural necessária. Embora essas iniciativas tenham ampliado seu reconhecimento em seus contextos sociais, e o número em quantidade de IBCs de CE e RAA tenha acelerado muito nos últimos anos, elas ainda permanecem mais localizadas em nichos específicos temáticos. Além disso, a comunicação entre as IBCs e as entidades públicas ainda é um fator desafiador que muitas vezes limita a capacidade de transformação mais profunda.

(e) Nexus Alimentar e Energético para a Inovação Social Transformativa em IBCs

Além das quatro dimensões analisadas, foi incluída uma avaliação detalhada sobre como este quadro analítico, voltado para a integração de sistemas alimentares e energéticos, pode apoiar as IBCs na promoção da IST. Nesse sentido, o estudo explorou as condições específicas do Nexus AE, identificadas durante a investigação, que possuem o potencial de

catalisar ou limitar a capacidade dessas iniciativas de impulsionar mudanças significativas. Essa abordagem permitiu mapear não apenas os desafios estruturais e institucionais enfrentados pelas IBCs, mas também as oportunidades estratégicas que podem ser exploradas para fortalecer a interseção entre políticas alimentares e energéticas, ampliando o impacto transformador dessas iniciativas em contextos locais e translocais.

Quadro 7.5: Condições para Inovação Social Transformativa: agrupamento: NEXUS ALIMENTO E ENERGIA

	Condições para Inovação Social Transformativa	
Agrupamento	Facilitadoras	Limitadoras
NEXUS ALIMENTO E ENERGIA	Esforços conjuntos de <i>advocacy</i> podem promover benefícios mútuos para as IBCs de nicho e gerar convergência entre as políticas alimentares e energéticas.	As IBCs investigadas não demonstraram foco explícito na integração de ações alimentares e energéticas, apesar de claramente existirem potenciais sinergias. A visão do Nexus estava fora do alcance de percepção dos entrevistados. Ou seja, praticamente inexistência da disseminação da informação sobre este enquadramento nas IBCs (ao menos as entrevistadas e observadas em campo).
	O Nexus AE pode promover um modelo racional alternativo: mais integrado e capaz de desafiar as práticas convencionais de produção, distribuição e compartilhamento de conhecimento, entre outros aspectos materiais. Exemplos incluem a geração de energia renovável a partir de resíduos da produção alimentar, fontes agrofotovoltaicas baseadas na comunidade e circuitos curtos de produção e distribuição.	Não necessariamente uma limitação, mas um risco de criar mais argumentos para a cooptação de narrativas sociotécnicas dominantes, como por exemplo o foco em eficiência energética e redução de carbono, encobrindo a necessidade por mudanças estruturais mais profundas
	As IBCs podem se beneficiar de ambas as políticas de apoio da UE ou locais combinados, e com base no Nexus AE sociopolítico capitanear propostas de políticas mais integradas entre elementos interdependentes.	
	Promove uma simbiose entre redes de alimento e de energia, fortalecendo interconexões organizacionais, institucionais e operacionais entre elementos dos dois sistemas (ex: aproveitamento do terreno, sombra, resíduos agrícolas para produção energética, etc). IBCs diferentes podem se apoiar mutuamente ou mesclar.	

Embora as potenciais sinergias entre as IBCs de alimentos e de energia sejam claras, os esforços explícitos para integrar esses dois domínios ainda permanecem limitados. A articulação estratégica dessas iniciativas pode servir como uma ponte para superar a desconexão entre as políticas alimentares e energéticas, destacando os benefícios mútuos de uma abordagem mais integrada e holística para a sustentabilidade. Ao evidenciar as interdependências entre os sistemas alimentares e energéticos, as IBCs têm a oportunidade de promover quadros políticos mais abrangentes e inclusivos, que enfrentam os desafios sociais de maneira interseccional. Essa abordagem também reforça a necessidade de estratégias colaborativas e de *advocacy* multissetorial, capazes de transformar as políticas públicas e ampliar o impacto coletivo das IBCs no avanço de soluções mais sustentáveis e justas. No entanto, um dos principais desafios a superar, a partir das lições aprendidas nas análises resultantes deste trabalho de campo limitado, é o reconhecimento deste *nexus* tanto pelas IBCs quanto pelo poder público local e convergir esforços de aprendizagem sobre.

7.6 O Nexus sociopolítico em IBCs como uma Inovação Social Transformativa no contexto da transição

As atuais estratégias globais de transição energética baseiam-se em grande parte no Consenso da Descarbonização, o que tende a reduzir o processo de transição para metas e métricas de redução de carbono, financiamento climático e mercados corporativos transnacionais (Svampa e Bringuet, 2023). No entanto, as IBCs oferecem uma abordagem mais sistêmica, introduzindo novas narrativas comunitárias e um *ethos* político que prevalece na dinâmica local. As IBCs tendem a envolver-se com as dimensões sociopolíticas centrais (Sovacool, 2014) que são cruciais para uma transição que se esforça para abordar as questões fundamentais subjacentes à situação actual: devastação ambiental, desigualdades sociais e domínio económico empresarial. A questão de como catalisar uma transição transformativa para um sistema social e ecologicamente regenerativo continua a ser um tema de debate significativo entre os decisores políticos.

Nas últimas décadas, as IBCs têm demonstrado um potencial notável para impulsionar a inovação social, criar impactos ambientais positivos e descentralizar a concentração de poder. No entanto, a presente investigação revelou um conjunto de condições que podem permitir ou restringir a inovação social transformativa através das IBCs. Para melhor facilitar o potencial de transformação dos agentes das IBCs, continua a existir uma necessidade fundamental de uma mudança de paradigma tanto a nível meso como macropolítico. Estas transformações devem ocorrer, no entanto, ao nível pré-analítico da formulação de políticas, o que requer uma religação das escolhas que moldam as narrativas para as políticas

alimentares e energéticas. Assim, deve envolver critérios valorativos que orientem a seleção e agregação de indicadores, influenciando diretamente o enquadramento das questões e as bases das formulações das políticas (Gamboa et al., 2016). Nestes termos, esta mudança exige reflexividade e investigação sobre quem, o quê e como está incorporado na elaboração de políticas.

A materialização das IBCs, por sua vez, pode levar esta mudança para integrar políticas mais inclusivas, democráticas e eficientes que alinhem práticas quotidianas micropolíticas (Martiskainen, Heiskanen, e Speciale, 2018) com quadros globais e da UE mais amplos. Isto requer não só elaborar políticas para as IBCs especificamente, mas também com elas, através de um processo participativo inclusivo que abranja diferentes valores e linguagens. Apesar desta necessidade, a adoção de reformas políticas que incluam IBCs continua a ser limitada. Os obstáculos regulamentares, a falta de incentivos financeiros específicos e a incerteza nas constantes alterações políticas, como a tradução dos regulamentos da UE para os Estados-Membros, continuam a impedir o progresso da transição.

Apesar do seu potencial transformador, as IBCs enfrentam desafios significativos tanto no diálogo com as instituições públicas como na garantia da plena implementação. A ausência de regulamentos específicos e a complexidade dos processos burocráticos dificultam a sua capacidade de interagir eficazmente com as instituições políticas. Para construir confiança e agilizar as interações, há uma necessidade premente de simplificar os procedimentos burocráticos e melhorar o acesso à informação. Além disso, tornou-se essencial recalibrar as expectativas do setor público e do mercado em relação às IBCs - mudando o foco do crescimento e da escalabilidade para a resiliência e a inclusão. Neste sentido, uma disseminação eficaz do conhecimento sobre a IBC e a capacitação dos agentes públicos para compreender a perspetiva dos bens comuns poderia promover um ambiente institucional propício a processos participativos desde o início dos quadros políticos.

Numa outra perspetiva, as IBCs inquiridas realçaram a necessidade de abordar vários obstáculos sociais intracomunitários - como os privilégios financeiros, o tempo disponível e o acesso à informação - que dificultam a promoção de um envolvimento mais democrático e justo. Muitas vezes, as RAA ou as CE são altamente especializadas nos seus objetivos e, por vezes, adoptam deliberadamente uma abordagem apolítica. Por exemplo, os indivíduos podem consumir vegetais biológicos mais baratos sem considerar os impactos sociais mais amplos, ou milhares de membros de cooperativas de energia podem participar apenas como consumidores ou investidores de energia renovável a preços acessíveis e poucos reflectem sobre os impactos ambientais ou sociais da cadeia de fornecimento de painéis solares e dos seus efeitos.

As IBCs enfrentam também outro paradoxo: a necessidade de manter o seu propósito transformador enquanto sobrevive numa economia de mercado. Ou seja, além de ser economicamente viável dentro de uma lógica de consumo, a IBC tem que ultrapassar o formato excessivo de “projectificação” presente na agenda da economia verde europeia. Isto significa que, para acessar recursos, participar em chamadas e programas de fomento, está sujeita a uma lógica de fazer projeto inspirada no mundo dos negócios e do empreendedorismo formatada em padrões não necessariamente compatíveis com a realidade das IBCs, seus valores e práticas. Para que as IBCs prosperem e se envolvam de forma impactante na arena política, a formação de redes translocais é crucial. Estas redes facilitam a disseminação de conhecimentos, o co-desenvolvimento de competências e a convergência operacional, fortalecendo assim a sua capacidade de *advocacy* coletivo. Contudo, a capacidade transformadora das IBCs é altamente dependente da cultura local e do ambiente institucional proximal. Devem navegar num contexto caracterizado pela fragilidade, irregularidade, instabilidade e exclusividade, muitas vezes dependentes de “quem” está envolvido e de “quando”. Exemplos de sucesso, como a rede REScoop, realçam a importância de priorizar o desenvolvimento de capacidades dialógicas e competências estratégicas para promover parcerias eficazes com instituições políticas. Em última análise, alcançar uma transição justa requer uma avaliação crítica dos quadros de valores dentro das instituições públicas e um esforço concertado para abordar os obstáculos sociais que impedem o envolvimento inclusivo em reformas baseadas em Comuns.

As transformações institucionais (dentro e decorrentes das relações sociais e das constituições culturais) caracterizam-se por marcadores temporais abruptos ou por ações lentas, silenciosas e prolongadas. Algumas transformações alinham-se com processos institucionais marcados por mudanças no campo legislativo-normativo-político (como no caso da participação efetiva da REScoop na mudança das diretivas europeias de energia), enquanto outras alargam as possibilidades de valores e percepções dos fatores reprodutivos da vida ao apresentarem alternativas às formas mais hegemônicas (no caso de todas as RAAs investigadas e apresentadas no Capítulo 6). Práticas de governança mais adequadas entre as instituições são inevitáveis, uma vez que as instituições atuais foram concebidas para abordar os recursos individualmente e não num nexos (Giampietro, 2018). Entretanto, a complexidade do nexos de recursos desafia as políticas tradicionais e reducionistas.

Em contraste, as IBCs prosperam na sua capacidade de desenvolver regulamentos baseados em dilemas comunitários, escolhas coletivas e aprendizagem social. A transformação, portanto, não consiste apenas em criar legislação e políticas favoráveis que definam e permitam (ou mesmo encorajem) o estabelecimento de IBC, mas também em repensar a forma como estes regulamentos são desenvolvidos especificamente para IBC. Assim, as IBC, enquanto inovação social transformativa, também têm de lidar com o dilema

inerente que reside no aumento do apoio institucional através de regulamentos normativos ou oficiais mais amplos, mas também corre o risco de trazer limites à sua própria autonomia (Benkler, 2003) . Para promover uma inovação social eficaz, é essencial implementar regras que promovam a autonomia colectiva, uma vez que as IBCs estão a liderar inovações sociais cruciais no sentido da sustentabilidade, da satisfação das necessidades humanas fundamentais e de uma redistribuição mais democrática do poder para combater a desigualdade.

Em síntese, nesta investigação revelou-se que as IBCs enfatizam a interação complexa entre os recursos naturais e os sistemas socioecológicos, indo além das soluções económicas e tecnológicas ao incorporar aspectos sociais e políticos mais amplos. Esta abordagem desafia as visões reducionistas e destaca a necessidade de compreender as sinergias e os compromissos para sustentar os recursos no futuro. Ao integrar estas perspetivas, as IBCs emergem também como uma crítica às principais políticas do Pacto Ecológico da UE centradas na descarbonização, preservando ao mesmo tempo as estruturas de poder existentes, conduzindo potencialmente ao "extrativismo verde" e dificultando mudanças políticas mais profundas.

Conclusão

A literatura sobre os temas centrais desta tese é relativamente recente e está em plena evolução, o que exigiu um processo significativo de adaptação ao longo do trabalho. Embora já exista um corpo substancial de estudos sobre os comuns e inovação social, e, em menor grau, sobre nexus, comunidades energéticas e redes alternativas de alimentos, esta tese inova ao articular esses elementos em uma abordagem integrada e fundamentada na dimensão sociopolítica. Ao analisar as redes translocais de Iniciativas de Base Comum (IBC) em energia e alimentos, o Nexus entre elas sob uma perspectiva sociopolítica, e as condições que moldam o potencial dessas iniciativas para Inovação Social Transformativa, este trabalho contribui de forma substantiva para a compreensão desses fenômenos. A pesquisa revela que, apesar dos avanços significativos alcançados pelas IBCs de alimentos e energia no cenário sociopolítico local e europeu, a distância para uma transformação profunda da cultura hegemônica permanece considerável, apontando para desafios e oportunidades no caminho de uma transição mais inclusiva e sustentável.

Para alcançar sistemas de energia e alimentos mais justos, equitativos e descentralizados, é imperativo que a União Europeia (UE) supere a agenda da economia verde. Conforme explorado nos capítulos anteriores, as políticas alimentares e energéticas da UE respondem principalmente em consonância com o Pacto Verde Europeu como estrutura central, incorporando elementos do que Bringel e Svampa (2023) denominam de Consenso da Descarbonização. Embora essas políticas representem uma resposta das instituições formais sobre a polícrise civilizatória e já oferecem condições melhores para a participação das Iniciativas de Base Comum (IBC), essas políticas continuam enraizadas em uma estrutura de pensamento neoliberal voltada para desempenho, crescimento, competitividade e resultados quantitativos.

Como argumentado ao longo desta tese, para além de metas e planos de redução das emissões de Gases de Efeito Estufa, é preciso que a UE questione profundamente as estruturas de poder existentes para encontrar uma “saída de emergência”, reduzindo desigualdades, acolhendo vulnerabilidades, respeitando outros modos de saber e regenerando nossa relação com a natureza. O caminho para alcançar uma “escala apropriada” da economia e da política, uma “escala humana” baseada em necessidades reais e locais, é inevitavelmente complexo e tortuoso. Mas promover abordagens locais, lideradas por comunidades e baseadas no comum, integradas a redes translocais, representa definitivamente um ponto de partida promissor para endereçar a crise multifacetada a partir de uma perspectiva democrática mais inclusiva, descentralizada e participativa. Tanto as RAAs quanto as CE, como práticas de políticas prefigurativas, são espaços dotados de

mecanismos de deliberação racional em rede capazes de impactar significativamente o processo de tomada de decisões políticas e a esfera pública.

No entanto, se não houver avanços na conexão das políticas alimentares e energéticas com uma abordagem centrada nas pessoas, será difícil para a Europa superar este estado de emergência profunda. A política para alimentos não pode mais priorizar a segurança alimentar com base em uma lógica industrial de maximização da produção, que consome cada vez mais energia e afeta as bases sociais e ambientais que sustentam a sobrevivência desse próprio sistema.

Promover uma transição para uma nova economia na União Europeia (UE) exige o engajamento de atores de base, como as CEs e as Redes Alternativas de Alimentos (RAAs), para inclusão de cidadãos na capacidade de influência em estratégias políticas europeias, nacionais e locais de sistemas de produção, distribuição e consumo de energia e de alimentos. No entanto, as estratégias de advocacy das redes translocais de IBCs ainda enfrentam limitações devido a alguns fatores chaves.

Primeiro, as disparidades entre os objetivos das IBCs, dos formuladores de políticas e dos reguladores resultam em comunicações e linguagens dissonantes. Isso quer dizer que, enquanto os formuladores de políticas e os tomadores de decisão na esfera das instituições governamentais se orientam por resultados técnicos quantitativos e alta performance em eficiência econômica, as IBCs incorporam valores prefigurativos através de mudanças de paradigmas nas relações sociais e ecossistêmicas. Esse hiato gera um descompasso nas interações das IBCs com as instituições públicas, uma falta de entendimento mútuo e consequentes falhas nas formulações das políticas. Isso requer uma revisão das questões pre-analíticas que moldam as narrativas para políticas de alimentos e energia.

Segundo, embora a UE tenha avançado significativamente em pacotes de políticas para transição energética verde e até a inclusão das CEs nas principais diretivas do setor, os sistemas centralizados dominantes ainda continuam a ter prioridade e receber maior suporte do que os sistemas descentralizados. O mesmo acontece com as políticas de alimentos na UE, fundamentadas no “PAC mais verde”, que continuam priorizando a economia de escala dos complexos agroindustriais e grandes corporações, apesar de começarem a incorporar pontualmente temas relacionados à sustentabilidade e produção local.

Terceiro, a transposição da legislação da UE pelos Estados-Membros têm ocorrido de maneira desigual, especialmente no setor energético. A autonomia concedida a cada Estado-Membro para regular suas questões energéticas possibilitou a criação de conjuntos normativos específicos, adaptados às suas realidades locais, mas ainda embasados nas diretivas da UE. Essa diversidade regulatória resultou em discrepâncias significativas, que têm impactado diretamente o funcionamento das CEs em contextos locais. Como consequência, a falta de harmonização dificulta a coordenação de esforços de advocacy

coletivo em nível europeu, reduzindo a eficácia de ações conjuntas e a implementação de políticas mais integradas.

Até o momento, por mais inovadoras que possam ser, muitas IBCs estão presas a expectativas da economia mais dominante *business as usual*, como: replicação, escalabilidade, projetificação e a capacidade de traduzir ideias para encaixar nos cenários convencionais. Essa dinâmica coloca as IBCs diante de um dilema: se ampliarem suas conexões políticas, institucionalizarem-se e tentarem mudar a micropolítica de dentro para sobreviverem no seu contexto, podem perder sua essência; se permanecerem fiéis aos seus princípios locais e de base, terão dificuldade em transformar o ambiente político opressor que as cerca, e conseqüentemente não alcançar a mudança de contexto necessária para que possam prosperar. Redes translocais, nesse contexto, desempenham um papel crucial como pontes nesse processo. As redes translocais demonstraram uma habilidade fundamental de conectar as vozes, os anseios, as ideias e saberes locais interligando com outras escalas institucionais mais amplas, como a Comissão Europeia.

Embora as Comunidades Energéticas (CEs) já tenham alcançado um nível mais elevado de complexidade política no marco regulatório energético da UE do que os sistemas de alimentos, sua operacionalização em nível local (tecnicamente, burocraticamente, juridicamente, culturalmente e regularmente) ainda enfrenta desafios significativos. A implementação das CEs exige uma forte participação institucional, altos investimentos e avanços tecnológicos. Apesar disso, uma vez plenamente operacionais, essas iniciativas tornam-se menos dependentes do esforço físico e de tempo de seus membros. Por outro lado, as iniciativas de alimentos baseadas no comum requerem menores avanços tecnológicos e investimentos financeiros, mas exigem uma quantidade significativa de trabalho manual constante e contínuo. Existe um potencial considerável de sinergia entre essas duas áreas, especialmente no que diz respeito ao aproveitamento compartilhado de espaço, tempo, conhecimento e esforços. A integração de iniciativas políticas entre os setores energético e alimentar pode promover benefícios mútuos, particularmente no alcance de metas ecológicas, na redução da pobreza e no desenvolvimento de estratégias políticas mais integradas e eficazes.

Isso significa que tanto as IBCs de alimentos quanto as de energia podem aproveitar as políticas alimentares e energéticas ao unir ações práticas e de advocacy político conjuntas, formando um Nexus Alimento e Energia (*Nexus AE*) sociopolítico. Somando a esse Nexus, o fortalecimento do comum – no sentido de criar ou reforçar estruturas que empoderem uma gestão participativa e compartilhada - não apenas promove uma influência cidadã nas administrações locais, mas também fomenta a economia social local e resiliência em diferentes comunidades.

Nesse sentido as redes translocais cumprem um papel fundamental na mobilização de conhecimento entre as iniciativas locais de base comum e também na coalescência de diversas perspectivas, pensamentos e informações do terreno para chegar a um entendimento comum, um objetivo compartilhado ou uma solução mais ampla para se apresentar em escala regional. Porém, ainda é notável que esse espaço ainda é muito limitado para um número restrito de redes (e pessoas) que acessam as instituições, os mecanismos de apoio, o capital social e que participam dos processos políticos de tomadas de decisão e do quadro regulatório.

Funcionando como redes interconectadas, as IBCs aproveitam conexões translocais para amplificar seu impacto e resiliência. Redes como a REScoop demonstram a eficácia da ação coletiva na promoção de mudanças políticas e conquista de recursos. No entanto, estruturas baseadas em voluntariado e recursos limitados restringem a escalabilidade e a eficácia de muitas IBCs, destacando a necessidade de financiamento sustentável e esforços de capacitação.

As IBCs operam em um ecossistema complexo, equilibrando inovação e sustentabilidade com as pressões do mercado e restrições regulatórias. Enquanto as IBCs no setor de energia têm avançado significativamente em advocacy e influência política, o setor alimentar enfrenta maiores dificuldades para obter apoio e reconhecimento. Essas barreiras sociais reconhecidas agravam as disparidades de participação, reforçando a necessidade de estratégias inclusivas de engajamento.

Conforme descrito no Princípio 13 do Manifesto TSI (2017), as IBCs enfrentam um dilema: para se tornarem mais transformadoras e inclusivas, precisam integrar-se a dinâmicas de múltiplas escalas e complexidades, o que exige coexistir com diferentes culturas. Nesse processo, as mudanças institucionais devem navegar por essas complexidades, permanecendo atentas aos riscos de cooptação ou de apropriação cultural.

Superar esses desafios requer uma mudança de paradigma nos marcos políticos e nas estratégias de comunicação, enfatizando inclusão, transparência e construção de confiança. As IBCs têm o potencial de serem forças poderosas para a inovação social transformativa e o empoderamento de base. Ao enfrentar as barreiras institucionais, promover o engajamento inclusivo e alavancar suas redes translocais, as IBCs podem impulsionar mudanças significativas em direção a um futuro mais sustentável e equitativo.

Pesquisas futuras sobre o tema

Com base nas análises e conclusões apresentadas nesta tese, várias direções promissoras podem ser exploradas em pesquisas futuras, ampliando o conhecimento sobre as IBCs, o nexus sociopolítico e seu papel na transição energética e alimentar.

Apesar de durante o processo dessa tese ter emergido o potencial do *Nexus Alimento-Energia* (AE) de base comunitária como um fator chave de transformação, outras iniciativas não puderam ainda ser abordadas no trabalho de campo pela limitação geográfica e de escopo, como por exemplo, iniciativas que integram sistemas agro-renováveis, agrofotovoltaicos e agro-eólicos. Futuras investigações, podem analisar os benefícios sociais e ambientais dessas iniciativas com maior profundidade de dados empíricos com base no pensamento sistêmico e complexo. Porém, também explorar como essas interações podem criar sinergias entre sistemas energéticos e alimentares no âmbito de políticas locais e translocais.

Essa investigação se limitou a abordar o *nexus* entre alimento e energia, mas como sabemos esse é uma parte de um enquadramento de análise que pode conter muitos outros componentes. Logo, futuras pesquisas devem incorporar em suas análises sobre o *nexus* sociopolítico de IBCs outros componentes como água, terra, mudanças climáticas, saúde, solo e etc.

Uma análise fundamental que também não cabia explorar em mais detalhes nessa investigação e deve ser considerada em futuras investigações é a análise ao longo de toda a cadeia produtiva, incluindo os impactos e riscos associados à extração de matérias-primas (como os minérios para placas solares, materiais dos aerogeradores e baterias) até o final de seu ciclo de vida. Pesquisas devem examinar as diferentes práticas de extração, produção, uso e descarte, buscando entender a relação dos avanços tecnológicos com os princípios éticos e ecológicos defendidos pelas IBCs.

Pesquisas futuras podem aprofundar o entendimento de como diferentes modelos de IBCs co-criam concepções de políticas transformativas, especialmente ao interagir com redes translocais e instituições políticas. Seria relevante dar continuidade e aprofundar em como as prioridades estratégicas dessas redes influenciam sua capacidade de construir vínculos interinstitucionais e moldar políticas públicas em múltiplos níveis, da escala local à europeia.

Uma área crítica para futuros estudos é o exame das desigualdades sociais dentro das IBCs, incluindo suas causas e impactos. Isso abrange investigar pobreza energética e alimentar, interseccionalidades de classe, gênero e raça, além de como a estrutura de poder dentro e fora das IBCs influencia seu funcionamento. Futuras investigações também devem explorar os efeitos da cooptação pelo Estado e pelo mercado sobre as iniciativas de base, o “comum”, “comunitário” avaliando os riscos de e impactos desse “community-washing”. Investigar como esses conceitos são apropriados e ressignificados por interesses corporativos e políticos pode esclarecer as tensões entre práticas genuinamente transformadoras e iniciativas que utilizam esses termos para fins de greenwashing ou social-washing.

Uma vez que o foco desta tese foi estabelecido em uma realidade ocidental-europeia, futuras investigações devem adotar uma perspectiva mais decolonial. Isso inclui expandir as

áreas de estudo para geografias do Sul Global e integrar teorias decoloniais que revelem outros modos de pensar e fazer transição energética e alimentar. Essa abordagem permitiria uma análise mais inclusiva e global, desafiando paradigmas eurocêntricos.

Essas direções de pesquisa não apenas expandem o escopo teórico e empírico sobre as IBCs, mas também oferecem ferramentas críticas para compreender e moldar o papel dessas iniciativas na construção de sistemas energéticos e alimentares mais justos, sustentáveis e democráticos.

Referências Bibliográficas

- Acosta, C., Ortega, M., Bunsen, T., Koirala, B., & Ghorbani, A., (2018). Facilitating energy transition through energy commons: an application of socio-ecological systems framework for integrated community energy systems. *Sustainability* 10 (2), 1-15 [366]. <https://doi.org/10.3390/su10020366>.
- Adamos, G., Caucci, S., Charpentier, L., Chediek, J., Krol, D., & Laspidou, C. (2023). Exploring nexus policy insights for water-energy-food resilient communities. *Nachhaltigkeits Management Forum, Sustainability Management Forum*, 31(1), 69–82. <https://doi.org/10.1007/s00550-024-00534-0>
- Adamovic, M., Al-Zubari, W., Amani, A., Amezttoy Aramendi, I., Bacigalupi, C., Barchiesi, S., Bisselink, B., Bodis, K., Bouraoui, F., Caucci, S., Dalton, J., De Roo, A., Dudu, H., Dupont, C., El Kharraz, J., Embid, A., Farajalla, N., Fernandez Blanco Carramolino, R., Ferrari, E.... Zaragoza, G. (2019). *Position Paper on Water, Energy, Food and Ecosystem (WEFE) Nexus and Sustainable development Goals (SDGs)*. Carmona Moreno, C., Dondeynaz, C. & Biedler, M. (Eds.) EUR 29509 EN, *Publications Office of the European Union*, Luxembourg, 2019, ISBN 978-92-76-00159-1, doi:10.2760/31812, JRC114177.
- Agrawal, A. (1995). Dismantling the divide between indigenous and scientific knowledge. *Development and Change*, 26(3), 413–439. <https://doi.org/10.1111/j.1467-7660.1995.tb00560.x>
- Alberio, M., & Moralli, M. (2021). Social innovation in alternative food networks. The role of co-producers in Campi Aperti. *Journal of Rural Studies* (82) 447–457.
- Alexander. J. (1998) Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 13, (37), Junho/1998.
- Alkon, A., & J., Agyeman. (2011). *Cultivating food justice: Race, class and sustainability*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Andreucci, D., López, G. G., Radhuber, I. M., Conde, M., Voskoboynik, D. M., Farrugia, J. D., & Christos Zografos (2023). The coloniality of green extractivism: Unearthing decarbonisation by dispossession through the case of nickel. *Political Geography*, (107), 102997. <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2023.102997>.
- Appadurai, A. (Ed.). (1986). *The social life of things: Commodities in cultural perspective*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511819582>
- Aposporis, H. (2023). Greece ranks first in Europe in number of citizen energy communities. *Balkan Green Energy News*. 29/03/2024. <https://balkangreenenergynews.com/greece-ranks-first-in-europe-in-number-of-citizen-energy-communities/>
- Appiah, K.A. (1998). Cosmopolitan patriots, in P. Cheah & B. Robbins (Eds.) *Cosmopolitics: Thinking and Feeling Beyond the Nation* (pp 91-116) . Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Arsenopoulos, A., Marinakis, V., Koasidis, K., Stavrakaki, A., & Psarras, J. (2020). Assessing resilience to energy poverty in Europe through a multi-criteria analysis framework. *Sustainability*, 12, (12), 4899, jun. 2020, <https://doi.org/10.3390/su12124899>.
- Artioli, F., Acuto, M. & McArthur, J., (2017). The water-energy-food Nexus: an integration agenda and implications for urban governance. *Polit. Geogr.* 61, 215–223. <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2017.08.009>

- Augère-Granier, L. M. (2016). *Short Food Supply Chains and Local Food Systems in the EU*. European Parliamentary Research Service, EPRS: Brussels, Belgium.
- Avelino F & Grin J. (2017). Beyond deconstruction: a reconstructive perspective on sustainability transition governance. *Environ. Innov. Soc. Transit.* 22::15–25
- Avelino, F., Kunze, I., Cippola, C. & Wittmayer, J. (2019a) Translocal empowerment in transformative social innovation networks, *European Planning Studies*, doi: 10.1080/09654313.2019.1578339
- Avelino, F., Wittmayer, J.M., Pel, B., Weaver, P., Dumitru, A., Haxeltine, A., Kemp, R., Jørgensen, M.S., Bauler, T., Ruijsink, S. & O'Riordan, T. (2019b). Transformative social innovation and (dis)empowerment. *Technol. Forecast. Soc. Chang.*, 145, pp. 195-206
- Avelino, F. (2021). Theories of power and social change: Power contestations and their implications for research on social change and innovation. *Journal of Political Power*, 14(3), 425–448. <https://doi.org/10.1080/2158379X.2021.1875307>
- Avelino, F., Hielscher, S., Strumińska-Kutra, M., de Geus, T., Widdel, L., Wittmayer, J., Dańkowska, A., Dembek, A., Fraaije, M., Heidary, J., Iskandarova, M., Rogge, K., Stasik, A. & Crudi, F. (2023) *Power to, over and with: Exploring power dynamics in social innovations in energy transitions across Europe*. Environmental Innovation and Societal Transitions, (48) 100758, ISSN 2210-4224, <https://doi.org/10.1016/j.eist.2023.1007>
- Avelino, F., Wijsman, K., Steenbergen, F., Jhagroe, S., Wittmayer, J., Akerboom, S., Bogner, K., Jansen, E., Frantzeskaki, N., & Kalfagianni, A. (2024). Just Sustainability Transitions: Politics, Power, and Prefiguration in Transformative Change Toward Justice and Sustainability. *Annual Review of Environment and Resources*. Vol. 49:519-547, <https://doi.org/10.1146/annurev-environ-112321-081722>
- Avila, S. (2018). Environmental justice and the expanding geography of wind power conflicts. *Sustainability Science*, 13(3), 599-616.
- Ballantyne-Brodie, E. & Telalbasic, I. (2017). Designing local food systems in everyday life through service design strategies. *The Design Journal*, 20(sup1), S3079-S3095.
- Bauman, Z. (1999). *Ensaio sobre o conceito de cultura* (1a ed.) Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauwens, M. (2005). *The political economy of peer production*. CTheory. (pp 12-1).
- Bauwens, M., & Onzia, Y. (2017). *Commons Transition Plan for the City of Ghent* (pp 123).
- Bauwens, M., et al. 2019. *Peer to Peer: The Commons Manifesto*. London: University of Westminster Press. DOI: <https://doi.org/10.16997/book33>
- Bauwens, T. (2017). *Polycentric Governance Approaches for a Low-Carbon Transition: The Roles of Community-Based Energy Initiatives*. In Enhancing the Resilience of Future Energy Systems. In *Complex Systems and Social Practices*. In *Energy Transitions*. London: Springerpp (pp 119-145) http://doi.org/10.1007/978-3-319-33753-1_6.
- Bauwens, T. (2019). Analyzing the determinants of the size of investments by community renewable energy members: Findings and policy implications from Flanders. *Energy Policy* (129:841-852). <http://doi.org/10.1016/j.enpol.2019.02.067>
- Bauwens T., Schraven, D., Drewing, D., Radtke, J., Holstenkamp, J.L., Gotchev B. & Yildiz, O., (2022). Conceptualizing community in energy systems: A systematic review of 183 definitions. In *Renewable and Sustainable Energy Reviews* (Volume 156) 111999, ISSN 1364-0321, <https://doi.org/10.1016/j.rser.2021.111999>.
- Bauwens T., Wade, R. & Burke, M. (2024) The energy commons: A systematic review, paradoxes, and ways forward. *Energy Research & Social Science*, Volume 118. 103776, ISSN 2214-6296, <https://doi.org/10.1016/j.erss.2024.103776>.
- Becker, S., Naumann, M., & Moss, T., (2017). Between Coproduction and Commons: Understanding Initiatives to Reclaim Urban Energy Provision in Berlin and

- Hamburg. *UrbanResearch & Practice* 10 (1), 63–85
<https://doi.org/10.1080/17535069.2016.1156735>.
- Beeker E. (2023) *¿Hacia dónde va la transición energética alemana?* Agenda Pública, 15/2/2023. in: Bringel e Savampa.
- Benkler, Y. (2006) *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom*. New Haven: Yale University Press.
- Bureau of European Policy Advisers (BEPA). (2010). Empowering people, driving change: Social innovation in the European Union. *European Commission*. ISBN 978-92-79-19275-3. doi: 10.2796/13155
- Berthet, E., Lavalley, L., Anquetil-Deck, C., Ballesteros, F., Stadler, K., Soytaş, U., Hauschild, M. & Laurent, A. Assessing the social and environmental impacts of critical mineral supply chains for the energy transition in Europe. *Global Environmental Change*, (86) 102 - 841, ISSN 0959-3780, <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2024.102841>.
- Bianchi, I. (2018). The post-political meaning of the concept of commons: the regulation of the urban commons in Bologna. *Space and Polity*, 22(3), 287–306. <https://doi.org/10.1080/13562576.2018.1505492>
- Bidone, F. (2022). Driving governance beyond ecological modernization: REDD+ and the Amazon Fund. *Environmental Policy and Governance*, 32(2), 110–121. <https://doi.org/10.1002/eet.1969>
- Bollier, D. (2013). The Quiet Realization of Ivan Illich's Ideas in the Contemporary Commons Movement. Accessible at: <http://bollier.org/blog/quiet-realization-ivan-illichs-ideas-contemporarycommons-movement>. Accessed in: 18/06/2020. Published in: 08/03/2013
- Bousbaine, A. & Bryant, C. (2016). Les systèmes innovants alimentaires, cas d'étude: la Ceinture Aliment Terre de Liège. *Sustainability of rural systems: balancing heritage and innovation*. 4, 2016, DOI : 10.4000/belgeo.19507
- Bouzarovski, S., Thomson, H., & Cornelis, M. (2021). Confronting energy poverty in Europe: a research and policy agenda. *Energies*, 14(4), 858. <https://doi.org/10.3390/en14040858>
- Boyd, G.,A. & Pang, J.,X. (2000). Estimating the linkage between energy efficiency and productivity. *Energy Policy*, 28 (5) 289-296. [http://doi.org/10.1016/S0301-4215\(00\)00016-](http://doi.org/10.1016/S0301-4215(00)00016-)
- Bradley, H. (2024). *Sustaining tomorrow: the imperative for the EU to uphold its 2030 goals for a sustainable food system*. 20 March 2024 Henrich Boll Stiftung. <https://eu.boell.org/en/2024/03/20/eu-sustainable-food-system>
- Brand-Correa, L., Martin-Ortega, J. & Steinberger, J.,(2018). *Human Scale Energy Services: Untangling a 'golden thread'*. *Energy Research & Social Science* (38), 178–181.
- Bringel, B & Svampa, M. (2023). Del consenso de los commodities al consenso de la descarbonización. *Revista Nueva Sociedad* No 306, julio-agosto de 2023, ISSN: 0251-3552, <www.nuso.org>.
- Brouwer, F., Avgerinopoulos, G., Fazekas, D., Laspidou, C., Mercure, J.-F., Pollitt, H., Ramos, E. P., & Howells, M. (2018). Energy modelling and the Nexus concept. *Energy Strategy Reviews*, 19, 1–6. <https://doi.org/10.1016/j.esr.2017.10.005>
- Bruns, A., Meisch, S., Ahmed, A., Meissner, R. & Romero-Lankao, P. (2022). Nexus disrupted: Lived realities and the water-energy-food nexus from an infrastructure perspective. *Geoforum*. (133) 79-88, ISSN 0016-7185, <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2022.05.007>.
- Brusco, S. (1982). Emilian Model: Productive Decentralization and Social Integration. *Cambridge Journal of Economics*, (6), 167-184.

- Bureau of European Policy Advisers (BEPA) (2011). Empowering people, driving change: Social innovation in the European Union. *Luxembourg: Publications Office of the European Union*. ISBN 978-92-79-19275-3. <http://doi.org.10.2796/13155>.
- Burke, M.J. & Stephens, J.C. (2018). Political power and renewable energy futures: A critical review. *Energy Research & Social Science*, (35), 8-93. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2214629617303468>
- Cajaiba-Santana, G. (2014). Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework, *Technological Forecasting and Social Change*, 82 (2014), 42–51.
- Caffentzis, G., (2010) The future of the commons: neoliberalism's "plan B" or the original disaccumulation of capital?, *New Formations*, (69), 23–4.
- Campos, I., & Marín-González, E. (2020). People in transitions: Energy citizenship, prosumerism and social movements in Europe. *Energy Research & Social Science*, 69, 101718. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2020.101718>
- Capra, F., & Luisi, P. L. (2016). *The systems view of life: a unifying vision*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Capocci H. (2014). *La dimension écologique de l'association Barricade, Mémoire en Etudes de la population et du développement*. Louvain-la-Neuve : UCL.
- Caputo, A. (2022). Efficiency and Decarbonization Indicators for Total Energy Consumption and Power Sector. ISPRA - *L'Istituto Superiore per la Protezione e la Ricerca Ambientale*, ISPRA Reports 346/2021. ISBN: 978-88-448-1055-9
- Carmona-Moreno, C., Dondeynaz, C., & Biedler, M. (Eds.). (2021). *Implementing the Water–Energy–Food–Ecosystems Nexus and Achieving the Sustainable Development Goals*. UNESCO. <https://doi.org/10.48565/unesdoc-001>
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura*. (Trad. Majer, R. & Simões). Volume 1. J. Ed. Paz e Terra. São Paulo
- Castells, M., (2002), *O poder da identidade*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, M. (2011) A network theory of power, *International journal of communication*, 5, pp 773-787. <http://doi.org.1932–8036/20110773>.
- Castells, M.(2012). *Networks of Outrage and Hope: Social Movements in the Internet Age*. Polity Press. Cambridge, UK.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet*. (Trad.: Carlos Alberto Medeiros). Ed. Zahar.
- CASTELLS, Manuel (2018). *Ruptura: a crise da democracia liberal*. (Trad.: Joana Angélica d'Avila Melo). São Paulo: Zahar.
- Caulier-Grice, J., Davies, A., Patrick, R., & Norman, W. (2012). *Defining social innovation: A deliverable of the project: "The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe" (TEPSIE)*. European Commission, DG Research.
- Chambers, C. (2021). *A critique of the "socio-ecological fix" and towards revolutionary rupture*. First published: 15 September 2020 <https://doi.org/10.1111/area.12668>. Vol 53, Issue1 (pp 114-121).
- Chang, Y., Li, G., Yao, Y., Zhang, L., & Yu, C. (2020). Quantifying the water-energy-food nexus: Current status and trends. *Energies*, 13(1), 1–17. <https://doi.org/10.3390/en13010124>
- Chemnitz, C., Luig, B., & Schimpf, M.,(2017). *Agrifood atlas: Facts and figures about the corporations that control what we eat*. Heinrich Böll Foundation, Rosa Luxemburg Foundation, Friends of the Earth Europe. Brussels. (pp 52).
- Cohen, J. (1997). Deliberative democracy and democratic Legitimacy. In Bohman, J & Rehg W., (Eds.), *Deliberative democracy: essays on reason and politics* (pp. 67-91). MIT Press.

- Cowell, R., Bristow, G., & Munday, M. (2011). "Acceptance, acceptability and environmental justice: The role of community benefits in wind energy development." *Journal of Environmental Planning and Management*, 54(4), 539-557
- Cox, L. (2018). *Why social movements matter : an introduction*. Rowman & Littlefield International. Maryland.
- Creamer, V., Eadson, W., Van Veelen, B., Pinker, A., Tingey ,M., Brauholtz - Speight,T., Markantoni, M., Foden, M., & Lacey-Barnacle,M., (2018). Community energy: Entanglements of community, state, and private sector. *George Compass*. 12, e12378, <https://doi.org/10.1111/gec3.12378>.
- Crippa, M., Solazzo, E., Guizzardi, D., Monforti-Ferrario, F., Tubiello, F.N. & Leip, A.(2021). *Food systems are responsible for a third of global anthropogenic GHG emissions*. *Nature Food*, 1–12. <https://doi.org/10.1038/s43016-021-00225-9>
- Cunha, F .(2018.) *Economia Colaborativa: recriando significados coletivos*. (pp 132) Ed Bambual. Rio de Janeiro ISBN 978-85-94461-05-6.
- Dawson, P., & Daniel, L. (2010). Understanding social innovation: A provisional framework. *International Journal of Technology Management*, 51(1), 9–21. <https://doi.org/10.1504/IJTM.2010.033125>
- De Angelis, M., (2017). *Omnia Sunt Communia: on the commons and the transformation to postcapitalism*. Zed Books.
- De Angelis, M., & Diesner, D. (2020). A revolution under our feet: Food sovereignty and the commons in the case of Campi Aperti. In D. Özkan & G. B. Büyüksaraç (Eds.), *Commoning the city: Empirical perspectives on urban ecology, economics and ethics* (pp. 75–91). *Routledge*. <https://doi.org/10.4324/9780429021886-6>
- De Schutter, O. (2019). Towards a common food policy for the European Union The policy reform and realignment that is required to build sustainable food systems in Europe. *IPES-Food*. <https://ipes-food.org/report/towards-a-common-food-policy-for-the-eu/>.
- Defard, C.(2023) Energy Union 2.0. to deliver the European Green Deal: stronger governance, common financing and democratic tools. Report nº 127. [https://institutdelors.eu/wp-content/uploads/2023/11/R127-Energy Union 2.0 European Green Deal EN.pdf](https://institutdelors.eu/wp-content/uploads/2023/11/R127-Energy%20Union%202.0%20European%20Green%20Deal%20EN.pdf)
- Delanty, G. (2000). *Citizenship in a Global Age: Society, Culture, Politics*. Buckingham and Philadelphia: Open University Press.
- Dewey, J (1946). *The public and its problems: an essay in political inquiry*. (pp 224). Gateway Books. Chicago.
- Di Felice, L. J., Ripa, M., & Giampietro, M. (2019). An alternative to market-oriented energy models: Nexus patterns across hierarchical levels. *Energy Policy*, (126) 431-443.
- Di Gregorio, M., Gallemore, C. T., Brockhaus, M., Fatorelli, L., & Muharrom, E. (2017). How institutions and beliefs affect environmental discourse: Evidence from an eight-country survey on REDD+. *Global Environmental Change*, (45) 133–150. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2017.05.006>
- Diesner, D. (2022). *Commoning the food system: barriers, opportunities and resilience strategies on the case of CampiAperti*. (tese de doutorado). Coventry University. Bologna, Italy.
- Dóci, G., Vasileiadou, E., & Petersen, A. C. (2015). Exploring the transition potential of renewable energy communities. *Futures*, 66, 85–95. <https://doi.org/10.1016/j.futures.2015.01.002>
- Dryzek, J. S., Downes, D., Hunold, C., Schlosberg, D., & Hernes, H. K. (2020). Ecological modernisation, risk society, and the green state. In *The ecological modernisation reader* (pp. 226–253).Routledge.

- Dunlap, A., & Riquito, M. (2023). Social warfare for lithium extraction? Open-pit lithium mining, counterinsurgency tactics and enforcing green extractivism in northern Portugal. *Energy Research & Social Science*, 95, 102912.
- Dunlop, T. (2019). Mind the gap: A social sciences review of energy efficiency. *Energy Research & Social Science*, (56) 101-216, ISSN 2214-6296, <https://doi.org/10.1016/j.erss.2019.05.026>.
- European Association of Agricultural Economists (EAAE) (2019). Agricultural policy for the environment or environmental policy for agriculture? 172nd Seminar. EAAE, Brussels. In: Matthews et al. 2019
- Elworthy, C. (2011). The energy commons: a governance framework for climate stability and energy security. Retrieved March 11. 2015. https://www.academia.edu/834236/The_Energy_Commons_A_Governance_Framework_for_Climate_Stability_and_Energy_Security
- Enright, T., & Rossi, U. (2018). Ambiguous commoning: Urban commons in the neoliberal city. *Antipode*, 50(4), 834–854. <https://doi.org/10.1111/anti.12341>
- Ericksen, P., (2008). Conceptualizing food systems for global environmental change research. *Global Environ. Change* 18 (1), 234–245. <https://doi.org/10.1016/j>
- Escobar, A. (1995). *Encountering development: the making and unmaking of the third world*. Princeton Studies. In Culture/ power/history. Princeton, New Jersey: Princeton University press.
- Esteves, A.M., Cunha, F., Girardi, A. e Quintão, F. (2024). Transnational networks of energy communities as counterpower in the European Union renewable energy transition framework, *Community Development Journal*, bsae059, <https://doi.org/10.1093/cdj/bsae059>
- European Commission. (2012). *Confronting scarcity : managing water, energy and land for inclusive and sustainable growth*. Publications Office. <https://data.europa.eu/doi/10.2841/40899>.
- European Commission (2016) *Staff working document impact assessment accompanying the document proposal for a directive of the european parliament and of the council on the promotion of the use of energy from renewable sources (Recast)*, accessed at: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=celex%3A52016SC0418> 24 janeiro 2024.
- European Commission (2019a) Directorate-General for Energy, *Clean energy for all Europeans*. Publications Office, [Em linha]. Disponível em: <https://data.europa.eu/doi/10.2833/9937>
- European Commission, JRC - Joint Research Centre. (2019b). Energy poverty through the lens of EU research and innovation projects. *LU: Publications Office*. Acedido: 13 de julho de 2023. [Em linha]. Disponível em: <https://data.europa.eu/doi/10.2760/972106>
- European Commission, (2020a). *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions a Farm to Fork Strategy for a fair, healthy and environmentally-friendly food system*. COM/2020/381 final. Brussels. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A52020DC0381>
- European Commission. Joint Research Centre. (2020b). Energy communities: an overview of energy and social innovation. *LU: Publications Office*, 2020. Acedido: 13 de julho de 2023. [Em linha]. <https://data.europa.eu/doi/10.2760/180576>.
- European Commission, 2023. Directive of the European Parliament and of the council on energy efficiency and amending Regulation (EU) 2023/955 (recast). Available at: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CONSIL:PE_15_2023_INIT

- European Commission. (2024). *Strategic Dialogue on the Future of EU Agriculture: A shared prospect for farming and food in Europe*. https://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy/cap-overview/main-initiatives-strategic-dialogue-future-eu-agriculture_en
- European Council,(2023). Council and Parliament reach provisional deal on renewable energy directive. Press Release. Available at: <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2023/03/30/council-and-parliament-reach-provisional-deal-on-renewable-energy-directive/>
- Evans, P., & Rodríguez-Garavito, C. (Eds.). (2018). *Transnational advocacy networks: Twenty years of evolving theory and practice*. Dejusticia.
- Faniel J., Gobin C., Paternotte D. dir. (2020). *Se mobiliser en Belgique : Raisons, cadres et formes de la contestation sociale contemporaine*. Louvain-La-Neuve. Editions Academia.
- Federici, S. (2011). Feminism and the politics of the commons. In: Hughes, C., Peace, S., & Van Meter, K. (Eds) *Uses of a whirlwind, movement, movements, and contemporary radical currents in the United States*. Oakland: Ak Press, (pp. 283–294).
- Federici, S. (2023). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. (Trad. coletivo sycorax). Edição original "Caliban and the Witch", 2004, Autonomedia.
- Federici, S. & Caffentzis, G. (2014). Commons against and beyond Capitalism. *Community Development Journal*, (49) 92–105.
- Feinberg, A., Ghorbani, A. & Herder, P. (2021) . Diversity and Challenges of the Urban Commons: A Comprehensive Review. *International Journal of the Commons*, 15(1) 1–20. Available at: <https://doi.org/10.5334/ijc.1033>.
- Feola G. (2015). Societal transformation in response to global environmental change: a review of emerging concepts. *Ambio* 44(5) 376–90
- Feola G. (2020). Capitalism in sustainability transitions research: time for a critical turn?. *Environ. Innov. Soc. Transit.* (35) 241–50
- Feyereisen, A., Stassart, P & Jonet, C. (2017). From local initiatives to territorial transition project: case study of a grassroots food belt project in Liège (Belgium) Proceedings of the 21th Conference of the Environmental and Sustainability Management. *Accounting Network (EMAN)*, Liège, 2017.
- Fischler, C. (2011). *L'alimentation, une consommation pas comme les autres. Comment la consommation a envahi nos vies*. Grands Dossiers, n° 22.
- Fischer-Kowalski, M., & Weisz, H. (2016). *Socioecological Transitions and Global Change: Trajectories of Social Metabolism and Land Use*. Edward Elgar Publishing.
- Food and agriculture organization (FAO). ,(2011). Energy-Smart Food for People and Climate. *Issue Paper*. available at: <https://www.fao.org/3/i2454e/i2454e00.pdf>. Accessed in: 31/08/2023.
- Food and agriculture organization (FAO),International fund for agricultural development (IFAD), United nations children's fund (UNICEF),World food programme (WFP) & World health organization (WHO). (2020). The State of Food Security and Nutrition in the World 2020. <https://doi.org/10.4060/ca9692en>
- Fortuna, G. (2024). *Repeated delays and a farmer-led green policy backlash have left the flagship "Farm to Fork" strategy in doubt*. Published on 19/02/2024. <https://www.euronews.com/my-europe/2024/02/19/over-half-of-von-der-levens-food-policy-promises-werent-met-analysis-shows>
- Foster, J. B. (2010). *The ecological rift: Capitalism's war on the earth*. Monthly Review Press.
- Foster, S. R., & Iaione, C. (2016). *The City as a Commons*. Yale Law & Policy Review, 34(2)

- Fraser, N. (1990). Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *Social Text*, 25/26, pp. 56-80. URL: <http://www.jstor.org/stable/466240>.
- Freitag, U., & von Oppen, A. (2010). Introduction. "Translocality": An Approach to Connection and Transfer in Area Studies. In: Freitag, U. & Von Oppen, A., (eds), *Translocality: The Study of Globalising Processes from a Southern Perspective*. Leiden: Brill
- Funtowicz, S. O., & Ravetz, J. R. (2000). *La Ciencia Posnormal: Ciencia con la Gente* (160). Icaria editorial.
- Gamboa, G., Kovacic, Z., Di Masso, M., Mingorría, S., Gomiero, T., Rivera-Ferré, M., & Giampietro, M. (2016). The complexity of food systems: Defining relevant attributes and indicators for the evaluation of food supply chains in Spain. *Sustainability*, 8(6), 515. <https://doi.org/10.3390/su8060515>
- Garroy, S. (2019, agosto). Contribution to the study of the direct tax regime for social enterprises in Belgium: An illustration of the interactions between tax law and non-tax law). Apresentado na University of Liège em 30 Agosto de 2019. Disponível em: <https://orbi.uliege.be/handle/2268/239298>, acessado em 02/12/2024
- Geels F.,W., & Schot J. (2007) Typology of sociotechnical transition pathways. *Res. Policy.*, 36 (3) 399-417, 10.1016/j.respol.2007.01.003
- Giampietro, M. (2018). Perception and Representation of the Resource Nexus at the Interface between Society and the Natural Environment. *Sustainability*, 10(7), 2545.
- Gibson-Graham, J. K., Cameron, J. & Healy, S. Commoning as a postcapitalist politics.(2009) In Amin, A. & Howell, P. (Eds.), *Releasing the commons: rethinking the futures of the commons* (pp.192-212). Routledge.
- Giddens, A. (1984). *The constitution of society. Outline of the theory of structuration*. Cambridge: Polity Press.
- Gielen, D., Boshell, F., Saygin, D., Bazilian, M.,D., Wagner, N., & Gorini R. (2019). The role of renewable energy in the global energy transformation. *Energy Strategy Reviews*, (24), 38-50, ISSN 2211-467X, <https://doi.org/10.1016/j.esr.2019.01.006>.
- Giotitsas, C., Nardelli , P., Williamson S., Roos, A., Pournaras, E., & Kostakis, V. (2022). Energy governance as a commons: engineering alternative socio-technical configurations. *Energy Research & Social Science*. (84) 102354. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2021.102354>.
- Giri, N. & Mohanty, R.C., (2022). Design of agrivoltaic system to optimize land use for clean energy- food production: a socio- economic and environmental assessment. *Clean Technologies and Environmental Policy*. <https://doi.org/10.1007/s10098-022-02337-7>
- Godfray, H.,C., J., Beddington, J.,R., Crute, I.,R., Haddad, L., Lourenco D., Muir, J.,F., Bonito, J., Robinson, S., Thomas, S., & M.,Toulmin, C. (2010). Food security: the challenge of feeding 9 billion people. *Science* 327: 812-818.
- Gohn, M., G., M. (2000), *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola.
- Gómez, A.,U., & Cadenas, H. (2015). *Sistemas socio-ecológicos: elementos teóricos y conceptuales para la discusión en torno a vulnerabilidad hídrica* , *L'Ordinaire des Amériques* [En ligne], 218 | 2015, mis en ligne le 05 juillet 2015, consulté le 02 décembre 2024. URL : <http://journals.openedition.org/orda/1774> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/orda.1774>
- González de Molina, M., & Toledo, V., M. (2014). Social metabolism: origins, history, approaches, and main publications In González de Molina, M. & Toledo, V., M. (Eds.), *The social metabolism: a socio- ecological theory of historical change*. *Environmental*

- history*. vol. 3, Cham: Springer International Publishing, pp. 43–58, doi:10.1007/978-3-319-06358-4_3, ISBN 978-3-319-06358-4, retrieved 2023-03-12
- Gramsci, A. (1971). *Selections from the Prison Notebooks*. International Publishers.
- Gregg, J. S., Nyborg, S., Hansen, M., Schwanitz, V. J., Wierling, A., Zeiss, J. P., Delvaux, S., Saenz, V., Polo-Alvarez, L., Candelise, C., Gilcrease, W., Arrobbio, O., Sciallo, A., & Padovan, D. (2020). Collective Action and Social Innovation in the Energy Sector: A Mobilization Model Perspective. *Energies*, 13(3), 651. <https://doi.org/10.3390/en13030651>
- Greiner, C., & Sakdapolrak, P. (2013) Translocality: Concepts, applications and emerging research perspectives. *Geography Compass*, 7(5), 373–384.
- Grossmann, K., 2017. Energy poverty in an intersectional perspective. In: Simcok, N. et al. (eds.) *Energy Poverty and Vulnerability*, London: Routledge. pp.12-32. DOI:10.4324/9781315231518-2
- Gupta, J. & Ivanova, A., 2009. Global energy efficiency governance in the context of climate politics. *Energy Effic.*, 2, pp. 339-352, 10.1007/s12053-008-9036-4
- Gutmann, A. & Thompson, D. (2016) "73. What Deliberative Democracy Means". *Democracy: A Reader*, edited by Blaug R & Schwarzmantel J. (Eds) New York Chichester, West Sussex: Columbia University Press. 415-424. <https://doi.org/10.7312/blau17412-088>
- Haavik, T.K., (2020). *Societal resilience – Clarifying the concept and upscaling the scope*. Safety Science 132, 104964. <https://doi.org/10.1016/j.ssci.2020.104964>.
- Habermas, J. (2002). *Historia y Crítica de la Opinión Pública. La Transformación Estructural de la Vida Pública*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Habermas, J. (2003). *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa* 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. (pp 398).
- Habermas, J. (2008) Hannah Arendt's Communications Concept of Power. In Allen A. Ed *Hannah Arendt*. London: Routledge, London, UK, pp. 67-88 <https://doi.org/10.4324/9781315253657>
- Haraway, D. (1988). "Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective." *Feminist Studies*, 14(3), 575–599. <http://www.jstor.org/stable/3178066?origin=JSTOR-pdf>
- Hardt, M., & Negri, A. (2009). *Commonwealth*. The Belkna Press. Cambridge, UK.
- Hardt, M., & Negri, A. (2016) Bem estar comum. 1ª ed. (Marques, C., Trad) Rio de Janeiro: Record. Tradução de: Commonwealth (2009) ISBN 978-85-01-09308-0
- Harvey, D. (2005). *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford University Press.
- Harvey, D. (2007). *The Limits to Capital* (2nd ed.). Verso.
- Harvey, D., (2010) *The Enigma of Capital and the Crisis of Capitalism*. London: Profile Books
- Harvey, D. (2011). The Future of the Commons. *Radical History Review*, (109), 101–107. <https://doi.org/10.1215/01636545-2010-017>
- Harvey, D. (2012) . *Rebel Cities*. London: Verso
- Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. (Trad Jeferson Camargo). São Paulo: Martins Fontes. (pp 294)
- Hassanein, N. (2003). Practicing food democracy: a pragmatic politics of transformation. *Journal of Rural Studies*. (19) Issue 1, 77-86, ISSN 0743-0167, [https://doi.org/10.1016/S0743-0167\(02\)00041-4](https://doi.org/10.1016/S0743-0167(02)00041-4).
- Hawlitshchek, F., Stofberg, N., Teubner, T., Tu, P. & Weinhardt, C. (2018). How corporate sharewashing practices undermine consumer trust. *Sustainability*, 10, 2638. <https://doi.org/10.3390/su10082638>.

- Haxeltine, A., Pel, B., Dumitru, A., Avelino, F., Kemp, R., Bauler, T., Kunze, I., Dorland, J., Wittmayer, J., e Jorgensen, M.S. (2017). Towards a TSI theory: a relational framework and 12 propositions. *Transit Working Paper: 16 December 2017*. . TRANSIT: EU SSH.2013.3.2-1 Grant agreement no: 613169..
- Heidelberg, R.L. (2024). *The incompatibility of the commons and the public*. 18 (1) 10.5334/ijc.1236 Art. no. 1, Feb.
- Heinberg, R. & Bomford M. (2009). *The food and farming transition: toward a post-carbon food system*. Santa Rosa, California: The Post Carbon Institute.
- Herring, H. (2006). Energy efficiency - a critical view. *Energy*. 31 (1 SPEC. ISS), 10-20 . 10.1016/j.energy.2004.04.055.
- Hess, C. & Ostrom, E.(2006). *Understanding Knowledge as a Commons: From Theory to Practice*. Edited by Charlotte Hess and Elinor Ostrom, MIT Press - mitpress.mit.edu/sites/default/files/titles/content/9780262083577_sch_0001.pdf.
- Hill, C. & Grove, R.G .(1996). Green Imperialism: Colonial Expansion, Tropical Island Edens and the Origins of Environmentalism, 1600–1860. (Studies in Environment and History.). *The American Historical Review*, (101) Issue 4, October 1996, 1199–1200, <https://doi.org/10.1086/ahr/101.4.1199>
- Holder, J. B. & Flessas, T., (2008). *Emerging Commons*. Social & Legal Studies, 3 (17), 299–310
- Holt-Giménez, E. & Lammeren, I. (2018). *Can food as a commons advance food sovereignty?* In: Vivero-Pol, J. L., Ferrando, T. , De Schutter, O. & Mattei, U. (Eds.), *Routledge Handbook Of Food As A Commons* (1.a ed) (pp 313–328). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315161495-20>
- Hopke, J. E. (2016). Translocal environmental activism: Exploring the relationship between place and digital media in Latin American environmental movements. *Environmental Communication*, 10(4), 450–473. <https://doi.org/10.1080/17524032.2015.1047889>
- Huron, A. (2017). Theorising the urban commons: new thoughts, tensions and paths forward. *Urban Studies*, 54(4), 1062–1069. h <https://doi.org/10.1177/0042098016685528>
- Illich , I. (1982). Silence is a Commons: Computers are doing to communication what fences did to pastures and cars did to streets. Disponível em: <http://www.preservenet.com/theory/Illich/Silence.html>.
- Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). (2022). *Climate Change 2022: Mitigation of Climate Change. Contribution of Working Group III to the Sixth Assessment Report of the IPCC*. <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-3/>
- Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) (2023). *Sections*. In: *Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* [Core Writing Team, H. Lee & J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, pp. 35-115, doi: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647
- International Energy Agency (IEA). (2018). *The Role of Energy Efficiency in the Clean Energy Transition*. <https://www.iea.org/reports/the-role-of-energy-efficiency>
- International Energy Agency (IEA) (2020). *Renewables 2020*. <https://www.iea.org/reports/renewables-2020> acessado em: 13 de abril de 2022.
- International Energy Agency (IEA). (2021) *World Energy Outlook 2021*, IEA, Paris. <https://www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2021>
- International Food Policy Research Institute (IFPRI) (2014). *Global Nutrition Report 2014. Actions and accountability to accelerate the world's progress on nutrition*. Washington DC: International Food Policy Research Institute.

- Jackson, T. (2009). *Prosperity without growth: Economics for a finite planet*. Earthscan.
- Kallis, G. (2017). *Radical dematerialization and degrowth*. *Philosophical transactions of the royal society a: mathematical, physical and engineering sciences*, 375 (2095), 20160383.
- Kambli, N. (2022) Converging green and social agendas: insight from the European Green Deal and society workshops series. In Sanderland, L. & Segura L. (Eds.) *Right to Energy Coalition, Energy Poverty Handbook*, The Greens/EFA, Brussels, Belgium, (pp. 72-75).
- Kapucu, N., Beaudet, S., Chang, N.B., Qiu, J., & Peng, Z.R., (2021). *Partnerships and network governance for urban food-energy-water (FEW) nexus*. *Int. J. Publ. Adm.* 1–14. <https://doi.org/10.1080/01900692.2021.1967981>.
- Kaul, S., Akbulut, B., Demaria, F. & Gerber J-F. (2022). Alternatives to sustainable development: What can we learn from the pluriverse in practice?. *Sustain. Sci.* 17:(4):1149–58
- Keck, M. E., & Sikkink, K. (1998). *Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics*. Cornell University Press.
- Kneafsey, A.M., Venn, L., Schmutz, U., Balázs, B., Trenchard, L., Eyden-Wood, T., Sutton, G., Blackett, M., Santini, E.F., & Gomez, S. (2013). Short food supply chains and local food systems in the EU. *A State of Play of Their Socio-Economic Characteristics*, EUR—Scientific and Technical Research Series; Publications Office of the European Union: Luxembourg.
- Kocagöz, U. (2018). The commons politics of food. In: Erdoğan, E., Yüce, N. & Özbay, O. (Eds). *The Politics of the Commons: from Theory to Struggle*. *Sehak*. Istanbul ISBN: 978-605-67704-2-5
- Koirala, B., Chaves Ávila, J., Gómez, T., Hakvoort, R. & Herder, P., (2016). Local alternative for energy supply: performance assessment of integrated community energy systems. *Energies* (9) 981.
- Kooij, H., J. Oteman, M., Veenman, S., Sperling, K., Magnusson, D., Palm, J., & Hvelplund, F. (2018) Between grassroots and treetops: Community power and institutional dependence in the renewable energy sector in Denmark, Sweden and the Netherlands. *Energy Res. Soc. Sci.*, (37) 52–64, mar. 2018, doi: 10.1016/j.erss.2017.09.019.
- Kostakis, V., Giotitsas, C., & Kitsikopoulos, D. (2024). Envisioning energy futures through visual images: What would a commons-based energy system look like? *Energy Research & Social Science*, 118, 103771. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2023.103771>
- Kostakis, V. & Bauwens M. (2014). *Network society and future scenarios for a collaborative economy*. London: Palgrave MacMillan
- Kovacic, Z., & Giampietro, M. (2015). *Beyond “beyond GDP indicators:” The need for reflexivity in science for governance*. *Ecological complexity*, 21, 53-61.
- Kovacic, Z. & Di Felice, L., J. (2019). Complexity, uncertainty and ambiguity: Implications for European Union energy governance. *Energy Research & Social Science*. (53) 159-169, ISSN 2214-6296 <https://doi.org/10.1016/j.erss.2019.03.005>.
- Kuepper, G. (2010). *A brief overview of the history and philosophy of organic agriculture*. Poteau: Kerr Center for Sustainable Agriculture.
- Kuljay, A., Louvin, J.-M., Anderson, M., Jaffer, N., & Ferrando, T. (2021). From food as commodity to food as liberation. *Development*, 64(3–4), 245–251. <https://doi.org/10.1057/s41301-021-00311-2>
- Lafont, C. (2020). *Democracy Without Shortcuts: A Participatory Conception of Deliberative Democracy*. Oxford University Press.

- Legendijk, A., Kooij, H.-J., Veenman, S., & Oteman, M., (2021). Noisy monsters or beacons of transition: the framing and social (un)acceptance of Dutch community renewable energy initiatives. *Energy Policy* 159. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2021.112580>
- Latour, B. (2005). *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford University Press.
- Laval, C., & Dardot, P. (2009). *La nouvelle raison du monde. Essais sur la société néolibérale*. Paris: La Découverte.
- Leipold, S. (2021). Transforming ecological modernisation ‘from within’ or perpetuating it? The circular economy as EU environmental policy narrative. *Environmental Politics*, (30) 1045–1067. <https://doi.org/10.1080/09644016.2020.1868863>
- Linebaugh, P. (2009). *The Magna Carta Manifesto: Liberties and Commons for All*. University of California Press
- Lipmann, W. (2008). *Opinião Publica*. Trad.: Jaques A. Weinberg. Petropolis, Rio de Janeiro. Ed Vozes
- Loorbach, D., Frantzeskaki, N., & Avelino, F. (2017). Sustainability transitions research: transforming science and practice for societal change. *Annu. Rev. Environ. Resour.* (42) 599–626
- Loorbach, D., Witmayer, J., Avelino, F., von Wirth, T. & Frantzeskaki, N., 2020 Transformative innovation and translocal diffusion. *Environmental Innovation and Societal Transitions*. <https://doi.org/10.1016/j.eist.2020.01.009>
- Lucas dos Santos, L. (2019). Broadening the economic imagery through european complementary currencies: citizen-driven economic initiatives and community autonomy as key concepts. In Coelho, S.L., Marcelo, G. (Eds.). *Ética, Economia e Sociedade: Questões Cruzadas*, pp. 343-364. Porto: Universidade Católica Editora.
- Luchman, L. (2002). Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiencia do orçamento participativo de Porto Alegre. - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280848>>. Acesso em: 09/06/2021. pp225.
- Lutzenhiser, L. (2014). *Through the energy efficiency looking glass*. *Energy Res. Soc. Sci.*, 1 pp. 141-151, [10.1016/j.erss.2014.03.011](https://doi.org/10.1016/j.erss.2014.03.011)
- Macedo, P. (2019). *Municipalities in transition - A transformative game*. <https://doi.org/10.5281/ZENODO.3667473>
- Magdoff, F. & Tokar, B. (Eds.) (2010). *Agriculture and food in crisis. Conflict, resistance, and renewal*. New York: Monthly Review Press.
- Manganelli, A., Van den Broeck, P. & Moolaert, F. (2019). Socio-political dynamics of alternative food networks: a hybrid governance approach. *Territory, Politics, Governance*, 8:3, 299-318, DOI: [10.1080/21622671.2019.1581081](https://doi.org/10.1080/21622671.2019.1581081)
- Manifesto for Transformative Social Innovation. (2017) Version 0.1. / October 2017. <https://tsimanifesto.org/>
- Manza, J., & Cook, F. L. (2002). A democratic polity? Three views of policy responsiveness to public opinion in the United States. *American Politics Research*, 30(6), 630-667. <https://doi.org/10.1177/153267302237231>.
- Manzini, E. (2010). Small, local, open, and connected: design for social innovation and sustainability. *The Journal of Design Strategies*, 4(1), 8-11.
- Margulis, L. (1998). *Symbiotic Planet: A New Look at Evolution*. Basic Books.

- Martinez-Alier, J. (2009). Social metabolism, ecological distribution conflicts, and languages of valuation. *Capitalism Nature Socialism*, 20(1), 58–87. <https://doi.org/10.1080/10455750902727378>
- Martiskainen, M., Heiskanen, M., & Speciale, G. (2018). Community energy initiatives to alleviate fuel poverty: the material politics of Energy Cafés. *Local Environment* 23 (1), 20–35. <https://doi.org/10.1080/13549839.2017.1382459>.
- Mastini, R., Kallis, G., & Hickel, J. (2021). A green new deal without growth?. *Ecological economics* (179) 106832.
- Mattei, U. (2011). *Benicomuni. Un manifesto*. Bari: Laterza.
- Matthews, K.B., Waylen, K.A., Blackstock, K.L., Juarez-Bourke, A., Millera, D.G., Wardell-Johnson, D.H., Rivington, M. & Giampietro, M., (2019). Science for Sustainability: Using Societal Metabolism Analysis to check the robustness of European Union policy narratives in the water, energy and food nexus. *23rd International Congress on Modelling and Simulation*, Canberra, ACT, Australia, 1 to 6 December 2019 [mssanz.org.au/modsim2019](https://mssanz.org.au/modsim2019/J5/matthews.pdf). : <https://mssanz.org.au/modsim2019/J5/matthews.pdf>
- Max-Neef, M. 1986. *Desarrollo a Escala Humana* [Human Scale Development]. Dag Hammarskjöld foundation. Retrieved March 1, 2019.
- Mazzucato, M. (2013). *The entrepreneurial state. Debunking Public vs. Private Sector Myths*. London, Anthem Press.
- McAlpine, R. (2023). The three philosophies which aren't climate change denial. *Brave New Europe*. Publicado 3 de Agosto 2023. <https://braveneweurope.com/robin-mcalpine-the-three-philosophies-which-arent-climate-change-denial>
- Medeiros, L. (2012). Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas. *Revista Mundos do Trabalho*, 7 (4) 7-31 janeiro-junho de 2012.
- Melucci, A. (2001). *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes
- Memmott, T., Carley, S., Graff, M., & Konisky, D., M. (2021). Sociodemographic disparities in energy insecurity among low-income households before and during the COVID-19 pandemic, *Nat. Energy*, (6) 2, 186–193, fev. 2021, doi: 10.1038/s41560-020-00763-9
- Michéle, L., Mattheisen, E., Fernández, S., Bengtberg, P., Ostrovskii, A., Rocha, S., Dias, J., Sastre, A. & Jost, E. (2024). Mapeamento de políticas alimentares locais e participação pública na Europa. FIAN International, Heidelberg, Alemanha.
- Mitlin, D. (2008). With and Beyond the State: Co-Production as a Route to Political Influence, Power and Transformation for Grassroots Organizations. *Environment and Urbanization*, 20 (2), 339–360. <https://doi.org/10.1177/0956247808096117>.
- Moezzi, M. (2000). Decoupling energy efficiency from energy consumption. *Energy Environ.*, 11 (6), 521-537
- Monticelli, L. (2018). Embodying Alternatives to Capitalism in the 21st Century: Civil Society and Social Movements in Southern Europe. *TripleC: Communication, Capitalism & Critique*, 16(2), 501–517.
- Moore, M., L., Riddell, D. & Vocisano, D. (2015). Scaling out, scaling up, scaling deep: strategies of non-profits in advancing systemic social innovation. *The Journal of Corporate Citizenship*, [online] (58) 67–84. <https://www.jstor.org/stable/jcorpcti>.
- Moragues-Faus, A. (2021). The emergence of city food networks: rescaling the impact of urban food policies. *Food Policy*, 102107. <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2021.102107>.
- Moragues-Faus, A. & Battersby, J. (2021). Urban food policies for a sustainable and just future: Concepts and tools for a renewed agenda. *Food Policy* 103 (2021) 102124

- Morais Morauto, J., & Bussler, A. (2019). Community-based initiatives and the politicization gap in socio-ecological transitions: Lessons from Portugal. *Environmental Innovation and Societal Transitions*.
- Moreno, C., Speich D., & Fuhr C., L., (2016). *A métrica do carbono: abstrações globais e epistemicídio ecológico*. Fundação Heinrich Böll, Rio de Janeiro.
- Moulaert, F., Maccallum, D. & Hillier, J. (2013). Social innovation: Intuition, precept, concept, theory and practice. *Social Learning and Transdisciplinary Research*. 13-24. 10.4337/9781849809986.00011.
- Nações Unidas Brasil (2021). *Sistemas alimentares são responsáveis por mais de um terço das emissões globais de gases de efeito estufa*. <https://brasil.un.org/pt-br/115817-sistemas-alimentares-s%C3%A3o-respons%C3%A1veis-por-mais-de-um-ter%C3%A7o-das-emiss%C3%B5es-globais-de-gases-de>
- Newel, P. & Paterson, M. (2010). *Climate capitalism: global warming and the transformation of the global economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Nicholls, A., & Murdoch, A. (2011). The nature of social innovation. In A. Nicholls & A. Murdoch (Eds.), *Social innovation: Blurring boundaries to reconfigure markets* (pp. 1–30). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/9780230367098_1
- Olawuyi, D. (2020). Sustainable development and the water-energy-food nexus: Legal challenges and emerging solutions. *Environmental Science and Policy* 103 (2020) 1–9
- United Nations. (2012). World urbanization prospects: The 2011 revision. Department of Economic and Social Affairs, Population Division.
- Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge University Press
- Ostrom, E. (2007). Collective Action and Local Development Processes. *Sociologica* 3, 1-32. DOI: 10.2383/25950
- Özkan, D., & Baykal Büyüksaraç, G. (Eds.). (2020). *Commoning the city: Empirical perspectives on urban ecology, economics and ethics*. Routledge.
- Özcan, Z., Willaarts, B., Klessova, S., Caucci, S., Prista, L., Adamos, G. & Laspidou, C. (2024). Sustainability Nexus Forum. (32) 6 <https://doi.org/10.1007/s00550-024-00538-w>
- Patterson, M., G. (1996). What is energy efficiency? Concepts, indicators and methodological issues. *Energy Policy*, 24 (5) 377-390, 10.1016/0301-4215(96)00017-1
- Pearsall, H. & Anguelovski. I. (2016) Contesting and Resisting Environmental Gentrification: Responses to New Paradoxes and Challenges for Urban Environmental Justice. *Sociological Research*. Online, 3(21) 121- 127 <http://www.socresonline.org.uk/21/3/6.html> doi: 10.5153/sro.3979
- Pechlaner, G., & Otero, G. (2010). The neoliberal food regime: Neoregulation and the new division of labor in North America. *Rural Sociology*, 75(2), 179–208. <https://doi.org/10.1111/j.1549-0831.2009.00006.x>
- Pedregal, A. & Lukić, N. (2024). Imperialism, Ecological Imperialism, and Green Imperialism: An Overview. *Journal of Labor and Society* 27 (1) 105-138. <https://doi.org/10.1163/24714607-bja10149>
- Pel, B., J. Wittmayer, J. Dorland, & Jørgensen M., S. (2020). Unpacking the social innovation ecosystem: an empirically grounded typology of empowering network constellations. *Innovation: The European Journal of Social Science Research* 33 (3). 311–36. <https://doi.org/10.1080/13511610.2019.1705147>.
- Pel, B., Wittmayer, J., M., Avelino, F. & Bauler, T. (2022). Paradoxes of transformative social innovation: from critical awareness towards strategies of Inquiry. *Novation. Critical*

- perspectives in social innovation, social enterprise and/or the social solidarity economy.*
(4) 35-62
- Pel, B., Wittmayer, J., M., Avelino, F., Loorbach, D. & de Geus, T. (2023). How to account for the dark sides of social innovation? Transitions directionality in renewable energy prosumerism. *Environmental Innovation and Societal Transitions*. Vol 49, 100775, ISSN 2210-4224, <https://doi.org/10.1016/j.eist.2023.100775>.
- Penha-Lopes, G. & Henfrey, T., (2019). Status report on community-led action on sustainability and climate change in Europe. Brussels: *ECOLISE*. <https://www.ecolise.eu/wp-content/uploads/2016/02/Status-Report-on-Community-led-Action-on-Sustainability-Climate-Change-in-Europe-2019.pdf> (Accessed August 18th 2023).
- Pereira, G., I. & Pereira, P., (2017). Energy efficiency governance in the EU-28: analysis of institutional, human, financial and political dimensions. *Energy Effic.*, 10 (5), 1279-1297, 10.1007/s12053-017-9520-9
- Petrova, S. & Simcock, N. (2021). Gender and energy: domestic inequities reconsidered, *Soc. Cult. Geogr.*, (22) 6, 849–867, jul. 2021, doi: 10.1080/14649365.2019.1645200.
- Phills Jr., J. A., Deiglmeier, K., & Miller, D. T. (2008). Rediscovering social innovation. *Stanford Social Innovation Review*, 6(4), 34–43. <https://doi.org/10.48558/TSAB-QY44>
- Pimental, D. & Pimental M. H. (2008). *Food, energy and society*. Boca Raton, Florida: CRC Press.
- Pitron G.(2021). El impacto de los metales raros. Profundizando en la transición energética. *Green European Journal*, 5/2/2021. In: Bringel e Svampa, 2023
- Pleyers, G. (2017). The local food movement in Belgium: from prefigurative activism to social innovations. *Interface*. 9 (1) 123 – 139.
- Polanyi, K. (1944). *The Great Transformation. The political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Press.
- Porst, L. & Sakdapolrak, P. (2017). *How scale matters in translocality: uses and potentials of scale in translocal research*. *Erkunde* 2 (71) 111–126.
- Pothukuchi, K. & Kaufman, J. (1999), Placing the food system on the urban agenda: the role of municipal institutions in food systems planning. *Agriculture and Human Values*, 16, 213–224.
- Pradeep, K. & Segura, L. (2022). Ending fossil fuel lock-ins for a just energy transition. In Sanderland, L & Segura, L. (Eds), *Energy poverty handbook, right to energy coalition*. pp. 56–59.
- Pudup, M., (2008). It takes a garden: Cultivating citizen-subjects in organized garden projects. *Geoforum* 39 (3) 1228–40. doi:10.1016/j.geoforum.2007.06.012.
- Quarta, A., & Ferrando, T. (2015). Italian property outlaws: from the theory of the commons to the praxis of occupation. *Global Jurist* 15(3) 261–290.
- Radtke, J. & Scherhauser, P. (2022). *A social science perspective on conflicts in the energy transition: An introduction to the special issue*. *Utilities Policy*, Volume 78, 101396, ISSN 0957-1787, <https://doi.org/10.1016/j.jup.2022.101396>.
- Rayner, S. (2012). Uncomfortable knowledge: the social construction of ignorance in science and environmental policy discourses. *Economy and Society*, 41(1), 107–125. <https://doi.org/10.1080/03085147.2011.637335>
- Recanatì F., Maughan C., Pedrotti M., Dembska K., & Antonelli M., (2019). Assessing the role of CAP for more sustainable and healthier food systems in Europe: A literature review. *Science of the Total Environment*. 653 908-919.

- Renner, A., & Giampietro, M. (2020). Socio-technical discourses of European electricity decarbonization: Contesting narrative credibility and legitimacy with quantitative storytelling. *Energy Research & Social Science*, (59) 101279.
- Richardson, K., Steffen, W., Lucht, W., Bendtsen, J., Cornell, S.E., Donges, J.F., Drüke, M., Fetzer, I., Bala, G., von Bloh, W., Feulner, G., Fiedler, S., Gerten, D., Gleeson, T., Hofmann, M., Huiskamp, W., Kummu, M., Mohan, C., Nogués-Bravo, D., Petri, S., Porkka, M., Rahmstorf, S., Schaphof, S., Thonicke, K., Tobian, A., Virkki, V., Weber, L. & Rockström, J. (2023). *Earth beyond six of nine planetary boundaries*. Science Advances (9) 37.
- Ringler, C., Bhaduri, A., & Lawford, R. (2013). The Nexus across water, energy, land and food (WELF): potential for improved resource use efficiency? *Curr. Opin. Environ. Sustain.* (5) 617–624.
- Ritchie, H., Rosado, P., & Roser M. (s.d.). Environmental Impacts of Food Production: What are the environmental impacts of food production? How do we reduce the impacts of agriculture on the environment?. https://www.google.com/url?q=https://ourworldindata.org/environmental-impacts-of-food&sa=D&source=docs&ust=1735473991229742&usq=AOvVaw355e6dG4x0mAj_Dm_ye3q. Acessado em: 05/12/2024
- Rockström, J., Steffen, W., Noone, K., Persson, Å., Chapin, F. S., Lambin, E. F., ... Foley, J. A. (2009). A safe operating space for humanity. *Nature*, 461 (7263), 472–475. <https://doi.org/10.1038/461472a>
- Rose N.,2021. From the cancer stage of capitalism to the political principle of the common: the social immune response of “food as commons. *Int J Health Policy Manag.* 2021;x(x):x–x. doi:10.34172/ijhpm.2021.20
- Rosenow, J., Graichen, J. & Scheuer, S. (2018). Destination Paris: Why the EU’s Climate Policy Will Derail Without Energy Efficiency. <https://www.raonline.org/knowledge-center/destination-paris-why-eus-climate-policy-will-derail-without-energy-efficiency/>. Accessed in: 31/08/2023
- Salati, C. (2022). From Italian to EU cities: searching for a framework for Civic Participation through the Commons. *Seminar Commons Lab & Urban Studies Institute*. 18 May 2022
- Salati, C. (2023). The forgotten meaning of the EU principle of subsidiarity: horizontal subsidiarity in Italian local governments. *Governance Papers DiGoP 02/2023*, Eurac Research, Bolzano/Bozen, Italy, <https://doi.org/10.57749/hcdq-2p97>
- Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.
- Schwanitz, V.J., Wierling, A., Arghandeh Paudler, H., von Beck, C., Dufner, S., Koren, K., Kraudzun, T., Marcroft, T., Mueller, L. & Zeiss, J.P. (2023). Statistical evidence for the contribution of citizen-led initiatives and projects to the energy transition in Europe. *Sci Rep* 13, 1342. <https://doi.org/10.1038/s41598-023-28504-4>
- Scholz, T. (2023). Exploring italian social cooperatives with Vera Negri Zamagni: lessons from platform cooperatives. *Grassroots Economic*. April 10, 2023 Organizing. <https://geo.coop/articles/exploring-italian-social-cooperatives-vera-negri-zamagni?utm>
- Schumacher, E., F. (1973). *Small is beautiful blond & briggs*. pp 288. ISBN 978-0-06-091630-5
- Seyfang, G.; Smith, A., and Longhurst, N., 2010. Grassroots Innovations for SustainableDevelopment: a New Research Agenda. *Economic sociology: the European electronic newsletter, Max Planck Institute for the Study of Societies (MPIfG)*, 12 (1): 68-72. <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/155963/1/vol12-no01-a9.pdf>

- Shove, E. (2017). What is wrong with energy efficiency? *InfBuild. Res.*, 46 (7), 779-789, 10.1080/09613218.2017.1361746
- Simon, K., Diprose, G., & Thomas, A. C. (2019). Community-led initiatives for climate adaptation and mitigation, Kōtuitui: New Zealand *Journal of Social Sciences* Online. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1177083X.2019.1652659>
- Simpson, G.B. & Jewitt, G.P.W. (2019). The development of the water-energy-food nexus as a framework for achieving resource security: a review. *Front. Environ. Sci.* 8 (7), 1–7.
- Smil, V. (2016). Examining energy transitions: A dozen insights based on performance. *Energy research & social science*, (22) 194-197. (Weber & Weber, 2020) (Please alter Smil, 2015 for Smil, 2016)
- Smith, A. (2007). Translating sustainabilities between green niches and socio-technical regimes. *Technology analysis & strategic management*, 19(4), 427-450
- Smith, A., & Stirling, A. (2018). "Innovation, sustainability and democracy: An analysis of grassroots contributions." *Journal of Responsible Innovation*, 5(1), 44-64. DOI: 10.1080/23299460.2017.1409002
- Social Innovation Community (2018). The Lisbon Declaration. Social innovation as a path to a sustainable, inclusive and resilient Europe. <https://yippy.com/yp/social-innovation-community>. Acessado em: 01/12/2024
- Sokołowski, M. (2020). Renewable and citizen energy communities in the European Union: how (not) to regulate community energy in national laws and policies. *J. Energy Nat. Resour. Law*, (38) 3, 289–304, 2020, doi: DOI: 10.1080/02646811.2020.1759247.
- Sovacool, B. K. (2014). What are we doing here? Analyzing fifteen years of energy scholarship and proposing a social science research agenda. *Energy Research & Social Science*, (1) 1-29, ISSN 2214-6296. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2014.02.003>.
- Sovacool, B. K. (2019). The precarious political economy of cobalt: Balancing prosperity, security, and sustainability in the Democratic Republic of the Congo. *Extractive Industries and Society*, 6(3), 915-923
- Srnicek, N. (2016). *Platform Capitalism*. Polity Press.
- Steinbrink, M. (2009). *LebenzwischenStadt und Land. Migration, Translokalität und Verwundbarkeit in Südafrika*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Stern, N. (2006). *The economics of climate change: The Stern review*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511817434>
- Stojilovska, A., Guyet, R., Mahoney K., Gouveia J., P., Castaño-Rosa R., Živčič L, Barbosa., R., & Tkalec., T. (2022) Energy poverty and emerging debates: beyond the traditional triangle of energy poverty drivers. *Energy Policy*, (169) 113181, doi: <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2022.113181>.
- Sultana F. (2022). The unbearable heaviness of climate coloniality. . *Polit. Geogr.* 99:102638.
- Swyngedouw, Erik. (2005). "Governance Innovation and the Citizen: The Janus Face of Governance-Beyond-the-State." *Urban Studies*, 42(11), 1991-2006. <https://doi.org/10.1080/00420980500279869>
- Szeman, I. (2019). *Energy Commons*. Christian P. Haines C., P. & Hitchcock P.(Eds.) *The Minnesota Review*. n. 9: 94–101. <https://doi.org/10.1215/00265667-7737311>.
- Szulecki, K. (2018). Conceptualizing energy democracy. *Environmental Politics* 27(1), 21–41. <https://doi.org/10.1080/09644016.2017.1387294>
- T02P10 - *Bias and Representation in Policy Making*. (2017) June 28 - 30, Singapore.
- Talus K & Aalto P. Competences in EU energy policy. (2017) In Leal-Arcas R. & Wouters J. (Eds). *Research Handbook on EU Energy Law and Policy*. 2, Edward Elgar, Cheltenham, UK, (pp 15-29) <https://doi.org/10.4337/9781786431059.00010>.

- Tarrow, S. (2011). *Power in movement: social movements and contentious politics*. 3rd ed. p.313 – (Cambridge studies in comparative politics). Cambridge University Press.
- Thompson, D.J., (2003). Italy's Emilia Romagna: clustering co-op development. Disponível em: <http://www.cooperativegrocer.coop/articles/index.php?id=483>. Acessado em: 05/07/2023
- Tilly, C. (1995) *Popular Contention in Great Britain, 1758–1834*. Cambridge. Harvard University Press, pp. 476.
- Tornaghi, C. (2017). Urban Agriculture in the food-disabling city: (Re) defining urban food justice, reimagining a politics of empowerment. *Antipode* 49 (3) 781–801. doi:10.1111/anti.12291.
- Tornaghi, C. & Dehaene, M. (2020). The prefigurative power of urban political agroecology: rethinking the urbanisms of agroecological transitions for food system transformation, *Agroecology and Sustainable Food Systems*, (44) 5, 594-610, DOI: 10.1080/21683565.2019.1680593
- Törnberg, A. (2021). Prefigurative politics and social change: a typology drawing on transition studies. *Distinktion: Journal of Social Theory*, 22(1), 83–107. <https://doi.org/10.1080/1600910X.2020.1856161>
- Touraine, A. (1994) *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes
- Truffer, B., Rohrer, H., Kivimaa, P., Raven, R., Alkemade, F., Carvalho, L. & G. Feola (2022). A perspective on the future of sustainability transitions research. *Environ. Innov. Soc. Transit*, (42). 331-339, 10.1016/j.eist.2022.01.006
- Tubiello, F.N., Rosenzweig, C., Conchedda, G., Karl, K., Gütschow, J., Xueyao, P., Obli-Laryea, G., Wanner, N., Qiu, S. Y., de Barros, J., Flammini, A., Mencos- Contreras, E., Souza, L., Quadrelli, R., Heidarsdottir, H. H., Benoit, P., Hayek, M. & Sandalow, D. (2021). Greenhouse gas emissions from food systems: building the evidence base. *Environmental Research Letters*. Jun;16(6):065007.
- Tubiello, F.N., Karl, K., Flammini, A., Gütschow, J., Obli-Laryea, G., Conchedda, G., Pan, X., Qui S. Y, Heidarsdottir H.H., Wanner, N., Quadrelli R., Souza, L., R. Benoit, P. Hayek, M., Sandalow, D., Contreras, E., M. Rozenzweig, C. Moncayo, J., R. Conforti, P. & Torero, M. (2022). Pre- and Post-Production Processes Increasingly Dominate Greenhouse Gas Emissions from Agri-Food Systems. *Earth System Science Data* 14, no. 4 (2022): 1795–1809. <https://doi.org/10.5194/essd-14-1795-2022>
- Tye, M. R., Wilhelmi, O. V., Pierce, A. L., Sharma, S., Nichersu, I., Wróblewski, M., Goszczyński, W., Wendel, J., Laborgne, P., Heyder, M. & Nichersu, I. (2022). The food water energy nexus in an urban context: Connecting theory and practice for nexus governance. *Earth System Governance*, 12, 100143. <https://doi.org/10.1016/j.esg.2022.100143>
- UNU EHS, (2023). *Report Risk Tipping POints: interconnected sisters risks*. <https://interconnectedrisks.org/report>. Acessado em: 01/11/2024.
- Urbiniatti, A.M., Benites-Lazaro, L.L., Carvalho, C.M., de, & Giatti, L.L., 2020. The conceptual basis of water-energy-food nexus governance: systematic literature review using network and discourse analysis. *J. Integr. Environ. Sci.* 17 (2), 21–43. <https://doi.org/10.1080/1943815X.2020.1749086>.
- Vaarst, M., Escudero, A. G., Chappell, S. J., Brinkley, C., Nybroek, R., Arraes, N., Andreasen, L., Gattinger, A., De Almeida, G., Bossio, D. & Halberg, N. (2018). Exploring the concept of agroecological food systems in a city-region context. *Agroecology and Sustainable Food Systems* 42 (6) 686–711. doi:10.1080/21683565.2017.1365321.

- Van Bommel, N. & Höffken, J. (2021). Energy justice within, between and beyond European community energy initiatives: a review. *Energy Research & Social Science*, Vol (79), 102157, ISSN 2214-6296, <https://doi.org/10.1016/j.erss.2021.102157>.
- Van der Horst, D., & Vermeulen, S. (2008). The New Energy Commons: Exploring the Role of Property Regimes in the Development of Renewable Energy Systems. *Conference Governing Shared Resources: Connecting Local Experience to Global Challenges, the Twelfth Biennial Conference of the International Association for the Study of Commons*. Cheltenham, England. <https://hdl.handle.net/10535/952>. (accessed August 19th 2023)
- Van der Have, R. P., & Rubalcaba, L. (2016). Social innovation research: An emerging area of innovation studies? *Research Policy*, 45(9), 1923–1935. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2016.06.010>
- Van Dyck, B., Maughan, N., Vankeerberghen, A. & Visser, M. (2017). Why we need urban agroecology. *Urban Agriculture Magazine* (33) 5–6. <https://www.ruaf.org/why-we-needurban-agroecology>
- Van Veelen, B. (2018). Negotiating energy democracy in practice: Governance processes in community energy projects. *Environmental Politics*, 27(4), 644–665. <https://doi.org/10.1080/09644016.2018.1427824>
- Van Gameren, V., Ruwet, C. & Bauler, T. (2015) Towards a governance of sustainable consumption transitions: how institutional factors influence emerging local food systems in Belgium, *Local Environment*, 20:8, 874-891, DOI: 10.1080/13549839.2013.872090
- Van Gevelt, T. (2020). *The water–energy–food nexus: Bridging the science–policy divide*. Current Opinion in *Environmental Science & Health* (13) 6–10. <https://doi.org/10.1016/j.coesh.2019.09.008>.
- Venghaus, S. & Hake, J.F. (2018). Nexus thinking in current EU policies – The interdependencies among food, energy and water resources. *Environmental Science and Policy* (90) 183–192.
- Vittersø, G., Torjusen, H., Laitala, K., Tocco, B., Biasini, B., Csillag, P., de Labarre, M.D., Lecoœur, J. L., Maj, A., Majewski, E., Malak- Rawlikowska, A., Menozzi, D., Torok, A. & Wavresky, P. (2019). Short Food Supply Chains and Their Contributions to Sustainability: Participants' Views and Perceptions from 12 European Cases. *Sustainability* 2019, 11, 4800. <https://doi.org/10.3390/su11174800>
- Vieira, M. B., & Silva, F. C. da. (2013). Democracia deliberativa hoje: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 10, 151–194
- Vivero Pol, J. L. (2015). Can we end hunger in the post 2015 frame with food as a commodity? <http://knowledge.cta.int/Dossiers/S-T-Issues/Food-security/Feature-articles/Canwe-end-hunger-in-the-post-2015-frame-with-food-as-a-commodity>
- Vivero-Pol, J.L. (2016). The Food Commons in Europe: Relevance, Challenges and Ideas to Feed Them Document presented and discussed during the first meeting of the European Commons Assembly, 15-17 November 2016, Brussels (<https://europeancommonsassembly.eu/>)
- Vivero-Pol, J. (2017). Food as Commons or Commodity? Exploring the Links between Normative Valuations and Agency in Food Transition. *Sustainability*, 9(3), 442. <https://doi.org/10.3390/su9030442>
- Vivero-Pol, J. L., Ferrando, T., Schutter, O. de, & Mattei, U. (Eds.). (2019). Routledge handbook of food as a commons. Earthscan from Routledge.
- Wahlund M & Palm J (2022). The role of energy democracy and energy citizenship for participatory energy transitions: a comprehensive review, *Energy Research & Social Science* (87) 102482, mai. 2022, doi: 10.1016/j.erss.2021.102482.

- Wals, A.E.J.(2010). Between knowing what is right and knowing that is it wrong to tell others what is right: on relativism, uncertainty and democracy in environmental and sustainability education. *Environ. Educ. Res.* 16 (1), 143–151, <http://dx.doi.org/10.1080/13504620903504099>.
- Weber, A., (2013). Enlivenment: Towards a fundamental shift in the concepts of nature, culture and politics. *Publication Series Ecology*. Heinrich Boll Stiftung. (31), <https://www.boell.de/en/2013/02/01/enlivenment-towards-fundamental-shift-concepts-nature-culture-and-politics>
- Weber, H. & Weber, M (2020). *When means of implementation meet Ecological Modernization Theory: A critical frame for thinking about the Sustainable Development Goals initiative*. *World Development*, (136) 105129. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105129>.
- Weissman, E. (2014). Brooklyn's agrarian questions. *Renewable Agriculture and Food Systems* 30 (1), 92–102. <https://doi.org/10.1017/S1742170514000222>
- Westley, F., McGowan, K., & Tjörnbo, O. (2017). *The Evolution of Social Innovation; Building Resilience Through Transitions*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Wahlund M. and Palm, J. (2022) The role of energy democracy and energy citizenship for participatory energy transitions: a comprehensive review, *Energy Research & Social Science*, 87, 102482. ISSN 2214-6296. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2021.102482>
- Wiatros-Motyka, M. (2023). Global Electricity Review 2023. Ember. pp.163
- Widuto, A. (2023). *Briefing: Energy transition in the EU*. European Parliament Research Service (EPRS). PE 754.623 – November 2023
- Wierling, A. Schwanitz, V. Zeiß, J. Bout, C. Candelise, C. Gilcrease, W. & Gregg, J. (2018) Statistical evidence on the role of energy cooperatives for the energy transition in European countries, *Sustainability*, 10 (9), 3339. <https://doi.org/10.3390/su10093339>
- Wierling, A., Zeiss, J. P., Lupi, V., Candelise, C., Sciuillo, A. & Schwanitz, V. J. (2021) The Contribution of "energy communities" to the Upscaling of Photovoltaics in Germany and Italy, *Energies*, 14 (8), 2258. <https://doi.org/10.3390/en14082258>
- Wierling, A. Schwanitz, V. J. Zeiss, J. P. von Beck, C. Paudler, H. A. Koren, I. K. Kraudzun, T. Marcroft, T. Müller, L. Andreadakis, Z., Candelise, C., Dufner S., Getabecha G. G., Hubert E., Lupi V., Majidi S., Mohammadi S., Nosar S. N., Du Pont Y. R., Raizes P., Rudek T. J., Sciuillo A... Zoubin N.(2023) A Europe-wide inventory of citizen-led energy action with data from 29 countries and over 10000 initiatives, *Scientific Data*,(10), 1–8. <https://doi.org/10.1038/s41597-022-01902-5>
- Wittmayer, J., Geus, T., Pel, B., Avelino, F., Hielscher, S., Hoppe, T., Mühlemeier, S., Stasik, A., Oxenaar, S., Rogge, K.S., Visser, V., Marin-Gonzalez, E., Ooms, M., Buitelaar, S., Foulds, C., Petrick, K., Klarwein, S., Krupnik, S., de Vries, G... Hartwig A.(2020). Beyond instrumentalism: Broadening the understanding of social innovation In Socio-technical energy systems. *Energy Research & Social Science* (70) 101689
- Wittmayer, J.M., Avelino, F., Pel, B., & Campos, I. (2021) Contributing to sustainable and just energy systems? The mainstreaming of renewable energy prosumerism within and across institutional logics, *Energy Policy*, 149, 112053. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2020.112053>
- Wittmayer, J. M., Hielscher, S., Rogge K. S. & Weber K. M. (2023). Advancing the understanding of social innovation in sustainability transitions: exploring processes, politics, and policies for accelerating transitions. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, (50) 100805, ISSN 2210-4224, <https://doi.org/10.1016/j.eist.2023.100805>.

- Wittmayer, J., Hielscher, S., Rogge, K. & Weber, M. (2024). Advancing the understanding of social innovation in sustainability transitions: exploring processes, politics, and policies for accelerating transitions. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, (50) 100805, ISSN 2210-4224, <https://doi.org/10.1016/j.eist.2023.100805>.
- Witkamp, M. J., Raven, R. P. J. M., & Royakkers, L. M. M. (2011). Strategic niche management of social innovations: The case of social entrepreneurship. *Technology Analysis & Strategic Management*, 23(6), 667–681. <https://doi.org/10.1080/09537325.2011.585035>
- Wolsink, M. (2020). Distributed energy systems as common goods: socio-political acceptance of renewables in intelligent microgrids. *Renewable and Sustainable Energy Reviews* 127 109841. <https://doi.org/10.1016/j.rser.2020.109841>.
- World Economic Forum.(WEF). (2014). *World Economic Forum's Global Risks Report 2014*. [Acedido em 10/10/2024]. <https://www.weforum.org/publications/global-risks-2014/>.
- Xia, Y., & Yan, B. (2022). Energy-food nexus scarcity risk and the synergic impact of climate policy: A global production network perspective. *Environmental Science & Policy*, 135, 26–35. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2022.04.008>
- Zahedi, R., Yousefi, H., Aslani, A., & Ahmadi, R. (2024). *Water, energy, food and environment nexus (WEFEN): Sustainable transition, gaps and Covering approaches*. *Energy Strategy Reviews*, (54) 101496.
- Zaller, J., (1992) *The Nature and Origins of Mass Opinion*. Cambridge University Press Cambridge.
- Zamagni, V. (2012). Interpreting the Roles and Economic Importance of Cooperative Enterprises in a Historical Perspective, *Journal of Entrepreneurial and Organizational Diversity*, 1(1): 21-36. DOI: <http://dx.doi.org/10.5947/jeod.2012.002>
- Zamagni, V., (2019). *Why we need cooperatives to make the business world more people-centered The Emilia-Romagna experience*. Presented at UNTFSSSE International Conference in Geneva, 25-26 June 2019. Available at: https://knowledgehub.unsse.org/wp-content/uploads/2019/06/85_Negri-Zamagni_Why-we-need-cooperatives_En.pdf
- Zapata, P. & Zapata Campos, M. J. (2019). Cities, institutional entrepreneurship and the emergence of new environmental policies: The organizing of waste prevention in the City of Gothenburg, Sweden. *Environment and Planning C: Politics and Space*, 37(2), 339–359. DOI: <https://doi.org/10.1177/2399654418783205>
- Zapata, P. & Nieuwenhuis, P. (2021). The global social and environmental consequences of electric vehicle battery production. *Energy Policy*, (149) 112-123.
- Zimmer M. (2011). *Les “Amap”: Entre consommation de produits fermiers locaux et un nouvel ordre de vie*, In : Pleyers G. dir. *La consommation critique*, Paris : Desclée de Brouwer, pp. 47-68.
- Zuboff, S. (2019). *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. PublicAffairs.

